

UFBA – Universidade Federal da Bahia
FFCH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

“Ideias perniciosas do anarquismo” na Bahia. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922).

Luciano de Moura Guimarães

Salvador – Ba, 2012.

Luciano de Moura Guimarães

“Ideias perniciosas do anarquismo” na Bahia. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

Salvador – Ba, 2012.

Guimarães, Luciano de Moura
G963 “Ideias perniciosas do anarquismo” na Bahia: lutas e organização dos
trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922) / Luciano de Moura
Guimarães. Salvador, 2012.
240f.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Luigi Negro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas, 2012.

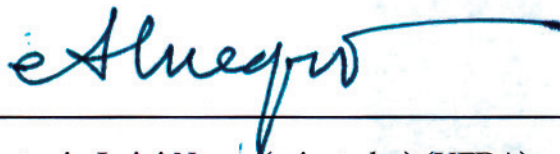
1. Movimento operário – Salvador (BA) - 1919-1922. 2. Trabalhadores da
Construção – Salvador (BA.) – 1919-1922. 3. Anarquismo e anarquista – Salvador
(BA) - 1919-1922. 4. República. I. Negro, Antônio Luigi. II. Universidade Federal
da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 322.20981

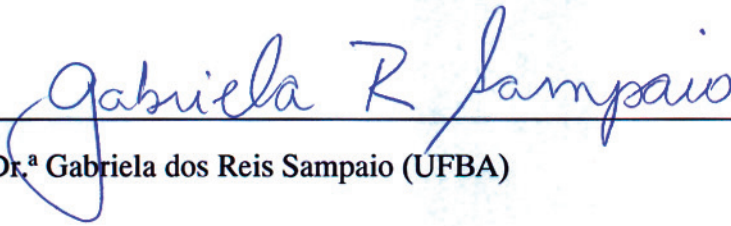
Ideias Perniciosas do Anarquismo na Bahia. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922)

Luciano de Moura Guimarães

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (orientador) (UFBA)



Prof.^a Dr.^a Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA)



Prof. Dr. Aldrin A. S. Castellucci (UNEB)

Aos meus pais, Edna e Paulo (in memoriam)

Aos meus filhos, Luisa, Maitê e Ícaro

A Ingrid

RESUMO

Em junho de 1919, os trabalhadores da construção civil de Salvador, reunidos no Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), foram os principais responsáveis pela eclosão, consecução e êxito da greve geral que virtualmente paralisou as atividades produtivas da cidade. A partir de então, essa associação incentivou a fundação de diversos sindicatos de resistência e tornou-se vetor de novas greves. Também articulou o Primeiro Congresso de Trabalhadores Baianos (julho de 1919) e colaborou decisivamente na criação da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB), em fevereiro de 1920. Ademais, de seu interior saíram importantes quadros que atuaram na organização do Partido Socialista Baiano (agosto de 1920). Sua atividade contou, ainda, com a publicação de dois jornais operários e com a fundação de uma escola proletária. Considerando a pluralidade das experiências históricas dos mundos do trabalho no Brasil e focalizando as múltiplas práticas e iniciativas sustentadas pelos militantes do SPCDC, procuramos identificar as especificidades e as regularidades presentes no caso baiano em relação a outras experiências. A circulação de ideias e ativistas – socialistas e anarquistas – constitui-se, assim, num importante fator para clarificar a compreensão das manifestações proletárias do período em Salvador. Pois, nutrindo-se de estímulos provenientes de outras regiões do país e do mundo, tais como campanhas, greves e reivindicações, mas baseados também em suas próprias experiências de exploração e sobrevivência, os operários baianos conseguiram auferir vantagens materiais, organizativas e políticas. Para tanto, urdiram laços de solidariedade e identidade classista que possibilitaram afirmarem-se como um ator social e político habilitado na sociedade soteropolitana.

ABSTRACT

In June 1919, the construction workers of Salvador, meeting the Union of Bricklayers, Carpenters and Other Classes (SPCDC), were primarily responsible for the outbreak, achievement and success of the general strike that virtually paralyzed the productive activities of the city. Since then, the association encouraged the founding of several unions became new vector of strikes. Also articulated the First Congress of Workers of Bahia (July 1919) and collaborated decisively in the creation of the Federation of Bahia's Workers, in February 1920. Moreover, the inside left major individuals that worked in the organization of the Socialist Party (August 1920). Its activity also counted with the publication of two worker's newspapers and with the founding of a proletarian school. Considering the diversity of historical experiences in the worlds of work focusing on Brazil and the multiple practices and initiatives held by SPCDC's militants, we sought to identify the specific features and regularities present in the case of Bahia in relation to other experiences. The circulation of ideas and activists - socialists and anarchists - constitutes therefore an important factor to clarify the understanding of the proletarian manifestations of the period in Salvador. For nourishing stimuli from other parts of the country and the world, such as campaigns, strikes and demands, but also based on his own experiences of exploration and survival, Bahia's workers could earn material advantages, and organizational policies. Therefore, they machinated ties of solidarity and class identity that enabled assert itself as a social and political actor in society of Salvador.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	10
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	22
“O PROBLEMA OPERÁRIO” E A GREVE GERAL DE JUNHO DE 1919	
1.1 Estrutura econômica e o operariado de Salvador.....	22
1.2 As flutuações econômicas e seus impactos na vida dos trabalhadores.....	29
1.3 Condições de vida: carestia, especulação, moradia e saúde.....	34
1.4 A cisão interoligárquica e a classe operária.....	44
1.5 O seabrismo e o operariado.....	46
1.6 Os ruístas e o operariado.....	56
1.7 Fundação e reativação dos sindicatos de resistência.....	67
1.8 A luta por aumentos salariais e pela jornada de 8 horas.....	71
1.9 “O problema operário toma proporções jamais antevistas”: os operários da construção civil e a greve geral.....	77
1.10 O SPCDC e a greve geral.....	84
1.11 A greve ganha Salvador.....	90
1.12 O pós-greve: do problema operário à anarquia na Bahia.....	99
CAPÍTULO II.....	104
LEGADOS DA GREVE GERAL DE 1919: (MAIS) ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA E (MAIS) REAÇÃO PATRONAL	
2.1 Primeiro Congresso de Trabalhadores Baianos.....	107
2.2 A greve dos têxteis: a atuação do SPCDC.....	125
2.3 O ponto de vista patronal.....	133
2.4 “As ideias perniciosas do anarquismo”: uma nova greve geral?.....	137
2.5 SPCDC: um sindicato em construção.....	146
2.6 Greve parcial da construção civil.....	151

2.7 Federação dos Trabalhadores Baianos.....	163
2.8 <i>Germinal</i> : periódico operário e socialista.....	168
2.9 O Primeiro de Maio de 1920: a cisão se avizinha.....	174
CAPÍTULO III.....	179
SOB O SIGNO DA REVOLUÇÃO: RADICALIZAÇÃO E ISOLAMENTO DO SPCDC	
3.1 O mito do carioca radical: um artifício discursivo a favor das classes dominantes baianas.....	182
3.2 A mobilidade geográfica e a radicalização do SPCDC.....	187
3.3 O Partido Socialista Baiano.....	199
3.4 <i>A Voz do Trabalhador</i> e a opção do SPCDC pelo sindicalismo de ação direta.....	204
3.5 Instrução Operária.....	212
3.6 A atuação do SPCDC num embate com os patrões.....	214
3.7 O SPCDC e a FTB após a cisão.....	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	221
FONTES.....	224
REFERÊNCIAS.....	228

AGRADECIMENTOS

No início dessa empreitada, este momento parecia muito distante. Para chegar até aqui, foi fundamental a ajuda e generosidade de muitas pessoas e instituições sem as quais esta dissertação não se realizaria.

Agradeço aos professores da época da graduação em São Lázaro, mas com especial admiração e gratidão a Muniz Ferreira, que foi quem primeiro me incentivou a estudar o movimento operário baiano da I República. Os professores do PPGH-UFBA, Dilton Araújo, Wlamyra Albuquerque e Gabriela dos Reis Sampaio foram igualmente importantes para a consecução deste estudo. Sou grato aos professores Paulo César e a Gabriela Sampaio pela participação e pelos pertinentes apontamentos efetuados na minha banca de qualificação. Agradeço também aos professores Aldrin Castellucci e, mais uma vez, a Gabriela Sampaio pela participação em minha banca de dissertação. Minha gratidão maior, entretanto, é para com meu orientador Antonio Luigi Negro, o Gino. Com ele aprendi o real significado da palavra mestre. Orientando-me com interesse, compromisso, dedicação e amizade e estimulando-me a não desistir nunca, sua participação foi decisiva para os eventuais méritos que este estudo apresentar. Sua mão estendida nos momentos mais difíceis ficará para sempre na minha memória e coração. Obrigado, Gino!

Agradeço às instituições e pessoas que me auxiliaram nesse longo caminho de dois anos e meio. A todos os funcionários da biblioteca de São Lázaro, da Xerox do Déo, da Biblioteca Pública da Bahia, do Arquivo Público da Bahia e do Rio de Janeiro, que sempre me atenderam com cortesia e presteza. Agradeço a Capes, que através do PRCAD possibilitou minha ida para a Unicamp, onde, por alguns meses, pude me aprofundar na pesquisa e no estudo do meu objeto. Obrigado aos colegas campineiros e também aos funcionários do AEL e da Biblioteca do IFCH. Sou grato, ainda, ao professores Cláudio Batalha e Fernando Teixeira da Silva pelas importantes observações em relação ao meu trabalho.

Minha gratidão para com os companheiros libertários João e Damiro, que me forneceram muitas fontes que haviam coligido em arquivos paulistas quando este estudo ainda era um mero projeto. Aos meus colegas de trabalho da Farmácia do AMN, meus sinceros agradecimentos. Sem a compreensão e apoio deles certamente seria bem mais difícil realizar esta dissertação. Aos meus amigos, baianos e cariocas, meus profundos

agradecimentos. Todos, de alguma forma, distantes ou próximos, foram importantes nesse processo.

Sou infinitamente grato a toda minha família, em especial, aos meus pais, Edna e Paulo, aos meus irmãos, Alessandra e Paulo, e aos meus queridos Adriano, Juliana, Adriana, Paula e Gabriel. Obrigado por estarem sempre por perto com uma palavra carinhosa e encorajadora! Também sou extremamente grato à família que me acolheu como a um filho, aqui na Bahia. Obrigado a “Seu Toninho”, Dona Laura, Anderson, Verônica, “Seu Antônio” e Dona Cléa. Vocês são pessoas maravilhosas que eu tive a sorte de encontrar!

Agradeço imensamente pelo sorriso cotidiano de minha filha Luisa, que sempre me fortaleceu, e aos meus pequenos e adoráveis Maitê e Ícaro.

Finalmente, sou extremamente grato a Ingrid. Minha companheira que esteve junto comigo em absolutamente todos os momentos dessa árdua, mas gratificante caminhada. Sem ela eu não teria conseguido dar nem mesmo o primeiro passo. Conseguimos, minha querida. Muito obrigado!

Introdução

No dia 2 de junho de 1919, por volta das 13 horas, operários da construção civil que trabalhavam nas obras da Biblioteca Pública do Estado, em Salvador, resolveram paralisar o serviço. Aproveitando o intervalo destinado ao almoço, quando puderam conversar, articularam a ação. Suas reivindicações consistiam em aumento salarial de 20% e no estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho. Concentrando-se na Praça Rio Branco, bem no coração do centro histórico e administrativo de Salvador, receberam adesões de trabalhadores das obras do Tesouro do Estado, do Palácio do Governo e de outras obras particulares.¹ Em seguida, de acordo com o jornal *A Tarde*, fizeram uma passeata, berrando “vivas” aos trabalhadores e carregando cartazes com dizeres como “8 horas de trabalho já são bastante ao operariado baiano”. Depois de seguirem até a Ladeira da Barra, retornaram ao centro da cidade, conservando-se “na maior ordem”.² No caminho lograram obter novas adesões, dos trabalhadores de padarias e dos funcionários da Companhia Linha Circular, empresa operadora de bondes. Durante o trajeto pediram apoio aos jornais da grande imprensa que se localizavam nas vias percorridas e, no final da tarde, totalizavam mais de mil aderentes.

O préstito continuou até a sede do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), que havia sido fundado em março do mesmo ano, e era sito na rua do Maciel de Baixo, 24, atual Pelourinho, onde, naquela mesma noite, realizou-se um encontro. Deste participaram os membros da diretoria do SPCDC, da União Defensora e Beneficente dos Pintores da Bahia e da Sociedade União dos Operários em Padaria, além de lideranças não nomeadas pelos jornais. Tomaram a palavra diversos sindicalistas, além de um jornalista do *Diário da Bahia*, periódico vinculado à oposição estadual e aos grandes industriais e comerciantes.³

¹ A Biblioteca Pública do Estado da Bahia localizava-se na antiga Praça Rio Branco, atual Praça Thomé de Souza, onde também se situavam o Palácio de Governo e a Câmara Municipal de Salvador. Hoje em dia, a sede da Prefeitura de Salvador ergue-se no mesmo local em que erigiram o prédio da Biblioteca Pública. O edifício do Tesouro do Estado ficava a alguns metros dali, descendo a rua Chile, em direção a avenida Sete de Setembro.

² *A Tarde*, 3 de junho de 1919.

³ Os jornais da época estavam, em sua maioria, ligados à política partidária. O surgimento de muitos deles, assim como seu desaparecimento, vinculava-se intimamente à existência ou extinção dos grupamentos político-partidários. Alguns traziam em seus cabeçalhos a filiação política a qual pertenciam, ou os interesses de classe que defendiam. Assim, por exemplo, *O Imparcial*, designava-se “órgão das classes conservadoras”, enquanto *O Democrata* assumia ser o porta-voz do Partido Republicano Democrata (PRD), agremiação dirigida por J. J. Seabra e pelo governador Antônio Moniz.

Nos dias seguintes a parede disseminou-se, com a adesão de muitos trabalhadores dos transportes urbanos, dos ferroviários das companhias Central da Bahia, Bahia-São Francisco e Chemins de Fer, dos operários das fábricas de tecidos, de cigarros, de calçados, dos que trabalhavam em camisarias, nas alfaiatarias, nas oficinas de costura, dos operários das obras do porto, dos empregados das Docas Wilson e Sons, dos funcionários das usinas da Graça e da Preguiça, responsáveis pela geração de energia elétrica da cidade, dos operários das linhas de bondes, dos padeiros, dos trabalhadores em açougues, hotéis, bares e restaurantes e também dos coveiros do Cemitério Quinta dos Lázaros.⁴ Logo a cidade ficou privada do fornecimento de luz, energia, telefone e transportes, praticamente paralisando-se a capital.

A chamada greve geral de junho de 1919 foi a mais impactante manifestação operária de toda I República no estado da Bahia.⁵ Seus significados espraiam-se para além da façanha de ter virtualmente paralisado a capital do estado – e, em acréscimo, atingir (parcialmente) certas cidades do Recôncavo. Afora ter obtido o atendimento das suas reivindicações, essa ação paredista resultou numa politização e impulso organizacional nos meios proletários baianos inéditos até então.⁶ Daí a importância, nos marcos desta dissertação, de nos debruçarmos sobre suas vésperas e desdobramentos, pois a greve geral constituiu-se um ponto de inflexão no movimento operário soteropolitano.

Fundado poucos meses antes da greve geral, no dia de São José (santo padroeiro dos marceneiros), 19 de março, o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes veio a ser um nó resoluto de articulação da parede. Esse grêmio laboral foi o responsável por iniciá-la, generalizá-la e, ao lado dos outros sindicatos grevistas, de orientá-la e sustentá-la até o atendimento das exigências – jornada de 8 horas de

⁴ Tavares, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. rev. e ampl. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2008, p. 338 e Castellucci, Aldrin. *Industriais e operários numa conjuntura de crise (1914 – 1921)*. Salvador: Fieb, 2004, p. 189-208.

⁵ É esta a avaliação do pesquisador que produziu os estudos mais meticolosos e empiricamente embasados sobre as jornadas de junho. Ver: Castellucci, Aldrin. “Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, nº 50, p.131. Para obter maiores informações sobre a greve geral de junho de 1919, ver também: Rubim, A. A. C. “Movimentos sociais e meios de comunicação – Bahia, 1917-1921”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº61; p.30-43, mai/jul.1979; Rubim, A. A. C. & Rubim, J. L. C. “As lutas operárias na Bahia (1917-1921)”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº80; p.22-34, jul/ago.1982; Fontes, J. R. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888/1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 1988; Santos, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões sociais. Salvador (1890-1930)*, Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 1982; e Castellucci, Aldrin. *Industriais e operários*, op. cit., este o trabalho de maior fôlego sobre o assunto.

⁶ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 150-151.

trabalho e aumento salarial. Ademais, no período que se seguiu à greve, a associação dos pedreiros, carpinteiros e demais classes se revelaria cada vez mais presente. Participou e apoiou novas greves, como a dos têxteis, em setembro do mesmo ano e a da construção civil, em princípios de 1920. Articulou o Primeiro Congresso de Trabalhadores Baianos, em julho de 1919, e colaborou decisivamente na criação da Federação de Trabalhadores Baianos (FTB), em fevereiro de 1920. Sua atividade contou, ainda, com a publicação de dois jornais operários – *Germinal*, 1920, e *A Voz do Trabalhador*, 1920-1922. Também se encarregou da fundação de uma escola proletária nos moldes da Escola Moderna, segundo a proposta pedagógica racionalista do educador catalão Francisco Ferrer (Grupo Escolar Carlos Dias). Desta forma, esse sindicato tornou-se uma das mais ativas agremiações operárias da conjuntura do pós-guerra (1919-1922), em Salvador, período em que teve atividade e que forneceu as balizas cronológicas deste estudo.

Através da experiência e ação dos militantes do SPCDC durante a greve geral de 1919 e nos anos seguintes, temos como objetivo, portanto, contribuir para uma compreensão ainda mais nítida e detalhada sobre as lutas e as formas de organização dos trabalhadores daquele momento, assim como entender com mais profundidade as origens e o desenvolvimento de certas forças do movimento operário, como o socialismo de uns e o sindicalismo de ação direta de outros, na Salvador da I República.

A historiografia do movimento operário e a Bahia

O movimento operário na Bahia da I República tem sido alvo de crescente número de pesquisas nos últimos anos. Persistem, ainda assim, lacunas sobre a história dos trabalhadores. Tais lacunas, se trazem dificuldades interpretativas ao estudo sobre o tema, possibilitam também encontrar objetos de pesquisa relevantes, ainda pouco explorados e articulados à narrativa historiográfica. Essa situação deve-se, em parte, pela eleição do eixo Centro-Sul do país, desconsiderando experiências que não ocorreram naquele “centro definidor de sentido”, como propõe Sílvia Regina F. Petersen.⁷ Isto ainda ocorre por situarem na parte meridional o principal surto industrial

⁷ Petersen, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”, In: Araújo, A.M.C (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. SP. Ed. Scritta, 1997, p.85-103.

do país (o que pode ser relativizado em caso de sabermos mais sobre a industrialização têxtil no Brasil, que se iniciou pela Bahia).⁸ Corroboramos o ponto de vista de Petersen, ao considerarmos de grande relevância buscar articulação entre os estudos regionais, evidenciando suas especificidades e conexões.

Na I República, há processos globais que conectam as experiências do movimento operário, tais como congressos, movimentos de solidariedade e de causas comuns, mobilidade de mão-de-obra e de militantes; além dos ascensos nos movimentos operários mundial e nacional, como na conjuntura 1917-1921. Crises, por outro lado, também conectam, já que migrações, como as que resultam do agravamento das secas, igualmente conectam regiões e mesmo países. Há, em paralelo, as especificidades regionais, como no caso das regiões do Norte-Nordeste, por exemplo, que praticamente não conheceram o fenômeno da maciça imigração estrangeira europeia e, por conseguinte, possuíam a maioria do seu contingente de trabalhadores composta de homens, mulheres e crianças descendentes de africanos ou nativos, ou de sua mestiçagem. Não se trata, pois, a experiência dos operários dessas regiões do país de mero transplante de práticas e ideias originárias de outros lugares, mas de apropriação e reelaboração dos elementos norteadores da ação sindical em conformidade com sua História, em que se enraizavam.⁹

Entretanto, a experiência operária baiana (vale dizer, a soteropolitana) do primeiro período republicano foi geralmente vista como “uma consequência lógica” dos movimentos do eixo Centro-Sul (São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente), e, por isso mesmo, ela foi escassamente citada ou conhecida. As grandes sínteses baseadas em pesquisas acadêmicas publicadas nos anos 1960 apontam nessa direção.¹⁰ Restritas, em geral, ao caso paulista, tais estudos generalizaram para o Brasil conclusões que se aplicavam àquele recorte geográfico. Forjaram-se, a partir daí, concepções que

⁸ Sobre o processo de industrialização na Bahia, ver, para o caso da indústria têxtil: Stein, Stanley. *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*. Cambridge, Harvard University Press, 1957; Sampaio, José Luís Pamponet. *A Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira. A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Salvador, J. L. P. Sampaio, 1975; Roberta Marx Delson, “Brazil: the origin of the textile industry”, In: Lex Heerma van Voss, Els Hiemstra-Kuperus, Elise van Nederveen Meerkerk, *The Ashgate Companion to the History of Textile Workers, 1650–2000*. Farnham, Ashgate, 2010. Para o caso da metalurgia, ver também: Pedrão, Fernando, “O Recôncavo Baiano na Origem da Indústria de Transformação no Brasil”. In: Szmrecsányi, Tamás; Lapa, José Roberto do Amaral (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec, 2002.

⁹ Petersen, “Cruzando fronteiras”, op. cit., p. 89.

¹⁰ Ver, por exemplo: Rodrigues, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

consideravam que a classe operária nacional tinha origem estrangeira, que existia um vínculo entre a introdução do anarquismo e essa origem, e, finalmente, que cabia ao anarquismo a hegemonia no movimento operário da I República.¹¹

A partir dos anos 1970, os estudos sobre a classe operária, que antes estavam limitados a militantes, ou à sociologia e à ciência política, começaram a ser realizados por historiadores. Tiveram especial importância nesse processo os chamados “brasilianistas”. Nesse sentido as pesquisas desenvolvidas por Michael Hall foram fundamentais para a reavaliação e superação das interpretações que reduziam a experiência da classe operária e seu movimento ao anarquismo. Graças à comprovação que os imigrantes eram, em sua maioria, oriundos de regiões rurais, sem experiência industrial prévia ou histórico de participação política, a imagem do trabalhador estrangeiro (em geral, italiano), branco, qualificado, anarquista e grevista, foi considerada como um mito sem fundamento na realidade histórica.¹² Ainda assim, a experiência da classe operária em Salvador é parcamente referida, tendo de dividir espaço, para início de conversa, com o Recife e a Zona da Mata. Sheldon Maram chega a afirmar que se deteve em pesquisar as cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro somente, pois nestes lugares se concentraria a principal experiência organizativa operária no período. O autor afirma que excluiu o Nordeste “por não ter ele vivido uma experiência significativa de sindicalização, embora tenham ali ocorrido greves notáveis”.¹³ De fato, essa situação não se alterou com a produção acadêmica nacional, como podemos ver na importante obra de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920), cujo tema central “é a classe operária de São Paulo e Rio de Janeiro, no primeiro período de sua formação”.¹⁴ A partir dos anos 1980,

¹¹ Batalha, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências”, In: Freitas, Marcos Cezar de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 148.

¹² Dois expoentes da historiografia “brasilianista” são: Dulles, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil* (1900-1935). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977; Maram, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro* (1890-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Sobre a desconstrução do mito do imigrante radical, ver: Hall, Michael. “Immigration and the Early São Paulo Working Class”, In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, 1975, p. 393-407. Para consultar mais informações sobre o tema, ver também: Hall, Michael. “Trabalhadores imigrantes”, In: *Trabalhadores*, n. 3, 1989; Lara, Silvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. In: *Projeto História*, 16, 1998, p. 25-38; e Pinheiro, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na I República”, In: Fausto, Boris. *História Geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, tomo III (O Brasil Republicano), v. 2 (Sociedade e Instituições – 1889-1930), p. 140.

¹³ Maram, *Anarquistas, imigrantes*, op. cit., p. 11.

¹⁴ Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo, Difel, 1986. A citação encontra-se na página 5 desta obra.

gradativamente, outros estudos se voltaram para a pesquisa da classe trabalhadora em outras regiões do país.¹⁵

A historiografia da classe operária baiana e de seu movimento

Os irmãos Canella Rubim foram, no final da década de 1970, os pioneiros nos estudos cujo objeto era o movimento operário baiano da I República. Fazendo uma exposição dos principais acontecimentos, seus artigos, versando sobre as lutas operárias e os meios de comunicação na conjuntura 1919-1921, delineiam a visão de que a greve geral de 1919 foi consequência de influências externas e internas ao meio operário. Cotejando e analisando os periódicos da grande imprensa vinculados tanto à situação seabrista quanto à oposição ligada a Rui Barbosa, estabeleceram os nexos entre as greves do período e os conflitos políticos entre as classes dominantes. Também prestaram atenção às vinculações entre o contexto da conjuntura internacional, nacional e local, demonstrando o peso que nelas tiveram as diferentes linhas políticas adotadas pelo operariado.¹⁶

A dissertação de mestrado de J. R. Fontes (1982), na qual o movimento operário é estudado com base na modalidade da greve, é um trabalho muito importante, pois antes dele muito pouco existia sobre os movimentos grevistas baianos da I República. Para tal o autor fundamentou-se na pesquisa da grande imprensa baiana do período, contando com uma exposição minuciosa de paralisações e reivindicações operárias entre 1889 e 1930. Assim, pela primeira vez as propensões e a dinâmica mais geral do movimento operário são destacadas tendo em vista as conjunturas de maior e menor intensidade.¹⁷

A tese de doutorado de Mário Augusto da Silva Santos traz muitas informações importantes para compreendermos o contexto no qual se desenvolveu a experiência das classes subalternas no período em questão. Silva Santos demonstra como questões

¹⁵ Ver, por exemplo: Dutra, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora da UFMG/Hucitec, 1988; Petersen, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

¹⁶ Rubim, A. A. C. “Movimentos sociais”, op. cit.; Rubim, A. A. C. & Rubim, J. L. C. “As lutas operárias”, op. cit.

¹⁷ Fontes, J. R. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888/1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 1982.

ligadas à carestia de vida, à especulação imobiliária e ao açambarcamento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade se articulam com as formas de luta pela sobrevivência levadas a cabo pelos subalternos da sociedade de então.¹⁸

Apesar da relativa carência de estudos que tratam da história do trabalho na Bahia da I República, nos últimos anos houve um número razoável de pesquisas acadêmicas sobre o assunto, e com perspectivas inovadoras. O pesquisador Aldrin Castellucci desenvolve, desde o fim dos anos 1990, os mais citados e importantes estudos sobre manifestações operárias, associativismo e, mais recentemente, biografias de lideranças trabalhistas.¹⁹ Os recentes trabalhos de Vanessa Matos, enfocando a relação entre gênero e trabalho nas greves dos operários e operárias têxteis de 1919, e de Robério Souza, versando sobre os trabalhadores em ferrovias no pós-emancipação, são dois bons exemplos dessa retomada criativa.²⁰

A historiografia que trata da greve geral de 1919 usualmente associou a eclosão do movimento a três fatores explicativos para sua deflagração e êxito: as flutuações econômicas decorrentes da I Guerra Mundial; a crise política ocasionada pela cisão interoligárquica, em função das disputas eleitorais federais, estaduais e municipais de

¹⁸ Santos, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões*, op. cit. Uma versão resumida deste estudo foi publicada, em forma de livro: *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador. Edufba, 2001.

¹⁹ Castellucci, Aldrin. “Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico”, In: *Orbis Ciência Cultura e Humanidades*, Salvador, v. 4, 2002 (disponível no endereço eletrônico: <http://www.orbis.ufba.br/artigo2.htm> - acessado em 10.08.2009); “Política e trabalho na transição do século XIX para o século XX: estudo de trajetórias de integrantes do Centro Operário da Bahia”. (www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/aldricastellucci.pdf – acessado em: 28.08.2010); *Industriais e operários*, op. cit.; “Flutuações econômicas”, op. cit., p. 131-166, 2005; *Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – FFCH, UFBA, Salvador, 2008; “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)”, In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2/4, p. 40-77, 2010; “Política e cidadania operária em Salvador (1890-1919)”, In: *Revista de História* (USP), v. 162, p. 205-241, 2010; “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, In: *Afro-Asia*, v. 41, p. 85-131, 2010; “Cidadania e política na trajetória de Agripino Nazareth (1886-?): notas de pesquisa”, texto de comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010; “Os socialistas e as comemorações do Primeiro de Maio em Salvador: ritualização e afirmação de uma identidade operária nas duas primeiras décadas republicanas”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo*, julho 2011, (disponível no endereço eletrônico: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308158209_ARQUIVO_AldrinCastellucci-ComunicacaoXXVISNH2011.pdf - acessado em 21.12.2011).

²⁰ Matos, Vanessa Cristina Santos. *Gênero e Trabalho: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919 (Bahia – Salvador)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – FFCH – UFBA, Salvador, 2008; Souza, Robério S. “*Tudo pelo trabalho livre!*”: trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011.

1919;²¹ e as transformações operadas na própria organização sindical e política do movimento operário baiano. Essa linha interpretativa, presente nas obras de Canellas Rubim e Raimundo Fontes, também se encontra em Castellucci.

Para Castellucci, que produziu o estudo mais profundo e minucioso sobre aquele evento, a greve geral “foi um fenômeno extraordinário”. Pela primeira vez no estado, figurou no rol de reivindicações operárias questões como duração da jornada de trabalho, reconhecimento do direito de associação, isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções e abolição do trabalho infantil. Até então, predominavam as lutas visando aumentos salariais, através de greves isoladas por unidade de produção. Com a greve geral, o movimento operário passou a abranger muito mais estabelecimentos e trabalhadores, contestando, inclusive, “os mecanismos de compra e venda da força de trabalho”.²² Em todo esse processo, destacaram-se os militantes reunidos em torno do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes.

Assim sendo, organizamos este trabalho dividindo-o em três capítulos. No primeiro, procuramos analisar a conjuntura de 1919 enfatizando a estrutura sócio-econômica de Salvador e suas implicações sobre as vidas dos trabalhadores. Para além da imagem da estagnação industrial, matizamos a questão do desenvolvimento econômico da capital baiana – e, por vezes, do seu Recôncavo – procurando demonstrar a importância relativa da cidade na configuração das atividades produtivas nacionais. Nossa intenção foi a de demonstrar que embora não tivesse a pujança de outros centros industriais do país, a praça de Salvador tinha certa inserção econômica em nível regional e nacional, o que possibilitou a constituição de uma significativa classe operária. Para tanto recorremos à fontes diversas: censos; almanaques, relatórios da administração pública e de empresas, mensagens governamentais, publicações no *Diário Oficial* do estado, bem como da grande imprensa do período e da bibliografia atinente. Debruçamo-nos, em seguida, sobre as condições de trabalho e de existência dos trabalhadores, considerando os impactos negativos causados pela Grande Guerra e suas correlações com o movimento operário. Tentamos, assim, relacionar as dificuldades econômicas provocadas por esse conflito com as questões da carestia,

²¹ Sobre as disputas políticas na Bahia da I República, ver, entre outros: Sampaio, Consuelo. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: Uma Política de Acomodação*. Salvador, Edufba, 1998; Sarmiento, Sílvia N. *A Raposa e a Águia. J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Salvador, Edufba, 2011; Cunha, Joaci de Souza. *O Fazer Político da Bahia na República Velha*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2011.

²² Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 37.

especulação de gêneros alimentícios, moradia e saúde. Demos importância também às disputas políticas no interior da oligarquia baiana e às consequências desses embates sobre a classe e o movimento operário. Tal preocupação justifica-se devido ao fato que tais disputas entre as classes dominantes foram fundamentais para que a classe operária, através de suas parcelas organizadas, conquistasse um espaço de manobra, que se mostrou vital durante as jornadas de junho de 1919, e mesmo depois. Num quadro de intensa competição entre situação e oposição, os trabalhadores de Salvador souberam granjear a neutralidade, e até mesmo a simpatia, de importantes setores das elites políticas. Fez, ainda, parte de nosso intento evidenciar como o panorama nacional e internacional influenciou as organizações operárias de Salvador a fundarem ou reativarem suas associações de classe. Tal esforço foi fundamental para que os trabalhadores conseguissem consolidar ganhos materiais, organizativos e políticos na conjuntura em questão. Nesse sentido, as lutas pela regulamentação da jornada de 8 horas de trabalho e por aumentos salariais foram importantes. Esses embates alimentaram-se também de estímulos externos, provenientes de outras regiões do país e do mundo. Procurando focalizar mais propriamente nosso objeto – as lutas e a organização dos trabalhadores da construção civil – detivemo-nos na análise e investigação desse campo de trabalho em Salvador, tentando desvelar suas especificidades e suas congruências com os casos de outras regiões do Brasil. Essa direção deveu-se ao papel central que o SPCDC exerceu durante a paralisação que deu origem à greve geral de junho de 1919. A partir dessa manifestação as classes dominantes de Salvador alimentaram a ideia que concepções subversivas, anarquistas e rebeldes estavam ganhando terreno junto aos trabalhadores da cidade. Tal temor as estimulava a tentar atrair a classe operária para sua esfera de influência. Porém, quando esse expediente mostrava-se ineficaz, clamava-se pela repressão.

No segundo capítulo, procuramos analisar, assim, os desdobramentos e significados das jornadas de junho. Isto tanto em relação à classe e ao movimento operário, quanto às implicações delas junto ao governo do estado e aos grandes industriais e comerciantes de Salvador. Progressivamente se levará a efeito uma campanha para tentar harmonizar os interesses de proprietários e trabalhadores. O comportamento que fugir desse marco será automaticamente tachado de insurgente e subversivo. As classes dominantes temiam que “as ideias perniciosas do anarquismo”²³

²³ *Diário da Bahia*, 10 de setembro de 1919.

contaminassem o proletariado local. Durante esse processo o movimento operário da capital baiana – e de seu Recôncavo – experimentará considerável crescimento e fortalecimento. Novas e importantes greves serão deflagradas. Novos laços organizativos e de solidariedade serão tecidos, como a realização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, em julho de 1919, e a fundação da Federação dos Trabalhadores Baianos, em fevereiro de 1920, evidenciaram.

No terceiro e último capítulo, buscamos assinalar como o processo de aprofundamento da opção ideológica do SPCDC pelo sindicalismo de ação direta vinculou-se à circulação de ideias e ativistas no freqüentado fluxo de duas mãos entre Rio e Salvador. Tentamos indicar como tal radicalização foi fator decisivo, embora não único, no processo de enfraquecimento e desconstrução do sindicato, que havia sido o responsável por boa parte das ações operárias da conjuntura em tela. Ao lado da grande imprensa, nessa parte de nosso estudo, recorreremos aos jornais produzidos por aquela associação, com o intento de nos aproximarmos das visões de mundo produzidas pelos próprios trabalhadores. A pesquisa se encerra, destarte, em dezembro de 1922, quando encontramos o último indício de atividade do SPCDC, nas páginas do último número de seu periódico.

O “PROBLEMA OPERÁRIO” E A GREVE GERAL DE JUNHO DE 1919

Estrutura econômica e o operariado de Salvador

A Salvador de 1919 era uma cidade que se pretendia aformoseada e civilizada.²⁴ Tal sentimento teve impulso, principalmente, a partir das obras de remodelamento e reforma urbana, efetivadas no primeiro governo de Seabra (1912-1916). Cidade portuária e centro econômico e administrativo do estado da Bahia, Salvador (juntamente à região do Recôncavo) tinha, em princípios do século XX, uma economia de forte perfil agro-mercantil, com ênfase no comércio grossista, exportador e importador, sendo o cacau, o fumo, o café e o açúcar, os principais produtos em sua pauta de exportações. A importação era constituída de produtos manufaturados e matérias-primas, principalmente gêneros alimentícios.²⁵ O núcleo da atividade comercial localizava-se na chamada Cidade Baixa. Encontravam-se naquela área a Alfândega, os armazéns das Docas, o Correio, a Capitania do Porto, a Junta Comercial, a Associação Comercial da Bahia (ACB), lojas e representações, escritórios, bancos, agências de navegação, hotéis, trapiches e os movimentados mercados do Ouro e Modelo, o denominado grande comércio, enfim.

Havia várias fábricas estabelecidas nos aterros do bairro comercial, cuja área ganhou tamanho extra, fruto das obras do porto (a modernização e reforma portuária havia sido contemplada por Seabra e estava ainda em andamento no início dos anos 1920). Na Cidade Alta concentrava-se a maioria das habitações, além das principais repartições administrativas, e muitos estabelecimentos do pequeno comércio.²⁶ A cidade não tinha sua vida econômica resumida às atividades agroexportadoras, pois o componente fabril fazia-se representar através de fábricas têxteis, de indústrias de calçados, de alimentos, de vestuário, de charutos e cigarros, por exemplo. Havia ainda a

²⁴ Sobre esse tema, ver: Leite, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História), FFCH – UFBA, 1996.

²⁵ Sampaio, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. 2ªed. Salvador. Ed. UFBA, 1999. p. 32-33; Tavares, Luís Henrique Dias. *O Problema da involução Industrial da Bahia*. Salvador, UFBA, 1966, p. 28; *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 139.

²⁶ *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 116, 135 e 194.

ocupação de bairros que ficavam nos arrabaldes da parte central da cidade, como Barra, Rio Vermelho, Itapuã, Pituba, Brotas, São Tomé de Paripe, Plataforma e Itapagipe. Nesses dois últimos sítios concentravam-se diversas fábricas de tecidos, de vestuário e de calçados, dentre outras.²⁷

Muito do que era exportado e importado pelo estado passava pelo porto de Salvador. Em 1922, ele era, em matéria de exportações, o terceiro mais movimentado do país, ficando atrás dos portos do Rio de Janeiro e Santos. Em relação às importações, ocupava a quarta posição, sendo ultrapassado pelo de Recife.²⁸ Além dos principais produtos, também eram dirigidos para o comércio exterior uma variada gama de mercadorias provenientes de diversas regiões: couros e peles, diamantes, minerais diversos, madeiras e piaçava. Desembarcavam em terras soteropolitanas desde gêneros alimentícios, tais como farinha de trigo, bacalhau e charque, até artigos de luxo para consumo das classes dominantes, como seda, ouro e prata, louçaria, faianças, vinhos e perfumaria, por exemplo.²⁹

Como foi dito, a proeminência de produtos agrícolas e de matérias-primas em sua pauta de exportação e a condição de entreposto comercial não devem iludir quanto à relevância do setor industrial (e mesmo o fabril) na economia da cidade.³⁰ Consideramos, dessa forma, que a questão de uma Bahia republicana invariavelmente atrasada deve ser matizada até a obtenção de ulteriores resultados da pesquisa em História Econômica. Esta, diferentemente da História Social, não teve seus impulsos originais desdobrados ao longo do tempo, mal atingindo a I República.³¹ Mesmo não sendo tão dinâmico quanto no Rio de Janeiro e São Paulo, o setor industrial de Salvador empregava um número significativo de trabalhadores. Existiam diversas fábricas de

²⁷ *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 196-197.

²⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 2 de julho de 1923. Edição Especial do Centenário, p. 167-168.

²⁹ Castellucci, Aldrin. *Industriais e operários*, op. cit., p. 44-45; Sampaio, Consuelo Novais. *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. 2ªed. Salvador. Ed. UFBA, 1999. p. 33.

³⁰ A questão da desaceleração do desenvolvimento industrial de Salvador e do estado da Bahia foi discutida por Luis Henrique Dias Tavares, em: *O problema da involução*, op. cit.; e *História da Bahia*, op. cit., p. 367.

³¹ Jancsó, István, “As Exportações da Bahia Durante A República Velha”. In: Frederic Mauro (org.), *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973, p. 335-359. Jancsó, István; Mattoso, Kátia, “Como Estudar A Historia Quantitativa da Bahia no Século XIX”. In: Frederic Mauro (org.), *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973, p. 361-373. Pedrão, Fernando, “O Recôncavo Baiano”, op. cit.; Almeida, Rômulo, “Traços da história econômica da Bahia”. In: *Revista de desenvolvimento econômico*, nº 19, 2009 (originalmente publicado em 1952).

produtos manufaturados, tais como de bebidas, bombons, carroças, camas de ferro, caixas de papelão, caixões, camisas, cestas, cerveja, café, chapéus, cigarros, calçados, carimbos de borracha, chocolates, colheres de ferro estanhado, doces e conservas, gelo, gravatas, ladrilhos e ornatos, macarrão, roupas brancas, sabão, sabonetes, tecidos, vinagre, velas e cera, vassouras, vinhos, vidros. Além disso, havia muitas fundições, lavanderias, laboratórios, litografias, moinhos e oficinas diversas.³²

É claro que a grande maioria das indústrias de Salvador era constituída por oficinas e pequenas fábricas, conforme afirmam Tavares e Silva Santos.³³ Contudo, é importante ressaltar que esse fenômeno não era exclusividade de Salvador nem é impeditivo para o desenvolvimento do movimento operário. Segundo Cláudio Batalha, durante a I República, tal situação se aplica em todo país. Ocorria, então, a coexistência “do sistema de fábrica, do sistema de produção por peça e da produção doméstica”. Destarte, todas as etapas de produção, do artesanato à indústria moderna, estavam presentes no caso brasileiro; e, como se diz aqui, também no baiano.³⁴

De fato, apesar da modesta participação no valor da produção industrial nacional,³⁵ havia, no estado e em Salvador, um parque fabril consolidado, como no caso das usinas de açúcar³⁶ e das fábricas de tecidos, com grande quantidade de capital investido e expressivo número de trabalhadores por unidade de produção.³⁷ O ramo industrial mais importante do ponto de vista econômico era o têxtil. Não por acaso, entre 1840 e 1860, a Bahia possuía o maior núcleo fabril do país. Em número de

³² *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 278-282.

³³ Ver: Tavares, *O problema da involução*, op. cit., p. 27; Santos, Mario Augusto da S. *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 45-50. Havia, então três tipos básicos de unidades de produção: a fábrica, típica indústria moderna, mecanizada e gerida por firmas comerciais ou sociedades anônimas; a pequena indústria, usualmente doméstica, funcionava baseada principalmente no labor familiar (eram chamadas de fábricas de “fundos de quintal”); e a oficina, que se distinguiria da pequena indústria por produzir para atender encomendas diretas dos consumidores. Esse último tipo seria a mais numerosa, seguida pelas pequenas indústrias. As unidades tipicamente fabris eram numericamente minoritárias.

³⁴ Batalha, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2000, p. 8-9.

³⁵ Segundo o Censo de 1920, as indústrias baianas respondiam por 2,8% do valor da produção nacional, 5,7% dos operários ocupados no país e 3,5% do total do capital aplicado. Para uma sucinta apreciação da atividade industrial da Bahia na I República, ver: *A inserção da Bahia na evolução nacional – 2ª etapa: 1890-1930*, Salvador: CPE, 1980, p. 29-30.

³⁶ Em 1920, havia duas usinas de açúcar na capital, a Usina Aratu e a São João. Relatório dos Serviços da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920. APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2386, maço 178, doc. 746.

³⁷ *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 278-282.

unidades, manteve-se na liderança até 1882.³⁸ Em 1919, havia em Salvador quatro empresas proprietárias de 12 fábricas têxteis. Desse total, três estavam inativas. As nove unidades em funcionamento empregavam entre seis e oito mil trabalhadores.³⁹ Essas fábricas eram fruto de investimentos de sociedades anônimas e firmas comerciais e o regime de trabalho era o assalariado. Dado expressivo e pouco conhecido, em 1922, existiam somente três associações de industriais têxteis no Brasil, uma no Rio de Janeiro, outra em São Paulo e o Centro dos Industriais de Algodão (CIA), na Bahia.⁴⁰

De acordo com relatório produzido pelo observador britânico Arno S. Pearse, secretário geral de uma associação internacional de fabricantes têxteis sediada em Manchester (Inglaterra), a Bahia não era desprezível na configuração da indústria de tecidos brasileira, a qual, no seu conjunto, exercia certa atração sobre os investimentos capitalistas externos. Em seu relatório, aliás, um livro, fruto das visitas de uma missão que percorreu vários estados brasileiros produtores de algodão e fabricantes de tecidos, a indústria têxtil baiana figurava na quinta posição em número de fábricas e no valor de sua produção, na sexta posição em relação ao capital investido, na sexta colocação em número de operários empregados e, em número de teares e fusos, ocupava as terceira e quarta posições, respectivamente. Do ponto de vista regional, estava atrás de Pernambuco.⁴¹

Portanto, pode-se observar que Salvador, embora em declínio, ainda tinha alguma inserção na economia regional e nacional. Com o escoamento de mercadorias locais e o recebimento de produtos importados através de seu porto, manteve-se o comércio em geral. Integrada no sistema capitalista mundial, a cidade era destino de muitos investimentos estrangeiros, contratados pelos poderes públicos visando realizar grandes obras e explorar e oferecer serviços urbanos.⁴² Lembremos que, durante a mencionada reforma urbana levada a cabo por Seabra, realizaram-se obras de aterro do Cais do

³⁸ Hardman, Francisco Foot; Leonardi, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 32-33.

³⁹ Relatório dos Serviços da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920. APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2386, maço 178, doc. 746.

⁴⁰ Pearse, Arno S. *Brazilian Cotton. Being the report of the journey of the international cotton mission through the cotton states of São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte*. Manchester, Taylor, Garnett, Evans & co, 1922, p. 41.

⁴¹ Pearse, *Brazilian Cotton*, op. cit., p. 196 e 198. Também no setor açucareiro a Bahia passou a estar na esteira de Pernambuco. Ver: Andrade, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canaveieira e o seu impacto ecológico e social*. São Paulo, Unesp, 1994.

⁴² Santos, Mário Augusto da Silva. “Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940)”, In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, FAU-UFBA, Salvador, v. 3, nº 1, 1990, p. 20.

Porto, de abertura da Avenida Sete de Setembro, principal via da Cidade Alta e considerada o símbolo maior da remodelação urbana da qual Salvador havia sido palco, de alargamento de diversas ruas da Cidade Baixa, além de reformas, construções e demolições de edifícios públicos.⁴³ Algumas empresas internacionais atuavam, por exemplo, no setor ferroviário baiano desde o século XIX, sendo concessionárias de um serviço fundamental para o transporte de mercadorias transacionadas pelo comércio exportador e importador.⁴⁴ Entre a metade do século XIX e o começo do século XX, a articulação entre as diversas áreas comerciais do globo, como esclarece Maria Gitahy, engendrou a necessidade de construção de portos e ferrovias a fim de garantir o fluxo de produtos “para um mercado internacional em expansão”.⁴⁵ Nesse sentido, é importante observar que a Bahia possuía no início da década de 1920 a quarta maior malha ferroviária do Brasil⁴⁶ e o porto de Salvador era um dos mais movimentados do país, como já foi dito.

Com efeito, para Eul Soo-Pang “sua importância econômica (açúcar e cacau na costa, gado e mineração no interior)”, ao lado do seu tamanho, sua população e suas lideranças políticas, “fizeram da Bahia um importante estado secundário na hierarquia política”. No que tange à política, dado que “a quintessência da Primeira República foi o processo de harmonizar as reivindicações conflitantes das oligarquias”, a Bahia, que dispunha de líderes como Rui Barbosa, Miguel Calmon e J. J. Seabra, não era carta jogada fora.⁴⁷ No Brasil, a pesquisadora Cláudia Viscardi retomou e desdobrou esta sugestão de Pang e chegou a resultados animadores, que estimulam esta dissertação a desejar ver reconsiderados o lugar e o papel da Bahia também na economia (para além do absolutismo industrial exercido pelas imagens da grande fábrica e da grande metrópole). Dois pesquisadores da Bahia se somam a esses autores neste mesmo

⁴³ Leite, *E a Bahia civiliza-se*, op. cit. As informações sobre a importância e significado da construção da Avenida Sete de Setembro, no contexto da reforma urbana seabraista encontra-se na página 58 deste estudo.

⁴⁴ Para maiores informações sobre a implantação e o papel das ferrovias na Bahia no século XIX, ver: Souza, “*Tudo pelo trabalho*”, op. cit., cap. 1.

⁴⁵ Gitahy, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 75-76 e 105.

⁴⁶ Pearse, *Brazilian Cotton*, op. cit., p. 19.

⁴⁷ Pang, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, p. 9. Outros pesquisadores estrangeiros que estudaram a Bahia republicana são: Borges, Dain, *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945*. Stanford, Stanford University Press, 1992. Romo, Anadelia, *Brazil's Living Museum: Race, Reform, and Tradition in Bahia*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2010.

sentido, com seus estudos sobre a habitação operária e sobre o subúrbio industrial de Itapagipe.⁴⁸

Com a preponderância do comércio nas atividades econômicas do estado, as autoridades governamentais foram pressionadas a executar reformas urbanas estruturais, com o objetivo de garantir a sua expansão. Dentro desse contexto, houve a reforma e modernização do porto de Salvador, iniciadas em 1906, com subvenções federais e de investidores franceses.⁴⁹ Marcas características da modernização urbana na cidade foram a implantação dos serviços de água e esgotos, eletrificação em geral, telefonia, introdução de automóveis e dos bondes elétricos, e as reformas urbanas com fins higienistas, iniciadas no primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916).⁵⁰ Diga-se de passagem, que Salvador ainda é – até hoje – o cenário do carro mais antigo do Brasil, o veículo de passageiros Clement Panhard (1900) da família Lanat, que o importou para o deleite da modernidade nacional. No início dos anos 1930, quando Ruth Landes chegou para pesquisar o candomblé, ela teve de embarcar “no carro de um jovem estróina baiano, chamado Paulo”, que “era de família rica”, cujo primeiro auto já havia se tornado uma relíquia que a família guardava para se exibir.⁵¹

O processo de construção de portos e ferrovias, corolário da integração ao mercado internacional (para o que a praça bancária da Bahia também não era irrelevante), agregou um contingente substancial de trabalhadores assalariados urbanos. Assim, a dinâmica de constituição de uma classe operária no Brasil ambientou-se, de maneira análoga a outras regiões do mundo, nos ramos dos transportes e da construção civil (ao mesmo tempo em que fábricas têxteis, usinas de açúcar, oficinas e manufaturas reduziam os trabalhadores a um estabelecimento produtivo fechado e de domínio

⁴⁸ Viscardi, Cláudia, *O Teatro das Oligarquias: Uma Revisão da “Política do Café-com-Leite”*. Belo Horizonte, C/Arte, 2001. Cardoso, Luiz A. F., *Entre Vilas e Avenidas: Habitação Proletária em Salvador, na Primeira República*. Salvador, mestrado em Desenho Urbano (UFBA), 1991. Cardoso, Célia, *Arquitetura e Indústria: a península de Itapagipe como sítio industrial da salvador moderna*. São Paulo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (USP), 2004.

⁴⁹ As obras de modernização e reformas do porto de Salvador iniciaram-se em 1906 e em 1922 ainda estavam em execução, demonstrando a importância de sua constante adequação às necessidades do comércio exportador e importador. Ver: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 2 de julho de 1923. Edição Especial do Centenário, p. 165-166. Segundo Luis Henrique Dias Tavares, as obras de modernização do porto de Salvador duraram até 1930. Ver: *O problema da involução*, op. cit., p. 10.

⁵⁰ Leite, E *a Bahia civiliza-se*, op. cit. Santos, “Crescimento urbano”, op. cit., p. 22.

⁵¹ Landes, Ruth, *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002. p. 109. Diga-se de passagem, de novo, que a Bahia atraiu o interesse de pesquisadores estadunidenses muito antes de a revolução cubana vir a ser responsável pelos brasilianistas.

privado).⁵² No sertão, as primeiras obras contra as secas também socializavam trabalhadores rurais sob a disciplina do regime dito científico de trabalho. É importante analisar, então, o peso da classe operária de Salvador, na conjuntura em questão e demonstrar que sua expressão numérica era significativa em relação ao conjunto da população da capital. Em 1920, cerca de 300 mil habitantes residiam na capital, o que a colocava na condição de terceira maior cidade do país.⁵³ Isto apesar de seu crescimento ter sido meramente vegetativo durante toda a I República, uma vez que, segundo Silva Santos, a cidade apresentava altas taxas de mortalidade, tendo sido insignificantes os impactos da imigração externa e da migração interna, no período.⁵⁴

Valendo-se dos Censos Industrial e Populacional de 1920, Castellucci, concluiu que precariedade e trabalho informal eram “traços estruturais” da sociedade soteropolitana de então. Tal situação se evidenciava, nos dados do Censo Populacional de 1920, devido ao grande número de pessoas que declararam não trabalhar ou possuir uma profissão definida. Dos 283.442 habitantes de Salvador, 163.410 ou 57,7% enquadravam-se nessa categoria. Ou seja, instabilidade no emprego, trabalho informal e desemprego eram realidades experimentadas no cotidiano pela maioria da população da cidade.⁵⁵ Ao mesmo tempo, 45.653 pessoas estavam arroladas como empregadas no setor industrial, o que correspondia a 16,1% do total da população. Esses trabalhadores estavam alocados nos ramos industriais supracitados e nos diversos estabelecimentos fabris, assim como nas manufaturas e oficinas. No entanto, o tamanho da classe operária soteropolitana, como salienta Castellucci, era ainda maior. Ao acrescentar aos trabalhadores do setor fabril aqueles empregados nos transportes marítimos e terrestres, descobrimos que ao menos 54.635 pessoas, 19,3% dos habitantes da cidade, conformavam o operariado. Se pensarmos em termos de população economicamente ativa esse percentual subiria ainda mais. Esses números fizeram com que Castellucci nomeasse Salvador de “cidade operária”.⁵⁶

Uma especificidade da capital baiana, assim como do resto do estado, em relação à composição de seu mercado de trabalho é que, ao contrário de outras regiões do país,

⁵² Gitahy, *Ventos do mar*, op. cit., p. 76.

⁵³ *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 194. No Censo de 1920, a população de Salvador é estimada em 283.442 pessoas. *Sinopse estatística do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1972.

⁵⁴ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 30.

⁵⁵ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 45-47.

⁵⁶ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 51-56.

notadamente seu Sudeste e Sul, a mão-de-obra em Salvador era basicamente negra, mestiça, e nacional e continuou, na I República, a “desempenhar as mesmas ocupações de épocas pretéritas”.⁵⁷ Sendo assim, os ex-cativos e seus descendentes não foram deslocados do mercado de trabalho pelos imigrantes europeus, como aconteceu em São Paulo, por exemplo.⁵⁸

As flutuações econômicas e seus impactos na vida dos trabalhadores

Foram justamente aqueles trabalhadores que sofreram o impacto das flutuações econômicas decorrentes da conflagração da Grande Guerra. Em 1913, quando as potências europeias preparavam-se para o conflito, a atividade comercial exportadora e importadora do estado decresceu em virtude de uma crise econômica de caráter global. Nesse ano, inclusive, o Brasil experimentou seu primeiro déficit comercial da história republicana, após um crescimento econômico mais ou menos constante.⁵⁹

A Bahia sofreu em especial, pois comercializava fumo e cacau com a Alemanha e importava dela muitos produtos manufaturados, além de capitais. Os banqueiros alemães também eram os principais financiadores dos grandes comerciantes do estado. Assim, a eclosão da guerra virtualmente paralisou o grande comércio baiano, intensificando a insatisfação de seus representantes e ampliando as dificuldades populares.⁶⁰ De acordo com o governador que sucedeu Seabra, Antônio Moniz (de linhagem seabrista), o governo estadual acusou o impacto da crise decorrente da guerra, “vendo as suas rendas diminuídas subitamente com assustadora repercussão na sua vida econômica”, o que o colocava na contingência de recorrer a novos empréstimos para arcar com suas obrigações financeiras, boa parte delas devida a empréstimos anteriores, tomados no exterior para financiar as obras de remodelação urbana da capital.⁶¹

⁵⁷ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p.73-75 e 77-79.

⁵⁸ Para consultar mais informações sobre a chamada “teoria da substituição” do trabalhador negro pelo imigrante e da constituição da “historiografia da transição” do trabalho escravo para o livre (assalariado), ver: Lara, Sílvia Hunold. “Escravidão, cidadania”, op. cit., p. 25-38.

⁵⁹ Rubim, *Movimentos sociais*, op. cit., p.30.

⁶⁰ Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 136. Kess, Baud; Koonings, Michiel, “Germans and Tobacco in Bahia (1870-1940)”. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 37, 2000.

⁶¹ Aragão, Antônio F. Moniz de. *A Bahia e seus Governadores na República*, Edição fac-similar Comemorativa aos 120 anos da Proclamação da República na Bahia, Salvador, Fundação Pedro Calmon, UEFS Editora, 2010, p. 583.

A recuperação veio a partir de 1915, quando começou a aumentar a exportação de matérias primas para os países envolvidos na deflagração. Verificou-se, então, um grande aumento das exportações, sendo a Bahia o terceiro estado do país que mais exportou entre 1917 e 1920, em libras esterlinas, atrás de São Paulo e Rio de Janeiro.⁶² Como se vê, embora estivesse combatida do ponto de vista industrial, a economia baiana possuía alguma capacidade de reação no setor comercial, que era, em si, um nexos com o setor agrário. Isto, apesar das dificuldades naturais de transporte através do Atlântico em tempos de guerra. Convém ressaltar, aliás, que o ano de 1919, correspondeu ao pico do movimento exportador, atingindo um total de 12.724.531 libras, o resultado mais elevado em noventa anos (1840-1930).⁶³ No entanto, a política estimulada pelo governo federal, estadual e pela classe agroexportadora local, de exportar gêneros alimentícios para os países em guerra, gerou, em consequência, o desabastecimento, a especulação e elevação dos preços, agravando as condições de vida para as classes trabalhadoras.⁶⁴ Deve-se acrescentar, ainda, que os preços dos produtos importados sofreram alta, entre eles alguns gêneros alimentícios consumidos pelos soteropolitanos, como o bacalhau, o charque e a farinha de trigo, da qual já se fazia o pão de cada dia.⁶⁵ Tal situação era fruto, conforme Silva Santos, da crônica incapacidade de autoabastecimento da Bahia na I República, mesmo sendo a agricultura a atividade econômica mais importante do estado.⁶⁶

Todavia, em fins de 1918, com a volta da paz, os países envolvidos no conflito direcionaram seus esforços para a reconversão de suas indústrias de guerra, o que afetou diretamente a economia dos países exportadores de matérias-primas, como o Brasil. Como explica Sampaio, na Bahia muitas casas comerciais haviam avolumado estoques justamente no período em que essa transformação estava se verificando. Em decorrência, muitas das firmas exportadoras e importadoras tiveram prejuízos, pois os preços dos produtos primários exportados pelo estado apresentaram queda nos mercados europeus e norte-americanos, retrocedendo até os níveis de 1912.⁶⁷

Visando entender melhor como foi a experiência dos trabalhadores na esfera da produção nesse período, vamos nos deter sobre as consequências da guerra sobre as

⁶² Pearse, *Brazilian Cotton*, op. cit., p. 178.

⁶³ *A inserção da Bahia na evolução nacional – 2ª etapa: 1890-1930*, Salvador: CPE, 1980, p. 26.

⁶⁴ Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p. 279-283.

⁶⁵ Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p. 250.

⁶⁶ Santos, *A República do Povo*, op. cit., p. 71.

⁶⁷ Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 35.

atividades econômicas em Salvador. Os efeitos negativos no imediato pós-guerra atingiram também o principal ramo de produção fabril do estado, o têxtil. Porém, entre 1917 e 1920 o setor apresentou um desempenho positivo, do ponto de vista de seus lucros líquidos. No entanto, especificamente na conjuntura correspondente ao segundo semestre de 1918 e o primeiro trimestre de 1919, ocorreu, de acordo com Castellucci, uma “crise de superprodução”, cujo resultado traduziu-se em fechamento de fábricas e/ou diminuição do número de dias e horas de trabalho, afetando, dessa maneira, os salários e a vida de seus operários e familiares. Uma das estratégias dos industriais têxteis para garantir seus lucros era suspender as atividades em uma de suas fábricas e “contratar um número menor de indivíduos do que o conjunto de operários despedidos e alocá-los numa segunda unidade”, estendendo a jornada de trabalho e contratando mulheres e crianças a salários rebaixados.⁶⁸ Segundo o relatório da Companhia Empório Industrial do Norte, a crise econômica advinda da guerra mundial fez-se sentir até maio de 1919, levando a direção da empresa a reduzir o número de dias trabalhados na semana de seis para quatro, enquanto a jornada de trabalho ordinária era fixada em 10 horas. No mesmo documento, informa-se que apesar das dificuldades obtiveram-se lucros no ano de 1919.⁶⁹ Numa matéria de agosto de 1919, o *Jornal de Notícias* admitiu que a indústria têxtil encontrava-se “num processo ascensional, num rápido e crescente desenvolvimento”, contando com “maquinismos aperfeiçoados funcionando em casas higiênicas e saudáveis” e abrigando “apreciável mão-de-obra”. No entanto, apesar do setor ter contabilizado lucros ascendentes entre 1915 e 1918, o periódico afirmava que, no primeiro semestre de 1919, o movimento decrescera, “sendo às vezes suspenso e paralisado”.⁷⁰

As indústrias de vestuário e toucador, igualmente, foram impactadas pelas dificuldades decorrentes da guerra. Instabilidade no emprego e exacerbada exploração da mão-de-obra, constituída por grande número de mulheres, deram a tônica da conjuntura.⁷¹ O mesmo ocorreu no setor fumageiro, cujo desemprego de milhares de operárias (numericamente majoritárias nesse ramo industrial) e operários foi resultado direto das consequências da guerra. Nesse ramo de produção, a ruptura das relações

⁶⁸ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 122-137.

⁶⁹ Relatório da direção da Companhia Empório Industrial do Norte e parecer do Conselho Fiscal apresentados aos srs. acionistas na Sessão da Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 31 de março de 1920.

⁷⁰ *Jornal de Notícias*, 20 de agosto de 1919, p. 1.

⁷¹ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 137-141.

entre o Brasil e a Alemanha trouxe efeitos azedos para os empregados: a suspensão da importação dos fumos provenientes de Bremen e Hamburgo, em 1917, e o fechamento das fábricas de fumo localizadas no Recôncavo, por determinação direta do governo federal. A situação melhorou apenas em 1919, quando as importações de fumo para aquelas fábricas passaram a ser intermediadas por firmas exportadoras dos Estados Unidos, cuja economia saiu fortalecida do conflito.⁷²

Outro setor que foi atingido pela conjuntura de dificuldade econômica na virada de 1918 para 1919 foi o da construção civil, cujo grêmio sindical, o SPCDC, é um mote deste capítulo. Segundo o relatório de uma grande empresa que atuava no ramo, a Companhia Serraria e Construções, relativo ao exercício findo em 31 de julho de 1919, houve um “retraimento quase completo das construções”, devido às majorações – “rápidas e surpreendentes” – no custo das matérias-primas e insumos, que atingiram “preços jamais imaginados”. Parece, contudo, que a atividade estava se regularizando a partir do segundo semestre, pois o documento informa que se havia “atravessado a grande crise da nossa indústria” (o relatório era datado de 30 de outubro de 1919), passando a projetar uma recuperação para o restante do ano, “agora, que de novo vão se incrementando as construções em nossa Capital” (o que não impediu que a empresa enfrentasse um déficit neste exercício fiscal). A companhia contava com as seções de construções, de marcenaria, de carpintaria e serraria e era constituída por acionistas do porte de Alberto Moraes Martins Catharino, Bernardo Martins Catharino, Bernardo Martins Catharino Júnior e Joaquim Martins Catharino, família que fez fortuna no comércio e que depois tornou-se seio de grandes investidores em fábricas têxteis e de calçados da capital.⁷³

Se, para essa grande empresa, que tinha um substancial capital aplicado, a situação era difícil, para os pequenos empreiteiros e mestres de obras ela era bem pior. Por isso, de acordo com Castellucci, eles optaram por não se arriscar a assumir novas construções naquele momento.⁷⁴ De fato, de 1919 a 1921 foi registrada a construção de somente de seis novas edificações particulares em Salvador, embora a queda no ritmo das construções correspondesse ao período compreendido entre 1917 e 1923.⁷⁵ Com

⁷² Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 141.

⁷³ Relatório do exercício de julho de 1918 a julho de 1919. Companhia Serraria e Construções. In: *Diário Oficial da Bahia*, Salvador, 30 de outubro de 1919.

⁷⁴ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 144.

⁷⁵ Ver: Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 58, Quadro X.

isso, esse campo de trabalho, que deveria absorver quantidade relevante da mão-de-obra masculina (adulta, mas também juvenil e aprendiz) da cidade, permaneceu, na conjuntura analisada, na dependência das obras movidas pelo poder público. Era principalmente nas obras financiadas pelo tesouro do estado que se encontrava colocação para os operários da construção civil. Mesmo assim, devido à fragilidade das contas do governo, o ritmo das construções era irregular e seu pagamento vinculava-se a contratação de empréstimos externos e da emissão de apólices de pequeno valor, chamadas de empréstimo popular. Isto fazia com que o mercado de trabalho do setor fosse marcado por grande rotatividade de mão-de-obra, contribuindo, dessa maneira, para o desemprego, subemprego e compressão salarial.⁷⁶

Uma evidência dessas afirmações ocorreu em 1918, quando o governador Antônio Moniz recusou-se, apesar das dificuldades financeiras pelas quais passava o estado, a suspender as obras públicas em consecução em Salvador. Compreendendo a importância do setor da construção civil na manutenção do emprego na cidade, Moniz afirmou, em mensagem governamental, que preferiu não demitir os operários para que eles não ficassem “desamparados e sem pão, sob as tristes ameaças da miséria”. Além da aludida preocupação com a sorte alheia, havia o cálculo político, pois desempregar um contingente significativo de trabalhadores num contexto “de crises sociais como esta que atravessa o mundo” denotaria “chocante desumanidade” e “imprudência política”, justamente quando o governo deveria “suavizar a dura existência do proletariado” em vez de retirar “os meios de vida àqueles que se entregam ao trabalho”.⁷⁷

Com relação às condições de trabalho, devemos atentar, ainda, para a questão dos acidentes de trabalho. São fartos os relatos na imprensa de então sobre a insegurança, que muitas vezes fazia com que trabalhadores gastassem os nervos, perdessem a saúde, suas faculdades profissionais ou motoras, e mesmo suas vidas. Apesar da decretação da Lei de acidentes de trabalho, em 15 de janeiro de 1919 (Decreto n. 3724),⁷⁸ a determinação legal era constantemente ignorada pelos empregadores. O funesto sinistro da morte do operário da construção civil, Paulo da Silva, soterrado “por um montão de areia frouxa” enquanto trabalhava nas obras da construção do edifício do Tesouro do

⁷⁶ Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p.56-68. Sobre a necessidade do governo estadual de apelar aos empréstimos populares, ver: Aragão, *A Bahia e seus Governadores*, op. cit., p. 573.

⁷⁷ *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão, governador do Estado*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

⁷⁸ A referida lei foi regulamentada pelo Decreto 13.498, de 12 de março de 1919.

Estado teria sido, de acordo com *O Imparcial*, a primeira oportunidade em que aquele dispositivo legal fora acionado em terras soteropolitanas.⁷⁹ Segundo outro periódico, o nome do falecido era Paulo do Nascimento. Ele era pedreiro, negro e contava então com 25 anos de idade. De acordo com essa folha, era raro o dia em que o serviço da Assistência não socorria uma vítima de acidente laboral. Nas obras daquele edifício especificamente, que já duravam mais de um ano, contabilizava-se “cerca de dez desastres” decorrentes da insegurança nas condições de trabalho.⁸⁰

Condições de vida: carestia, especulação, moradia e saúde

Mas os desdobramentos da guerra não afetaram os trabalhadores na esfera da produção apenas. As condições de vida, a carestia e a especulação dos gêneros de primeira necessidade e as dificuldades para assegurar moradias baratas e higiênicas foram questões que afligiram cotidianamente a vida dos trabalhadores na Salvador de então. Como vimos anteriormente, a percepção disseminada na virada de 1918 para 1919 era de que se enfrentava uma crise econômica. Em relatório institucional, o governo do estado partilhava esse ponto de vista, considerando-a “difícilima” e afeita a “todas as classes”, “principalmente o comércio, a lavoura e as indústrias, agravada pela grande depressão das taxas cambiais”.⁸¹ Porém, certamente eram as classes populares quem mais sofriam com tal situação. A questão da carestia, por exemplo, impactava diretamente no seu consumo alimentar diário. Embora esta dissertação esteja centrada na conjuntura 1919-1922, é importante destacar que o problema da carestia dos gêneros de primeira necessidade fazia parte das preocupações das classes mais empobrecidas desde antes. Em 19 de outubro de 1911, Cosme de Farias,⁸² jornalista e rábula, que gozava de muito prestígio junto à população humilde da cidade por sua polivalente atuação em defesa dos despossuídos, encabeçou uma passeata e, após comício, entregou ao intendente do município uma petição contra a alta do custo de vida. Em 1913, ocorreram novas manifestações com o mesmo escopo. Desta feita elas foram mais

⁷⁹ *O Imparcial*, 27 de maio de 1919.

⁸⁰ *A Tarde*, 24 de maio de 1919.

⁸¹ Relatório dos Serviços da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920. APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2386, maço 178, doc. 746.

⁸² Para acessar mais informações sobre Cosme de Farias, ver: Santos, Mônica Celestino. *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major – a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*, Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, UFBA, Salvador, 2005.

prolongadas e organizadas do que as anteriores. Segundo Silva Santos, elas foram as mais importantes manifestações do gênero em toda I República. Duraram de 1 de março até 25 de abril e consistiram em passeatas, reuniões de comitê e apelos a políticos. O alvo das reclamações não se restringiu aos preços dos alimentos, incidindo também sobre os valores dos aluguéis residenciais e sobre os preços praticados pelas linhas de bondes da capital. Com o início da guerra, em 1914, houve uma retomada das mobilizações populares, mas sem o mesmo peso que as do ano anterior. Podemos observar, portanto, que as classes subalternas soteropolitanas não se resignavam, atuando ativamente e pressionando os poderes constituídos, quando as condições de vida atingiam níveis intoleráveis. O agente desses embates, seja na esfera do consumo, como no caso da luta contra a carestia, por exemplo, seja na esfera da produção, através da associação e mobilização operária, era o mesmo: o trabalhador; como afirma com propriedade Silva Santos.⁸³

Em 1917, a preocupação tinha um alvo mais específico: o preço do pão. Formou-se, assim, uma comissão popular que encaminhou ao Conselho Municipal uma petição solicitando que o artigo não fosse mais vendido nas tavernas, com o objetivo de eliminar os intermediários entre as padarias e os consumidores. Em agosto, tiveram lugar novas manifestações de rua e comícios. Após um desses comícios, na Praça Rio Branco, a manifestação contra o intendente Pacheco Mendes degingolou em violência cujo saldo foi de um manifestante ferido mortalmente à bala. A tensa situação chegou ao ponto de provocar a destruição de lâmpadas e candeeiros em várias ruas e o apedrejamento da Casa Magalhães & Cia., uma das principais firmas do grande comércio, e responsável pelo fornecimento de açúcar. Estabelecimentos comerciais tiveram de cerrar portas. Manifestos à população foram afixados no bairro comercial, alguns concitando o povo a agir com todos os meios disponíveis. Considerando que deveria intervir, o governador Antônio Moniz pediu a intermediação da Associação Comercial junto aos importadores dos gêneros de primeira necessidade, visando à redução dos preços de alguns artigos, como açúcar, bacalhau, farinha de trigo, charque, carne verde e querosene.⁸⁴ Em livro de sua lavra, publicado em 1923, sobre os governadores da Bahia durante a República, Moniz registrou que “a carestia de vida”

⁸³ Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p.338-339.

⁸⁴ Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia (1917-1921), Salvador, 9 de agosto de 1917.

devia-se fundamentalmente à “conflagração européia”.⁸⁵ Sendo assim, de acordo com mensagem governamental, ainda em agosto de 1917, depois de ouvir as entidades de classes dos grandes comerciantes, decretou a diminuição do preço do pão em 25% e dos gêneros de primeira necessidade.⁸⁶

No ano seguinte, operários solicitaram a Cosme de Farias que intercedesse junto aos representantes do governo, intentando a solução da questão da carestia. O rábula ocupava naquele momento a cadeira de deputado estadual pelo PRD, partido de Moniz e J. J. Seabra. Recorrer a ele como intermediário entre os subalternos e a administração pública, então, consistia numa estratégia para aumentar as chances dos trabalhadores terem seus pedidos atendidos.⁸⁷ Após uma reunião no Centro Operário,⁸⁸ decidiu-se pedir a intervenção do senador federal J. J. Seabra junto ao Comissariado de Alimentação Pública, órgão criado em 1918, com o objetivo de regular e fiscalizar a comercialização dos alimentos. Além de se insurgir contra os preços dos gêneros alimentícios, a população reagia contra a qualidade dos produtos vendidos, pois era comum a comercialização de artigos impróprios ao consumo. De acordo com o apurado por Silva Santos, foi isto que aconteceu em 10 de fevereiro de 1919, quando um grupo de populares quase incendiou caminhões e carroças utilizadas pelo grande negociante de carne verde, Amado Bahia. O preço dessa mercadoria vinha subindo constantemente naquele ano e era normal encontrar carnes apodrecidas à venda para a população. Na realidade, nos últimos anos da década de 1910 e em toda década seguinte, os preços dos alimentos sofreram alta ininterrupta.⁸⁹ Ressaltemos que concomitantemente ao aumento dos preços verificou-se uma depreciação salarial generalizada, acentuada de 1916 até

⁸⁵ Aragão, *A Bahia e seus governadores*, op. cit., p. 619.

⁸⁶ *Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª Sessão Ordinária 14ª Legislatura pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz Aragão, Governador do Estado*. Bahia, Imprensa Oficial, 1918, p. 7-8.

⁸⁷ Cosme de Farias foi deputado estadual pela chapa situacionista entre 1917 e 1923. Ele permaneceria um seabrista fiel até sua morte, em 1972. Ver: Santos, *Réus, Analfabetos*, op. cit.

⁸⁸ Sobre o Centro Operário, ver: Castellucci, *Trabalhadores, Máquina Política*, op. cit. Segundo este pesquisador, o Centro Operário era uma organização eminentemente, ainda que não totalmente, proletária, congregando trabalhadores de diversos ofícios, com maioria de artesãos especializados, em geral escolarizados. Cumprindo funções beneficentes, mutualistas, sindicais e político-partidárias, a entidade atuava como uma “máquina política”, cujo objetivo precípua era “intervir no jogo político institucional, isto é, nas eleições,” a fim de garantir reformas sociais e benfeitorias para a classe operária baiana.

⁸⁹ Para uma visão aprofundada desses eventos, ver: Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p.407-415. Quanto à ação do Comissariado de Alimentação Pública, inclusive na Bahia, ver, na mesma obra, p. 283-288.

1919, quando reajustes se tornam mais freqüentes, sem, todavia, acompanharem a curva ascendente dos preços.⁹⁰

Não somente a alta dos preços e a depreciação salarial afetavam a vida dos trabalhadores naqueles anos: a especulação com os gêneros alimentícios foi outro problema que intensificava os efeitos da carestia para as classes populares. Nesse sentido, dois exemplos são elencados por Castellucci, ambos relacionados ao açambarcamento da farinha de mandioca, “elemento central da dieta popular”. O primeiro referente aos acontecimentos de setembro de 1918, quando os três principais responsáveis pela comercialização do produto constituíram-se em cartel e decidiram exportar todo o estoque disponível para Liverpool, na Inglaterra. O outro fato ocorreu um ano depois, em setembro de 1919, quando os comerciantes fizeram seguir para Recife toda farinha de mandioca da praça de Salvador, com o fito de assegurar lucros bastante elevados, uma vez que o preço médio do saco do produto em Salvador era de 15 mil réis, enquanto em Pernambuco poderiam conseguir até 35 mil. Em apenas um dia, 4.530 sacos de farinha de mandioca foram vendidos para a praça recifense.⁹¹ De fato, em 29 de agosto de 1919, o periódico *A Tarde* noticiava que a farinha de mandioca e – também – o açúcar estavam sendo vendidos a preços altos graças à opção pela sua exportação. Aludindo que a cidade estava às “vésperas da fome”, a folha informava que os atacadistas, por não desejarem obedecer à tabela proposta pelo Comissariado de Alimentação, “deixaram de vender os seus gêneros”. No dia seguinte, esse órgão proibia a exportação de farinha de mandioca sem sua expressa licença.⁹²

A resistência em aceitar o tabelamento dos gêneros importados fez com que os proprietários de padarias se recusassem a fabricar o pão, cujo fornecimento à população foi suspenso. Dos alimentos farináceos, o pão de trigo, conforme expõe Santos Silva, vinha logo atrás da farinha de mandioca em importância na dieta dos soteropolitanos, inclusive para a alimentação dos mais pobres. Consoante esse entendimento, a relevância do produto como gênero de primeira necessidade fica clara quando observamos que, juntamente com a farinha de mandioca e a carne verde, o pão foi alvo

⁹⁰ Ver: Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., Quadro XXIX-D - Preços e Remunerações: 1916-1930, p. 330 e p. 334.

⁹¹ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 104-105.

⁹² *A Tarde*, 29 e 30 de agosto de 1919.

de uma série de medidas do poder municipal – leis, resoluções, posturas e tabelas – objetivando regular seu fabrico e comercialização.⁹³

Referindo-se ao século XIX – e à farinha de mandioca tão somente, B. J. Barickman escreveu trecho sugestivo. Escravos ou livres, os trabalhadores em Salvador “viviam, em sua maioria, à beira da subsistência, mesmo em tempos de prosperidade”. Tendo a pobreza como regra, “sobreviviam, de um dia para o outro, com os alimentos mais baratos”, as partes baratas da comida salgada (carne-seca, bacalhau) e farinha. “Quando o preço da farinha subia a maior parte da população de Salvador não tinha escolha; tinha de pagar”. De acordo com Barickman, nessas situações, “comprava-se menos carne; pedia-se dinheiro emprestado; mas só não se comprava farinha em último caso, pois significaria fome”.⁹⁴

A questão do pão era tão importante para o bem-estar, ou sobrevivência, da população, principalmente para os mais pobres, que duas associações de trabalhadores, o SPCDC e o Centro Operário, decidiram intervir. Durante uma manifestação contra a suspensão da produção de pães pelas padarias de Salvador, em 29 de agosto de 1919, houve “fecha-fecha” de vários estabelecimentos panificadores, desde a Baixa dos Sapateiros, até a Avenida Sete de Setembro, principal artéria – retilínea, elegante e ventilada – do centro asseado e aformoseado da cidade que aspirava à modernidade, com suas fábricas higiênicas e saudáveis. O acontecimento teria sido precedido por iniciativa de “um popular”, que no final da tarde, postado em frente a uma padaria, à rua J. J. Seabra, protestara, discursando contra a falta de pão e clamando por alguma sanção contra os proprietários das panificações. O manifestante argumentou que, se não havia pão, que também não se fabricasse biscoitos e bolachas, artigos mais caros, de modo a não sobrecarregar os consumidores mais carentes. Ao seu apelo à população para “ir tomar uma satisfação ao comércio” em relação à “alta da farinha de trigo”, juntaram-se muitas pessoas, que, “em massa” e aos gritos, forçaram o fechamento do Armazém Vasco Americano e de outras padarias da mesma área. Na visão do periódico oposicionista *A Tarde*, interessado em indispor a população contra o governo Moniz, a aglomeração cresceu e logo se transformou em marcha coletiva pelas ruas do centro, produzindo correrias e apedrejamentos de padarias. Por seu turno, o jornal representante

⁹³ Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p. 182-183.

⁹⁴ Barickman, B. J. *Um Contraponto Baiano. Açúcar, Fumo Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 102.

da situação, *O Democrata*, interpretava os acontecimentos em termos mais brandos, considerando que uma “comissão de operários” seguiu pelas ruas da cidade, “protestando contra a falta de pão nestes últimos dias”. Os manifestantes, então, dirigiram-se ao Palácio da Aclamação e lá parlamentaram com o governador Antônio Moniz, solicitando-lhe providências.⁹⁵ Nessa comissão estavam, juntos, Abílio José dos Santos, do SPCDC, e o deputado Cosme de Farias, membro do Centro Operário. As duas associações chegaram a convocar comícios para o dia seguinte, tamanha a gravidade das circunstâncias. No dia 30 de agosto, portanto, nova passeata circulou pelas ruas da cidade, após reunião na sede do Centro Operário.⁹⁶

De acordo com *A Tarde*, chegou-se a distribuir um boletim, intitulado “A conquista do Pão”, no qual eram rememorados eventos ocorridos durante a Revolução Francesa, quando “o povo esfomeado pelos açambarcadores de gêneros alimentícios e desvairado pela falta de pão” insurgiu-se contra armazéns, sendo justificado um proprietário de padaria. Citando Marat, o boletim, assinado por “A Voz da História”, lembrava não faltar pão no dia seguinte àquela ação popular.⁹⁷ Como se vê, também em Salvador chegava ao fim o longo século XIX a que Hobsbawm faz alusão na *Era dos Extremos: da Revolução Francesa à Revolução Russa*, a plebe das ruas, que podia ser em parte mobilizada por oradores inflamados e ativistas bons de agitação e propaganda, ressurgia insurgente contra a carestia, em luta pelo direito à vida.⁹⁸

Outra questão que afligia os trabalhadores era a moradia, uma dificuldade candente na Salvador da I República. Num levantamento oficial, referente à construção de edificações na capital baiana, o período que vai de 1916 até 1920 contabilizava apenas quatro novas unidades de habitações operárias.⁹⁹ A escassez de capitais voltados para investimentos no setor de edificações da construção civil, agravado pelas consequências da guerra, e o incremento demográfico estimulavam o encarecimento e a especulação dos aluguéis, pressionando ainda mais o orçamento familiar das camadas populares. Além da carência de moradias destinadas aos setores subalternos, a característica marcante das unidades existentes era a baixa qualidade. Conforme nos elucidava Silva Santos, a falta e a qualidade inferior das habitações voltadas para os

⁹⁵ *O Democrata*, 30 de agosto de 1919; *A Hora*, 30 de agosto de 1919; *A Tarde*, 30 de agosto de 1919.

⁹⁶ *O Democrata*, 30 de agosto de 1919.

⁹⁷ *A Tarde*, 30 de agosto de 1919.

⁹⁸ Ver: Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹⁹ Cardoso, Luiz Antônio Fernandes, “Habitação proletária”, op. cit., p. 153, Quadro II.

trabalhadores tinham suas causas, no processo contínuo de expulsão dos moradores em favor de estabelecimentos comerciais, principalmente “nas freguesias centrais, notadamente as da Conceição da Praia, Pilar e Sé”. Ao contrário dos mais aquinhoados, uma razoável parcela da população tinha que permanecer nas áreas centrais da cidade, pois era nessa região que se concentravam as principais oportunidades de trabalho e os preços dos aluguéis eram “mais acessíveis por força da depreciação da área”. Para o autor, fora justamente durante a Grande Guerra que se verificaram os maiores percentuais de aumento e o conseqüente agravamento do problema da moradia.¹⁰⁰

A precariedade das moradias populares eventualmente dava lugar a dramáticos acontecimentos, como no caso de um desabamento parcial da parede dos fundos de um prédio na rua do Maciel de Baixo, 15, vizinho das sedes do Centro Operário e do SPCDC. De acordo com *O Imparcial*, o prédio era “um velho casarão, residência de uma centena de pessoas de diversas qualidades e raças”. O fato de não ter vitimado nenhum morador não amenizou a situação dos habitantes do edifício, que tiveram de providenciar mudança imediata, temendo que o restante da habitação pudesse “vir a baixo”.¹⁰¹ Em novembro de 1919, era vez do periódico *Jornal de Notícias* veicular matéria relacionada à questão habitacional, lamentando o fato que Salvador, uma das maiores cidades do país, não oferecesse um número suficiente “de prédios para a acomodação de seus habitantes”. Continuava afirmando que, no centro, existiam “verdadeiros pardieiros onde moram centenas de pessoas, sem ar, luz e higiene” e, que por isso, não eram poucos os que pensavam que o distrito da Sé, especialmente, “deveria ser arrasado”.¹⁰²

Foi nesse adverso contexto – tanto de déficit habitacional quanto de hostilidade classista – que, em fins de maio de 1919, *O Imparcial* noticiou que algumas figuras de influência, como o advogado Philemon de Souza, o jornalista João Varella e o deputado estadual Cosme de Farias, juntaram-se a entidades operárias, tais como o SPCDC, o Centro Operário, a Sociedade dos Operários Estivadores e a Sociedade União dos Carregadores da Bahia, com o fito de fundar uma Cooperativa Operária, cujos objetivos contemplavam, entre outros fins, a construção de casas para as classes proletárias, a cargo do Estado. No rol dos membros da comissão formada com vistas à implantação da

¹⁰⁰ Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p. 152-160.

¹⁰¹ *O Imparcial*, 17 de maio de 1919. Segundo o periódico *Jornal de Notícias*, o número de habitantes do prédio em questão era de “quase trinta pessoas”, que teriam permanecido no edifício.

¹⁰² *Jornal de Notícias*, 4 de novembro de 1919.

referida instituição encontravam-se Guilherme Francisco Nery e Abílio José dos Santos, respectivamente presidente e tesoureiro do SPCDC.¹⁰³

A carência habitacional de Salvador foi igualmente assumida como matéria de interesse por parte dos poderes públicos, sem se encontrar, porém, uma solução satisfatória. O governo municipal, por exemplo, deliberou no ano de 1924, que os novos edifícios deveriam reservar ao menos um andar residencial, mas, como admitia a imprensa da época, as poucas construções executadas na cidade não se destinavam às classes subalternas.¹⁰⁴ As péssimas condições higiênicas oferecidas nas habitações disponíveis agravavam as condições de vida de seus moradores. Os sobrados, divididos e subdivididos em cômodos, as lojas, que ficavam no subsolo dos sobrados, e as “casinhas”, moradias de porta e janela, que se apoiavam umas às outras, “sem paredes próprias”, eram as habitações típicas da área central, onde a insalubridade dava o tom.¹⁰⁵ Uma fonte de 1923 nos informa que havia em Salvador cerca de 24 mil prédios urbanos que poderiam ser abastecidos de água; porém, apenas cerca de 9 mil contavam regularmente com esse serviço. Também o serviço de esgotos não era bem proporcionado, contando, a cidade, com apenas 2703 prédios ligados ao sistema de esgotamento sanitário.¹⁰⁶ No entanto, em que pese as más condições de segurança edilícia e de saúde pública, os trabalhadores não desgostavam de moradias coletivas, que lhes serviam, dentre outras coisas, para defender-se da intromissão de estranhos ou da polícia. O fato de quererem arrasar seus “pardieiros” não era apenas um problema de salubridade geral, mas também de desfazer habitações populares de difícil esquadramento e monitoração.

Outro tipo de habitação proletária eram as vilas operárias, mantidas pelos industriais. Edificadas em áreas adjacentes às fábricas, sua implantação atendia às preocupações dos patrões em recrutar, fixar e disciplinar uma mão-de-obra que eles consideravam pouco afeita a horários e à rotina de um estabelecimento fabril.¹⁰⁷ Através desse expediente, portanto, buscava-se impor um código de conduta aos trabalhadores, cuja incidência alcançaria todos os seus espaços de sociabilidade, desde o

¹⁰³ *O Imparcial*, 30 de maio de 1919.

¹⁰⁴ Santos, “Crescimento urbano”, op. cit., p. 20.

¹⁰⁵ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 161-162.

¹⁰⁶ Coelho, José. *Estado da Bahia - Obra de Propaganda Geral*. Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editora, 1923, p. 242-245.

¹⁰⁷ Sobre esse tema, ver, por exemplo: Leite Lopes, José S., “A Formação de uma Cultura Operária”, In: *Tempo & Presença*, n. 220, 1987.

local de trabalho, a moradia, a educação e o asseio, e até o lazer.¹⁰⁸ No entanto, tirante este setor, o restante da classe operária de Salvador residia, então, nos velhos sobrados, cortiços, lojas e casebres disseminados pela cidade, mas concentrando-se principalmente em sua parte central.

Vinculada à insalubridade habitacional, as condições sanitárias e higiênicas da cidade de Salvador também atingiam a população, mormente seus extratos inferiores, que residiam em cortiços e casas de cômodos mal arejados, úmidos e escuros, situados em becos e ruelas sem calçamento nem limpeza. Salvador, apesar de ter passado por reformas urbanas durante o primeiro governo Seabra (1912-1916) e de seu sucessor, Antônio Moniz (1916-1920), oferecia serviços públicos deficientes e irregulares. As pessoas que se locomoviam por sua malha urbana deparavam-se com ruas tortuosas de pavimentação precária, pouca e intermitente iluminação pública, ventilação dificultada pela desproporção entre algumas construções e os logradouros em que se erguiam e terrenos baldios onde o mato e o lixo se acumulavam. Além disso, o abastecimento de água era limitado e sua qualidade duvidosa. Tanto que parte da população tinha que recorrer a fontes e chafarizes, ou aos trabalhadores que transportavam água aos domicílios.¹⁰⁹

Dessa maneira, os soteropolitanos pobres eram alvo da incidência e propagação de uma série de doenças transmissíveis (fato vigente também na capital federal, que possuía a reputação de ser um dos principais focos de epidemias do mundo).¹¹⁰ De fato, 1919 foi o ano com maior taxa de mortalidade desde 1912 e em números relativos desde 1897. A varíola, em particular, foi uma enfermidade que, segundo o *Diário Oficial*, atingiu duramente a maior parte da população da cidade naquele ano. De um total de 8.946 óbitos, um pouco mais de 50% foram produto de moléstias transmissíveis (4.627). Só a varíola foi responsável por 2.804 mortes (foram registrados 4.612 casos da doença naquele ano).¹¹¹ “O flagelo da varíola” concorreu, inclusive, para a falta de braços e

¹⁰⁸ Rago, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 177.

¹⁰⁹ Souza, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de medicina*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, 2007, 387 fls., p. 44-45.

¹¹⁰ Souza, *A gripe espanhola*, op. cit., p. 44-59. Quanto às condições sanitárias e higiênicas do Rio de Janeiro de então, em relação a outras cidades do globo, ver: Pechman, Sérgio, e Fritsch, Lilian, “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”, In: *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985, p. 140.

¹¹¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 30 de março de 1920.

diminuição dos lucros nas principais indústrias de tecidos da capital, figurando nos relatórios das companhias aos acionistas como justificativa para o desempenho abaixo do esperado, o que nos permite inferir que seus funcionários estavam particularmente vulneráveis à doença.¹¹² Outra moléstia bastante letal e que atingia predominantemente o proletariado era a tuberculose. De fato, ela foi a doença transmissível que mais produziu vítimas em Salvador durante toda I República. Algumas teses acadêmicas da época associavam-na a fatores econômicos e sociais, tais como: insalubridade das habitações, alimentação insuficiente, excesso de trabalho e alcoolismo. Uma delas, escrita em 1911, admitia que talvez fosse entre os operários que a tuberculose fizesse “os seus maiores estragos”, pois “a desigualdade social dos indivíduos se encontra em todas as moléstias; mas, é em face da tuberculose que se acentua de um modo característico”.¹¹³

Todas essas questões indicadas acima se referem à conjuntura de dificuldades em simultâneo à Grande Guerra. Precárias condições de vida e trabalho, jornadas laborais médias de 12 horas diárias (no comércio a jornada podia chegar a 20 horas!), emprego significativo de mulheres e crianças a salários depreciados e a virtual inexistência ou inobservância de uma legislação trabalhista eram aspectos marcantes. Assim, podemos compreender melhor o motivo pelo qual a greve geral de junho de 1919 reuniu significativas parcelas do operariado, numa manifestação coletiva inédita tanto por sua envergadura quanto pelo grau de influência no período imediatamente posterior à sua conclusão. Afinal, concordamos com Mike Savage, quando afirma que “o traço distintivo” da condição operária não se baseia exclusivamente no processo de trabalho nem no mercado de trabalho, “mas na insegurança estrutural vivida por todos os trabalhadores”. A luta sustentada todos os dias numa sociedade capitalista que aliena os meios de subsistência dos produtores diretos, “certas pressões estruturais”, como as que vimos até aqui, os impele a formular estratégias de acordo com o contexto no qual estão

¹¹² Relatório da direção da Companhia Empório Industrial do Norte e parecer do Conselho Fiscal apresentados aos srs. acionistas na Sessão da Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 31 de março de 1920; Relatório da direção da Companhia União Fabril da Bahia apresentado à Assembleia Geral dos Srs. Acionistas, no dia 29 de abril de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de abril de 1920; Relatório da direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia apresentado aos Srs. Acionistas em reunião da Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de abril de 1920.

¹¹³ Silveira, Carlos Cavalcanti da. *Aspecto social da luta contra a tuberculose*, Bahia, Tipografia Baiana de Cincinato Melchiades, 1911, p. 23, *apud* Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 145-150.

inseridos.¹¹⁴ No ano da greve geral, 1919, o “problema operário”, como os jornais baianos nomeavam a situação dos trabalhadores naquela conjuntura, estava constituído e reconhecido publicamente como uma questão fundamental a ser encarada pela sociedade de então. Não se poderia simplesmente continuar a ignorá-lo e as classes dominantes sabiam disso, inserindo a classe operária soteropolitana em seus cálculos políticos. Principalmente no conflituoso ano de 1919, quando ocorreram eleições municipais, estaduais e presidenciais que insuflaram disputas entre os grupos políticos tradicionais, atingindo níveis agudos de atrito.

A cisão interoligárquica e a classe operária

Conforme em geral demonstram as pesquisas, na Bahia da I República, o quadro era de constante conflito interoligárquico. As composições políticas eram efêmeras e os rearranjos, realinhamentos e rompimentos constituíam a prática da dinâmica partidária, naquilo que foi nomeada por Sampaio de “política de acomodação”. As classes dominantes dividiam-se em partidos objetivando a conquista e o exercício do poder, acentuando-se, o caráter oligárquico e personalista dessas agremiações. Normalmente, eram as eleições que ensejavam a oportunidade para a constituição dos agrupamentos partidários, quando as forças políticas procuravam compor-se em torno de um nome prestigioso – e não de um programa político – que pudesse galgar o poder e, conseqüentemente, viesse em seguida a favorecer seus correligionários. Não por acaso, esses partidos, como ensina Consuelo Novais Sampaio, “eram conhecidos e identificados muito mais através dos nomes dos seus chefes que do rótulo que ostentavam”.¹¹⁵

Vimos acima que as dificuldades econômicas e sociais agravadas pela Grande Guerra repercutiram intensamente na vida das classes subalternas de Salvador. Contudo, como ressalta Rubim, elas não poderiam, por si só, motivar a grande mobilização social na qual se configurou a greve geral de junho de 1919. Afinal, na conjuntura 1922-1925 essas mesmas condições não engendraram grandes manifestações coletivas no estado.¹¹⁶

¹¹⁴ Savage, Mike. “Classe e história do trabalho”, In: Batalha, Cláudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira; Fortes, Alexandre (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004, p. 33.

¹¹⁵ Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 22 e 47.

¹¹⁶ Rubim, “Movimentos sociais”, op. cit., p. 31-32.

O fracionamento radical das classes dominantes baianas é, desse modo, um fator fundamental para a compreensão da possibilidade de eclosão e êxito da parede geral de 1919, em Salvador.

Num cenário de acirrada disputa política, 1919 foi um ano especialmente agitado devido às eleições municipais, estaduais e presidenciais, que colocaram em lados opostos a situação seabrista do Partido Republicano Democrata (PRD) – à qual pertencia o governador em exercício, Antônio Moniz – e as forças oposicionistas, reunidas em torno da liderança de Rui Barbosa (nesse momento, tanto Seabra quanto Rui ocupavam uma cadeira no Senado Federal pela Bahia). Foi essa divisão que ensejou a decisão, da parte de Moniz, de não reprimir os grevistas durante as jornadas de junho de 1919, os quais, por sua vez, souberam utilizar o espaço de ação adquirido para pleitear melhorias que não se limitavam mais às questões salariais apenas, ampliando o espectro de exigências para as suas condições de trabalho em geral, como a duração da jornada de trabalho, a abolição do labor infantil e a regulamentação e o estabelecimento da isonomia salarial entre homens e mulheres com a mesma atividade. Além disso, o movimento passou a abranger um maior número de estabelecimentos e de operários, questionando até mesmo os mecanismos de compra e venda da força de trabalho.¹¹⁷ A oposição ruísta, num primeiro momento, aplaudiu a greve e o governo do estado, como foi dito, não a reprimiu. Todos objetivando granjear o apoio da classe operária baiana para seus fins próprios. Porém, como veremos a seguir, ambos os grupos buscaram forjar alianças com os trabalhadores baianos desde antes da greve geral.

Para investigarmos e analisarmos as relações dos grupos político-partidários da capital com a classe trabalhadora apoiamo-nos, fundamentalmente, na pesquisa da grande imprensa do período – além, claro, da pesquisa de Aldrin Castellucci. Em geral, os jornais da época eram constituídos para apoiar candidaturas ou procuravam alinhar-se a algum agrupamento partidário representante das classes dominantes.¹¹⁸ Assim, ao explicitarem suas posições e preferências políticas, revelavam a visão de mundo daquelas classes em relação a diversos assuntos, inclusive em relação ao operariado do estado. Mantendo uma postura crítica acerca dessas fontes, procuramos, sempre que possível, cotejá-las com outras fontes e com a bibliografia atinente a fim de que

¹¹⁷ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 37.

¹¹⁸ Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 24.

podéssemos interpretar mais claramente o escopo das vinculações das facções políticas com a classe operária local.

O seabrismo e o operariado

Alçado ao poder do estado em 1912, na esteira da política das salvação nacionais,¹¹⁹ José Joaquim Seabra, que havia apoiado o presidente Hermes da Fonseca em sua disputa contra o civilista Rui Barbosa nas eleições de 1910, conseguiu manter-se no controle da política baiana durante 12 anos. Foram dois mandatos como governador (1912-1916 e 1920-1924), intermediados pelo mandato de seu aliado, Antônio Ferrão Moniz de Aragão (1916-1920). Para tanto, o novo governador executaria o que nenhum governo republicano havia conseguido até então: estender o alcance do poder governamental até os enclaves coronelistas do interior do estado.¹²⁰ Sua estratégia consistiu em obter um “controle monolítico dos processos eleitorais do estado”. Tendo isso em mente, buscou o fundamental domínio do legislativo estadual, principalmente no Senado, pois era nessa instância em que se sacramentavam os resultados eleitorais. Afinal, se era verdade que quem controlasse os municípios tinha a seu favor, ao menos teoricamente, a capacidade para obter os votos necessários para eleição de seus representantes, “os coronéis”, como explica Pang, “não possuíam poder para confirmar os resultados do Senado”. Logo, estabeleceu-se uma dependência recíproca “na política eleitoral entre coronéis e senadores”. Como os senadores também dependiam dos favores políticos do governador para garantir obras públicas e outros privilégios para seus municípios, em breve muitos senadores do Partido Republicano da Bahia (PRB) – até então na situação – debandaram para o lado seabrista.¹²¹ Assim, a partir de 1915, quando já garantia o controle do Legislativo estadual e o apoio dos coronéis do interior, o alcance do poder político de Seabra era incontestável.¹²²

As relações de J. J. Seabra com os trabalhadores baianos datam, conforme indica Sarmiento, do início do século XX (1903), quando buscava um lugar de destaque na arena política estadual.¹²³ Sem o apoio das classes dominantes locais, a estratégia dele

¹¹⁹ Sobre esse assunto, ver, entre outros: Viscardi, *O Teatro das oligarquias*, op. cit., p. 214-228.

¹²⁰ Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 111-112.

¹²¹ Pang, *Coronelismo e oligarquias*, op. cit., p. 114-115.

¹²² Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 129.

¹²³ Sarmiento, *A águia e a raposa*, op. cit., p. 43 e 83.

orientou-se por uma atuação no interior do poder federal e, concomitantemente, “a partir de fora, em relação à política baiana”. Assim, podemos compreender que ele tenha procurado sustentação entre os elementos “relativamente negligenciados” nas disputas políticas estaduais, principalmente no comércio e na classe operária, setores com grande visibilidade social e política, que podiam legitimar suas aspirações.¹²⁴ A tentativa de aproximar-se do operariado baiano patenteou-se quando da fundação do Partido Democrata (PD), um órgão dos seabristas, em 1910. O “problema operário” era referenciado textualmente no corpo de seu programa, algo raro na época. Vislumbrava-se a solução para tal questão: construções de habitações operárias; educação para os trabalhadores e seus filhos; e proteção legal para as vítimas de acidentes de trabalho.¹²⁵

Vale a pena determo-nos nesse ponto, a fim de analisarmos com mais atenção o significado das alianças urdidas entre Seabra e o grande comércio, assim como entre ele e a classe operária. A despeito de declarar-se apartidária em seus estatutos, a Associação Comercial da Bahia (ACB), representante do alto comércio estadual, atuava politicamente, de fato, como um “grupo de pressão”, lutando principalmente por reduções de impostos, melhorias das vias de comunicação do estado e pela manutenção da ordem social.¹²⁶ Proclamando-se a representante máxima das classes conservadoras do estado,¹²⁷ sua conduta variou ao longo da Primeira República. Entre 1890 e 1912, permaneceu, em geral, numa posição de neutralidade, mantendo boas relações com as facções políticas dominantes. A partir de 1912, aproximou-se de Seabra, rompendo com este já em 1913. Durante a Grande Guerra até 1919, manteve-se distante dos assuntos diretamente ligados às disputas políticas, quando abandonou seu apartidarismo e voltou a posicionar-se explicitamente nessas questões, apoiando Rui Barbosa e cerrando fileiras na oposição anti-Seabra. Segundo Silva Santos, a ACB agiria desse modo, externando sua posição política, até 1930.¹²⁸ Ter essa associação de grande prestígio social e político e poder econômico ao seu lado era, dessa forma, interessante.

¹²⁴ Sarmiento, *A águia e a raposa*, op. cit., p. 26 e 41.

¹²⁵ Sarmiento, *A águia e a raposa*, op. cit., p. 83-84.

¹²⁶ Ver: Santos, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Salvador, s/d.

¹²⁷ Conforme apontamento de Sarmiento, a expressão “classes conservadoras”, recorrente nos jornais e documentos da época, referia-se a três “classes”: lavoura, comércio e indústria, as supostas responsáveis pela manutenção da ordem social. Era comum, também, referir ao alto comércio exportador-importador. Ver, da autora, *A raposa e a águia*, op. cit., p. 44, nota 17.

¹²⁸ Santos, *Associação Comercial*, op. cit., p. 130-131.

Em relação à busca de vizinhança com a classe operária, é necessário compreendermos a importância de se contar com tal apoio para execução dos projetos políticos dos partidos baianos. Longe de serem cooptados passivamente pelos interesses das classes dominantes, os trabalhadores, através de suas organizações, souberam auferir vantagens das relações entabuladas com os grupos políticos em disputa. Isto em um contexto em que sua participação política autônoma – pelo menos em termos partidários – era virtualmente impossível. Com o advento da República, além do aporte em termos de votos, que era reduzido, o apoio de uma classe reconhecidamente importante na composição da sociedade, ainda que numa posição subalterna, conferia legitimidade aos seus defensores na esfera política. Para Castellucci, inclusive, a polarização política interoligárquica contribuiu para que a repressão policial não fosse o tratamento padrão dispensado ao movimento operário, pois os grupos situacionistas temiam que tal prática pudesse ser utilizada como arma política pelas oposições.¹²⁹

De fato, com o início do período republicano, muitos trabalhadores – em geral a parcela mais qualificada e socialmente valorizada – nutriram expectativas positivas quanto à possibilidade de influenciar os rumos da nação, ao tempo em que garantiriam seu bem-estar e prosperidade. Tal situação corresponde à fundação de diversos partidos operários país afora, como indica Castellucci.¹³⁰ O Centro Operário da Bahia (1894) é fruto desse processo. Sem possibilidade de sustentar uma linha de conduta político-partidária autônoma, os membros dessa organização optaram por vincular-se a políticos profissionais, industriais e comerciantes – pessoas de prestígio e poder – para, através deles, difundir seus projetos. O papel desses patronos era justamente intermediar a fundamental consecução de isenções de impostos e subvenções oriundas das esferas municipal, estadual e federal. Esses prestigiosos defensores eram os membros chamados de benfeitores, beneméritos e honorários, como foram os casos de J. J. Seabra, do marechal Hermes da Fonseca e do próprio governador Antônio Moniz. Como já foi dito, o Centro Operário era uma organização eminentemente operária – ainda que não completamente –, congregando trabalhadores de diversos ofícios, com maioria de artesãos especializados e alfabetizados, o que os habilitava ao exercício do voto.¹³¹ Para atingir seus objetivos, a entidade cumpria funções beneficentes, mutualistas, sindicais e

¹²⁹ Castellucci, *Trabalhadores, Máquina Política*, op. cit., p. 35.

¹³⁰ Castellucci, *Trabalhadores, Máquina Política*, op. cit., p. 45.

¹³¹ Segundo Castellucci, 80% dos filiados ao Centro Operário eram de trabalhadores manuais assalariados. Ver, do autor: *Trabalhadores, Máquina Política*, op. cit., p. 120.

político-partidárias, procurando atuar na dinâmica política institucional, isto é, nas eleições, a fim de garantir reformas sociais e vantagens para a classe operária baiana, seja apoiando candidatos dos partidos dominantes ou elegendo representantes próprios para cargos na esfera municipal.¹³²

Na Primeira República, como Castellucci explica, havia uma relação de reciprocidade, através da qual os políticos e representantes do Estado apoiavam certas demandas operárias em troca de reconhecimento simbólico ou de votos, ambos os grupos prestigiando-se mutuamente.¹³³ Tal relação revelava-se interessante para os dois lados, pois os trabalhadores queriam garantir o aporte financeiro necessário para suas associações de socorro mútuo enquanto os dirigentes desejavam sustentação social. Como admitiram 11 sociedades beneficentes e mutualistas, num documento enviado à Câmara de Deputados da Bahia em 1901, "viver sem as subvenções que dá-lhes o Estado" era o mesmo que "matar a maior parte delas".¹³⁴ Por sua vez, para os políticos, benfeitores, honorários e beneméritos dessas associações, interessava assegurar, além do voto e do prestígio conferido pelo apoio da classe operária, que os trabalhadores não encaminhassem suas demandas em termos ameaçadores à ordem social. Ao estabelecer relações com as associações operárias assentadas no clientelismo e paternalismo, essas lideranças políticas visavam integrá-las "ao sistema político e social vigente", evitando, dessa forma, o questionamento do "direito de propriedade, no plano econômico-social", e também "do domínio oligárquico, no plano político".¹³⁵

De toda sorte, essa situação permitia que as associações vinculadas aos políticos das classes dominantes viessem a ser canais de mediação, legitimados pelo Estado, entre as autoridades e o conjunto da classe operária. Ainda de acordo com Castellucci, "as formas desta legitimação eram variadas", mas revestiam-se de especial importância

¹³² Castellucci, *Trabalhadores, Máquina Política*, op. cit., p. 44-94 e 124.

¹³³ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 170.

¹³⁴ Castellucci, "Centro Operário", op. cit.

¹³⁵ Castellucci, "Política e cidadania", op. cit., p. 240. É importante destacar, entretanto, que as relações sociais baseadas no paternalismo, como já demonstrou Thompson, não significavam plena deferência e anulação da dimensão do conflito e da negociação. O paternalismo, enquanto sistema de dominação caracteriza-se pela conformação de relações ativas e recíprocas, em cujo seio cabe a luta, a acomodação e a negociação entre os grupos sociais em contenda. Para o aprofundamento da discussão sobre o conceito de paternalismo e sua relação com a luta de classes, ver: Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85. Ver também: Negro, Antonio Luigi. "Paternalismo, Populismo e História Social". In: *Cadernos AEL*, v. 11, nº 20/21, 2004, p. 9-37.

quando “o Estado lhes outorgava o título de sociedades de utilidade pública”.¹³⁶ Tal distinção habilitava a associação a receber subvenções oriundas das diversas esferas do poder público e, de certa forma, significava um reconhecimento, o que podia ser um artifício de defesa em caso de repressão. É difícil afirmar plenamente, mas o título talvez significasse para as entidades uma forma de aceitação legal. Veja-se o caso do Centro Operário no conturbado ano de 1919, durante o governo do seabrista Antônio Moniz, quando as classes dominantes lutavam ferozmente pelo poder. Publicada no *Diário Oficial* em 5 de junho, justamente durante o ápice da greve geral, a Lei nº 1305, de 30 de maio, considerava aquela associação como entidade de utilidade pública, o que lhe garantiria o aporte de subvenções advindas dos cofres estaduais.¹³⁷ Pelo que a mesma fonte registra dois dias depois, outra entidade que recebeu esse título foi a União dos Operários Estivadores, também justamente no período em que a cidade encontrava-se convulsionada pela greve geral, em junho de 1919. Assim, concedeu-se uma subvenção de 2 contos de réis por ano, “para auxílio à manutenção à Escola Mário Hermes” (filho de Hermes da Fonseca e deputado federal pela Bahia) – “que distribui, gratuitamente, o ensino primário a menores e adultos, em número avultado”.¹³⁸

Coincidentemente, por ocasião das eleições municipais de janeiro de 1919, a folha seabrista *O Tempo*, anunciara que representantes do Centro Operário e da União dos Estivadores, explicitavam seu apoio à chapa situacionista, através da apresentação de um manifesto assinado por diversos comerciantes, caixeiros e por diretores da União dos Conferentes, União dos Foguistas, União dos Carregadores e União dos Estivadores, conclamando o comércio e o proletariado em geral a votarem nos candidatos seabristas.¹³⁹ O major Cosme de Farias foi o orador oficial da reunião que determinou tal conduta. No entendimento de Sarmiento, o major era um “elemento fundamental na articulação do apoio dos setores populares de Salvador ao seabrismo”. Com livre circulação nos mais variados meios associativos dos de baixo – sindicatos, associações, irmandades religiosas –, e atuando em favor dos soteropolitanos empobrecidos e marginalizados como político, jornalista e rábula, além de encampar bandeiras como o combate contra o analfabetismo, por exemplo, Cosme de Farias foi um incansável e “extraordinário promotor” do grupo político de Seabra junto à

¹³⁶ Castellucci, “Centro Operário”, op. cit.

¹³⁷ *Diário Oficial do estado da Bahia*, 5 de junho de 1919.

¹³⁸ *Diário Oficial do estado da Bahia*, 7 de junho de 1919.

¹³⁹ *O Tempo*, 9 e 10 de janeiro de 1919.

população da capital do estado.¹⁴⁰ Não por acaso, Cosme de Farias, sempre vinculado ao PRD, conseguiu o que parecia ser impossível para um indivíduo egresso das classes subalternas: elegeu-se deputado estadual sucessivamente, nos pleitos de 1915, 1917, 1919 e 1921.¹⁴¹

Pelos estivadores, naquela mesma reunião, falou o operário Domingos Cícero Alves, tesoureiro do sindicato da categoria. Manifestando contrariedade pelas notícias veiculadas num periódico oposicionista, nas quais se criticava a presença de representantes dos estivadores numa cerimônia oficial na sede do governo, em 15 de novembro de 1918, o sindicalista afirmava que “os estivadores e o operariado em geral” não se deteriam diante de tais “desmandos”.¹⁴² Participaram também da referida cerimônia, demonstrando seu apoio ao “Governador honrado e patriótico”, juntamente às “respeitáveis e ilustres famílias” baianas, além dos estivadores, representantes da União dos Conferentes, da União dos Carregadores e da União dos Foguistas.¹⁴³ Esses desmandos se refeririam à acusação do jornal *A Tarde* de que aqueles operários estivadores – em sua maioria “homens de cor” – seriam capangas e secretas a serviço do governo, constituindo-se na “guarda negra do situacionismo”.¹⁴⁴

Ainda que os jornais situacionistas tenham sistematicamente repellido tais injunções, alguns estudos mais recentes demonstraram que políticos seabristas, como o chefe de polícia Álvaro Cova, além do próprio Seabra, utilizavam-se de capoeiristas para fins de capangagem política na Salvador da I República. De acordo com Josivaldo Pires de Oliveira, num contexto de eleições marcadas por violências, fraudes e outros tipos de pressão sobre o eleitorado, Seabra, agindo como “um típico coronel urbano”, lançaria mão regularmente dos serviços de “notórios capadócius” e “arruaceiros” para “servirem como cabos eleitorais”.¹⁴⁵ Muitos desses indivíduos eram capoeiristas, alguns deles reconhecidos como estivadores. Este era o caso, por exemplo, do indivíduo denominado Duquinha, cuja prisão foi objeto de uma matéria publicada no jornal oposicionista *Diário de Notícias*.¹⁴⁶

¹⁴⁰ Sarmiento, *A raposa e a águia*, op. cit., p. 56-57.

¹⁴¹ Santos, *Réus, Analfabetos*, op. cit., p. 89-94.

¹⁴² *O Tempo*, 10 de janeiro de 1919.

¹⁴³ *O Tempo*, 21 de novembro de 1918.

¹⁴⁴ *O Tempo*, 27 de março de 1919.

¹⁴⁵ Oliveira, Josivaldo Pires de. *Pelas ruas da Bahia. Criminalidade e poder no universo dos capoeiristas na Salvador republicana (1912-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2004, p. 84.

¹⁴⁶ *Diário de Notícias*, em 10 de fevereiro de 1920.

Em relação às vinculações entre Seabra e o associativismo do complexo portuário de Salvador – estivadores, carregadores, trapicheiros, foguistas, conferentes, maquinistas, marinheiros e remadores – é interessante observar mais alguns aspectos. Como dito acima, as relações sociais assentadas no paternalismo não estão isentas da dimensão do conflito e da negociação. Assim, podemos compreender o fato de que várias categorias portuárias de Salvador, apesar de manifestar ostensivo apoio ao grupo político de Seabra, durante o ano de 1919, tenham recorrido ao expediente da suspensão dos trabalhos quando considerou este o melhor meio para encaminhar suas demandas. Tais sindicatos, como o dos estivadores e o dos carregadores, por exemplo, geralmente mesclavam métodos tradicionais de ação coletiva, como as greves, com a intermediação de suas reivindicações através de autoridades oficiais, políticos e advogados, conforme elucidada Pereira. Para esses sindicatos, portanto, não havia contradição entre o favor e a luta: a ação ideal seria ditada pelas circunstâncias. Isto se confirma quando observamos que as categorias profissionais que mais fizeram greves durante a I República, em Salvador, foram os marítimos (marinheiros, remadores, foguistas, etc.) e os portuários (estivadores, carregadores, trapicheiros, etc.).¹⁴⁷

No dia 9 de março, os sindicatos dos estivadores, dos carregadores, dos marinheiros e remadores, dos foguistas e dos conferentes voltaram a manifestar publicamente seu apoio ao PRD de Seabra. Neste caso, a ação deveu-se ao posicionamento dessas categorias em relação ao pleito presidencial, que seria realizado em 13 de abril, com vistas a substituir o presidente eleito – e falecido antes de tomar posse –, Rodrigues Alves. Seguindo a orientação seabrista, prestou-se solidariedade à candidatura do paraibano Epitácio Pessoa, que concorreria com ninguém menos que o baiano Rui Barbosa, em torno de quem gravitavam as oposições estaduais baianas. Com participação estimada em três mil e quinhentos operários aproximadamente, segundo o diário governista *O Tempo*, ocorreu uma passeata tendo a frente o estandarte da União dos Operários Estivadores e uma banda de música do Corpo de Cavalaria da polícia estadual. Deslocando-se pelas ruas centrais da capital Salvador, em meio a “estrepitosas aclamações ao senador Seabra, drs. Antônio Moniz, Epitácio Pessoa, Moniz Sodré e Álvaro Cova”, o préstito dirigiu-se até a residência de Seabra. Após ter sido saudado

¹⁴⁷ Ver: Pereira, Leonardo. *As barricadas da saúde - vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; Com relação às greves do período, ver: Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit., p. 65, Tabela II; Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 357, Quadro XXXI.

pelos manifestantes, Seabra agradeceu o apoio e disse “que uma das coisas que o levaram a combater a candidatura Rui, foi o fato desta ter sido apresentada pelo comércio contra o operariado”.¹⁴⁸ Tal afirmação demonstra, neste instante, a separação entre a Associação Comercial da Bahia (ACB) e o seabrismo.

De fato, entre os grandes comerciantes e industriais, a continuação da guerra minou suas relações com o governo estadual. A Bahia exportava e importava da Alemanha grande quantidade de produtos, como já foi visto antes. Mas, a partir de fins de 1914, a Inglaterra impôs um embargo às exportações brasileiras para a Alemanha e Áustria. Com apreensões de navios carregados com produtos baianos, como cacau e café, pela marinha inglesa, importantes estabelecimentos comerciais do estado solicitaram que o governador intervisse junto ao Ministério das Relações Exteriores. Como as gestões de Moniz a esse respeito não surtiram efeito algum, “os comerciantes baianos”, afirma Pang, “atribuíram a culpa desses insucessos” à sua ineficiência. Assim, as “classes conservadoras”, representadas pela ACB, passaram a figurar na oposição ao governo Antônio Moniz e ao PRD.¹⁴⁹ Desligado da ACB, Seabra, ao menos nos seus discursos, estreitou o vínculo com os trabalhadores.

O governo estadual, contava com o apoio de várias categorias operárias também para seus embates contra os ruístas. Para isso, acenava com algumas vantagens ao operariado. Além das já citadas outorgas de títulos de sociedades de utilidade pública, Moniz também tentou conquistar o apoio da classe trabalhadora através de leis que garantissem alguns benefícios, como a decretação do dia 1º de maio como feriado estadual (Lei nº 1296, de 30 de abril de 1919),¹⁵⁰ “em homenagem às classes operárias e como glorificação ao Trabalho”. Em troca, aqueles setores do operariado que se sentiam favorecidos pelo governo hipotecavam seu apoio explícito a Moniz e ao chefe político do PRD, Seabra. Assim, durante a pesquisa, foi possível observar, nas páginas da imprensa governista, que “numerosa comissão” de operários foi até a sede do governo agradecer a sanção da lei que tornou o Primeiro de Maio feriado estadual. João Capistrano Pires Dias e Agapito de Souza, representando os carregadores, chamavam o governador de “amigo sincero do operariado”. Alípio Marciano dos Santos, presidente da associação dos estivadores, também se fazia presente enquanto os manifestantes

¹⁴⁸ *O Tempo*, 10 de março de 1919.

¹⁴⁹ Pang, *Coronelismo e oligarquias*, op. cit., p. 129-130.

¹⁵⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 1 de maio de 1919.

davam vivas ao presidente recém-eleito Eptácio Pessoa, ao governador Moniz e ao senador Seabra.¹⁵¹ Na Câmara de Deputados, Cosme de Farias apresentou moção em congratulação pela data, através do Centro Operário, aplaudindo sua “atitude calma, nobre e patriótica na defesa dos seus ideais e no respeito à ordem e ao princípio da legalidade, garantias máximas da grandeza futura do Brasil”.¹⁵² Depois de rápido flerte com as oposições, quando chegou a apoiar a candidatura de Rui Barbosa para presidente, o Centro Operário reintegrou-se nas fileiras situacionistas.¹⁵³

Em maio, estourava uma greve nacional dos marítimos. A maioria das categorias profissionais portuárias e marítimas de Salvador teve suas associações fundadas na condição de sucursais de matrizes localizadas na capital da República.¹⁵⁴ A Associação dos Marinheiros e Remadores seguiu esse mesmo processo, sendo fundada, após a vinda de um dirigente da capital carioca, em 3 de abril de 1911. Desta maneira, no dia 7 de maio, ao receberem instruções para iniciarem uma paralisação, os tripulantes dos navios da Companhia de Navegação Baiana, do Lloyd Brasileiro, da Companhia Costeira e da Companhia Comércio e Navegação aderiram ao movimento grevista, permanecendo em atitude pacífica.¹⁵⁵ O *Diário da Bahia*, periódico oposicionista, objetivando exaltar os ânimos contra o governo, chegou a sugerir que os estivadores também teriam aderido e paralisado suas atividades.¹⁵⁶ No entanto, tal notícia logo foi desmentida por um jornal ligado à situação.¹⁵⁷

Entre as motivações da greve figuravam a alteração do regulamento do Lloyd, que modificava os horários das refeições; a criação de uma nova associação de empregados, com a chancela dos patrões; aumentos salariais; e o estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho.¹⁵⁸ Esta última reivindicação fazia-se cada vez mais presente nas demandas operárias pelo Brasil afora e, igualmente, na Bahia. A parede se arrastaria até o dia 30 de maio, quando os patrões finalmente aceitaram as reivindicações dos

¹⁵¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 3 de maio de 1919; *O Democrata*, Salvador, 3 de maio de 1919.

¹⁵² *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 1 de maio de 1919.

¹⁵³ Nas eleições de 6 de abril, Júlio Leitão, presidente do conselho executivo do Centro Operário, e que havia se aproximado da oposição, foi substituído pelo capitão Eugênio Cardoso, que logo realinhou-se ao seabrismo. Nesta mesma oportunidade, o major Cosme de Farias foi eleito para a presidência da Assembleia Geral. Ver, entre outros: *O Tempo*, 8 de abril de 1919.

¹⁵⁴ A esse respeito, ver: Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 165-169.

¹⁵⁵ *A Tarde*, 8 de maio de 1919; *Diário da Bahia*, 10 de maio de 1919.

¹⁵⁶ *Diário da Bahia*, 8 de maio de 1919.

¹⁵⁷ *O Tempo*, 8 de maio de 1919.

¹⁵⁸ *O Tempo*, 8 de maio de 1919.

paredistas.¹⁵⁹ Outra evidência da ligação do seabrismo com as categorias em greve era o fato de que o advogado dos operários paralisados era o deputado estadual do PRD, Lauro Villas-Boas.¹⁶⁰ Finda a paralisação, a imprensa da situação informou que a Associação dos Marinheiros e Remadores reuniu-se em sua sede para uma sessão extraordinária. Presidida pelo delegado da entidade, Argemiro Alves da Fonseca, e contando com a participação do advogado e deputado estadual pelo PRD, Durval Fraga, deliberou-se, consoante proposta de Argemiro, “subscrita por muitos consócios”, realizar uma passeata até o Palácio da Aclamação para “saudar o eminente dr. Antônio Moniz pela passagem de seu aniversário, e agradecendo-lhe também os relevantes serviços prestados ao operariado”. O préstito partiu, então, tendo a frente uma banda de música do 2º Batalhão da polícia do estado e o estandarte da associação. Depois de percorrer algumas ruas do bairro comercial, a manifestação se dirigiu à Cidade Alta, entre aclamações aos membros do PRD, J. J. Seabra, o governador Antônio Moniz, o deputado Lauro Villas-Boas, o também deputado Durval Fraga e Moniz Sodré. O chefe do executivo estadual recebeu os manifestantes agradecendo “os aplausos do operariado”, dizendo-se “cada vez mais encorajado por essa espontânea e valiosa solidariedade”. E despediu-se fazendo “a apologia do trabalho e incitando os operários a pugnar” de maneira “pacífica mas desassombradamente por suas justas aspirações”.¹⁶¹

Com o “problema operário” em evidência, uma estratégia utilizada pelos seabristas foi abrir um jornal voltado mais especificamente para as classes subalternas. Assim nasceu o vespertino *O Tempo*, em 1918, autodesignado “órgão defensor das classes populares”.¹⁶² Em suas páginas observamos profusamente matérias e notícias cujo objeto eram as condições de vida e trabalho dos soteropolitanos mais pobres.¹⁶³ Como exemplo, podemos citar uma reportagem publicada no dia 2 de junho de 1919, por coincidência o mesmo dia em que a paralisação dos operários da construção civil da capital se iniciava. Com sugestivo título, “O que temos feito e o que precisamos fazer pelo operariado”, a matéria fazia referência à Conferência da Paz – realizada em Paris e inaugurada em 18 de janeiro de 1919, da qual se originaria o Tratado de Versalhes (28 de junho de 1919) – defendendo a necessidade da criação de uma legislação que

¹⁵⁹ *O Imparcial*, 31 de maio de 1919; *O Tempo*, 31 de maio de 1919.

¹⁶⁰ *O Tempo*, 10 de maio de 1919.

¹⁶¹ *O Democrata*, 31 de maio de 1919; *O Tempo*, 31 de maio de 1919.

¹⁶² Anúncio trazendo a primeira página do primeiro número de *O Tempo*. In: *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 202.

¹⁶³ Ver os números desse periódico entre 1918 e 1920.

regulamentasse as relações trabalhistas no Brasil. Fazendo eco às deliberações da Comissão de internacionalização da legislação do Trabalho, que funcionou no bojo daquela conferência, o periódico defendia a implantação do “direito de associação para os patrões e empregados, uma vez que visem fins legais”, e a regulamentação de alguns direitos operários, tais como: estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho; repouso semanal de 24 horas, no mínimo; abolição do trabalho infantil; isonomia salarial entre homens e mulheres em serviços idênticos; limitação do trabalho feminino; e, finalmente, inspeção do Estado.¹⁶⁴ É interessante observar que algumas dessas demandas, como a jornada de 8 horas de trabalho, por exemplo, estarão presentes na pauta de reivindicações dos trabalhadores de Salvador, durante a greve geral.

Contudo, não era somente a situação seabrista que se valia da imprensa para se aproximar dos trabalhadores, visando conquistar seu apoio. Os ruístas também se utilizaram desse expediente, pelas páginas das folhas ligadas às oposições estaduais.

Os ruístas e o operariado

Com o falecimento do presidente eleito (antes da posse) Rodrigues Alves, o nome de Rui Barbosa logo foi cogitado como candidato ao cargo. A convenção nacional (fevereiro de 1919), após acordo envolvendo sete chefes políticos estaduais – aí incluído Seabra e os líderes dos estados mais fortes da federação – decidiu-se, porém, pela escolha do senador paraibano Epitácio Pessoa. O veto à sua candidatura o deixou inconformado, com o elemento agravante de não contar com o apoio de sua terra natal, a Bahia, controlada por Seabra.¹⁶⁵

Na realidade, entre 1916 e 1917, Rui já se aproximava das oposições estaduais. Isto se devia tanto a inabilidade política do governador Antônio Moniz, cujo nepotismo praticado sem veleidades espantou até os membros de seu partido,¹⁶⁶ quanto ao fato das mortes dos ex-governadores Severino Vieira e José Marcelino, em 1917, terem incentivado os antagonistas de Seabra a buscarem atrair Rui, desejosos em aproveitar o

¹⁶⁴ *O Tempo*, 2 de junho de 1919.

¹⁶⁵ Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 141-142; Sarmiento, *A raposa e a águia*, op. cit., p. 110-111.

¹⁶⁶ Para Sampaio, “o controle oligárquico estabelecido pelos Monizes não só vivificou a oposição, como tornou iminente a cisão do partido situacionista”. *Partidos Políticos*, op. cit., p.141.

seu prestígio “para impulsionar a luta contra o poder seabrista enraizado no estado”.¹⁶⁷ Sintomático da ruptura entre Rui e Seabra foi o discurso daquele, no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1917, quando proferiu críticas acerbas contra o governo da Bahia, atingindo Antônio Moniz e Seabra. Para Sampaio, o caráter político emprestado a esse discurso, “que tinha por objetivo homenagear o Batalhão dos Atiradores Baianos”, teve como consequência retirar da inércia as forças oposicionistas do estado.¹⁶⁸ Anos depois, ao recordar os fatos, o próprio Moniz admitiria que daquele momento em diante, as oposições promoveram “a unificação dos diferentes grupos que a constituíam, elegendo Rui Barbosa seu chefe supremo”.¹⁶⁹

Para Rui Barbosa, a eleição presidencial de 1919 era vista como a última chance de galgar o posto mais alto da nação. E ele não mediria esforços para consegui-lo, embora sabedor de suas pequenas probabilidades, uma vez que contava apenas com o apoio de Nilo Peçanha, senador federal pelo estado do Rio de Janeiro, e de grupos políticos minoritários, em São Paulo, Minas e Bahia, principalmente. Durante sua campanha eleitoral Rui Barbosa visitou alguns estados do país, tendo proclamado conferências no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas e na Bahia, onde a propaganda em favor de sua candidatura, na opinião de Moniz, “foi intensíssima”.¹⁷⁰ Numa dessas conferências, em 20 de março de 1919, novamente no Teatro Lírico, na capital federal, Rui tratou diretamente da candente “questão social”. Era a primeira vez que fazia isso em toda a sua vida pública. Criticando aqueles que se espantavam pelo seu súbito interesse pelos trabalhadores, Rui estabelecia uma linha de continuidade entre sua luta pela abolição da escravidão e sua preocupação com o problema operário. O relato de Evaristo de Moraes, um dos colaboradores na confecção do texto de Rui, é revelador da mudança que se operara no modo de ver do senador baiano em relação à situação das relações trabalhistas:

“Ele pasmava diante dos quadros que lhe apresentávamos, das misérias, dos sofrimentos, dos vexames e explorações a que estão sujeitas algumas classes trabalhistas, parecendo-lhe incomportável a situação por nós descrita. E Deus sabe quanto e quanto lhe custou, abandonando os princípios do seu

¹⁶⁷ Sarmiento, *A raposa e a águia*, op. cit., p. 105-106.

¹⁶⁸ Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 139.

¹⁶⁹ Aragão, *A Bahia e os seus governadores*, op. cit., p. 623.

¹⁷⁰ Aragão, *A Bahia e os seus governadores*, op. cit., p. 645.

velho Liberalismo Econômico, sugerir, de público, providências legislativas, de cunho intervencionista”.¹⁷¹

A preocupação de Rui, desse modo, repousava em não permitir um choque interclassista; ou seja, assim como ele desejava, conscientemente, evitar a confrontação das raças, quando das lutas abolicionistas. Em *A questão social e política no Brasil*, concebendo os ex-escravos como o “primitivo operariado brasileiro, aquele a quem se devia a nossa primeira riqueza nacional”, Rui Barbosa, mais de 30 anos depois de 1888, conservava a opinião de que o cativo marcara indelevelmente os libertos, que continuariam a ser escravos “dos vícios” trazidos do regime servil, ou seja, “uma raça que a legalidade nacional estragara”.¹⁷² Ao se debruçar sobre o tema, Wlamyra Albuquerque, atendo-se ao processo abolicionista e ao imediato pós-abolição, demonstrou que Rui Barbosa, batalhador pela causa da extinção da escravidão, enxergava os libertos como seres ingênuos, inconscientes, infantis, manipuláveis e incapazes de promover ações políticas autônomas ou racionais. Na interpretação de Rui, portanto, caberia ao movimento abolicionista orientar a resolução da escravidão. Já que havia uma “raça emancipadora” e uma “raça emancipada”, considerava ele a libertação como dádiva e não como conquista dos emancipados e, por isso mesmo, justificava a tutela dos libertos, vistos como incapazes e desabilitados para gerirem sua nova condição de cidadãos, devido ao seu passado escravo.¹⁷³ Assim, para Rui, permitir que a “raça emancipada” interviesse nas questões republicanas, politizando “as desigualdades entre negros e brancos”, poderia por em perigo “a ordem social”. A fim de evitar tal desfecho, dever-se-ia acionar um discurso de “paz racial”.¹⁷⁴ Da mesma forma que “o abolicionismo restituiu o escravo à condição humana”, Rui argumentava que

¹⁷¹ Citação de Evaristo de Moraes Filho, “Introdução”, a Evaristo de Moraes, *Apontamentos de Direito Operário*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1971, p. XVI, *apud* Pinheiro, Paulo Sérgio; Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil – Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Brasiliense; Campinas, SP: Funcamp, 1981. v. 2 (Condições de vida e trabalho, relações com os Empresários e o Estado), p. 272.

¹⁷² Barbosa, Rui. *A questão Social e Política no Brasil*. p. 375 (disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/p_a5.pdf - acessado em 21/04/2012).

¹⁷³ Albuquerque, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 183-194.

¹⁷⁴ Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, op. cit., p. 188-190.

“a reforma social, na sua expressão moderada, conciliatória, cristã, completaria, no operário livre, a emancipação do trabalho, realizada outrora, em seus traços primordiais, no operário servil”.¹⁷⁵

O discurso acionado agora era o da paz social. Assim como os ex-escravos deveriam ser introduzidos na esfera da liberdade e da cidadania pelas mãos da “raça emancipadora”, caberia aos legisladores da República – estes novos emancipadores – “tomar as medidas que a questão social” exigia,¹⁷⁶ através de “providências tutelares”, que a “*minoridade social*” (grifos do autor) dos trabalhadores assalariados reclamava.¹⁷⁷

Consciente da importância do operário como fator fundamental na produção da riqueza nacional,¹⁷⁸ Rui Barbosa assumia a necessidade de revisão do liberalismo ortodoxo e, assim, aceitava estabelecer “restrições às exigências do capital” (o que de fato era uma alteração na sua ideologia), de modo a produzir algum equilíbrio nas relações entre patrões e empregados. Ao reclamar uma flexibilização do princípio liberal da “liberdade de trabalho” (entendida como a liberdade contratual de comprar e vender a força de trabalho), Rui visava deter a influência do socialismo sobre o operariado nacional – no seu entendimento um “grave desacerto”.¹⁷⁹ Essa preocupação já lhe ocupava o pensamento em 1917, transparente naquele mesmo discurso do teatro Lírico, em que se referiu ao “exemplo moscovita”, a “peste do Oriente”. Externava Rui, então, o temor de que a República, “sob a ação do fluído poderoso que está convulsionando o mundo contemporâneo”, decaísse a um estágio de “anarquia”, pois, refletia ele, “não nos minguam elementos explosivos, que a poderão determinar inesperadamente”, caso “os nossos políticos (...) e as nossas classes conservadoras não se decidirem a pesar com todo o seu peso nos destinos da nação”.¹⁸⁰

Admitindo que a “evolução geral do mundo” se dirigia “em torrente para as concessões do socialismo”, Rui marcava posição ao lado do socialismo “benévolo”, “pacificador”, “sem querer o socialismo devastador”, que visava solucionar a questão social através do antagonismo de classes.¹⁸¹ Para atingir tal meta, preconizava a revisão

¹⁷⁵ Barbosa, *A questão Social*, op. cit., p. 379.

¹⁷⁶ Barbosa, Rui. *A questão Social*, op. cit., p. 402.

¹⁷⁷ Barbosa, Rui. *A questão Social*, op. cit., p. 387.

¹⁷⁸ Barbosa, *A questão Social*, op. cit., p. 372-373.

¹⁷⁹ Barbosa, *A questão Social*, op. cit., p. 380-381.

¹⁸⁰ Barbosa, Rui. *A Colônia Baiana ao Batalhão de Atiradores*. Rio de Janeiro, P. de Mello, 1917.

¹⁸¹ Barbosa, Rui. *A questão Social*, op. cit., p. 380-382.

do liberalismo ortodoxo presente na Constituição Federal por meio de reformas legislativas. Demonstrando que as leis que regulamentavam as relações trabalhistas, desde os albores da República, haviam se tornado letra morta, Rui enfatizava que a nova legislação deveria versar, prioritariamente sobre os seguintes pontos: habitação; regulamentação do trabalho dos menores; jornada de trabalho; higiene nos locais de trabalho; licença para gestantes; isonomia salarial para homens e mulheres em tarefas idênticas; e regulamentação do trabalho noturno.¹⁸²

A reforma social estava, dessa maneira, vinculada à revisão constitucional, defendida amiúde por Rui Barbosa. Para o senador baiano, a revisão constitucional demonstrava a importância da questão social, especialmente num contexto de descontentamento generalizado com os ditos “abusos” do regime constitucional republicano. Nesse entendimento, as necessárias reformas sociais seriam possíveis unicamente através da “colaboração mútua das classes”. Defendendo o capitalismo, Rui afirmava não haver “nada mais desejável do que a cooperação entre as classes, que empregam, e as que se empregam”. Portanto, ao demandar uma legislação acautelatória do trabalho, condicionava-a a cumprir-se dentro de um espírito conciliatório. O objetivo de Rui era claro: evitar a “desordem social” e a “desordem política”. Temendo “a iminência de comoções e subversões”, sentenciava que “nem para a revisão do direito social, nem para a revisão do direito político” haveria necessidade “de revolta ou violência”.¹⁸³

De fato, as elites políticas brasileiras e baianas sabiam que o “problema operário” estava posto. A questão consistia, portanto, em como lidar com ele. A saída aventada passava por uma revisão do liberalismo vigente, através da execução de reformas legislativas no tocante às relações trabalhistas, com base na conciliação de classes e tendo como meta a “conservação da sociedade”.

Não era raro, desse modo, na conjuntura em questão, o apoio de ruístas a certas demandas ou manifestações de trabalhadores baianos. Principalmente quando se confrontavam com o governo estadual e municipal, ambos dirigidos pelos seabristas. Assim, quando os professores municipais de Salvador resolveram não iniciar o ano letivo, em janeiro de 1918, encontraram na oposição aliados importantes. A greve

¹⁸² Barbosa, Rui. *A questão Social*, op. cit., p. 367-417.

¹⁸³ Barbosa, Rui. *A questão Social*, op. cit., p. 405-410.

reivindicava o pagamento de salários atrasados, alguns deles a mais de dois anos! Os jornais oposicionistas não perderam a chance de fustigar os seabristas. O *Diário da Bahia* noticiou que Rui Barbosa havia denominado a paralisação, em discurso proferido na capital federal, de a “Revolta dos Resignados”.¹⁸⁴ A paralisação durou meses – findou-se apenas em setembro – e abrangeu toda a categoria, constituindo-se a parede mais longa “da história da cidade”, segundo Silva Santos.¹⁸⁵ Na interpretação de Antônio Moniz, “a imprensa oposicionista começou a explorar com a demora no pagamento dos vencimentos dos professores da municipalidade”, conseguindo convencer aqueles funcionários públicos que os defenderiam em sua disputa contra a Intendência. Segundo esse ponto de vista, tal estímulo teria favorecido a eclosão da greve. A resolução do conflito se devia, dessa maneira, à ação do governo estadual, que “sob sua responsabilidade, garantiu ao Município o levantamento de um empréstimo”, para efetuar os pagamentos em atraso.¹⁸⁶ De acordo com artigo de Ana Alice Costa e Héliida Conceição, porém, foi o governo federal que interferiu no impasse e autorizou o Banco do Brasil a efetuar um empréstimo, com o fim de pagar aos professores os vencimentos devidos. Inclusive, contrariando a vontade de Seabra.¹⁸⁷ Com o término da greve, muitas das professoras (grande maioria da categoria) mantiveram-se ao lado da oposição, contra Seabra. Algumas se engajaram publicamente na campanha eleitoral pela eleição de Rui Barbosa para presidente da República.¹⁸⁸

Em janeiro de 1919, os empregados da Empresa de Asseio da Cidade, contratada pelo município para executar os serviços de limpeza pública da capital baiana, paralisaram suas atividades em protesto contra um atraso salarial. Segundo o *Diário da Bahia*, os carroceiros não recebiam há quatro quinzenas e os caixeiros há três. Os jornais ligados à oposição denunciavam que a empresa era dirigida por Germano de Assis, um empresário acusado de ser favorecido pelas administrações seabristas do estado e da municipalidade e, também, de ser o “açambarcador-mor” de obras e serviços públicos. A empresa receberia regularmente para, em troca, prestar serviços ineficientes. O lixo se espalhava pela cidade, enquanto seus operários estavam “morrendo de fome”,

¹⁸⁴ *Diário da Bahia*, 31 de janeiro de 1918.

¹⁸⁵ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 360.

¹⁸⁶ Aragão, *A Bahia e os seus governadores*, op. cit., p. 633-634.

¹⁸⁷ Costa, Ana Alice Alcântara e Conceição, Héliida. “As mulheres na ‘Revolta dos Resignados’: A greve dos professores municipais em 1918”, In: *Orbis Ciência Cultura e Humanidades*, Salvador, v. 4, 2002 (disponível no endereço eletrônico: <http://www.orbis.ufba.br/artigo1.htm> - acessado em 3/04/2012).

¹⁸⁸ *A Tarde*, 3 de fevereiro de 1919.

recebendo o pagamento na forma de vales, que só poderiam ser trocados em tavernas por mercadorias com preços exorbitantes. Além disso, os trabalhadores tinham que arcar com os custos dos materiais e uniformes de trabalho, cumprindo uma jornada de 13 horas diárias. Assim, ao mesmo tempo em que criticava a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população soteropolitana, a imprensa oposicionista apoiava as demandas dos trabalhadores pagos pelos cofres estaduais e municipais. Este *modus operandi* se repetiria amiúde. Em geral, quando funcionários do estado ou município se levantavam contra suas condições de trabalho, encontravam uma receptiva imprensa oposicionista para lhes acudir. Dessa maneira, atingia-se o governo por dois flancos: um, em relação aos serviços (maus) prestados e outro, relativo à sua condição de (mau) patrão. A supracitada greve terminou após intervenção de uma força policial formada por infantaria e cavalaria e com a promessa, chancelada pelo delegado auxiliar Lustosa de Aragão (que chegou a receber em sua residência uma comissão de grevistas), de receberem os salários atrasados. No entanto, noticiava-se, no dia 18 de janeiro, que os pagamentos ainda não haviam sido regularizados, o que gerou a paralisação das linhas de bondes entre o subúrbio de Itapagipe e o bairro comercial.¹⁸⁹ Isto demonstra que o poder público não era tão tolerante assim, quando se tratava de greves em serviços mantidos por ele. Geralmente repressão e concessão caminhavam juntas. Destarte, observamos também a importância da polícia como mediadora dos conflitos entre o capital e o trabalho.

A esse respeito, em seu número de novembro de 1918, a *Revista Bahia Ilustrada*, publicada na capital federal, trazia uma matéria na qual elogiava a atuação do chefe de polícia do Rio, o baiano Aurelino Leal, por seu papel de mediador nas questões entre patrões e empregados:

“A ausência de uma legislação operária e social, dirimindo conflitos e harmonizando relações industriais pela clareza das suas normas, pela eficácia de seus órgãos, tem feito habitualmente do chefe de polícia, no Rio, o mediador e até mesmo o árbitro das questões aventadas nesse domínio”.¹⁹⁰

No dia 4 de abril, *O Imparcial*, ligado às oposições e ao grande comércio, publicava notícia referente a uma paralisação em outro serviço público. Dessa vez era a

¹⁸⁹ *A Hora*, 9, 10 e 14 de janeiro de 1919; *Diário da Bahia*, 14 e 15 de janeiro de 1919; *O Imparcial*, 14, 16 e 18 de janeiro de 1919.

¹⁹⁰ *Revista Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, n. 12, ano II, novembro de 1918

empresa responsável por produzir energia e por algumas linhas de bondes da cidade que se defrontava com a greve.¹⁹¹ A greve, que se desenrolou pacificamente nas oficinas da empresa, por conta de salários atrasados, teria findado com a normalização do pagamento, o que não impediu que os serviços prestados retornassem de modo “irregular e deficiente”, como de praxe. No entanto, havia ainda a ameaça que a usina geradora de energia do Gasômetro, cujos funcionários também estavam com vencimentos atrasados, paralisasse, deixando “a cidade em completa escuridão”.¹⁹² Como o pagamento foi realizado, isto não chegou a ocorrer, mas as críticas à falta de pagamentos aos funcionários do município e à qualidade dos serviços públicos continuaram a ocupar as páginas dos periódicos oposicionistas. No dia 7 de abril os operários do Gasômetro paralisaram em solidariedade a um colega que havia sido demitido por ter tomado parte na greve anterior. Mas, com a readmissão do mecânico, retornaram ao serviço.¹⁹³ Em maio, nova greve ocorria nas oficinas da Linha Municipal, motivada por salários atrasados. Enquanto as folhas governistas silenciavam sobre essas ações grevistas e a situação de penúria dos operários pagos pelo estado, o jornal *A Tarde* afirmava que aqueles funcionários públicos estavam “morrendo de fome”.¹⁹⁴

Com intensificação da disputa pela presidência da República (as eleições estavam marcadas para o dia 13 de abril), os jornais pró-Rui passaram a dedicar mais espaço para matérias referentes aos mundos do trabalho, numa tentativa de atrair a classe trabalhadora da capital. Assim sendo, o vespertino *A Hora* passou a publicar, em 11 de fevereiro, uma coluna chamada “Ao Proletariado”. Assinada simplesmente pelo nome Eurico, e conclamando os operários a organizarem-se, pois “a solidariedade é a base para a reação”, a coluna se dedicava a discutir assuntos relacionados às condições de vida e trabalho do operariado local. Citando, em linguagem panfletária e com críticas aos patrões, a ocorrência da fome “no funcionalismo municipal e estadual e mesmo entre os operários”, o depauperamento e a incidência de enfermidades entre os trabalhadores, as extensas jornadas de trabalho a que estavam submetidos, os poucos vencimentos percebidos e a repressão policial da qual eram vítimas, o articulista

¹⁹¹ A empresa em questão era a antiga Linha Municipal, administrada neste momento pelo estado devido à situação de insolvência em que se encontrava a Intendência da capital baiana. De fato, os serviços de água, luz e bondes, em 1919, haviam passado da alçada do município para o estado.

¹⁹² *O Imparcial*, 4 de abril de 1919.

¹⁹³ *A Tarde*, 8 de abril de 1919.

¹⁹⁴ *A Tarde*, 10 e 12 de maio de 1919.

basicamente tentava indispor os operários em relação ao governo do estado.¹⁹⁵ A coluna foi publicada muitas vezes entre os meses de fevereiro e março, sempre apontando a necessidade de organização do operariado para conquistar melhorias. Mas, no dia 20 de fevereiro, no quinto artigo, explicitou pela primeira vez seu posicionamento quanto ao pleito presidencial, apoiando o nome de Rui Barbosa.¹⁹⁶ Seguindo nessa linha, e visando desestabilizar o governo estadual, os artigos seguintes insistiam na pregação operária “no seio da própria polícia” e nos ataques às autoridades políticas do estado.¹⁹⁷ Valendo-se de uma linguagem cada vez mais desabrida, a coluna concitava os operários a reagirem “à mão armada” contra o governo. Atacando também o comércio, na figura dos açambarcadores e especuladores dos gêneros de primeira necessidade, o articulista Eurico afirmava que “só o punhal” poderia solucionar os problemas do operariado, pois essa “prática revolucionária” produziria “um grande efeito”.¹⁹⁸

A crescente agressividade presente nesses artigos articulava-se ao lema da campanha presidencial em terras baianas, que, repetidamente, proclamava: “Rui ou a Revolução”.¹⁹⁹ Assim, segundo o discurso das oposições, “a salvação da República” repousava “nas urnas ou nas barricadas”. Conclamando os brasileiros a imitarem os franceses, sentenciavam os ruístas: “o 13 de abril [dia da eleição] deverá ser a reprodução do 14 de julho”.²⁰⁰ Tal ameaça certamente era dirigida ao governo estadual. Nessa perspectiva, se Rui não vencesse pelos votos, deveria vencer pelas armas.

A intenção de utilizar a coluna reservada ao articulista Eurico, a fim de atrair a classe operária para o campo da candidatura de Rui patenteou-se quando, após as eleições, ela deixou de ser publicada. Contudo, outros jornais ligados à oposição utilizaram esse mesmo expediente de reservar uma coluna para a discussão de assuntos atinentes às condições de vida e trabalho dos operários de Salvador, com vistas a cativá-los.

¹⁹⁵ *A Hora*, 11 de fevereiro de 1919.

¹⁹⁶ *A Hora*, 20 de fevereiro de 1919.

¹⁹⁷ *A Hora*, 22 de fevereiro de 1919.

¹⁹⁸ *A Hora*, 5 de março de 1919.

¹⁹⁹ *Diário da Bahia*, 21 de fevereiro de 1919. A partir de então, o uso desse lema de campanha seria comum nas páginas dos periódicos oposicionistas. Na edição de 1 de março de 1919, o jornal *A Hora* afirmava que a República exigia “sacrifícios”, portanto, nesse momento ou haveria a “elevação de Rui à presidência”, “ou a revolução”. Também o ex-seabrista Otávio Mangabeira, ao terminar um discurso no Teatro Politeama, gritou: “Rui ou a revolução”. Ver: Aragão, *A Bahia e os seus governadores*, op. cit., p. 646.

²⁰⁰ *A Hora*, 8 de março de 1919.

O jornalista João Varella, por exemplo, escreveu artigos em colunas chamadas “Colaboração Operária” em dois jornais oposicionistas no primeiro semestre de 1919. Versando sobre as questões que oprimiam o operariado de Salvador, clamava, nas páginas do *Diário de Notícias*, entre outras coisas, pela necessidade de se oferecer instrução para os operários e seus filhos, pela construção de casas higiênicas para os trabalhadores, pela criação de um jornal genuinamente operário e pela regulamentação da jornada de 8 horas de trabalho.²⁰¹ Algumas dessas reivindicações, que, como vimos, pareciam ser aceitas até mesmo por elementos das classes dominantes, estavam cada vez mais presentes nas páginas dos periódicos baianos, alcançando em algum grau a classe operária local, passando a figurar no rol de demandas das greves. Entretanto, com a eclosão da greve geral, aparentemente não interessava mais ao jornal dispensar um espaço para o articulista e as matérias cessaram em 4 de junho.

Enquanto as instalações do *Diário de Notícias* passavam por uma reforma, Varella escreveu uma coluna de mesmo nome no *Diário da Bahia* (tradicional periódico vinculado aos interesses dos grandes comerciantes e industriais). Tratando das “necessidades do operariado baiano”, “já uma força” social reconhecida, o jornalista emitia uma concepção de conquista de melhorias para os trabalhadores que podia ser admitida – e mesmo replicada – pelos capitalistas. Sem que fosse “preciso, talvez, no nosso país”, refletia Varella, o levante “belicoso, guiado pela bandeira vermelha, para as depredações, que são condenáveis, para as vindictas ferozes, que não são próprias deste povo”.²⁰² De resto, tocava nos temas que estavam em voga: associativismo proletário; eleição de representantes parlamentares (desde que “verdadeiros operários”); instrução operária; limitação da jornada de trabalho; habitação operária; trabalho infantil; etc.²⁰³

João Varella militava a alguns anos no movimento operário baiano.²⁰⁴ Em fins de abril de 1919, a imprensa anunciava que uma Liga Operária, fundada em 1 de maio de 1911 e de vida efêmera, estava sendo reorganizada. Varella estava entre os partícipes dessa iniciativa. Foi na condição de representante daquela associação que esteve presente nas discussões sobre a criação de uma Cooperativa Operária, entre os dias 24, 27 e 29 de maio, juntamente com militantes de sociedades operárias diversas.²⁰⁵ As

²⁰¹ *Diário de Notícias*, 28, 29 e 30 de abril; 16, 20, 24, 27 e 29 de maio; e 2, 3 e 4 de junho de 1919.

²⁰² *Diário da Bahia*, 6 de maio de 1919.

²⁰³ *Diário da Bahia*, 6, 7, 8, 10, 11, 14 e 16 de maio de 1919.

²⁰⁴ *Diário da Bahia*, 7 de maio de 1919.

²⁰⁵ *Diário de Notícias*, 24, 27 e 29 de maio de 1919.

reuniões preparatórias visando à criação da referida cooperativa tinham lugar na sede do Centro Operário. Naquele momento, a direção da entidade estava alinhada à situação, entretanto até as eleições presidenciais de abril, o grupo dirigente era composto por partidários de Rui Barbosa.

Dessa maneira, em janeiro de 1919, *O Imparcial* publicava mensagens telegráficas de personalidades baianas que perfilavam ao lado de Rui Barbosa. Entre elas figurava Júlio Fernandes Leitão, presidente do conselho executivo do Centro Operário. Em sua missiva, prometia ao candidato a presidente que “a classe operária” cumpriria seu dever, “votando em v. exa. como o maior operário da grandeza nacional”.²⁰⁶ No dia 25 de março, circulou um convite do Centro Operário, para a recepção que se faria em sua sede (no dia 28 daquele mês) a um dos principais nomes da oposição ruísta estadual: Miguel Calmon, qualificado como “um dos mais fortes esteios do operariado nesta terra”.²⁰⁷ O evento, na realidade, foi um ato de apoio e propaganda da candidatura de Rui e, nesse sentido, teve um significado simbólico importante, pois ocorreu poucos dias depois que um *meeting* da oposição, na praça Rio Branco, centro da cidade, fora dispersado a tiros. Importantes políticos estavam no comício, como Simões Filho, Pedro Lago e o próprio Miguel Calmon. O saldo foi de uma pessoa morta, o que valeu ao governador Moniz a acusação, por parte de um periódico oposicionista, de utilizar a “guarda negra do PRD” contra seus adversários políticos.²⁰⁸ Por seu turno, Moniz considerava que a campanha presidencial estava se revestindo de um caráter “mais do que agressivo, revolucionário” e que o *meeting* tinha sido convocado “para forçar o Governador do Estado a dar seu apoio à candidatura do senador baiano”.²⁰⁹ Com a ruptura entre as elites políticas, o apoio da classe operária crescia em importância. Por isso, a adesão do Centro Operário era disputada pelas facções. Além do aporte em termos de votos, buscava-se a visibilidade e o prestígio social que tal apoio traria ao grupo político ao qual a entidade se aliasse. A recepção a Miguel Calmon sinalizava, então, de modo explícito, o apoio às oposições estaduais, que não mantinham vínculos tão fortes com a classe operária de Salvador em comparação com os seabristas, que, como registramos, nutriam tais ligações desde o início do século XX. Realizada poucos dias depois da conferência em que Rui tratou da

²⁰⁶ *O Imparcial*, 24 de janeiro de 1919.

²⁰⁷ *O Imparcial*, 25 de março de 1919.

²⁰⁸ *A Hora*, 27 de março de 1919.

²⁰⁹ Aragão, *A Bahia e os seus governadores*, op. cit., p. 646.

questão social, na capital federal, a criação de uma legislação protetora do trabalhador foi defendida também por Calmon.²¹⁰

Assim, cortejado pela situação e pela oposição, o movimento operário conseguiu, com o estalar da greve geral, no início de junho de 1919, tirar proveito da cisão entre as classes dominantes, beneficiando-se com a extrema liberalidade do governo em relação à parede, que não foi reprimida em nenhum momento. Além disso, contou também, nos primeiros dias de paralisação geral, com a simpatia das oposições. O espaço de manobra adquirido, assim, foi fundamental para o desenvolvimento e êxito da campanha. Porém, a abertura de uma nova fase de prosperidade econômica e a relativa liberalidade para com os grevistas, graças à cisão política entre as classes dominantes, não seriam, em si mesmas, suficientes para gerar as condições de uma ação coletiva da envergadura da greve geral. A reorganização do movimento operário, com o surgimento de novas lideranças estabelecidas nos sindicatos de resistência reativados ou fundados durante aquela conjuntura, seria, nesse sentido, um componente decisivo.

Fundação e reativação dos sindicatos de resistência

Como demonstrou Castellucci, a organização da classe operária soteropolitana em bases sindicais iniciou-se pelas associações de trabalhadores do “complexo portuário e alguns setores artesanais e de transportes”, desde a primeira metade do século XIX.²¹¹ Até a Grande Guerra, a maior parte das sociedades operárias da cidade possuía características beneficentes, mutualistas ou cooperativistas. Elas poderiam reunir trabalhadores do mesmo ofício ou de ofícios distintos, de uma fábrica ou oficina, de uma localidade, “ou eram organizações étnico-nacionais – de negros e estrangeiros (...), nesse caso não havendo separação entre trabalhadores e patrões, ricos e pobres, etc.” Também existiam as sociedades de socorro mútuo, que congregavam funcionários públicos, empregados do comércio, profissionais liberais, entre outros.²¹²

A partir da primeira década do século XX, diversas agremiações operárias – adotando denominações de centro, associação, união, liga, sociedade e sindicato – são

²¹⁰ *O Imparcial*, 29 de março de 1919.

²¹¹ Castellucci, Aldrin. “A luta contra adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)”, In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2/4, 2010, p. 47-48.

²¹² Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 163.

fundadas em Salvador.²¹³ Antes da greve geral de junho de 1919, cerca de 16 categorias estavam organizadas em bases sindicais, conforme os dados de Castellucci. Oito delas eram organizações pertencentes ao complexo portuário, geralmente fundadas na condição de sucursais das matrizes localizadas na capital federal. Era o caso, por exemplo, das associações dos estivadores, dos foguistas, dos marinheiros e remadores, e dos maquinistas da Marinha Civil.²¹⁴ Os sapateiros também estavam congregados em sociedade de resistência (em duas associações que viriam a se unificar em princípios de 1920). Trabalhadores do setor de transportes organizavam-se no Centro Automobilístico do Estado da Bahia, fundado em 17 de setembro de 1917. Em abril de 1919, foram fundadas a Sociedade União dos Operários de Padaria, a Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia – cujas lideranças participaram ativamente da greve geral – e a Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia.²¹⁵ A maré montante de sindicalização atingiu também os funcionários públicos estaduais e os caixeiros.²¹⁶ Em um comunicado, assinado por “Alguns caixeiros”, é indicado que “o momento é de remodelação, de reorganização e reivindicações” e que “este movimento cresce, se avoluma, e sua evolução já toma proporções agigantadas”. Dessa forma, conclamava a categoria para, “dentro da lei e conseqüentemente da ordem”, constituir um sindicato de resistência.²¹⁷ No dia 1 de junho, véspera da greve geral, fundava-se a União Caixeiral da Bahia.²¹⁸

Contudo, consoante a historiografia atinente ao estudo da greve geral, a organização operária mais atuante e presente nas lutas e manifestações dessa conjuntura de intensificação do associativismo sindical dos trabalhadores baianos (1919-1921), “cumprindo”, como ressalta Castellucci, “um relevante papel” no processo de politização da classe operária, foi o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC).²¹⁹ Fundado em 19 de março de 1919, dia de São José, por 25 trabalhadores,²²⁰ sua primeira sede situava-se no Beco do Mota, no distrito central da

²¹³ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 349.

²¹⁴ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 164-169. As outras categorias reunidas em sindicato eram: os conferentes, os calafates, os carregadores e os trapicheiros.

²¹⁵ Castellucci, “Flutuações econômicas”, op. cit., p. 147.

²¹⁶ Para maiores informações sobre os caixeiros, em Salvador, durante a I República, ver: Santos, Mário Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

²¹⁷ *Jornal de Notícias*, 17 de maio de 1919.

²¹⁸ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 179.

²¹⁹ Castellucci, *Trabalhadores e Máquina Política*, op. cit., p. 141.

²²⁰ ESTATUTOS do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 19 de outubro de 1919.

Sé, na área até hoje conhecida como Maciel, então habitada por muitos trabalhadores, negros e mestiços principalmente, e endereço de diversas associações operárias.²²¹ As lideranças surgidas nesse sindicato foram as principais responsáveis por boa parte da eclosão e êxito da greve geral, assim como pelo decorrente incremento organizacional e político que atingiu o movimento operário baiano na conjuntura que se seguiu à greve.

Convém destacar que parte dos primeiros membros do SPCDC trazia alguma experiência organizativa anterior. Como comprovou Castellucci, cinco operários que se filiaram ao sindicato em 1919 haviam integrado o Centro Operário da Bahia. Eram eles Abílio José dos Santos, Manoel do Bonfim Antunes, Victorino de Sant'Anna Muricy, todos pedreiros e fundadores do sindicato, e os marceneiros José Domiense da Silva e Manoel Quintino dos Santos, este também fundador da entidade. Assim, sua hipótese é que o Centro Operário, que chegou a contar com mais de 5 mil membros em 1894 – e que em 1919 computava 1,2 mil associados –, estaria perdendo militantes para os sindicatos de resistência reativados ou fundados na conjuntura 1919-1921.²²² Isto é outro indício de que, naquele momento, a opção pela organização em moldes sindicais tornava-se interessante para muitos trabalhadores de Salvador.

O SPCDC distinguia-se do Centro Operário, que possuía muitos artesãos qualificados em suas fileiras, grande parte ligada aos ofícios da construção civil, por abrigar em seu seio apenas trabalhadores manuais assalariados. Era vedada a participação dos mestres e contramestres ou de qualquer um que não tivesse extração operária. Além disso, ao contrário do Centro Operário, buscava organizar aqueles trabalhadores sem qualificação profissional, como os ajudantes e serventes, sem espaço nas associações existentes.²²³ Esses operários ditos “sem ofício” estavam submetidos a penosas condições de trabalho devido à intensa concorrência entre esse tipo de mão-de-obra.²²⁴ De acordo com Batalha, os sindicatos por ofício eram a forma mais comum de organização operária até a metade dos anos 1910, afiliando usualmente os profissionais mais qualificados e/ou com maior tradição organizativa. Citando o caso dos operários

²²¹ Castro, José Guilherme da C. (org.). *Miguel Santana*, Salvador, EDUFBA, 1996, p. 15-41.

²²² Castellucci, Aldrin. *Trabalhadores, Máquina Política*, op. cit., p. 141-142.

²²³ Como aponta Castellucci, não interessava ao Centro Operário, cuja diretriz era interferir no jogo político institucional, isto é nas eleições, admitir como membros pessoas que não gozassem do direito ao voto, caso dos ajudantes e serventes, em geral analfabetos. *Trabalhadores, Máquina Política*, op. cit., p. 129.

²²⁴ Silva, Fernando Teixeira da, e Gitahy, Maria Lúcia Caira. “O movimento operário da construção civil santista durante a I República”, In: *História Social*, Campinas – SP, n. 3, 1996, p. 89-90.

da construção civil, afirma que pedreiros e carpinteiros, por exemplo, possuíam sindicatos próprios, enquanto serventes e ajudantes, mão-de-obra com baixa qualificação, ficavam na dependência de que fosse criado um sindicato de indústria ou por ramo de atividade que os absorvesse.²²⁵

A opção do SPCDC em filiar serventes e ajudantes encontra paralelo em outro caso. Uma das características mais marcantes das organizações dos trabalhadores da construção civil, afirma Fernando Teixeira da Silva, voltando-se para o caso santista da I República, é sua tendência à “amalgamação” dos distintos ofícios da profissão numa mesma organização. “Os trabalhadores da construção”, prossegue, “não se limitaram a defender seus próprios interesses”, mas tentaram organizar e apoiar “todo o movimento operário santista”.²²⁶ Pelas páginas do periódico operário *Germinal*, publicado pelo SPCDC entre março e abril de 1920, podemos perceber que isto também se observava em relação ao caso baiano. Em seu entorno, muitas associações se reuniram e organizaram. Os marceneiros, por exemplo, só criaram sua associação própria, o Sindicato dos Produtores de Marcenaria, em julho de 1919 (até então faziam parte da mesma associação que os pedreiros e carpinteiros), continuando a reunir-se na sede do SPCDC até o início de maio de 1920, pelo menos. E não eram somente os marceneiros que utilizavam a sede dos Pedreiros e Carpinteiros para abrigar suas reuniões: segundo o *Germinal*, também os sapateiros da Sociedade União Defensora dos Sapateiros e a própria Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB), fundada em fevereiro de 1920, o fizeram.²²⁷

A preocupação das lideranças do SPCDC em organizar categorias sem representação sindical era observada pelo seu apoio à abertura de novos grêmios, como fizeram em Nazaré das Farinhas, no Recôncavo, onde, em agosto de 1919, fundaram a sucursal União dos Pedreiros Nazarenos, e em Muritiba, também em agosto de 1919, com a fundação do Comitê da Defesa Operária, entidade “confederada” ao Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros de Salvador.²²⁸ Ou ainda quando auxiliaram a criação da Sociedade União e Amparo de Todas as Classes, em junho de 1920.²²⁹ Cabe destacar que tal esforço não se restringia aos trabalhadores urbanos. Em matéria memorialística,

²²⁵ Batalha, *O movimento operário*, op. cit., p. 17.

²²⁶ Santos, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores de santos no entre guerras*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003, p. 52-53.

²²⁷ *Germinal*, 19 de março de 1920, p.10.

²²⁸ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 177-178; *O Imparcial*, 16 de agosto de 1919.

²²⁹ *A Voz do Trabalhador*, 18 de junho de 1921.

o jornal comunista *O Momento*, publicado em Salvador no breve período de abertura política verificado após o término da Segunda Guerra Mundial, informa que o sindicato enviou alguns representantes “para organizar os trabalhadores agrícolas da Ilha de Maré”. Após realizarem algumas reuniões “a comissão de operários sindicalistas” teria sido “escorraçada da ilha pelos proprietários” de terras.²³⁰ De fato, Castellucci comprovou que, em agosto de 1920, um Sindicato de Ofícios Vários foi fundado naquela localidade, “sob influência direta de Agripino Nazareth”, importante liderança na conjuntura 1919-1921.²³¹

Resta ainda considerar que a eclosão e êxito da greve geral devem-se a mais um fator, além dos já registrados (flutuações econômicas após a Grande Guerra, cisão interoligárquica e organização de sindicatos de resistência): a abrangência das principais reivindicações. A luta por aumento salarial e pela regularização da jornada de 8 horas de trabalho impactava diretamente a vida dos trabalhadores soteropolitanos.

A luta por aumentos salariais e pela jornada de 8 horas

Num contexto de intensas pressões inflacionárias e achatamento salarial, era evidentemente bem-vinda a majoração dos vencimentos. A regularização da jornada de trabalho de 8 horas diárias, por outro lado, era uma bandeira que animava o proletariado por seu alcance e generalidade, sendo facilmente encampada pelas diversas categorias profissionais de Salvador, na greve geral de junho de 1919, independentemente de orientação ideológica ou política. Afinal, como indicavam alguns periódicos, a jornada de trabalho em vigor era de “10, 11 e 12 horas”,²³² enquanto que os salários pagos mal cobriam as despesas básicas.²³³

Ao analisarmos as fontes, podemos perceber que havia, naquele momento, uma pressão dominante e ascendente pelas 8 horas. E isto ocorria tanto em nível internacional e nacional quanto local.²³⁴ A influência internacional advém da já referida

²³⁰ *O Momento*, 9 de abril de 1945.

²³¹ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 236.

²³² *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1919.

²³³ Ver, entre outros: *O Tempo*, 17 de março de 1919.

²³⁴ É importante destacar que a luta pela jornada de 8 horas, em nível internacional, vem desde as últimas duas décadas do século XIX. A Segunda Internacional (1889-1914) já reivindicava, em congresso de julho de 1889, a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. Ver: Perrot, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 130. Também na

Conferência de Paz, pois muitas de suas deliberações estarão presentes nas greves de 1919, em Salvador, em especial na greve geral. Em relação ao estabelecimento de uma legislação trabalhista, a regularização da jornada de 8 horas era um dos pontos acordados pelos países signatários daquele conclave, entre eles o Brasil. O surgimento de um direito do trabalho dava-se, portanto, num contexto de progressivo “abandono dos princípios liberais e o início da intervenção” estatal nas relações trabalhistas.²³⁵ Essa influência internacional nas lutas operárias baianas era difundida, então, também pelas páginas da grande imprensa estadual.²³⁶ Assim, ao defender a necessidade da criação “urgente e inadiável” de um “Código do Trabalho”, o periódico *O Tempo*, em abril de 1919, citando exemplos de países como Estados Unidos, Bélgica, França, Inglaterra e Suíça, onde “o operariado goza de certas regalias, que mais ou menos o protegem”, afirmava que “entre nós”, os trabalhadores viviam “quase sem nenhuma garantia”.²³⁷ Referindo-se diretamente às deliberações da Conferência de Paz, o *Jornal de Notícias*, simpático ao seabrismo, publicou, em sua edição de 15 de maio, uma matéria na qual afirmava que o operariado deveria festejar,

“pois suas santas reivindicações foram satisfeitas e o mundo, senão concorda com a aberração política do ‘bolcheviquismo’, em peso amparou as 8 horas de trabalho, a igualdade de salário e sua fixação mínima, a regulamentação do trabalho dos menores e mulheres, o respeito ao ventre, enfim uma legislação”.²³⁸

Nessa ótica, a implantação de tal legislação no Brasil, “buscando o interesse coletivo”, refletiria o “ideal justo do operariado, ideal que a sociedade moderna vem de

Bahia, seguindo a orientação do Partido Operário da Bahia e da União Operária Baiana, o Centro Operário (1893), entidade formada pela união daquelas duas organizações, previa em sua constituição (1894) a luta pela jornada de trabalho de 8 horas. Ver: Castellucci, “A luta contra a adversidade”, op. cit., p. 57.

²³⁵ Gomes, Ângela Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002, p. 19. Nessa obra, a autora concebe o Tratado de Versalhes, fruto da Conferência de Paz, como um marco dos primórdios de uma legislação trabalhista, enumerando: lei de acidentes de trabalho (1919); formação de caixas de aposentadoria (1923); criação do Conselho Nacional do Trabalho (1923); Lei de férias (1925); Código de menores (1926).

²³⁶ Em nossas pesquisas, com base nas fontes da grande imprensa baiana do período, chegamos à mesma interpretação de Sílvia Petersen em relação ao internacionalismo operário, entendido como “uma dimensão fundamental da experiência operária para investigar os indícios de circulação de militantes e idéias no Brasil e no exterior”. Sobre este assunto, ver, da autora: Petersen, Sílvia Regina Ferraz. “Relações interestaduais e internacionais no processo de formação do movimento operário brasileiro”, texto de comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.

²³⁷ *O Tempo*, 2 de abril de 1919.

²³⁸ *Jornal de Notícias*, 15 de maio de 1919.

consagrar no tratado de paz, como alicerce da nova vida social”.²³⁹ Porém, não havia unanimidade com relação ao tema e o deputado federal seabrista Moniz Sodré, primo do governador Antônio Moniz, considerava, naquela mesma edição do *Jornal de Notícias*, que algumas das determinações da Conferência de Paz estavam “aquém do que se pode conceder aos operários”, considerando-as, dessa maneira, excessivas.²⁴⁰ Também havia resistências por parte da Associação Comercial da Bahia, especialmente no tocante à redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. No boletim da entidade de maio de 1919, que informava o recebimento de um telegrama da Associação Comercial do Pará, no qual a congênere defendia a fixação, através do Congresso Nacional, das 8 horas de trabalho como mecanismo para debelar a “crise social” que o país atravessava, sem perturbações da ordem, a resposta da ACB foi esquiva, limitando-se a dizer que “a sorte e a condição do operário brasileiro” merecia toda a sua simpatia.²⁴¹

Isto não impedia, contudo, que houvesse patrões baianos dispostos a concederem as 8 horas para seus empregados. Na verdade, nos meses anteriores à greve geral de junho foram muitas as empresas que o fizeram, em parte devido a estímulos provenientes de outras regiões do país. Em maio, o *Jornal de Notícias* veiculava a informação de que vários industriais da capital federal concederam a jornada de 8 horas. A opinião do periódico era que, desse jeito, “os operários brasileiros” obtinham “facilmente aquilo que em outros países têm conseguido à custa de sangue”.²⁴² Em 24 de maio, o *Diário da Bahia* publicava um memorial do Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, sediado no Rio de Janeiro, no qual se aconselhava a adoção da jornada de 8 horas em todas as fábricas associadas. Assim, alguns dias depois, a Fábrica de Calçados Polar, proprietária de três unidades em Salvador – União, Stella e Trocadero – anunciava que concederia aquela jornada de trabalho aos seus operários.²⁴³ Ainda em maio, um jornal noticiava que a Fábrica de Tecidos Vitória, também localizada em Salvador, propriedade da firma Neves Guimarães & Cia., concedia a seus operários o dia de 8 horas.²⁴⁴ Apesar de o periódico afirmar que tal conquista, “na Bahia”, ocorrera “sem intervenção de qualquer espécie ou pedido dos interessados”, é

²³⁹ *Jornal de Notícias*, 15 de maio de 1919.

²⁴⁰ *Jornal de Notícias*, 15 de maio de 1919.

²⁴¹ BOLETIM da Associação Comercial da Bahia, maio de 1919.

²⁴² *Jornal de Notícias*, 3 de maio de 1919.

²⁴³ *Diário da Bahia*, 24 e 27 de maio de 1919.

²⁴⁴ *O Imparcial*, 13 de maio de 1919.

certo que as pressões efetuadas pelos trabalhadores pesaram na decisão dos patrões de ceder em relação à redução da jornada de trabalho.

O Liceu de Artes e Ofícios de Salvador, instituição consagrada à beneficência e instrução operária, decretou, também em maio, por indicação do major Cosme de Farias, o regime de 8 horas de trabalho em suas oficinas.²⁴⁵ Em fins daquele mês, Cosme de Farias, juntamente a outras personalidades representantes do operariado, como Guilherme Francisco Nery e Abílio José dos Santos, membros do SPCDC, estavam envolvidos no projeto de criação de uma Cooperativa Operária, citada anteriormente. Havia vários objetivos no empreendimento, entre eles a construção de casas para os proletários, subvencionadas pelo Estado, a aquisição de gêneros alimentícios a preços menores do que os praticados pelo comércio e a prestação de serviços médicos e odontológicos.²⁴⁶ Em uma das reuniões preparatórias para a constituição da aludida cooperativa “tratou-se também do estabelecimento do dia de 8 horas nas fábricas, companhias, empresas, oficinas, casas comerciais e repartições públicas”. Coube ao Centro Operário “a missão de levá-lo a efeito”.²⁴⁷

De fato, o mês de maio foi palco de manifestações e agitações operárias, em muitos pontos do território nacional, cuja bandeira comum era a luta pelo dia de 8 horas. E, nesse ponto, esta pesquisa parece confirmar, em boa medida, as palavras de Sílvia Petersen segundo as quais “o movimento operário, em várias de suas dimensões, literalmente atravessava as fronteiras estaduais”, pois “movimentos de (...) causas comuns, como denúncias e reivindicações, nutriam-se de estímulos locais provenientes de diferentes pontos do país”.²⁴⁸ Com efeito, não só havia as redes e os trânsitos entre matrizes sindicais e suas filiais, mas também a circulação de notícias e anseios. Em 6 de maio, comissões de trabalhadores entregaram ao presidente Delfim Moreira um memorial no qual solicitavam a adoção da jornada de 8 horas em todos os estabelecimentos industriais do país.²⁴⁹ No dia seguinte, foi a vez do presidente receber memorial similar das mãos de uma comissão de industriais do Centro de Fiação e

²⁴⁵ *O Imparcial*, 12 de maio de 1919.

²⁴⁶ Cooperativa Operária. Projeto de estatutos. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 6 de julho de 1919.

²⁴⁷ *A Tarde*, 25 de maio de 1919.

²⁴⁸ Petersen, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando fronteiras, op. cit., p. 91.

²⁴⁹ Dulles, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. São Paulo, Nova Fronteira, 1977, p. 76.

Tecelagem de Algodão.²⁵⁰ O temor dos empregadores avivara-se devido à onda de greves que arrebentara no início daquele mês, nas docas de Santos, em São Paulo e no Rio de Janeiro, noticiada amplamente pela imprensa baiana. As principais reivindicações desses movimentos consistiam em aumentos salariais e no estabelecimento do dia de 8 horas.²⁵¹ Ao noticiar a greve que se iniciara em São Paulo (2 de maio), *O Imparcial* afirmava que o governo daquele estado “deliberou decretar o dia de 8 horas para os operários” como maneira de arrefecer o movimento paredista.²⁵²

Com a decretação da greve nacional dos marítimos, em 7 de maio, as sedes baianas, cujas matrizes, como referimos anteriormente, localizavam-se na capital federal, aderiram ao movimento. Assim, marinheiros e remadores filiados ao sindicato paralisaram suas atividades ao receberem mensagem telegráfica do Rio de Janeiro.²⁵³ Enquanto o número de adesões subia, em torno das reivindicações de 8 horas de trabalho e aumento salarial, o secretário de polícia ordenava o envio de uma força policial de 10 homens, a fim de guardar o cais das Docas do Porto.²⁵⁴ Isto demonstra que a greve, apesar de seu caráter pacífico, preocupava as autoridades e os empresários por tratar-se de uma paralisação num setor econômico muito sensível, ligado ao perfil agromercantil, exportador-importador de Salvador, no principal porto do estado. Destarte, um jornal editado na cidade de Cachoeira, no Recôncavo, classificava exageradamente a greve dos marítimos de “anarquista”.²⁵⁵ Nesse ínterim, enquanto a onda grevista crescia de proporções em todo o país, as notícias vindas da capital federal davam conta de que os operários do estado do Rio de Janeiro haviam conseguido a implantação do regime de 8 horas.²⁵⁶

De fato, a pressão pelas 8 horas era tão forte, que muitos políticos e industriais preferiam conceder a redução da jornada de trabalho a confrontar-se com distúrbios sociais. Identificamos essa preocupação também na Bahia. Logo nos primeiros dias da greve dos marítimos, o periódico seabrista *O Tempo* anunciava seu apoio a dois projetos que tramitavam no Senado e na Câmara Estadual. Na senatoria estadual, corria o projeto

²⁵⁰ *O Tempo*, 8 de maio de 1919.

²⁵¹ *O Tempo*, 7 de maio de 1919; *Diário da Bahia*, 8 de maio de 1919; Pinheiro, “O proletariado industrial”, op. cit., p. 162.

²⁵² *O Imparcial*, 7 de maio de 1919.

²⁵³ *Diário da Bahia*, 8 e 10 de maio de 1919.

²⁵⁴ *Jornal de Notícias*, 8 de maio de 1919.

²⁵⁵ *A Ordem*, 10 de maio de 1919.

²⁵⁶ *O Tempo*, 12 de maio de 1919.

nº 3, que fixava “em 8 horas o dia de trabalho para todas as oficinas pertencentes” ao governo do estado. O Projeto nº 4, apresentado na Câmara pelo deputado Cosme de Farias, estabelecia “o regulamento de 8 horas de trabalho para todos os operários das obras e oficinas do estado”. Para esse periódico, a nova jornada de trabalho era uma “antiga e justa aspiração do operariado, já tendo sido tomada em consideração na Conferência da Paz”.²⁵⁷

No dia 30 de maio, finalmente, os paredistas marinheiros e remadores, retornaram vitoriosos ao trabalho. Haviam logrado conquistar suas principais reivindicações: aumento salarial e o estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho.²⁵⁸ Observamos, assim, que estímulos advindos de outras regiões do país podiam influenciar as lutas operárias locais. Mais um exemplo: ainda em 26 de maio, os operários da fábrica de cerveja Brahma de Salvador – que também fabricava o gelo consumido na cidade – suspenderam suas atividades, acompanhando a paralisação de sua matriz, localizada no Rio de Janeiro. No rol de reivindicações, mais uma vez figuravam aumento salarial e implantação da jornada de 8 horas de trabalho.²⁵⁹ No entanto, tais estímulos davam-se não apenas pelas ligações orgânicas de associações operárias baianas com as congêneres de outros centros, em especial da capital federal, como era, por exemplo, o caso das associações do complexo portuário de Salvador.²⁶⁰

Dessa forma, a conquista da jornada de 8 horas pelos operários da construção civil do Rio de Janeiro, efetuada em maio de 1919,²⁶¹ foi apresentada como o motivo principal para a eclosão da greve dos trabalhadores da construção civil de Salvador, em junho do mesmo ano, segundo relato da principal liderança do movimento soteropolitano, o advogado Agripino Nazareth. Na capital baiana, “os trabalhadores em construção civil”, afirmava Nazareth, “imitando os seus irmãos do Rio, que desde 1 de maio haviam adotado como lema o ‘nem antes das sete nem depois das quatro’, estavam

²⁵⁷ *O Tempo*, 8 de maio de 1919.

²⁵⁸ *A Tarde*, 30 de maio de 1919; *O Tempo*, 30 de maio de 1919; *O Imparcial*, 31 de maio de 1919.

²⁵⁹ *A Tarde*, 26 de maio de 1919.

²⁶⁰ A pesquisadora Maria Cecília Velasco e Cruz desenvolveu estudos sobre o caráter nacional do sindicalismo dos marítimos. Ver, da autora, em especial: “A morte de João de Adão – Realidade e fantasia na memória operária de um crime”, In: Negro, Antônio L.; Souza, Evergton Sales; Bellini, Lígia; (orgs.). *Tecendo histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 199-230; e “Solidariedade X rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro”, In: *História Unisinos* (Dossiê Trabalho e Movimento Operário), São Leopoldo, v. 6, n. 6, 2002, p. 29-62.

²⁶¹ Dulles, *Anarquistas e comunistas*, op. cit., p. 72.

em campo pela observância dessa prática salutar”.²⁶² Logo, a paralisação iniciada por aqueles operários irradiar-se-ia pela maioria das categorias profissionais da capital do estado, transformando-se na primeira e única greve geral ocorrida ali, durante a I República. De fato, ao transmitir o governo para Seabra, em março de 1920, Antônio Moniz qualificou aquele movimento grevista como “o maior de que já foi teatro a Bahia e o único de caráter geral” em sua história.²⁶³ Consideramos, assim, que as reivindicações de aumento salarial e jornada de 8 horas, por sua abrangência e generalidade, concorreram substancialmente para a generalização da greve.

“O problema operário toma proporções jamais antevistas”: os operários da construção civil e a greve geral

Com características totalmente diferentes das atuais, a construção civil se destacava entre os ramos semi-artesanais, de acordo com Fausto, pelo nível instrucional relativamente mais alto dos operários, pela maior articulação e continuidade organizativa.²⁶⁴ Como explicam Gitahy e Silva, focalizando o caso santista, isto se devia à conjugação de dois fatores. O primeiro refere-se ao processo de trabalho no ramo de edificações, que demandava um número significativo de trabalhadores qualificados. Estes operários mantinham uma posição mais favorável no mercado de trabalho em relação aos trabalhadores da construção pesada e da infra-estrutura urbana, operários “sem ofício”, com baixa qualificação.²⁶⁵ O segundo fator diz respeito à estruturação dos negócios dessa indústria. A descrição de Sheldom Leslie Maram, para os casos do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, parece coadunar-se com a situação baiana. Como usualmente as construções eram realizadas por encomenda e não havia o predomínio de grandes empresas construtoras, o ramo dividia-se principalmente entre muitos pequenos e médios empreiteiros e mestres de obras. Além dessa atomização patronal, os empregadores geralmente assumiam contratos com prazos pré-determinados para a entrega do serviço e com pagamento a receber apenas ao término da obra. Normalmente, também se responsabilizavam pelos custos de material e pessoal durante

²⁶² *O Tempo*, 6 de dezembro de 1919.

²⁶³ EXPOSIÇÃO apresentada pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão ao passar, a 29 de março de 1920, o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, empossado nesse dia no cargo de Governador do Estado no quadriênio de 1920 a 1924. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 30 de março de 1919.

²⁶⁴ Fausto, *Trabalho urbano*, op. cit., p. 129.

²⁶⁵ Silva, Fernando Teixeira da; Gitahy, MariaLúcia Caira. “O movimento operário”, op. cit., p. 89-90.

a consecução das construções. Isto conferia um razoável poder de barganha dos trabalhadores frente aos empreiteiros, quando de uma paralisação mais prolongada. O risco de ter que arcar com todas as despesas em caso de atraso na entrega do serviço, em geral instigava os construtores a resolver brevemente suas questões com os operários. Ademais, de acordo com Sheldon Leslie Maram,

“era comum o empreiteiro, ao contrário do que acontecia com o grande empregador de trabalho industrial não qualificado, não conseguir substituir seus operários durante uma greve, pois nas épocas de prosperidade havia uma alta procura e uma baixa oferta dos trabalhadores qualificados em construção, especialmente os tão essenciais pedreiros (...). As greves nessa indústria costumavam dar bons resultados”.²⁶⁶

Portanto, a qualificação profissional conjugada à existência de muitos pequenos empreiteiros teria proporcionado aos trabalhadores do setor de edificações certa “continuidade organizativa e combatividade”.²⁶⁷ Tratando dos trabalhadores desse sub-setor da construção civil de Santos, das primeiras décadas do século XX, Silva nos confirma que a categoria gozava de privilegiada posição em relação aos que labutavam em outros ofícios. Eram operários com qualificação, que se reputavam “artistas”, e que gozavam de “relativa independência”, possibilitando um grau de “mobilidade e desenvoltura”, que não se verificava nas grandes unidades fabris.²⁶⁸ Muitos deles, proprietários de seus instrumentos de trabalho: martelos, colheres, prumos e formões, entre outros.

O ramo de edificações da construção civil, como salienta Gitahy, “contribuiu com os organizadores e ativistas do movimento operário” ao longo de toda a I República, não apenas em Santos, mas também no Rio de Janeiro e São Paulo.²⁶⁹ No mesmo período, também no Rio Grande do Sul, os sindicatos dos trabalhadores da construção civil foram fundamentais na organização do movimento operário.²⁷⁰ Fora do Brasil, os trabalhadores desse setor também se sobressaíram como ativos militantes no movimento operário francês, ao ocuparem “lugar de primeiro plano na CGT”, constituindo

²⁶⁶ Maram, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 51-52.

²⁶⁷ Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 53.

²⁶⁸ Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 52-53.

²⁶⁹ Gitahy, *Ventos do mar*, op. cit., p. 119-120.

²⁷⁰ Maram, *Anarquistas, imigrantes*, op. cit., p. 53.

federações importantes, além disto, em países como Portugal, Países Baixos, Alemanha, Suécia e Grã-Bretanha.²⁷¹

Para o caso baiano, contudo, Fontes, ao se debruçar especificamente sobre as greves operárias da I República na Bahia, pondera que houve um número relativamente “baixo” de paralisações de trabalho, envolvendo uma “categoria que era considerada vanguarda do movimento operário em vários centros”. Entretanto, o autor destaca a importância que o sindicato da categoria, o SPCDC, assumiu na conjuntura 1919-1921.²⁷² Dessa forma, combatividade e continuidade organizativa operárias, derivadas do processo de trabalho e da qualificação profissional, presentes também na cultura desses trabalhadores, não devem ser tomadas como uma relação estritamente causal. Na Bahia, apesar da presença desses dois fatores, as organizações de trabalhadores da construção civil foram efêmeras, assim como sua combatividade. Nesse sentido, a experiência histórica do SPCDC pode ser vista muito mais como uma exceção, do que como exemplo ordinário de um padrão. Do mesmo modo, depreender a orientação ideológica predominante na categoria profissional da construção civil, com base naqueles mesmos fatores, mostra-se inadequado para o caso soteropolitano. A opção preferencial pelo sindicalismo de ação direta, presente nas organizações congêneres de outras regiões do país (como Santos, São Paulo e Rio, por exemplo) e do mundo, não estava no horizonte do SPCDC, pelo menos em relação ao período compreendido entre a sua fundação e o estalar da greve geral, em junho de 1919.²⁷³ A imponderabilidade histórica somada ao poder criador dos agentes históricos – que podem responder distintamente às mesmas situações, assim como “criar novas situações” – não permite, em nosso entendimento, pensar a história segundo um determinismo que nega justamente este poder criador.²⁷⁴ Portanto, consideramos impossível deduzir o comportamento desses trabalhadores com base numa relação de causalidade, o que será retomado no próximo capítulo.

²⁷¹ Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 61.

²⁷² Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit., p. 68.

²⁷³ Apoiando-se nos argumentos de Marcel van der Linden e Wayne Thorpe, Fernando Teixeira da Silva afirma que “o apelo à ação direta teve forte audiência entre os trabalhadores da construção civil em razão da natureza de seu ofício e à forma pela qual estava organizada a indústria desse setor”. Assim, o pesquisador considera que o exercício de “atividades profissionais episódicas, freqüentes mudanças de empregadores, de local de trabalho, e, por vezes, de residência constituíam fatores não desprezíveis para a adesão às formas de luta fundadas na ação direta”. Ver: *Operários sem patrões*, op. cit., p. 61.

²⁷⁴ Castirioadis, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 58.

Observando o campo de trabalho da construção civil em Salvador, percebemos que ele detinha considerável importância na economia local, absorvendo expressivo contingente da população masculina operária da capital.²⁷⁵ Os trabalhadores desta categoria, que normalmente iniciavam-se nas artes do ofício no princípio da adolescência, às vezes ainda na infância, assumiam primordialmente as funções de mestres, pedreiros, carpinteiros, pintores e serventes. Os pedreiros e carpinteiros, em especial, eram bastante requisitados, pois, como explica João Freire, apenas eles detinham “a concepção global do projeto e da obra acabada; só eles dominam com facilidade as operações mentais de transposição da representação do papel, em plano, para a realidade”, além de serem os únicos que detinham “noções quantificadas das dimensões, formas e volumes”.²⁷⁶ Assim, entre esses trabalhadores qualificados, em especial aqueles que trabalhavam no ramo de edificações – como os já citados pedreiros, carpinteiros, além dos pintores, frentistas, marmoristas, entre outros –, havia um número menor de analfabetos, pois, graças à natureza de sua ocupação, nutriam certo gosto pela leitura, além de considerarem-se “artistas”, devido à capacidade técnica e habilidade requeridas pelos seus ofícios.²⁷⁷ As construções maiores podiam empregar também uma gama variada de ocupações, mais ou menos especializadas, tais como vigias, ferreiros, apontadores, eletricitas, jardineiros, estucadores, mecânicos, contramestres, ajudantes, entre outras.²⁷⁸

Por outro lado, esses operários enfrentavam um mercado de trabalho marcado pela irregularidade, o que gerava uma elevada rotatividade de mão-de-obra, oscilante ao sabor da flutuação de crescimento urbano experimentado por Salvador.²⁷⁹ Isto fazia do governo do estado, por ser patrocinador e idealizador de empreendimentos que arrasaram e reergueram quarteirões, ou que também podiam ser obras de aterramento para novas construções, o maior contratador de obras e, conseqüentemente, o maior

²⁷⁵ Segundo o Censo Populacional de 1920, os 8753 operários da categoria correspondiam a 19,2% da classe trabalhadora de Salvador, ficando atrás apenas do setor de vestuário e toucador, que absorvia 49,2% do operariado da capital do estado. Ver: Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 60, Tabela 2.

²⁷⁶ Freire, João. *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto, Afrontamento, 1992, pp. 87-89, apud Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 54.

²⁷⁷ Gitahy, *Ventos do mar*, op. cit., p. 119; Silva, Fernando Teixeira. “‘Artistas’, anarquistas e declínio do sindicalismo de ação direta em Santos”, In: *História*, São Paulo, v. 21, 2002, p. 102. O processo pelo qual, na Bahia, os termos “artista” e “operário” passaram a designar, genericamente, o mesmo conceito, foi descrito por Maria das Graças de Andrade Leal. Ver, da autora: *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia*. Salvador: Fundação Odebrecht, 1996, principalmente o capítulo 2.

²⁷⁸ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 56.

²⁷⁹ Santos, *A República do Povo*, op. cit., p. 25.

empregador em tempos de dificuldades financeiras. Segundo relatório da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas, relativo ao ano de 1920, esta era exatamente a situação vivida pela Bahia, que vinha sofrendo os efeitos “determinantes de uma crise, incontestavelmente, de caráter geral”.²⁸⁰ Crise essa, que Silva Santos relata ter incidido mais profundamente no mercado de trabalho da construção civil justamente no intervalo entre 1919 e 1921, quando foi registrado o pior índice de crescimento predial (obras particulares) em Salvador durante a I República.²⁸¹ Talvez faça sentido, então, o fato de que, em 1921, a maioria dos associados do SPCDC se concentrasse “na obra do Tesouro do Estado”, conforme nos faz ouvir *A Voz do Trabalhador*.²⁸²

Portanto, com poucos investimentos privados no setor responsável pela construção e reparos de edifícios residenciais e comerciais, uma solução mais viável para escapar da desocupação era empregar-se nas obras públicas, do município e do estado, uma vez que usualmente utilizavam uma gama maior de funções, atuando na construção de edifícios, aberturas, alargamentos, cortes e calçamentos de ruas e avenidas, canalização de águas e esgotos, implantação de iluminação, além de outros serviços urbanísticos.²⁸³ Entretanto, o ritmo dessas construções também oscilava de acordo com a condição das finanças públicas, nem sempre robustas, reforçando o caráter ocasional do trabalho. Como o município passou por crises financeiras durante boa parte da I República, não era muito extenso nem regular o campo de oportunidades de trabalho proporcionado pela municipalidade – ainda que significativo diante de um mercado que deixava de oferecer muitas opções quando dos anos de retração. Em contrapartida, o estado contribuiu com maior regularidade para o setor da construção civil.²⁸⁴

Em 1919, deu-se a continuidade de algumas obras enquanto iniciaram-se outras. Mas, a partir de 1920, o ritmo voltou a cair para recuperar-se somente em 1923. Com efeito, a irregularidade de oportunidade de trabalho na construção civil pode ser observada nas obras do próprio governo estadual, cujo número de operários empregados variava anualmente, mensalmente, “de uma obra para outra e até dentro da mesma

²⁸⁰ Relatório dos serviços da Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920. APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2386, maço 180, doc. 760.

²⁸¹ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 58, Quadro X.

²⁸² *A Voz do Trabalhador*, 5 de fevereiro de 1921, p. 2.

²⁸³ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 56-57.

²⁸⁴ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 62-65.

obra”.²⁸⁵ Não obstante, durante o governo Antônio Moniz (1916-1920), realizaram-se muitas obras públicas. Algumas das mais importantes foram a reconstrução do Palácio Rio Branco, o término da construção da ala principal do Palácio da Aclamação, a construção dos edifícios da Biblioteca Pública e do Tesouro do Estado, além do início da abertura de estradas de rodagem²⁸⁶ e a conclusão de algumas obras herdadas do governo Seabra, como a Avenida Oceânica, por exemplo, ligando o bairro da Barra até o do Rio Vermelho.

Uma vez empregado numa dessas obras, o operário teria que lidar com jornadas de trabalho extensas, salários comprimidos e falta de segurança laboral. Apenas alguns dias depois da fundação do SPCDC, José dos Santos Gomes, fiscal e orador da entidade, sentiu na carne a experiência de passar por um acidente de trabalho. Ele trabalhava nas obras de construção da Biblioteca Pública do Estado, localizada na Praça Rio Branco, centro político-administrativo da cidade, quando foi “vítima de um acidente” que lhe feriu a mão direita. Segundo matéria do *Jornal de Notícias*, o acidentado, que morava “à Fonte de Santo Antônio”, bairro central, próximo ao Maciel, onde se situava a sede do SPCDC, foi atendido pela “Assistência”.²⁸⁷

Para aqueles que não se acidentassem restava receber em torno de 4\$000 a 5\$000 diários, se oficial pedreiro ou carpinteiro e 1\$500 a 2\$500 no caso dos serventes. Isso cumprindo uma jornada não inferior a dez horas de trabalho por dia.²⁸⁸ A defasagem entre preços e salários parecia ser especialmente intensa nos primeiros meses de 1919. A carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade atingia até mesmo setores da classe média, que estariam passando “as maiores necessidades”. De acordo com o periódico *O Tempo*, na Bahia de então, “só os ricos podem viver”, pois “as classes proletárias sofrem horrores” com a “exagerada alta” de alimentos e vestuário. Somada à questão inflacionária, a especulação dos comerciantes apertava ainda mais o laço sobre largos contingentes da população que, “arrastada pela usura dos açambarcadores”, encontrava-se “quase nos limites da fome”.²⁸⁹ Pedreiros e carpinteiros, empregados da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, percebiam 5\$000 de diária, em 1919.

²⁸⁵ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 68.

²⁸⁶ Aragão, *A Bahia e os seus Governadores*, op. cit., p. 691.

²⁸⁷ *Jornal de Notícias*, 22 de março de 1919.

²⁸⁸ *Germinal*, 19 de março de 1920; *A Voz do Trabalhador*, 2 de outubro de 1920; Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 93-101.

²⁸⁹ *O Tempo*, 17 de março de 1919.

No mesmo período, conforme demonstra Silva Santos, os preços dos alimentos foram majorados numa razão de mais de 100% em relação aos salários daqueles operários.²⁹⁰

Podemos verificar mais de perto o grau da defasagem entre preços e salários. O periódico *A Tarde*, ao apoiar as reivindicações dos trabalhadores da construção civil, nos primeiros dias da greve geral, salientava que “nas obras públicas do Estado, o operário trabalhava de sol a sol, vencendo as mesmas diárias de antes da guerra”.²⁹¹ Em outro momento, por ocasião da greve parcial dos trabalhadores da construção civil, que durou 58 dias, desde meados de janeiro até 19 de março de 1920, o SPCDC formulou uma lista com a receita e as despesas diárias de um servente de pedreiro. Para uma receita de 3\$000, por 8 horas de trabalho, aqueles operários, considerando sustentarem uma família de cinco pessoas, arcariam com uma despesa de 9\$860, incluindo gastos com alimentação, higiene doméstica e moradia.²⁹² Em março de 1921, a situação não parecia ser muito diferente. Segundo o que propalava o jornal do SPCDC, *A Voz do Trabalhador*, “em conseqüência dos salários serem reduzidíssimos, em comparação aos elevadíssimos preços dos gêneros de primeira necessidade”, os trabalhadores da construção civil estavam almoçando “pão e laranja”.²⁹³

Com alguma experiência organizativa, os operários da construção civil de Salvador estavam reunidos em sindicato desde 1905, quando foi criada a Associação Defensora dos Trabalhadores em Construção, e já haviam feito greves por melhores salários em novembro de 1913 e fevereiro de 1914, quando se associavam na Sociedade Defensora dos Pedreiros.²⁹⁴ Em 1919, reuniram-se numa nova organização: o SPCDC, fundado em 19 de março. Foram esses trabalhadores, menos de três meses depois de criada sua associação de classe, os responsáveis pela paralisação que daria origem a greve geral de junho de 1919. Sem pretender fazer uma descrição detalhada dessa paralisação, ocuparemos-nos, a seguir, principalmente da participação dos operários

²⁹⁰ Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 121 (Quadro XV – A) e p. 332 (Quadro XXIX - D).

²⁹¹ *A Tarde*, 4 de junho de 1919.

²⁹² *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1920. A lista aludida era assim constituída: “Por dia: Despesa – (almoço de pão); 1,2 kg de pão, \$400, 250 g de açúcar, \$360, 100 g de café, \$300, carvão, \$200, leite para o pequeno \$200, soma 1\$460. - Jantar às 12 horas: 1 kg de carne verde, 1\$400, toucinho, \$200, 1 litro de feijão, \$400, 3 litros de farinha, \$900, temperos, \$500, carvão, \$300, 250 g de charque, \$700, soma 4\$400. Higiene doméstica: 1,2 kg de sabão, \$400, 4 barris d’água, \$400, anil, \$100, 2 feixes de lenha, \$600, soma 1\$500. Ceia: 1,2 kg de pão, \$400, 100 g de café, \$300, carvão, \$200; bonde \$200, cigarros e fósforos, \$300, 1,2 litros de gaz, \$120, aluguel de casa, 1\$000, soma 2\$500. Receita: dia normal de 8 horas, 3\$000; despesas gerais 9\$860; deficit, 6\$860.”

²⁹³ *A Voz do Trabalhador*, 5 de março de 1921.

²⁹⁴ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 143.

sindicalizados da construção civil na eclosão e orientação do movimento grevista, que virtualmente suspendeu as atividades produtivas de Salvador.²⁹⁵

O SPCDC e a greve geral

No dia 1 de junho, um domingo, realizou-se, a convite do SPCDC, uma reunião proletária em sua sede, para a qual haviam sido convidadas pelas páginas de vários órgãos da imprensa, “todas as classes de trabalhadores terrestres e marítimos, ferroviários, metalúrgicos, foguistas, marinheiros e todos os trabalhadores sem distinção de classe”, para tratarem de interesses em comum. O convite ressaltava que a conferência sindicalista permitiria àqueles trabalhadores “conhecer o caminho” pelo qual se libertariam “das misérias que vos traz o jugo patronal”. Assinavam o convite, sob vivas ao proletariado internacional e à organização operária, Guilherme Francisco Nery, presidente, Antônio Amaro de Sant'Anna, secretário, Abílio José dos Santos, tesoureiro e José dos Santos Gomes, fiscal.²⁹⁶

A conferência sindicalista teve como principal orador o advogado socialista Agripino Nazareth, baiano de nascimento, vindo do Rio de Janeiro e restabelecido em Salvador após participação num levante na capital federal, em 18 de novembro, conhecido como Insurreição Anarquista.²⁹⁷ Agripino Nazareth tornou-se, daquele momento em diante, uma liderança influente nos meios proletários baianos, até sua deportação para o Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1921, na esteira dos desdobramentos de uma greve dos têxteis, severamente reprimida pela polícia.

Nascido em Salvador, em 24 de fevereiro de 1886, Nazareth obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em dezembro de 1909. Ao lado da advocacia, dedicou-se desde cedo ao jornalismo político. Entretanto, foi em fins de 1915 que se projetou na cena pública, ao associar-se a ex-

²⁹⁵ Para acessar mais informações sobre a greve geral, ver o minucioso e bem fundamentado trabalho de Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit.

²⁹⁶ *O Tempo*, 1 de junho de 1919; *Diário da Bahia*, 1 de junho de 1919; *O Imparcial*, 31 de maio e 1 de junho de 1919.

²⁹⁷ Sobre a Insurreição Anarquista, ver: Addor, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986; Nébias, Wellington Barbosa. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

militares, jornalistas e políticos – entre eles o deputado federal Maurício de Lacerda – numa tentativa de “promover uma sublevação de praças e sargentos do Exército, da marinha de Guerra, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros da então capital federal” com vistas a depor o presidente da República Wenceslau Braz “e instaurar uma República Parlamentar no Brasil chefiada pelo General Dantas Barreto”, então governador de Pernambuco. Apesar de a conspiração ter sido descoberta e desmantelada pelo governo e das decorrentes prisões e expulsões dos militares envolvidos, os civis que participaram do complô continuaram a exercer suas atividades vinculadas ao jornalismo político. Este foi o caso de Agripino Nazareth. Em 1917, escreveu para o jornal *O Debate*, juntamente a outras personalidades, tais como o jornalista e crítico literário Astrojildo Pereira, o médico anarquista, baiano radicado no Rio, Fábio Luz, o escritor Lima Barreto e, mais uma vez, o deputado Maurício de Lacerda, para defender a Revolução Russa da campanha difamatória movida por parte da grande imprensa nacional.²⁹⁸

Em novembro de 1918, Agripino engajou-se em nova conspiração na capital federal, juntamente com diversas lideranças anarquistas, a exemplo de José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva e Carlos Dias, com o objetivo de implantar uma República de Operários e Soldados no Brasil, de caráter soviético.²⁹⁹ A revolta, que ocorreu paralela à eclosão de greves entre metalúrgicos, operários da construção civil e têxteis, foi sufocada em seu nascedouro, após a delação de um tenente do Exército, infiltrado entre os insurretos. As forças policiais efetuaram, então, centenas de prisões e deportações, além de promoverem o fechamento das associações operárias daquelas categorias grevistas, o que provocou uma “diáspora” de militantes e trabalhadores envolvidos no acontecido.³⁰⁰ Talvez prevendo essa possibilidade, o periódico baiano *O Imparcial*, de 23 de janeiro de 1919, divulgou que o secretário de Polícia ordenara ao inspetor de Polícia do Porto que

²⁹⁸ Estas sumárias notas biográficas foram baseadas em trabalho de Aldrin Castellucci, que atualmente desenvolve pesquisa sobre a trajetória de Agripino Nazareth, personagem histórico atuante na vida política nacional da I República ao governo Vargas. Ver: Castellucci, “Cidadania e política na trajetória de Agripino Nazareth”, op. cit., p. 7-9.

²⁹⁹ Addor, *A Insurreição Anarquista*, op. cit.

³⁰⁰ Addor, *A Insurreição Anarquista*, op. cit., p. 174-175. Diferentemente de Carlos Addor, Wellington Nébias sustenta o argumento que as greves que estalaram em novembro de 1918 no Rio não possuíam vinculação orgânica com a insurreição anarquista. Sobre o tema, ver: Nébias, *A greve geral e a insurreição anarquista*, op. cit.

impedisse o desembarque de “indesejáveis” em Salvador, a exemplo de “cáftens, ladrões e anarquistas”.³⁰¹

Cumprido destacar que a Insurreição Anarquista ocorreu num contexto de intensificação das lutas operárias verificadas na conjuntura 1917-1920, quando expectativas de transformação radical da sociedade foram compartilhadas por importantes parcelas da classe operária em nível nacional. Greves gerais foram desencadeadas em várias cidades brasileiras: São Paulo (1917); Rio de Janeiro (1917); Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul (1917) e na cidade de Rio Grande, no mesmo estado (1918 e 1919); Salvador (1919); Recife (1919) e Porto Alegre (1919).³⁰² É importante salientar, entretanto, que essas greves não eram, em si, anarquistas ou revolucionárias.

No caso baiano, à intensificação das manifestações grevistas verificada no biênio 1919-1920,³⁰³ correspondeu um incremento em termos de sindicalização e politização da classe operária. Os números são interessantes: até junho de 1919, segundo Castellucci, e como vimos anteriormente, havia 16 sindicatos de resistência organizados em Salvador, sendo que da greve geral até 1921 outras 17 sociedades de resistência foram formadas, além de uma federação operária, que logo reuniria cerca de 25 mil filiados, um partido socialista e dois jornais laborais.³⁰⁴

O fantasma de uma revolução proletária, encarnado na experiência russa, assombrava, assim, a grande imprensa baiana, que noticiava as ações “maximalistas” pelo globo e pelo Brasil. Manchetes como: “A caudal do maximalismo – O perigo 'bolchevique' toma proporções assustadoras – A propaganda rubra das novas teorias libertárias” alimentavam esse temor.³⁰⁵ O significado negativo desses movimentos era, usualmente, ressaltado, tanto nas páginas da imprensa vinculada à oposição quanto nos periódicos alinhados à situação; o medo de uma transformação violenta da ordem social

³⁰¹ *O Imparcial*, 23 de janeiro de 1919.

³⁰² Para uma análise pormenorizada dessa conjuntura, ver: Fausto, Boris, op. cit., p. 157-191 e Bandeira, Moniz; Melo, Clóvis e Andrade, A. T. *O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

³⁰³ Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit., p. 60.

³⁰⁴ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 164-165.

³⁰⁵ Maximalistas, cuja proposta consistia em realizar o programa máximo do socialismo, eram assim chamados os defensores do regime soviético russo no Brasil. Não raro eram também denominados de anarquistas, bolchevistas e/ou comunistas nas notícias veiculadas pela grande imprensa baiana do período. Ver: Alves, Cristiano Cruz. “*Um espectro ronda a Bahia*”: o anticomunismo da década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH – UFBA, Salvador, 2008, p. 22. A citação encontra-se em: *Jornal de Notícias*, 8 de abril de 1919.

incidia sobre o conjunto das classes dominantes. Como esclarece Alves, “as notícias sobre a revolução” russa, na imprensa baiana, eram marcadas pela noção de que aquele acontecimento encerrava em si uma ameaça aos valores acalentados pelas “sociedades ocidentais e cristãs, como a brasileira”.³⁰⁶

Após o frustrado levante, Agripino Nazareth ainda permaneceu na capital federal por dois meses, graças à inabilidade da polícia carioca, inclusive escrevendo para o periódico *ABC*, até janeiro de 1919, quando foi pronunciado, ao lado dos outros líderes, como incurso no artigo 107 do Código Penal, “por prática de crime contra a Constituição da República e sua Forma de Governo”. Então, utilizando-se de nome falso e fugindo da onda repressiva, dirigiu-se para o interior do estado do Rio e de lá para a capital do Espírito Santo. Daí, então, partiu para sua terra natal, Salvador, tencionando evadir-se para Europa, caso fosse necessário.³⁰⁷ No dia seguinte à sua conferência de 1º de junho, os operários que trabalhavam nas obras de construção do edifício da Biblioteca Pública do Estado, ao voltar do almoço, suspenderam os serviços reivindicando jornada de 8 horas e aumento salarial de 20%. Concentrando-se inicialmente na Praça Rio Branco, saíram em passeata pelas ruas centrais, sob “vivas ao operariado baiano” e carregando cartazes improvisados nos quais se liam “8 horas de trabalho são bastante”. Os paredistas, que permaneciam em atitude pacífica, logo conseguiram a adesão de operários em construção que trabalhavam em outras obras, como a do Palácio do Governo e do Tesouro do Estado, por exemplo. Caminhando em direção à Ladeira da Barra, pediram apoio aos jornais oposicionistas *O Imparcial* e *Diário da Bahia*, no que foram atendidos. Quando retornaram para a sede do SPCDC, sito na rua Maciel de Baixo, 24, distrito da Sé, totalizavam mais de mil manifestantes, contando inclusive com aderentes de outras categorias: trabalhadores em padarias, pintores e funcionários da Companhia Linha Circular. Naquela mesma noite, reunidos sede do SPCDC e orientados por Agripino Nazareth – que, segundo seu próprio depoimento, de meses depois, considerava temerária a parede levada a cabo por um sindicato recém-criado, com poucos sócios e poucos recursos – os operários decidiram generalizar a greve como forma de ampliar suas chances de vitória. Dessa reunião participaram os membros da diretoria do SPCDC, da União Defensora e Beneficente

³⁰⁶ Alves, “*Um espectro ronda a Bahia*”, op. cit., p. 21.

³⁰⁷ *Jornal de Notícias*, 15 de junho de 1919.

dos Pintores da Bahia e da Sociedade União dos Operários em Padaria, além de lideranças não nomeadas pelos jornais.

Tomaram a palavra, das janelas do sindicato, Abílio José dos Santos, José dos Santos Gomes e Agripino Nazareth, pelo sindicato dos pedreiros e carpinteiros, José de Souza pelos pintores, Antônio dos Santos pelos padeiros, além do acadêmico Arquibaldo Baleeiro, jornalista do periódico *Diário da Bahia*, ligado à oposição ruísta e aos grandes industriais e comerciantes. Ficou decidido, então, mais uma vez por sugestão de Nazareth, que se formariam três comissões operárias, para se entender com os empreiteiros, com a imprensa e com os poderes competentes. Podemos perceber, assim, que a predominância dos trabalhadores da construção civil nesse momento da parede se evidenciava no próprio caráter das comissões, que se voltavam para os interesses mais específicos dos operários daquele setor. A primeira comissão, visando entender-se com os empreiteiros, era formada por João Augusto Mendes, Abílio José dos Santos, Alfredo Tolentino do Espírito Santo, Fagundes João da Cruz, João Borges, Anacleto Eugênio dos Santos e Paulo Francisco de Almeida. Figuravam na segunda comissão, encarregada de entender-se com os poderes competentes, Damásio Simões, Phelipino Gonzaga, José dos Santos Gomes, Thomaz Firmino da Silva, Firmo Ferreira de Moraes, Napoleão Marinari e Abílio Almeida. A comissão de imprensa era composta por Aurino Cavalcante, Anselmo Pereira Alves, Vicente Honório da Silva, Antônio Ferreira das Chagas e Adriano Alves da Silva.³⁰⁸

Outras três comissões foram formadas, por dez operários cada uma, com o objetivo de conseguir mais adesões entre as diversas categorias de trabalhadores que ainda não haviam se incorporado à paralisação. Nessas últimas comissões a chefia caberia a membros do SPCDC (Abílio José dos Santos, Alfredo Tolentino do Espírito Santo e João Augusto Mendes).³⁰⁹ Além da generalização da greve ficou estabelecido, também nessa reunião, seu caráter pacífico, visando estimular a neutralidade do governo do estado para com os paredistas.

É importante frisar, dessa maneira, que a greve, iniciada pelos operários da construção civil, não parece ter sido incentivada apenas pelas palavras de Nazareth na conferência de propaganda sindical de 1º de junho, afinal, o advogado confirmara, em

³⁰⁸ *A Tarde*, 3 de junho de 1919; *Diário da Bahia*, 3 de junho de 1919; *Diário de Notícias*, 3 de junho de 1919; *Jornal de Notícias*, 3 de junho de 1919; *O Imparcial*, 3 de junho de 1919.

³⁰⁹ *Diário da Bahia*, 3 de junho de 1919; *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1919.

matéria de meses depois na qual rememorara aqueles eventos, a autonomia do movimento reconhecendo que

“longe de obedecer a um plano cuidadosa e pacientemente gizado [delineado], com a requerida antecedência, (...) foi a resultante de um concerto entre meia dúzia de trabalhadores nas obras da Biblioteca, durante o almoço e logo após declarada, para a conquista do dia de 8 horas.”

Até então, Nazareth nem ao menos sabia que uma greve eclodira na cidade:

“lembro que descendo casualmente a rua Chile, nessa tarde de 2 de junho, defrontei com a pequena massa grevista. Lobrigando [enxergando] entre ela vários operários que eu havia conhecido na véspera, por ocasião da conferência por mim realizada neste Sindicato, e na qual tratara apenas de incentivar o movimento associativo, não insinuando, nem ao menos veladamente, uma 'greve’”.³¹⁰

Sem diminuir a importância do papel desempenhado por Nazareth, devemos considerar, como Fontes já admitiu,³¹¹ a existência de operários mobilizados em sindicatos para a conquista de direitos trabalhistas, que funcionaram como o “combustível” sobre o qual caíra a “faísca” da conferência de Nazareth, fazendo explodir o movimento grevista.³¹² Além disso, como já referimos, a influência das lutas operárias de outras regiões do país parece ter sido importante para a eclosão da paralisação, pois a conquista da jornada de 8 horas pelos trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro – desde de 1º de maio daquele ano – foi, segundo o próprio Nazareth, o motivo apresentado pelos operários das obras paralisadas no dia 2 de junho para cruzarem os braços.³¹³ Observamos, assim, mais um componente importante para a eclosão da greve geral de 1919, na Bahia, pois, como Silvia Petersen já demonstrou, o movimento operário nacional ultrapassava os limites regionais, propiciando conexões que devem ser alvo de investigação na construção da história do sindicalismo brasileiro.³¹⁴

³¹⁰ *O Tempo*, 6 de dezembro de 1919.

³¹¹ Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit., p. 173-174.

³¹² Castellucci, “Flutuações econômicas”, op. cit., p.148.

³¹³ *O Tempo*, 6 de dezembro de 1919.

³¹⁴ Petersen, Sílvia Regina F. “Cruzando fronteiras”, op. cit., p.85-103.

A greve ganha Salvador

Na manhã de 3 de junho, as comissões formadas com a finalidade de buscar novas adesões reuniram-se em diferentes pontos da cidade, logo transformando-se em piquetes. A primeira delas, liderada por Abílio José dos Santos concentrou-se na Baixa dos Sapateiros. De lá seguiu para o bairro comercial, “percorrendo todas as ruas do local, fazendo paralisar todas as obras que foram encontradas”. A comissão liderada por Alfredo Tolentino do Espírito Santo reuniu-se no Largo de Água de Meninos, no distrito do Pilar, e partiu “em direção à Calçada do Bonfim”, onde também conseguiu a suspensão de várias obras. A terceira comissão, tendo à frente João Augusto Mendes, saiu do Largo da Vitória e foi até a Barra. No caminho logrou paralisar as obras que encontrou, incorporando mais trabalhadores ao movimento grevista, inclusive os operários que trabalhavam na construção da Avenida Oceânica. Essa comissão garantiu a adesão dos trabalhadores das oficinas da Graça, pertencentes à Companhia Linha Circular, da Fábrica de Xales Vitória e também dos empregados da Empresa de Asseio da Cidade.³¹⁵ Depois do meio-dia, os operários encontraram-se na sede do SPCDC, partindo, então, em direção ao bairro de Itapagipe, onde se concentravam muitas fábricas têxteis, além de moradias operárias. Nessa jornada conseguiram a adesão de muitos estabelecimentos industriais, como as fábricas Mangueira, Beira Mar, Boa Viagem, Conceição, Fiais, Martins Fernandes, Leite & Alves, Companhia Industrial do Norte, Trocadero, Guimarães & Cia., além dos funcionários das oficinas da empresa de bondes Linha Municipal, das Obras do Porto, entre outras. Ao retornar de Itapagipe, os paredistas, em número superior a dois mil manifestantes – e contando com o reforço das operárias das fábricas têxteis paralisadas –, que acompanharam o préstito em dois bondes lotados, dirigiram-se ao Palácio da Aclamação para comunicar ao governador suas reivindicações. Agripino Nazareth e os membros da diretoria do SPCDC parlamentaram, então, com Antônio Moniz. Garantindo-lhe que os operários paralisados permaneceriam em atitude pacífica e protestando “contra o indiferentismo do governo”, Agripino solicitou ao governador seu auxílio em prol de aumento salarial e da diminuição da jornada de trabalho. Destacando a conduta ordeira dos grevistas, Moniz assegurou que faria o que lhe fosse possível em favor dos reclamantes.³¹⁶

³¹⁵ *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919; *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919; *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1919.

³¹⁶ *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919; *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1919.

Cumpra sublinhar, que, nesse momento, os jornais ruístas apoiavam, em bloco, a greve, o que deve ter pesado na decisão do governador em não reprimir os manifestantes. Nesse sentido, evidentemente, o caráter pacífico do movimento foi importante. De fato, a expressa determinação de Nazareth era de que não “se emprestassem” à paralisação “intuitos revolucionários”. Objetivando sustentar a conduta ordeira dos grevistas, o advogado socialista até negou-se a acompanhar os trabalhadores em suas buscas por novas adesões na manhã de 3 de junho. Ciente de que mesmo que “não fosse um elemento estranho ao operariado”, graças as suas “já conhecidas ideias socialistas”, ele “não era um operário” e, por isso, poderia haver uma exploração por parte dos patrões devido ao seu papel no levante do ano anterior, na capital federal, quando “com alguns outros socialistas de vários matizes” foi acusado de crime contra a forma de governo do país.³¹⁷

Ainda na noite do dia 3 de junho, o SPCDC distribuiu um boletim no qual concitava “os operários da Fábrica Boa Viagem, Linha Municipal, Fábrica do Tanque da Conceição, e os empregados da Estrada de Ferro”, além da Companhia Linha Circular e trabalhadores de terra e mar, para que se juntassem aos grevistas “pacíficos, ordeiros, unidos e resolutos”, batendo-se “contra os opressores que escravizam a humanidade”. Juntaram-se aos grevistas, nesse mesmo dia, os padeiros e os ferroviários da Chemins de Fer, através de comunicados expedidos por suas associações de classe, endereçados ao SPCDC, reconhecidamente o núcleo dirigente da greve.³¹⁸

Com a progressiva expansão da parede, Agripino Nazareth propôs, em reunião noturna desse mesmo dia 3 de junho, na sede do SPCDC, a substituição das comissões iniciais por um organismo que abrigasse os representantes das várias categorias aderentes, e que fosse capaz de orientar o movimento, levando em conta as especificidades das demandas das várias categorias envolvidas. Criou-se, dessa forma, o Comitê Central de Greve, cuja composição deveria contemplar um representante de cada categoria ou unidade de trabalho paralisada e que redigiria um memorial destinado às autoridades competentes e aos patrões, com as reivindicações de todos os participantes da paralisação geral. O SPCDC, no entanto, certamente devido ao seu papel de articulador da greve geral, contava com cinco representantes no referido comitê: Guilherme Francisco Nery, Antônio Amaro de Sant'Anna, Abílio José dos

³¹⁷ *O Tempo*, 8 de dezembro de 1919.

³¹⁸ *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1919.

Santos, Prudêncio Alexandrino de Sant'Anna e o próprio Agripino Nazareth, recém-constituído advogado da entidade.³¹⁹ Os outros membros eram: Constâncio Pereira Vitório, representante dos padeiros; Odilon Neves da Costa, representante dos pintores; Abílio Faustino de Assis, representante dos operários da Usina da Graça; Tibúrcio Luiz Santos, pela Carpintaria Palmeira; Eleotério Bispo Ferreira e José Lúcio dos Santos, representantes dos operários das fábricas Fabril dos Fiais, Nossa Senhora da Conceição e Luiz Tarquínio; Teófilo Félix do Nascimento, representando os operários das obras do porto; Nathalio de Jesus, pelos ferroviários da Chemins de Fer; Manoel da Costa, representante das Docas Wilson e Sons; Félix Bitencourt, representante das Oficinas Cezar Filho, Aristeu P. dos Santos, representante das obras do Asilo de Mendicância; Joaquim José Ferreira, pelos operários das obras de Germano de Assis; Damásio Simões, representante dos estucadores; e, finalmente, João dos Santos, representante da Fábrica Vitória.³²⁰

O comitê propôs, então, a confecção de um memorial dirigido aos patrões e às autoridades do governo, no qual se apresentaria as motivações e reivindicações das categorias em greve. Intentando manter-se equidistante das facções políticas litigantes, foram enviados telegramas – idênticos – aos próceres da situação e da oposição, os senadores J. J. Seabra e Rui Barbosa, solicitando-lhes o apoio no sentido de promoverem uma reforma constitucional, de maneira que se codificasse os direitos trabalhistas adquiridos na Conferência da Paz. Também se telegrafou, pedindo apoio e solidariedade aos grevistas, ao deputado federal Maurício de Lacerda, à Associação de Imprensa e à União dos Operários em Fábricas de Tecidos, ambas localizadas na capital federal.³²¹ No fim do dia a imprensa contabilizou 12 mil operários em greve.³²²

No dia seguinte (4 de junho), a busca por novas adesões continuou. Enquanto isso, a diretoria do SPCDC e os membros do Comitê Central de Greve, reunidos em sessão permanente, receberam diversas delegações operárias, que entregaram as reivindicações específicas de suas categorias profissionais, com o objetivo de que fossem incluídas no memorial a ser entregue ao governo e aos patrões. Ao receberem denúncias de que havia tentativas de comparecimento ao serviço, grupos de operários acorreram até fábricas e oficinas, instando a suspensão total das atividades. Nesse dia, por outro lado,

³¹⁹ *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919; *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919.

³²⁰ *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1919.

³²¹ *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1919; *Diário de Notícias*, 4 de junho de 1919.

³²² *A Tarde*, 4 de junho de 1919.

os transportes da capital paralisaram completamente. As locomotivas pertencentes à Chemins de Fer foram levadas para a cidade de Alagoinhas, onde ficaram estacionadas até segunda ordem, os bondes da Companhia Linha Circular pararam de trafegar, os operários do Gasômetro (usina geradora de energia elétrica) paralisaram, assim como os marítimos da Companhia Navegação Baiana. Carroceiros e choferes de automóveis também aderiram. A paralisação abrangia, então, cerca de quinze mil trabalhadores, entre homens, mulheres e menores. As ruas da cidade estavam ocupadas pelos grevistas.³²³

Ao contarem com a incorporação de algumas categorias ainda em serviço, muitas delas pertencentes ao setor fabril, os grevistas exigiram também a isonomia salarial entre mulheres e homens que cumprissem as mesmas tarefas, além da abolição do trabalho infantil, problemas prementes no ramo industrial.³²⁴ O movimento atingiu o seu zênite no dia 5 de junho. Para o *Diário de Notícias* era “impossível enumerar as adesões”, pois “a greve é geral”.³²⁵ O Comitê Central de Greve distribuiu, então, um boletim anunciando que o nascer do sol assinalaria a vitória dos trabalhadores. Procurando manter-se numa postura independente frente aos grupos políticos situacionistas e da oposição, o documento asseverava que as “autoridades constituídas”, as “classes conservadoras” e “os políticos de todos os matizes” deveriam ter em mente que os grevistas não cederiam aos “interesses deste ou daquele partido”, já que o móvel de sua ação era “tudo pelos trabalhadores e só pelos trabalhadores”.³²⁶

Ainda no dia 5 de junho, nova passeata, contando com cerca de quinze mil manifestantes, percorreu as ruas do centro da cidade e seguiu, mais uma vez, até o Palácio da Aclamação, onde os dirigentes do Comitê Central encontraram-se com o governador Antônio Moniz, solicitaram sua intermediação e lhe entregaram o supracitado memorial. O governador, gozando de uma posição política delicada e temendo que a oposição instrumentalizasse a greve contra si, mantinha-se na posição de neutralidade e não-repressão ao movimento, garantindo “o seu apoio decidido à causa do proletariado”.³²⁷

³²³ *Diário da Bahia*, 5 de junho de 1919; *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919; *Jornal de Notícias*, 5 de junho de 1919; *O Tempo*, 5 de junho de 1919.

³²⁴ *O Tempo*, 5 de junho de 1919.

³²⁵ *Diário de Notícias*, 5 de junho de 1919.

³²⁶ *O Tempo*, 6 de junho de 1919.

³²⁷ *Diário da Bahia*, 6 de junho de 1919; *O Tempo*, 6 de junho de 1919.

Até esse dia (5 de junho) os jornais da grande imprensa, seabristas e ruístas indistintamente, hipotecavam solidariedade ao movimento. Com a deflagração da greve geral, os periódicos ligados à oposição colocaram-se ao lado dos paredistas. Assim, o *Diário de Notícias* garantia que “enquanto os dignos operários baianos se mantiverem dentro dos limites da lei, da ordem e da harmonia” poderiam contar com seu apoio.³²⁸ Na mesma linha, o periódico *A Hora* afirmava apoiar o movimento, pois considerava que o operariado da capital “ganha pouco e trabalha muito”.³²⁹ O *Diário da Bahia* também assumiu postura similar. Enquanto externava “as suas simpatias por tão justo desiderato”, aproveitava para atacar o governador Antônio Moniz, acusando-o de preocupar-se com o operariado apenas quando precisava “do prestígio moral da classe para os seus jogos políticos e embustes”.³³⁰ O autodesignado “órgão das classes conservadoras”, *O Imparcial*, interpretava que se vivia uma “época (...), incontestavelmente, de grandes e justíssimas reivindicações”. A condição para o apoio da folha, assim como dos demais jornais ligados à oposição, era que se respeitasse a lei e a ordem. Permanecendo nessa linha de conduta, asseverava o jornal, “saibam os operários baianos que lhes não negaremos o nosso apoio”.³³¹

Compartilhando a intenção de atrair a classe operária para seu campo, os periódicos situacionistas também asseguravam ser favoráveis aos grevistas. O *Jornal de Notícias* declarava: “Fomos os únicos, dos mais solícitos em nos colocarmos, desde o começo, ao lado do operariado”. Porém, similarmente aos periódicos oposicionistas, condicionava seu apoio a uma conduta, por parte dos grevistas, isenta de “exageros” e “violências”.³³² O porta-voz oficial do partido governista (PRD), *O Democrata*, embora mais comedido, registrava que o caráter pacífico da greve garantiria ao operariado “a vitória dos seus ideais”.³³³ Outro jornal seabrista era mais enfático. “Apoiamos francamente a pretensão do operariado baiano”, anunciava *O Tempo*, “porquanto o dia de 8 horas de trabalho é uma aspiração justíssima das classes operárias, já reconhecida pela Conferência da Paz”.³³⁴

³²⁸ *Diário de Notícias*, 3 de junho de 1919.

³²⁹ *A Hora*, 3 de junho de 1919.

³³⁰ *Diário da Bahia*, 3 e 4 de junho de 1919.

³³¹ *O Imparcial*, 4 de junho de 1919.

³³² *Jornal de Notícias*, 4 de junho de 1919.

³³³ *O Democrata*, 4 de junho de 1919.

³³⁴ *O Tempo*, 3 de junho de 1919.

No entanto, à medida que, na visão do *Diário da Bahia*, “o problema operário” ganhava “proporções jamais antevistas”, os órgãos da imprensa oposicionista passavam a defender a ideia de que um bom resultado dependia do “acordo e harmonia do capital e do trabalho” e por isso instavam os grevistas a manter “a maior calma e prudência máxima”. Finalmente, aconselhavam aos operários o “respeito à lei e a seus semelhantes” e a volta de todos “à faina cotidiana sem prejuízo de suas justas reclamações”, pois, refletiam, “a paralisação do trabalho é prejudicial à coletividade”.³³⁵

Durante o dia 5 de junho, houve várias reuniões entre patrões, empregados e governo, entrando o Centro Industrial do Algodão (CIA), órgão representativo dos industriais têxteis, em sessão permanente. A reação dos industriais e grandes comerciantes passava então a ser sentida na medida em que avultava o movimento grevista. Pela manhã, o presidente e secretário da Associação Comercial da Bahia (ACB) já tinham se encontrado com o governador, com a finalidade de exporem os pontos de vista do comércio, levantados em reunião de sua entidade, recém-concluída. A partir daí também essa organização entraria em sessão permanente, continuando nessa situação até o dia 9 de junho. Naquela tarde houve um encontro entre os presidentes de ambas as entidades patronais para discutirem “sobre as ocorrências” verificadas até então.³³⁶ Infelizmente, não conseguimos apurar o que foi discutido nessa reunião entre as principais organizações patronais do estado.

A resistência patronal se articulava num momento em que a cidade ficava sem luz, eletricidade, transportes, telefones e as fábricas e o comércio permaneciam em mudos. Afinal de contas, não era bem os trabalhadores quem sentia falta de tudo isso, dentro ou fora de casa, pois com quase nada disso viviam: força e luz, transportes, telefonia, etc.; serviços para cujo funcionamento concorriam, mas que não necessariamente usufruíam. Para a Associação Comercial, a greve geral adquirira a feição de “grande anarquia e subversão da ordem”.³³⁷ No dia 6, depois de várias reuniões entre os patrões e trocas de missivas com o governador do estado, os industriais e comerciantes da ACB solicitaram sua intervenção através de “medidas mais enérgicas e decisivas”, a fim de suprimir a “situação de insegurança e instabilidade”. No entendimento deles, “as funções sociais e econômicas da Bahia” encontravam-se suspensas, sendo necessário restabelecer a

³³⁵ *Diário da Bahia*, 5 de junho de 1919.

³³⁶ *O Imparcial*, 6 de junho de 1919.

³³⁷ Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia (1917-1921), Salvador, 9 de junho de 1919.

“liberdade de trabalho”, assim como os serviços de transporte, luz, telefones, a fim de restaurar “a vida normal da população”, que se achava “subvertida”.³³⁸

O governador Antônio Moniz redarguiu que o movimento que então se desenrolava na Bahia desenvolvia-se nos mesmos moldes dos que se observavam em outros estados do país “e no estrangeiro”. Ao não existir “perturbação da ordem”, prosseguiu ele, não era necessário “o emprego de meios violentos, que os fatos não justificam”. Além disso, prontificava-se a mediar as negociações entre patrões e empregados, de acordo com o pedido de Agripino Nazareth e de uma comissão operária, que o procurara naquele mesmo dia 6.³³⁹ Nesse encontro, Agripino reiterou que a orientação do movimento era de reivindicar dentro da ordem e em atitude pacífica e pediu a intervenção do governador “junto aos patrões no sentido de ser terminada a crise”. O governador respondeu dizendo que confiava “no espírito de ordem do operariado e da ação justa dos demais interessados na questão”, pois era necessário “uma solução urgente para o caso”, a fim de que “a cidade voltasse a sua situação habitual”.³⁴⁰

Procurando esvaziar o papel do Comitê Central de Greve, o presidente da Associação Comercial, Rodolfo Martins, enviou, então, ofício ao governador no qual afirmava que os patrões estavam

“dispostos a receber no Centro Industrial do Algodão, os operários de suas fábricas, por meio de pequenas delegações, constituídas dos mesmos operários, portadores das respectivas reclamações escritas, em hora que será determinada pela imprensa da manhã de 7 [de junho]”.³⁴¹

Cientes da manobra das entidades patronais, o Comitê Central de Greve emitiu boletim no qual garantia que não se celebrariam acordos em separado. Além disso, reafirmavam-se as reivindicações dos grevistas: 8 horas de trabalho; aumentos de salário (30% e 50%); igualdade de vencimentos entre homens e mulheres; direito de associação; nenhuma demissão em virtude de participação na parede. Informavam,

³³⁸ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 7 de junho de 1919.

³³⁹ *O Tempo*, 7 de junho de 1919.

³⁴⁰ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 7 de junho de 1919.

³⁴¹ RELATÓRIO da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 103-104.

ainda, que o restabelecimento do funcionamento dos bondes só se daria depois de solucionada a greve.³⁴²

A Associação Comercial considerava tal conduta por demais perniciosa e, alegando que os grevistas ameaçavam saquear o comércio, enviou uma série de telegramas para o juiz federal (e futuro candidato a governador pela oposição) Paulo Fontes, para o presidente da República, Delfim Moreira, para a Associação Comercial do Rio de Janeiro, para a Federação das Associações Comerciais do Brasil e para o *Jornal do Comércio*, ambos na capital federal, solicitando auxílio.³⁴³ Nesses telegramas, afirmava-se que a cidade estava há três dias sem “luz, pão, carne, serviço telefônico, tráfego [de] qualquer espécie” e com sua “população” desguarnecida “das mais decisivas seguranças”.³⁴⁴ O objetivo da ACB era, portanto, concomitantemente debelar a movimentação grevista e desestabilizar politicamente o governo estadual. O estratagema não surtiu o efeito esperado, pois o governador Antônio Moniz, entrou em contato com o presidente da República, afirmando-lhe que a greve revestia-se de caráter pacífico e que a ordem era mantida na cidade. Logo, tropas federais seriam colocadas à disposição do governo estadual, caso fossem solicitadas.³⁴⁵

Pela manhã do dia 7 de junho, o governador recebeu no Palácio Aclamação “numerosíssimo grupo de operários” e o advogado Agripino Nazareth, que lá foram ratificar o pedido que o governador promovesse o “entendimento entre patrões e operários”. Apesar da postura recalcitrante da ACB, o governador conseguiu agendar nova reunião com seu presidente e secretário, objetivando dar continuidade às negociações para por termo à greve. Nesse novo encontro Rodolfo Martins “declarou que o comércio” desejava “ver a crise quanto antes resolvida”, prometendo a colaboração “com o governo do estado para a normalização da situação”. Nesse sentido, informou que os industriais, inclusive os têxteis, estavam dispostos a atender as reivindicações de seus operários. Afirmando sua capacidade para manter a ordem

³⁴² *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 7 de junho de 1919.

³⁴³ Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia (1917-1921), Salvador, 9 de junho de 1919.

³⁴⁴ RELATÓRIO da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 107.

³⁴⁵ *Diário de Notícias*, 12 de junho de 1919; *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 10 e 11 de junho de 1919.

pública, o governador externou a esperança de que, em breve, a greve fosse pacificamente resolvida.³⁴⁶

Mesmo com a apresentação das intenções dos empregadores em solucionar a questão, Agripino Nazareth teve uma ideia para dobrar a resistência do patronato e, desse modo, facilitar o processo de negociações. O jornalista Simões Filho, proprietário do periódico *A Tarde*, vinculado à oposição ruísta e inimigo declarado do governo estadual, foi, então, convidado a mediar um acordo entre grevistas e empregadores. Uma vez que os mandatários da ACB recusavam-se sistematicamente a receber os membros do Comitê Central de Greve, alegando que estes agiam segundo orientação do governador contra as classes conservadoras, Agripino tencionava, dessa maneira, demonstrar a autonomia do movimento frente aos políticos da situação seabrasta. Apesar da contrariedade de alguns correligionários, a proposta de Nazareth foi encaminhada a Simões Filho, que aceitou a missão.³⁴⁷

Sendo assim, na manhã do dia 8 de junho, domingo, o influente jornalista e uma comissão operária seguiram até o Clube Caixeiral, onde se encontravam industriais e comerciantes, conseguindo marcar uma reunião entre as partes para a tarde daquele mesmo dia.³⁴⁸ Por volta das 15 horas, delegações de operários de fábricas de tecidos e de cigarros, de camisarias, de ferroviários da Chemins de Fer e das obras do porto acompanharam os membros do Comitê Central de Greve e Agripino Nazareth para a reunião com seus empregadores. Grande parte dos presentes era constituída de mulheres, trabalhadoras nas indústrias têxteis, de vestuário e de cigarros.³⁴⁹

Ainda que aquela reunião tivesse acabado sem que as negociações avançassem, a partir do dia seguinte, porém, a inflexibilidade dos patrões cedeu lugar à tendência para aceitar a maioria das demandas operárias e os acordos começaram a ser assinados setorialmente. Assim sendo, entre os dias 9 e 12 de junho (a greve não teve um fim simultâneo) diversos acordos foram celebrados, enquanto muitos serviços e atividades voltavam à normalidade. O acordo mais importante, talvez, pelo peso econômico do setor na economia baiana, foi o dos têxteis “a parte mais relevante e numerosa dos

³⁴⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 8 de junho de 1919.

³⁴⁷ *O Tempo*, 6, 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 1919.

³⁴⁸ *A Tarde*, 12 de junho de 1919.

³⁴⁹ *Diário da Bahia*, 11 de junho de 1919; *O Imparcial*, 11 de junho de 1919; *O Tempo*, 9 de junho de 1919.

reclamantes”; segundo a Associação Comercial.³⁵⁰ Seu relevo devia-se também ao fato de ter servido de base para outros setores, ao assentar pontos como jornada de 8 horas, isonomia salarial entre os diferentes sexos para tarefas idênticas, aumento de 20% sobre as empreitadas, não punição aos grevistas e liberdade de associação para patrões e empregados “dentro da legislação vigente”.³⁵¹ Muitos desses acordos foram firmados com os representantes dos trabalhadores e o Comitê Central de Greve, como no caso dos marmoristas, dos alfaiates, dos pedreiros e carpinteiros, dos ferroviários, dos alvarengueiros, dos operários de serrarias e de inúmeros estabelecimentos pequenos e oficinas. Nem todas as categorias alcançaram o atendimento de suas reivindicações específicas mas, à medida que os patrões aceitavam as gerais, os acordos eram firmados, ficando as outras questões para serem apreciadas posteriormente.³⁵²

Os trabalhadores da construção civil também garantiram o atendimento de suas reivindicações, conquistando aumento salarial e o estabelecimento da jornada de 8 horas, mas esta apenas nas obras públicas estaduais.³⁵³

O pós-greve: do problema operário à anarquia na Bahia

Com o fim da parede, os representantes da oposição ruísta e dos grandes industriais e comerciantes afirmavam pelas páginas da imprensa seu repúdio aos acontecimentos ocorridos em Salvador. A greve, que em seu princípio era vista por eles como um movimento justo e credor das simpatias públicas, passou a ser encarada como uma ação subversiva, anárquica. Num contexto de cisão interoligárquica, o insucesso em utilizar a classe operária contra o seabrismo situacionista deu lugar a críticas ao operariado, acusado, agora, de massa de manobra nas mãos do governo contra a oposição ruísta e seus aliados do comércio e da indústria. Dessa forma, manchetes como “Greve, não: anarquia!”³⁵⁴ e “O Soviete dos Monizes”³⁵⁵ estampavam o descontentamento com que os patrões viam as recentes ações operárias e suas virtuais

³⁵⁰ RELATÓRIO da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 114.

³⁵¹ *O Tempo*, 10 de junho de 1919.

³⁵² Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit., p. 170-171.

³⁵³ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 10 de junho de 1919.

³⁵⁴ *Diário de Notícias*, 10 de junho de 1919.

³⁵⁵ *Diário da Bahia*, 11 de junho de 1919.

ligações com o governo estadual. Na interpretação de *O Imparcial*, periódico alinhado aos grandes indústrias e ao ruísmo, o movimento grevista teria sido “estimulado pessoalmente pelo sr. Governador do Estado contra as classes conservadoras”. “À sombra de justas aspirações proletárias”, argumentava a folha, o governo dera guarida “à anarquia bolcheviquista”, transformando Salvador em “um Petrogrado de Lênin ou uma Berlim dos Sapartacistas”.³⁵⁶ O próprio Rui Barbosa, em conferência realizada no Teatro Politeama, na capital baiana, em 20 de novembro de 1919, emitiu julgamento sobre a conduta do governo do seabrista Antônio Moniz em relação ao problema operário, acusando-o de inspirar, excitar e acobertar “as greves, as ameaças de saque, os esboços de masorca, as encenações de comunismo”.³⁵⁷

Com efeito, não podemos descurar o fato de que o governo do estado acenava com alguns benefícios ao operariado, tentando conquistar seu apoio – especialmente naquele conturbado ano de 1919, quando a cisão entre as facções políticas expressou-se de forma particularmente vigorosa – através, por exemplo, da decretação do dia 1º de maio como feriado estadual³⁵⁸ ou estabelecendo, em meio às negociações que deram termo à greve geral, a jornada de trabalho de 8 horas nas indústrias e oficinas do estado, em 10 de junho.³⁵⁹ Porém, a ideia de que a greve teria sido fruto de articulações palacianas denotava, para além das rixas políticas, a descrença na capacidade de ação coletiva autônoma dos trabalhadores baianos, conferindo toda a responsabilidade pela dimensão do movimento aos representantes da situação, identificando a parede operária ao “maximalismo da oligarquia baiana”, promotor do “terror” e da “anarquia”.³⁶⁰ A estratégia da oposição, assim, passava a ser o ataque aos seabristas, explorando o horror ao maximalismo e à anarquia.

Consoante essa interpretação, o governador do estado seria o mentor da greve geral, secundado em sua “obra satânica” pelo “agitador amestrado” e “testa de ferro”, Agripino Nazareth e pelo “pessoal das obras intermináveis do governo”, no caso os trabalhadores da construção civil, organizados no SPCDC. De acordo com esse entendimento, as outras categorias profissionais teriam sido “levadas pela boa fé e

³⁵⁶ *O Imparcial*, 11 de junho de 1919.

³⁵⁷ Barbosa, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa*, v. XLVI, t. III, 1919, p. 27-28 (disponível no endereço eletrônico: http://www.docvirt.no-ip.com/ObrasRui/STF_Biblioteca.htm - acessado em 15.05.2012).

³⁵⁸ *Jornal de Notícias*, 3 de maio de 1919.

³⁵⁹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 18 de junho de 1919.

³⁶⁰ *Diário da Bahia*, 11 de junho de 1919.

arrastadas pelos sentimentos os mais nobres de uma justa reivindicação dos seus direitos”, sem que tivessem “em vista perturbar a ordem e sobressaltar a sociedade baiana”. As acusações de maximalismo e anarquia eram endereçadas, dessa maneira, ao governo do estado – que teria manipulado o advogado Agripino Nazareth e os operários das obras do governo – sem se estender, contudo, ao conjunto do operariado.³⁶¹ A intenção política da oposição era, dessa maneira, associar a liberalidade do governador em relação aos grevistas com a ação dos trabalhadores empregados nas obras patrocinadas pelo estado, sob o rótulo do maximalismo. Ao marcar com esse estigma parte da classe operária, por contraste identificava-se as outras categorias profissionais às qualidades desejáveis de morigeração, obediência e cordura, ditas típicas do operariado baiano, isolando aquela conduta dos trabalhadores da construção civil, vista como uma exceção dissolvente. Concomitantemente, colocava-se a facção oposicionista no campo do respeito à lei e à ordem, enquanto o governo era concebido como um agente da desagregação social.

Funcionando como sinônimos de desordem, desgoverno, baderna, falta de autoridade, os termos soviete, maximalismo e anarquia, entendidos basicamente como referentes à Rússia revolucionária, logo foram também utilizados pelos periódicos ligados à situação para desqualificar o comportamento da oposição durante os dias de greve. Destarte, o jornal *O Democrata*, órgão do situacionista PRD, ao qual pertenciam o governador Antônio Moniz e o senador J. J. Seabra, acusava a oposição de “semear a anarquia e subverter a ordem pública” ao, supostamente, ter incitado a polícia e a guarda civil para que aderissem à parede geral. Nessa atitude, segundo o periódico governista, evidenciava-se “a insânia, e a estupidez de uma oposição anárquica”.³⁶²

É importante destacar, neste momento, que nem os operários em greve nem seu advogado, Agripino Nazareth, reconheciam-se como maximalistas ou anarquistas. Tampouco a parede de junho apresentou qualquer caráter insurrecional. Rebatendo acusações desse teor, em seguida ao término da greve, Nazareth definiu-se, no *Democrata*, como socialista coletivista.³⁶³ Levando em conta sua importância na direção do movimento, podemos afirmar não haver, apesar de sua presença na Insurreição Anarquista de 1918 no Rio, meses antes, uma orientação, de fato, revolucionária em

³⁶¹ *Diário da Bahia*, 11, 12 e 13 de junho de 1919.

³⁶² *O Democrata*, 12 de junho de 1919.

³⁶³ *O Democrata*, 14 de junho de 1919.

sua liderança. Talvez as acusações, feitas pela Associação Comercial e pelo juiz federal Paulo Fontes, através de telegramas enviados à capital federal, de que Nazareth teria incitado o saque ao comércio durante a greve geral, tenha posto as intenções dos grevistas sob suspeita. De toda maneira, uma comissão de operários visitou as redações dos principais periódicos da cidade a fim de desmentir tais acusações e reafirmar sua confiança em seu advogado.³⁶⁴

É interessante também ressaltar o papel de núcleo articulador do SPCDC durante a greve geral, contando com o auxílio valioso de lideranças de outras categorias e a militância de Agripino Nazareth, reunidos no Comitê Central de Greve. Pois, como o próprio Nazareth dissera em conferência na sede do SPCDC, meses depois daquela jornada, “a parede geral foi genuinamente obreira, isenta de influências palacianas, desde seu início até que terminou”.³⁶⁵ Outras entidades operárias importantes, como as do setor portuário, por exemplo, parecem não ter tido uma atuação muito significativa nos encaminhamentos da greve geral. O Centro Operário, que permanecera em sessão permanente nos dias de paralisação, não parece, também, ter sido relevante no desenrolar das ações dos operários nem nos acordos celebrados entre estes e os patrões.

Seja como for, comemorando a vitória do movimento grevista, o Comitê Central de Greve promoveu um ato público no dia 15 de junho, quando uma passeata seguiu ao Palácio da Aclamação para agradecer ao governador pelos “serviços que foram prestados à causa operária”.³⁶⁶ Tal atitude talvez estivesse relacionada com a pretensão de manter o governador Moniz numa postura de neutralidade simpática para com o movimento dos trabalhadores.

É bem verdade que logo em seguida à greve os patrões tentaram reverter suas conquistas, descumprindo os acordos celebrados, o que ensejaria novas paralisações – não tão vigorosas – nos meses seguintes. Ao mesmo tempo, o incremento na organização sindical foi notável, tendo atingido, nos dias imediatamente posteriores ao fim da greve na capital, a região do Recôncavo. Houve paralisações nas cidades de Nazaré, São Félix, Muritiba e Cachoeira.³⁶⁷ O processo de progressiva politização do movimento operário consubstanciou-se na organização de sindicatos operários de

³⁶⁴ *O Tempo*, 11 de junho de 1919.

³⁶⁵ *O Tempo*, 6 de dezembro de 1919.

³⁶⁶ *Jornal de Notícias*, 17 de junho de 1919.

³⁶⁷ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 230-232.

resistência – em Salvador e no Recôncavo – junto a categorias até então sem agremiação em bases sindicais, como os têxteis, os marceneiros, os alfaiates, os fumageiros, entre outros. Esse processo mobilizador e organizativo continuará a prosseguir sob a influência predominante do SPCDC, que, fortalecido pelos laços de solidariedade firmados com outras categorias laborais durante a greve geral e pelo aumento quantitativo de seus associados, será o principal responsável pela convocação, organização e consecução do denominado Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, em julho de 1919,³⁶⁸ importante passo no sentido de constituir um movimento operário autônomo, articulado e coordenado em relação aos métodos e fins da ação sindical no estado. Desse conclave surgirão as orientações gerais que guiarão o SPCDC e as associações operárias sob sua esfera de influência até o ano seguinte, culminando com a fundação da Federação dos Trabalhadores Baianos, em fevereiro de 1920. Entretanto, ao incremento qualitativo e quantitativo verificado no movimento operário do pós-greve geral opôs-se uma reação patronal cada vez mais acentuada, como veremos a seguir.

³⁶⁸ Na realidade houve um congresso operário anterior a este, patrocinado pela Federação Socialista Baiana, em 1907. Sobre isto, ver: Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p. 369.

LEGADOS DA GREVE GERAL DE 1919: (MAIS) ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA E (MAIS) REAÇÃO PATRONAL

Após a greve geral, trabalhadores e patrões de Salvador voltariam a protagonizar embates, sempre referenciados nas jornadas de junho de 1919, marco inescapável das manifestações operárias da conjuntura em tela. Enquanto os operários as concebiam como um ponto de inflexão nas lutas contra a exploração a qual eram submetidos, os empregadores consideravam-na uma fonte de estímulos subversivos. Assim, alguns dias depois do fim da greve, em 23 de junho, a Associação Comercial fez publicar longo manifesto – *A Ordem Pública na Bahia, A Associação Comercial ao Comércio e ao Povo* – pelas páginas do *Diário de Notícias*, no qual classificava a parede de “levante” e atacava a permissividade do governo Moniz para com os grevistas. Segundo o documento, “o movimento popular” que ocorreu “não foi absolutamente uma parede de operários”; ao contrário, foi o “campear [...] da anarquia, que pôde fazer tudo quanto quis liberrimamente”.³⁶⁹ Em boletim interno da ACB, datado de julho de 1919, podemos observar a mesma intenção de desqualificar as manifestações operárias de junho, rotulando-as como ações insurgentes. “Entre 2 e 10 de junho último”, relata o informe, Salvador engolfou-se “pela sublevação de espíritos exaltados”, que, agindo sob “a influência de instigações verdadeira e caracterizadamente maximalistas, subverteram completamente a ordem pública entre nós”.³⁷⁰

Os jornais alinhados à situação, por seu turno, defendiam a atitude do governador Antônio Moniz, cujas providências “foram de tal ordem, que durante esses dias de situação anormal, não houve uma só perturbação da ordem pública”.³⁷¹ É claro que houve alteração da vida normal dos habitantes da cidade, como o próprio Moniz reconhecia. Porém, argumentava o governador, “greve geral sem incômodos também gerais nunca se viu em parte alguma”. Assim sendo, para o chefe do executivo estadual

³⁶⁹ *Diário de Notícias*, 23 de junho de 1919.

³⁷⁰ BOLETIM da Associação Comercial da Bahia de julho de 1919. O aludido manifesto também foi impresso em forma de folheto, “a fim de ter a mais ampla divulgação”.

³⁷¹ *O Tempo*, 12 de junho de 1919.

os incidentes registrados durante a greve não deveriam ser contabilizados como eventos característicos de desordem pública.³⁷²

Porém, os representantes das indústrias e do alto comércio de Salvador julgavam possuir uma prova definitiva das más intenções do movimento grevista: a presença e liderança do advogado Agripino Nazareth, que consideravam “partidário declarado do maximalismo”.³⁷³ Na realidade, pouco importava aos proprietários e patrões a filiação ideológica de Nazareth, pois a estratégia política adotada daí em diante seria identificá-lo como o agente externo responsável pela disseminação da “propaganda anarquista, maximalista”, no seio do operariado baiano, este último invariavelmente pintado com as cores róseas da harmonia entre as classes: naturalmente ordeiro, cordato, obediente e morigerado.³⁷⁴ A opinião do senador estadual seabrista Manuel Duarte de Oliveira – homem ligado às atividades agrícolas e industriais, portanto unido por laços de classe às entidades patronais – é exemplar do modo como as classes dominantes enxergavam a situação, ao corroborar a noção de que foram elementos “importados de outros estados” os responsáveis por “sobressaltar” a população “e tentar corromper a classe operária da Bahia” durante a greve de junho. Segundo esse entendimento, os trabalhadores baianos haviam sido ludibriados por “especuladores” encarregados de “plantar a intriga e o ódio” entre patrões e empregados.³⁷⁵ Era o princípio da “planta exótica” que sustentava esse tipo de argumentação. Segundo Boris Fausto, as classes dominantes forjaram essa “imagem botânica” para rotular as diversas correntes revolucionárias “que deitaram raízes” no país, como por exemplo, o anarquismo, que era visto como uma doutrina europeia e característica dos países industrializados, inadequada, portanto, ao caso brasileiro.³⁷⁶

³⁷² EXPOSIÇÃO apresentada pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão ao passar, a 29 de março de 1920, o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, empossado nesse dia no cargo de Governador do Estado no quadriênio de 1920 a 1924. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 30 de março de 1920.

³⁷³ RELATÓRIO da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 112.

³⁷⁴ RELATÓRIO da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 92.

³⁷⁵ RELATÓRIO da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 94-95.

³⁷⁶ Fausto, *Trabalho urbano*, op. cit., p. 62

Desse modo, qualquer manifestação operária advinda das categorias laborais vinculadas a Agripino Nazareth seria rotulada de anarquista ou maximalista, pois essas doutrinas haviam sido transformadas numa espécie de “inimigo objetivo”, um elemento potencialmente perigoso, capaz de promover conflitos a qualquer momento, um adversário portador de um “mal externo”, que as classes dominantes teriam de varrer da Bahia.³⁷⁷ No fundo, a repressão se abatia sobre o operariado não porque suas associações eram maximalistas ou anarquistas, mas pelo que haviam conseguido fazer. Na situação particular baiana, não seriam os imigrantes europeus os virtuais inimigos da ordem, mas aqueles elementos “importados” de outras regiões do país, como era justamente o caso de Agripino Nazareth. Importação, aliás, de nativo da Bahia, como já foi visto.

Nazareth, em vez de maximalista ou anarquista, classificava-se como socialista coletivista, conforme registrado. Segundo Cláudio Batalha, o termo “coletivismo” podia ser empregado nos meios operários e socialistas como sinônimo de comunismo, ou seja, apropriação dos meios de produção pela coletividade, ou designando “uma sociedade aparentemente estruturada nos moldes do coletivismo anarquista de inspiração bakuninista”. O socialismo coletivista de Nazareth parecia corresponder à posição de que a apropriação coletiva dos meios de produção sucederia através do Estado ou da Comuna (a municipalidade), ficando assegurado, todavia, os direitos à propriedade individual e à apropriação individual do produto do próprio labor como defendiam os socialistas coletivistas César De Paepe, Benoît Malon e José Ingenieros.³⁷⁸

Em nosso entendimento, o socialismo de Nazareth, ainda que talvez fosse, intelectual e filosoficamente, mais estruturado em relação às falas dos trabalhadores reunidos nos sindicatos de resistência baianos, contribuiu para amalgamar um idioma comum, por assim dizer, que permitiu àquele advogado comunicar e compartilhar suas concepções nos meios operários locais, como fez no interior SPCDC.³⁷⁹ Não será por

³⁷⁷ Sobre o conceito de “inimigo objetivo”, ver: Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, p. 85.

³⁷⁸ Batalha, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, In: Moraes, Joaquim Quartim de, (org.). *História do Marxismo no Brasil – volume II. Os influxos teóricos*, Campinas, Editora UNICAMP, 1995, pp. 37-38.

³⁷⁹ De fato, diversas associações operárias baianas do período, e de perfis distintos, desposavam ideias socialistas, tais como o Grêmio dos Maquinistas da Marinha Civil, que em seu 74º aniversário, em junho de 1919, afirmava: “o socialismo é o fim da tutela e o começo da vida, o socialismo faz agir e pensar”. Ver: *A Tarde*, 29 de junho de 1919. Outro exemplo é o da Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas, que afirmava em seus estatutos guiar-se por “bases socialistas”. Ver: ESTATUTOS da

acaso que a trajetória do sindicato dos operários da construção civil, entre a greve de junho de 1919 e a comemoração do Primeiro de Maio de 1920, se mesclará à trajetória política e sindical de Agripino Nazareth, incontestavelmente a principal liderança daquele sindicato e do próprio movimento operário na conjuntura pesquisada. Acompanhar essa trajetória será, destarte, o meio pelo qual procuraremos compreender melhor a dinâmica organizativa das associações articuladas em torno do SPCDC, assim como os embates entre essas associações e as entidades patronais do estado.

Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos

No fim do mês de junho, a partir do dia 27, circularam pela imprensa notícias que afirmavam ser iminente a eclosão de outra parede em Salvador, o que causou preocupação entre os industriais e comerciantes, assim como nas oposições ruístas.³⁸⁰ Pelo *Diário Oficial*, no entanto, o governo informou que Álvaro Cova, secretário de Segurança, assegurava não haver “fundamento o boato” e que “a população da capital” podia serenar-se, pois “a ordem”, foi prometido, “não se alterará”.³⁸¹ Os rumores sobre o pretense movimento, que deveria estourar no dia 1º de julho, estariam calcados em boletim emitido pelo SPCDC, cujo conteúdo consistia em uma convocação aos seus associados para reunião na qual seriam discutidos assuntos “urgentes”, atinentes aos interesses da categoria. Visando esclarecer essa situação, uma comissão de sócios do sindicato, visitara na noite de 27 de junho a redação do periódico *O Democrata*, assegurando que não havia intenção alguma de decretar nova greve.³⁸²

Todavia, de nada adiantou o desmentido dos sindicalizados da construção civil, pois, para a Associação Comercial, tramava-se sim “outro movimento subversivo”. O temor da entidade patronal, que se arrogava representante de “todas as forças mantenedoras do trabalho, da ordem, da paz e da conservação da sociedade”, era justamente em relação aos convites “de sindicatos e associações que haviam se notabilizado” na recente greve geral e que “já estavam sendo distribuídos pela capital, e afixados às esquinas das ruas”. O presidente da ACB, Rodolfo Martins, oficiou, então, o

Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 14 de fevereiro de 1920.

³⁸⁰ *Diário de Notícias*, 27 de junho de 1919; *Jornal de Notícias*, 27 de junho de 1919.

³⁸¹ *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 27 de junho de 1919.

³⁸² *O Democrata*, 28 de junho de 1919.

governador Moniz, externando seus receios em relação àquela reunião operária, que congregaria, no seu entendimento, “elementos apontados pela cidade inteira como subversivos da ordem pública (...), na sede do Sindicato, ao Maciel de Baixo, nº 24”.³⁸³ O governador replicou que estava ciente de tais anúncios, mas que não havia com o que se preocupar, pois a temida greve não passava de rumores, achando-se, de qualquer forma, o governo “aparelhado para manter a ordem, garantindo em sua plenitude, todos os direitos”.³⁸⁴ O simples gesto de se convocar o operariado para reuniões, vindo do grupo que deflagrara e orientara a greve de junho, excitava o alto comércio, que enxergava em tal iniciativa “intuitos subversivos”. Enquanto isso, o medo da disseminação de doutrinas radicais em terras baianas se espalhava. Em 1º de julho, o *Jornal de Notícias* informou que havia uma recomendação de proibição de desembarque de passageiros suspeitos no porto, uma vez que “vários indivíduos de nacionalidade italiana e elementos anarquistas” teriam logrado descer de suas embarcações em Salvador.³⁸⁵ Nesse instante, o temor ao africano rebelde, que tantos cuidados, medidas enérgicas e urgentes diligências já havia suscitado, encontrou seu substituto noutro elemento exógeno, a ser, de modo semelhante, buscado, identificado e retido (ou detido) no porto (talvez impedido de desembarcar, como feito com os africanos no final da década de 1880). Mesmo depois de efetivamente encerrado o tráfico negreiro, podia não fazer mais sentido a lei “que prevenia o que já não existia, o perigo malê”.³⁸⁶ Mas fazia sentido usar todos os artifícios possíveis contra aqueles que, com o passar do tempo, integravam as listas de indesejáveis. Cristalizara-se a concepção de que o que ocorrera em junho não deveria se repetir, o que nos faz atentar para outro componente, além dos já referidos, que permitiu a vitória daquele movimento: a surpresa. A greve geral não foi planejada com antecedência nem urdida publicamente através reuniões convocadas em comunicados aos trabalhadores. Provavelmente, nem mesmo os operários que iniciaram as paralisações imaginavam a extensão que a parede tomaria, muito menos os poderes constituídos, igualmente os comerciantes e industriais, que já tinham testemunhado outras greves, inclusive naquele ano de 1919, sem, contudo, atingirem o grau de intensidade inédito que as jornadas de junho apresentaram. Com efeito, para a ACB, a greve geral “surgiu a súbitas, sem nenhum procedimento anterior de reclamações

³⁸³ BOLETIM da Associação Comercial da Bahia de julho de 1919.

³⁸⁴ *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 1919.

³⁸⁵ *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 1919.

³⁸⁶ Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, op. cit., p. 50-65.

operárias”.³⁸⁷ Contudo, se naquela oportunidade os grevistas puderam contar com a liberalidade do governador – que não ordenou a repressão do movimento, além de incidentalmente atuar como intermediário entre patrões e empregados –, se também contaram com o apoio da oposição ruísta, sedenta de uma brecha para utilizar a tensão social na capital contra os seabristas, a partir de então, governo, comerciantes e industriais estariam mais arredios, dispondo-se a fazer frente às ações proletárias daquela natureza em termos menos permissivos ou simpáticos.

Já no dia 28 de junho, a ACB declarava “à sociedade baiana em geral, e, em especial, ao comércio”, que não havia mais “nenhuma iminência” de alteração da ordem.³⁸⁸ Apesar dos ânimos terem serenado rapidamente, é interessante perceber que as classes dominantes da Bahia nutriram, nesse momento, temores de ressurgência da rebeldia popular similares àqueles que acometiam as elites da primeira metade do século XIX, cujo medo da reincidência do que aconteceu no Haiti, na Revolta dos Malês ou na Sabinada era palpável.³⁸⁹ Nesse sentido, as “rodinhas” formadas pelos trabalhadores nos arredores dos sindicatos e locais de trabalho, ou em logradouros públicos, podiam, por essa ótica, ser quase tão perigosas quanto os “ajuntamentos de pretos” que as precederam. O receio, portanto, fomentava a necessidade de manter os subalternos sob vigilância.

A série de reuniões programada pelo SPCDC relacionava-se à articulação necessária para a organização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos. Logo, vale a pena salientar que, diferentemente do que a comissão de operários do sindicato dos pedreiros e carpinteiros declarou ao *Democrata*, as assembleias operárias agendadas para o final de junho e início de julho destinavam-se ao conjunto do operariado do estado e não apenas aos associados do SPCDC. Tal asserção foi confirmada pelo pedreiro Guilherme Francisco Nery, presidente do sindicato dos trabalhadores da construção civil, que na manhã do dia 28 de junho compareceu ao *Diário de Notícias* para desmentir os boatos que se planejava nova greve. O sindicalista informou que o intuito das reuniões dos trabalhadores era a “criação de uma sociedade que venha a

³⁸⁷ RELATÓRIO da diretoria da Associação Comercial da Bahia, apresentado e aprovado em Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1920 (Referente ao ano de 1919). Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1920, p. 93.

³⁸⁸ *Diário de Notícias*, 28 de junho de 1919.

³⁸⁹ Sobre este tema, ver, entre outros: Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, e Araújo, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850*. Salvador, EDUFBA, 2009.

defender os interesses coletivos das mesmas classes”.³⁹⁰ Consoante esse objetivo, um convite para o congresso, reproduzido em boletim da ACB, demonstra a intenção de agregar o maior número possível de categorias laborais, inclusive aquelas em que as mulheres eram majoritárias, sem olvido até mesmo das empregadas. Assim sendo, convocavam-se as trabalhadoras dos “ateliês, camisarias, sapatarias, fábricas, laboratórios, charutarias e casas particulares”, além das “lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras e mais trabalhadores em serviços domésticos a comparecerem na sede do Sindicato”.³⁹¹ Tal preocupação em organizar sob bases sindicais as trabalhadoras baianas estará presente nos próprios estatutos do SPCDC, como veremos adiante.

O conclave operário foi marcado para ocorrer entre os dias 14 e 20 de julho de 1919, mas desde o dia 29 de junho várias associações estiveram reunidas em assembleia, deliberando sobre sua participação no evento.³⁹² No dia 4 de julho o *Jornal de Notícias* publicava uma circular da comissão promotora do congresso – não por acaso, justamente os componentes da diretoria do SPCDC: Guilherme Francisco Nery, presidente, Antônio Amaro de Sant’Anna, secretário, Abílio José dos Santos, tesoureiro e José dos Santos Gomes, fiscal, convidando as organizações e categorias operárias de todo o estado a se fazerem representar no certame. A meta era que se estabelecessem princípios comuns que fornecessem coesão e força fundamentais para manter e alargar “as melhorias morais e materiais alcançadas (...) em virtude da recente greve geral”.³⁹³ A referência às jornadas de junho repetir-se-iam amiúde no discurso das lideranças envolvidas no planejamento do congresso. Para Agripino Nazareth, o operariado de Salvador conquistara “em uma semana aquilo que em um século não se sonhava obter”.³⁹⁴

A aludida circular iniciava atestando a identidade entre as lutas operárias promovidas na Bahia e aquelas travadas noutras partes do globo: “o movimento que ora se vai operando em todo mundo em prol da emancipação dos trabalhadores e da constituição de uma sociedade nova”, afirmava, “também repercutiu proficuamente neste Estado”. Por isso o SPCDC, declarando-se “centro” do “movimento grevista” de junho “e fortalecido que se sente pela solidariedade dos companheiros”, tomou a

³⁹⁰ *Diário de Notícias*, 28 de junho de 1919.

³⁹¹ BOLETIM da Associação Comercial da Bahia, ano XI, n. VII, julho de 1919, p. 7.

³⁹² *A Tarde*, 30 de junho de 1919. Não por acaso, a data de instalação do congresso, 14 de julho, coincidia com a da Queda da Bastilha, marco cronológico da Revolução Francesa.

³⁹³ *Jornal de Notícias*, 4 de julho de 1919.

³⁹⁴ *A Tarde*, 1 de julho de 1919.

iniciativa da instalação do Primeiro Congresso de Trabalhadores Baianos.³⁹⁵ Destarte, o objetivo do SPCDC era manter o moral dos trabalhadores elevado e, assim, aproveitar a experiência da greve de forma a não perdê-la, visando acumular algum ganho político, material e organizativo.

Estendendo-se a todo estado, o convite – que se encerrava solicitando uma “urgente resposta” ao operariado da Bahia – explicava que cada associação ou categoria de trabalhadores deveria enviar seus representantes, que deveriam “expor circunstanciadamente” tudo que fosse relativo à respectiva entidade, assim “como propor, discutir e votar os temas que aprovados pelo congresso servirão de base à nossa ação futura”. Fundamental era observar a norma que rezava só poderem ser representantes quem fosse operário, sendo vetados indivíduos de outra extração, como os patrões e mestres, por exemplo.

Os delegados deveriam comparecer municiados de dois relatórios, constando uma gama de informações sobre as entidades as quais pertenciam. Data de fundação, número de sócios fundadores e atuais, se a associação edita ou editou jornal, se mantém ou manteve escolas proletárias, inclusive para os filhos do operariado, número de greves que a associação provocou ou aderiu e se foram vitoriosas total ou parcialmente, eram algumas das informações solicitadas. Duas informações, entretanto, merecem destaque: se a associação era beneficente, de resistência ou mista, o que demonstra que o congresso estava aberto às mais variadas orientações, intentando agregar o maior número possível de associações; e se a associação estava ligada por princípio federativo ou por qualquer outro laço às “sociedades centralizadoras do Rio de Janeiro”,³⁹⁶ numa clara alusão às entidades sindicais do complexo portuário de Salvador – muitas das quais filiadas às matrizes cariocas, como era o caso, por exemplo, da Sociedade União dos Operários Estivadores, da Sociedade União dos Foguistas e da Associação dos Marinheiros e Remadores –, o que denotava o mesmo esforço de reunir o máximo de associações operárias no congresso, sem excluir quaisquer entidades, mesmo que se pautassem por orientações e métodos distintos. Podemos perceber que havia também a intenção de fazer um levantamento da organização dos trabalhadores.

³⁹⁵ *Jornal de Notícias*, 4 de julho de 1919.

³⁹⁶ Como já registramos, Maria Cecília Velasco e Cruz pesquisou as associações do complexo portuário do Rio de Janeiro e suas ações no sentido de organizarem sindicatos filiados em diversos portos do Brasil. Ver nota 262.

No entanto, a união pretendida não foi alcançada, pois as entidades beneficentes e mutualistas, tal com o Centro Operário, por exemplo, e as associações portuárias efetivamente não se juntaram ao propósito do SPCDC. Afinal, essas três forças mantinham relações com o governo e com políticos seabristas que lhes valia aporte financeiro e prestígio social, conformando uma estratégia política que visava, segundo ressalta Cláudio Batalha, “comprometer moralmente as autoridades republicanas com as reivindicações” operárias.³⁹⁷ Baseado nesse cenário, Castellucci concluiu haver uma clara demarcação das clivagens que, naquela conjuntura específica, perpassavam o movimento operário baiano, estando, grosso modo, as beneficentes e mutuais – como o Centro Operário, por exemplo – alojadas num pólo, as associações portuárias e marítimas noutro e os sindicatos ligados à influência do SPCDC e de seu advogado, Agripino Nazareth, em um terceiro.³⁹⁸

A instalação do encontro teve lugar no tradicional Teatro São João, às 15 horas do dia 14 de julho, um domingo, diante da presença de representantes do governador do estado, do comandante da 5ª Região Militar, do secretário de polícia, da imprensa, assim como de várias delegações de trabalhadores. Ao notar esse fato, Castellucci refletiu que essa presença de “autoridades civis, militares e do Estado” no conclave operário significava que a classe trabalhadora não ficaria imune às “influências políticas ou mesmo ideológicas externas”.³⁹⁹ Embora os líderes do congresso tivessem convidado as raposas (da política, mas não só) para se inteirarem dos planos de fuga das galinhas do chiqueiro da exploração, cabe aqui ponderar que esses trabalhadores não eram patetas. (tampouco solertes). Em sua leitura de E. P. Thompson sobre paternalismo e populismo, Antonio Luigi Negro ressalva que “é preciso atentar para sua tenaz autopreservação”. Os subalternos, destaca, “conservaram certos valores – espontaneidade, capacidade para a diversão e lealdade mútua –, apesar das pressões inibidoras”. Herdeiros e continuadores dessa prática de resistência, os líderes do congresso podiam saber o que estavam fazendo; muito além do cinismo (diga-se). De novo citando a leitura de Negro, o que estava em jogo era a capacidade de os trabalhadores se servirem de ritos da política – tais como o assembleísmo dos conclaves – de modo a guardar proximidade

³⁹⁷ Batalha, Cláudio H. M. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, In: Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre; Batalha, Cláudio Henrique Moraes (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004, p. 111.

³⁹⁸ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 245-246.

³⁹⁹ Castellucci, *Industriais e industriais*, op. cit., p. 246. Este também é o ponto de vista dos irmãos Rubim em “As lutas operárias...”, op. cit., p. 29.

com o que Carlos E. Soares concluiu em seu livro sobre a negregada instituição. “Os capoeiras do crepúsculo do regime monárquico”, afirmou, “mostravam ter percepção aguda da ação política da elite branca e dos aliados possíveis no jogo fechado da política parlamentar”. Mais ainda, sua “aliança com os conservadores decerto deixaria intelectuais do final do século 20 escandalizados”.⁴⁰⁰

A sessão inaugural do congresso foi aberta e presidida por Antônio Amaro de Sant’Anna, que contou com os secretários Estefânio Nascimento, representante dos marmoristas, e Astério Luiz dos Prazeres, secretário geral da então recém-fundada Sociedade dos Produtores em Marcenaria (criada 7 de julho). O orador oficial, José dos Santos Gomes, operário pedreiro, iniciou sua fala elucidando o porquê da escolha do dia 14 de julho como data de abertura do congresso. Elogiando a Revolução Francesa, o que, aliás, já havia acontecido na circular de convocação, explicava que a data era vista como o “dia maior da Humanidade, consagrado à conquista dos direitos do homem”, símbolo da “vitória da liberdade”, quando “cessou a escravidão do fraco”, que “vestiu a toga de cidadão” e pôde, enfim, desbaratar “os abusos do governo, exprimir suas opiniões e escolher seus representantes e dirigentes”. Dessa forma, continuava, “estava iniciada a igualdade perante a lei”. Ressaltando a centralidade da busca pelo reconhecimento da cidadania do proletariado, o orador do certame destacava a importância de estabelecerem “princípios sobre os quais” fosse possível “reclamar os direitos que nos são conferidos pela nossa Carta Magna, código civil e demais leis que oferecem garantias às classes trabalhadoras”. Isto significa que recorrer às esferas institucionais e legais era, então, interpretado como uma estratégia possível – e mesmo conveniente – no sentido de garantir o usufruto de direitos sociais e políticos inalienáveis, por parte dos trabalhadores. Sendo assim, a importância da educação, da instrução profissional e do trabalho – “que honra e dignifica” – era assinalada com o pedido “ao poder público” para que este organizasse uma “assistência às escolas primárias” e “junto às fábricas e escolas profissionais, procurando reprimir a vadiagem, a fim de que não desapareça o artista nacional”.⁴⁰¹ A consciência de que os artistas e operários, e “não somente os intelectuais”, também concorriam “para a civilização e progresso social”, significava, como demonstrou Angela de Castro Gomes, que o trabalho era concebido como um “valor positivo”, do qual derivava “a dignidade da

⁴⁰⁰ Negro, “Paternalismo, Populismo”, op. cit., p. 30.

⁴⁰¹ *Jornal de Notícias*, 15 de julho de 1919.

figura do trabalhador e o seu papel central no mundo econômico e social”. Ou seja, existia uma percepção que a classe operária era um “ator coletivo legítimo”, sendo portadora de uma “identidade social positiva”, portanto de cidadania.⁴⁰²

À observação dos direitos dos trabalhadores deveria corresponder o respeito à ordenação jurídica e institucional vigente. Assim, a oração de José dos Santos Gomes afirmava a necessidade de se

“conhecer todos os nossos direitos e deveres, uma vez que uns e outros se confundem, evitando desse modo infringirmos as leis, a que prestamos obediência, sentindo-nos fortes e garantidos diante dos poderes do Estado”.

A greve, nessa interpretação, seria um direito dos operários; porém, prosseguia, “não queremos a greve perturbadora da ordem pública nem que traga a morte da população pela fome, por isso somos daqueles que julgam necessária a ordem, por que dela provirá a harmonia”. Não sabemos se o teor desse discurso foi planejado para ser ouvido por aquelas autoridades civis, militares e do Estado presentes na assembleia proletária, e assim desarmá-los em suas reticências ou hostilidade em relação aos integrantes do congresso, mas a proximidade com o discurso patronal é nítida, especialmente no que tange “ao acordo e harmonia do capital e do trabalho”, ponto de vista defendido pelo conjunto do patronato.⁴⁰³ Por exemplo, o periódico ruísta *O Imparcial*, auto-intitulado “órgão das classes conservadoras”, ao tratar da instalação do congresso, aconselhava que se observasse que, ao lado dos direitos dos homens – “grande ou pequeno, operário ou patrão” –, estavam os seus deveres. Afinal, continuava o jornal, “onde quer que homem ou classe só se preocupe com seus *direitos*, e relegue a plano inferior os seus *deveres*, teremos o império do egoísmo, a injustiça, o arbítrio, a desordem, senão a anarquia” (grifos no original). Destarte, a matéria findava augurando ao congresso que, “dentro das ideias de pátria, família e religião”, os operários pleiteassem “o seu direito a uma vida mais confortável”. Não deviam também “esquecer que na harmonia entre o capital e trabalho é que está a felicidade dos povos, como dos indivíduos”.⁴⁰⁴

⁴⁰² Gomes, “*A Invenção do Trabalhismo*”, op. cit., pp. 17-18 e 25.

⁴⁰³ Ver, por exemplo: *Diário da Bahia*, Salvador, 5 de junho de 1919.

⁴⁰⁴ *O Imparcial*, Salvador, 16 de julho de 1919.

Antes de julgarmos tal proximidade entre os discursos operário e patronal como indicativo de um desvio do movimento operário, é interessante salientar, como argumenta Alexandre Fortes, que foi num processo de acúmulo de experiências que os trabalhadores conseguiram “lidar com a lei não apenas enquanto ordem pública inibidora da sua capacidade de manifestação (...), mas também como reconhecimento”, ainda que pouco efetivo inicialmente, “de sua titularidade a direitos sociais”. É no bojo desse processo, portanto, que o operariado se conforma como sujeito de um direito coletivo emergente.⁴⁰⁵ Assim sendo, podemos compreender melhor quando, em seu discurso, o orador oficial do congresso enunciou que “desde que patrões e operários colaborem para um mesmo fim, teremos a riqueza e engrandecimento do país e então todos nós gozaremos destes benefícios”.⁴⁰⁶

Encerrando a sessão, diante de um teatro cheio, Agripino Nazareth convidou a audiência “a comemorar o grande dia de 14 de julho, o primeiro marco que assinalou a vitória do socialismo”.⁴⁰⁷ Ao conclamar os presentes a acompanhá-lo nesta homenagem, Agripino nos deixa ver que, mesmo dois anos após a Revolução Russa, a Revolução Francesa ainda era um paradigma válido de caminho para o socialismo para uma parte expressiva do movimento operário brasileiro.⁴⁰⁸

Nos dias seguintes, o conclave prosseguiu com suas sessões ordinárias ocorrendo na sede do SPCDC e contando com a participação de 10 sindicatos e 26 delegados, de várias categorias profissionais, tais como ferroviários, sapateiros, marmoristas, condutores de carroças, pedreiros e carpinteiros, marceneiros, padeiros, trabalhadores das linhas de bonde e das usinas de energia e tipógrafos.⁴⁰⁹ O primeiro assunto

⁴⁰⁵ Fortes, Alexandre. “Os Direitos, a Lei e a Ordem – greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da I República”, In: Lara, Sílvia Hunold; Mendonça, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 374.

⁴⁰⁶ *Jornal de Notícias*, 15 de julho de 1919.

⁴⁰⁷ *O Democrata*, 16 de julho de 1919.

⁴⁰⁸ Para o aprofundamento dessa questão, ver: Batalha, Cláudio H. M. “Nós, Filhos da Revolução Francesa: a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX”. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, v. 10, nº 20, mar.-ago. 1991, p. 233-249.

⁴⁰⁹ Foram estas as delegações presentes no I Congresso de Trabalhadores Baianos: José dos Santos Gomes (SPCDC); Antônio da Silva, Luís José Soares e Nathalio de Jesus (Sociedade União Defensora dos Empregados de Ferrovia); Antônio Portugal de Azevedo, Manuel Maria dos Santos e João Paulo Baptista (Sociedade União Defensora dos Sapateiros); Oscar Francisco Lopes, Constancio P. Victório e Honorato Gomes Filho (União dos Operários de Padaria); Edgard José Brito, Maximiano José da Silva e José Alves do Nascimento (Sociedade União e Progresso dos Operários da Bahia); João Lessa (União Gráfica Baiana); Alfredo Campos de Oliveira, Aurélio Pereira da Silva e Oscar Correia (Sociedade União dos Empregados de Bondes, Luz e Força Elétrica do Estado da Bahia); Marciano Pacífico da Paixão e Estefânio Nascimento (Sociedade União dos Marmoristas); Astério Luiz dos Prazeres, Manuel P. de

discutido, logo na primeira sessão ordinária foi a questão da construção de habitações operárias, como vimos um problema premente para as classes populares de Salvador. Depois de apresentadas e discutidas várias propostas sobre esse ponto, ficou decidido que se constituiria uma comissão para solicitar ao governador que se elevasse o número de casas a serem construídas, previstas num projeto que tramitava na Câmara desde abril daquele ano, de 2000 para 5000 unidades, e que o mesmo fosse sancionado ainda no exercício então vigente. Preocupados com os custos de transporte dos lares para os locais de trabalho, pediram, ainda, que essas habitações fossem edificadas em pontos que lhes facilitassem a locomoção rápida para as oficinas. Outras proposições circularam sobre a necessidade de fundação de um periódico operário, da criação de escolas proletárias com aulas diurnas e noturnas e de se promover uma “aliança entre as sociedades” em caso de greve, através de auxílio e adesão “ao movimento”, pontos sobre os quais o sindicato dos pedreiros e carpinteiros, particularmente, concentrará esforços durante a conjuntura investigada, como veremos mais adiante.⁴¹⁰

Na segunda sessão ordinária foi deliberado solicitar à empresa ferroviária Chemins de Fer e às companhias Municipal e Linha Circular, responsáveis pelas linhas de bonde, descontos de 50% no valor das passagens destinadas aos operários. Decidiu-se também pelo envio de um pedido ao Congresso Federal, com vistas à instituição do salário mínimo para o operariado.⁴¹¹ Como forma de normatizar e padronizar as práticas profissionais dos artistas e operários, a fim de garantir que nenhum trabalhador recebesse menos que o salário mínimo estabelecido para cada categoria, e que apenas os operários habilitados trabalhassem nos respectivos ofícios, ficou resolvido, na terceira sessão ordinária, que deveriam ser conferidos diplomas para os operários com competência comprovada. Para isso, seria apresentada uma moção à Câmara dos Deputados, visando tornar obrigatória a posse do diploma para o exercício da profissão – a ser emitido pelas associações correlatas. Aqueles que trabalhassem num ramo profissional sem a devida habilitação seriam punidos pela associação ligada ao ofício em questão. Ao fazer isso, na prática, intentava-se conceder o controle do mercado de trabalho num determinado ramo às associações operárias, fortalecendo-as,

Oliveira e Petronillo Dantas (Sindicato dos Marceneiros); Martinho Pontes, Antônio F. Da Silva e Maximiano José da Silva (Sociedade União dos Condutores de Carroças e Classes Anexas).

⁴¹⁰ *Jornal de Notícias*, 18 de julho de 1919; *O Imparcial*, 16 de julho de 1919.

⁴¹¹ *O Imparcial*, Salvador, 17 de julho de 1919.

concomitantemente, com o emprego de trabalhadores sindicalizados somente.⁴¹² Essa proteção do ofício pela regulamentação da oferta de trabalho, via sindicato operário, aproximava-se da chamada *closed shop*.⁴¹³ Só assim as sociedades operárias garantiriam, conforme deliberação do conclave, “trabalho aos seus associados e limitação da tabela de preços para cada classe”.⁴¹⁴ A preocupação com a fixação de um salário mínimo foi acompanhada pela exigência de regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Para tanto, ficou determinado na 4ª sessão que seria endereçado um “memorial aos poderes federais”, solicitando as medidas cabíveis para a consecução de tal objetivo.⁴¹⁵

Agripino Nazareth teve papel destacado durante todo o conclave, encaminhando a discussão de muitos temas e artigos em todas as sessões do congresso. Apenas na última sessão ordinária, contudo, levantou-se a questão sobre qual a corrente ideológica a que o congresso se filiaria, declarando-se, então, por aclamação, socialista coletivista. Nesse quesito, surge, cristalina, a influência do advogado sobre parcela do movimento operário baiano, em especial aquela que se aglutinava em torno do SPCDC, que, tal como certos grêmios cariocas, exercia papel de matriz perante filiais. Essa orientação ideológica permitiu que o congresso operário fizesse muitas solicitações aos poderes públicos, como também nutrisse a expectativa de assegurar direitos na esfera legal. Longe de ser visto como um inimigo, o Estado era concebido, naquele momento, como um interlocutor válido no encaminhamento das demandas operárias, ponto de vista que deve ter se fortalecido após a atuação do governador Antônio Moniz por ocasião da greve geral, quando intermediou as negociações entre patrões e empregados, e com a criação de leis estaduais que estabeleciam a jornada de 8 horas de trabalho em suas oficinas, indústrias e obras públicas, além da decretação do Primeiro de Maio como feriado estadual.

Tendo isso em mente, Castellucci construiu a concepção de que “convocado e fortemente influenciado pelo Sindicato de Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e

⁴¹² *O Imparcial*, Salvador, 19 de julho de 1919.

⁴¹³ Segundo Maria Cecília Velasco e Cruz, “a expressão *closed shop* qualifica sindicatos que visam converter a ocupação de seus membros e, portanto, o trabalho, em uma reserva de mercado dos seus associados”. Ver, Cruz, Maria Cecília Velasco e. “A morte de João de Adão”, op. cit., p. 203, nota 8. Para ver como os portuários santistas conquistaram a *closed shop* em plena década de 1930, consultar: Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 190-209.

⁴¹⁴ *O Imparcial*, 19 de julho de 1919.

⁴¹⁵ *O Imparcial*, 19 de julho de 1919.

seu advogado Agripino Nazareth”, o congresso operário “foi dominado pelas correntes sindicais reformistas”, distantes, assim, de um projeto revolucionário.⁴¹⁶ De acordo com Cláudio Batalha, o sindicalismo reformista nunca obteve homogeneidade ideológica nem unidade organizativa, sendo partilhado por uma variada gama de correntes sindicais, tais como “socialistas de diferentes matizes, positivistas, republicanos sociais, sindicalistas pragmáticos”.⁴¹⁷ Segundo o autor, “essas diversas correntes reformistas” tinham em comum: a noção da greve como o “último recurso”; a busca de consolidação de “conquistas trabalhistas através de medidas legais”; a aceitação de intermediários nas disputas entre o capital e o trabalho, como advogados, políticos, representantes dos poderes públicos; a manutenção de “sindicatos fortes e ricos”, se necessário admitindo até mesmo recorrer “à beneficência como forma de assegurar” um número expressivo de sócios “e a entrada de recursos”; e a admissão de participação na institucionalidade político-parlamentar, “lançando candidatos próprios” nos pleitos eleitorais “ou apoiando candidatos” que afirmassem agir na defesa dos interesses operários. Nessa prática sindical, o objetivo era, primordialmente, lutar contra os males advindos do capitalismo, mas não por sua superação ou destruição.⁴¹⁸

Ainda que Agripino Nazareth tenha proposto, e o congresso operário aprovado, um voto de aplauso ao governador Antônio Moniz, “pela exata compreensão dos seus deveres constitucionais” durante a greve geral, e um voto de louvor às autoridades policiais, devido a sua conduta na mesma oportunidade,⁴¹⁹ a posição que o advogado socialista coletivista insistia em afirmar em relação à participação na política partidária da Bahia era de distância, afirmando sua independência diante “de todos os burgueses agrupamentos partidários”.⁴²⁰ Então, talvez, a conduta de contar com o Estado, e, mais diretamente, com o governo estadual, para encaminhar legalmente ou intermediar junto aos empregadores, as demandas operárias, possa ser entendida como uma estratégia para assegurar a continuidade de sua neutralidade, quem sabe até de sua simpatia, nos conflitos entre o capital e o trabalho, especialmente num contexto de cisão entre as facções políticas dominantes, que colocava em campos opostos industriais e grandes

⁴¹⁶ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 244.

⁴¹⁷ Batalha, Cláudio H. M. *O movimento operário*, op. cit., p. 33.

⁴¹⁸ Batalha, Cláudio H.M. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira república”, In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 120-121 e 125.

⁴¹⁹ *O Imparcial*, 27 de julho de 1919.

⁴²⁰ *O Democrata*, 14 de junho de 1919.

comerciantes, ruístas, e o governo do estado e seus representantes, seabristas. Afinal, durante a greve de junho o plano funcionou. A opção por uma greve geral pacífica, sem intuítos insurreccionais, certamente foi decisiva para manter o governo do estado numa posição de liberalidade para com os operários grevistas, que, por seu turno, não tiveram que se defrontar com a repressão policial e puderam, então, virtualmente irradiar a parede para o conjunto do operariado da capital. Entretanto, isto não significa, necessariamente, como, aliás, afirmaram as lideranças do congresso operário, que nutrissem “preferências por este ou aquele agrupamento partidário”.⁴²¹

A sessão de encerramento do conclave proletário ocorreu no mesmo Teatro São João, na tarde do dia 20 de julho. Os membros do SPCDC, Guilherme Francisco Nery, Jorge Manoel da Rocha e Abílio José dos Santos, respectivamente, presidente, secretário-geral e tesoureiro, eleitos pelos congressistas, compuseram a mesa e passaram a constituir uma comissão permanente responsável pelos assuntos e ações relativos ao conclave. Discursaram vários delegados de diferentes associações operárias e Agripino Nazareth. Talvez demonstrando o caráter conciliatório e ordeiro entre movimento operário e governo, durante todo o evento tocou uma banda de música “da Brigada Policial”, cujos integrantes – quem sabe – fossem filhos do meio operário baiano.⁴²² Ao final daquela sessão, os participantes do congresso saíram em passeata, desfilando pela rua Chile até a sede do SPCDC, “erguendo vivas ao socialismo e ao operariado”.⁴²³

Se, por um lado, não parece que os poderes públicos tenham atendido quaisquer das solicitações que o congresso propôs-se a encaminhar, por outro, os ganhos decorrentes daquele encontro operário foram significativos em termos organizacionais e de estreitamento e construção de laços de solidariedade e identidade de classe, entre os trabalhadores. Nesse sentido, o vetor de horizontalização parece ter funcionado melhor que o da verticalização.

Em relação ao caráter organizativo é interessante notar que alguns sindicatos explicitaram nos preâmbulos de seus estatutos orientarem-se pelas deliberações daquele conclave sindical. Foi o caso da Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia, que afirmava inspirar-se “nos meios de ação proletária aprovados no Primeiro

⁴²¹ *O Imparcial*, 20 de julho de 1919.

⁴²² *Jornal de Notícias*, 23 de julho de 1919; *O Democrata*, 22 de julho de 1919; *O Imparcial*, 21 de julho de 1919.

⁴²³ *A Tarde*, 21 de julho de 1919.

Congresso de Trabalhadores Baianos”.⁴²⁴ O mesmo ocorria com a Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, que declarava “adotar os princípios socialistas dentro dos quais resolveram agir em prol de sua emancipação, as classes proletárias” presentes naquele evento.⁴²⁵ Observamos, ainda, que essas sociedades operárias tinham em comum uma novidade em sua organização administrativa, expressa na constituição de uma comissão executiva, simples delegação, sem atribuições de mando ou poder, “na observância das modernas correntes de agremiação proletária, infensas a qualquer predominância de grupos no seio das associações”, conforme rezava o estatuto dos têxteis, elaborado por Agripino Nazareth.⁴²⁶ As associações dos ferroviários, dos têxteis, dos marceneiros e dos sapateiros foram fundadas sobre essa base organizacional. O SPCDC também implementaria, em outubro, com a elaboração de seus estatutos, a fórmula da comissão executiva.⁴²⁷ Além de contarem com a orientação e liderança de Agripino Nazareth, o introdutor do conceito das comissões executivas naquelas entidades, as associações dos sapateiros e dos marceneiros – duas categorias de artífices manuais –, por exemplo, tinham ainda em comum o fato de compartilharem a mesma sede que o SPCDC, demonstrando o teor da mescla entre o sindicato dos pedreiros e carpinteiros e outras agremiações, definindo um parcela particular do movimento operário baiano, naquele momento.⁴²⁸

O congresso operário de julho de 1919 – cujo lema era o bravio “unidos para a vida e para a morte”⁴²⁹ – foi muito importante no sentido de engendrar bases para a criação de laços solidários e identitários entre as associações de trabalhadores participantes. Como propõe Isabel Bilhão, o processo de construção da identidade do operariado – forjada no bojo das relações sociais, portanto não isenta de conflitos – ocorre em três níveis distintos: o do reconhecimento; o da distinção; e o da memória coletiva.⁴³⁰ O reconhecimento dar-se-ia pela unificação dos iguais com base na valorização do trabalho, transformado em emblema positivo, ao invés de estigma, e

⁴²⁴ ESTATUTOS da Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 18 de março de 1920.

⁴²⁵ ESTATUTOS da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 11 de fevereiro de 1920.

⁴²⁶ ESTATUTOS da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, Capítulo III, artigo 7º. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 11 de fevereiro de 1920.

⁴²⁷ ESTATUTOS do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador 19 de outubro de 1919.

⁴²⁸ *Germinal*, 19 de março de 1920.

⁴²⁹ Ver: *Jornal de Notícias*, 9 de setembro de 1919.

⁴³⁰ Ver: Bilhão, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.

sempre ancorado numa conduta orientada pelas noções de honra e moralidade. No presente caso, vale a pena notar que esses amantes do labor operário não estavam constituídos pelos tão lembrados imigrantes europeus. É o que verificamos na fala – citada anteriormente – de José dos Santos Gomes, orador oficial do conclave, ao salientar a importância dos operários, que “concorrem para a civilização e progresso social”, “vencendo pelo trabalho que honra e dignifica”. Nesse sentido, a valorização social do operariado deveria passar pela ênfase na “instrução e na moralidade”.⁴³¹ Porém, o processo de construção identitária, entendido como um fenômeno relacional, também passa pela distinção em relação aos “outros”, às outras classes sociais. Nesse caso, a diferenciação dá-se através da explicitação da oposição de interesses entre quem trabalha – fator decisivo para a constituição de uma identidade social positiva – e aqueles que não o fazem. Nesse aspecto, a distinção opera tanto em relação aos capitalistas, que exploram o trabalho alheio, quanto às chamadas “classes perigosas”, estigmatizadas pelo ócio e pelo vício. Retornando, mais uma vez, à fala do orador oficial do congresso, observamos a preocupação com a instrução profissional e com a repressão à “vadiagem”, pois, em sua visão, “sem instrução elementar nem profissional” as ruas da cidade estavam “repletas da meninada que, reduzida pelo vício e fácil ganho, esquece o manejar do trabalho honesto que o pode enobrecer”.⁴³² Uma vez que o trabalho era considerado elemento fundamental na dignificação do operariado, Agripino propôs, e o congresso aprovou por aclamação, que as sociedades de trabalhadores admitissem em seu seio apenas aqueles que tivessem extração operária.⁴³³

O terceiro componente da identidade operária, ainda de acordo com Bilhão, seria fundamentado na evocação de uma memória coletiva, entendida como a

“apropriação/invenção de símbolos e de uma memória historicamente herdada, que reafirmam seus sentimentos de pertença e distinção, não apenas em âmbito local, mas de forma integrada a um sentimento de contemporaneidade e simultaneidade com o ‘operariado universal’ – seus conflitos, contradições, campanhas –, auxiliando na formação de uma identidade coletiva que ultrapassa barreiras geográficas”.⁴³⁴

⁴³¹ *Jornal de Notícias*, 15 de julho de 1919.

⁴³² *Jornal de Notícias*, 15 de julho de 1919.

⁴³³ *O Imparcial*, 20 de julho de 1919.

⁴³⁴ Bilhão, *Identidade e trabalho*, op. cit., p. 21.

Também esse componente fez-se presente nas sessões do Primeiro Congresso de Trabalhadores Baianos. É o caso das referências – já citadas – à Revolução Francesa e também à Revolução Russa, como, por exemplo, a leitura de um manifesto de Tchitcherin, comissário para assuntos externos do país dos soviets,⁴³⁵ e a votação de uma moção “de solidariedade aos trabalhadores de todo mundo e especialmente aos da Rússia”.⁴³⁶

Açodados como estavam, os patrões, por seu turno, não ficaram inertes frente aos esforços organizativos do operariado, lançando mão de expedientes variados a fim de limitar a capacidade de mobilização das associações vinculadas a Agripino Nazareth e ao SPCDC, assim enfraquecendo os efeitos do congresso dos trabalhadores. Dessa maneira, no início de julho, concomitantemente aos boatos de eclosão de nova greve geral e às convocações às associações operárias com vistas à realização daquele evento, Júlio Fernandes Leitão, empreiteiro de obras e ex-presidente do conselho executivo do Centro Operário e ligado às oposições ruístas, emitiu pela imprensa uma declaração de repúdio ao sindicato dos pedreiros e carpinteiros. Criticando a orientação sindical daquela sociedade, Júlio Leitão apontava a inexistência de estatutos, assim como as táticas reivindicatórias por ela empregadas, distintas “dos meios pacíficos”, além da opção de não criar uma caixa de auxílio para os trabalhadores vítimas de acidentes laborais, como os motivos para desligar-se, junto de “alguns (...) amigos” seus, do SPCDC.⁴³⁷ O objetivo de tal declaração era desqualificar a conduta sindical da associação dos operários da construção civil. Todavia, através dessa informação percebemos que houve, realmente, um acréscimo no número de membros do SPCDC na conjuntura pós-greve, a ponto de um empreiteiro, junto de alguns “amigos”, filiar-se à novel sociedade. Esse incremento quantitativo certamente não passava despercebido aos atentos olhos patronais.

Outro expediente utilizado pelas classes proprietárias foi a disponibilização de moradias aos seus funcionários – as vilas operárias – e a manutenção de sociedades beneficentes, geralmente dirigidas pelos patrões, para as quais revertiam as multas aplicadas aos trabalhadores das respectivas empresas.⁴³⁸ No dia 17 de julho, num

⁴³⁵ *A Tarde*, 17 de julho de 1919.

⁴³⁶ *O Imparcial*, 20 de julho de 1919.

⁴³⁷ *A Tarde*, 4 de julho de 1919; *O Imparcial*, 5 de julho de 1919.

⁴³⁸ Como informa Robério S. Souza, baseado em estudo de Tânia Regina de Luca, além das sociedades beneficentes serem usualmente organizadas e mantidas pelas próprias empresas, sua administração cabia

momento em que o congresso operário estava em plena atividade, o *Diário de Notícias* publicou uma matéria elogiando a postura de industriais baianos em relação aos seus trabalhadores. Considerando que os empregadores baianos retribuíam o labor operário “com as comodidades necessárias a existência”, o caso da Companhia Progresso Industrial da Bahia⁴³⁹ era citado como paradigmático. Fazia doze anos que aquela empresa disponibilizava para seus funcionários serviços de socorros médicos e pecuniários, vila operária, uma cooperativa para fornecimento de produtos de primeira necessidade, uma farmácia, serviço funerário, serviço religioso, grêmio cívico (“para comemoração das célebres datas da [...] Pátria”), assistência jurídica e uma escola para os filhos dos operários.⁴⁴⁰ Álvaro Catharino, importante capitalista, era o diretor-gerente da companhia e, compreendendo que deveria intervir no processo de organização dos operários da unidade fabril com o maior número de trabalhadores – a São Brás –, criou a Sociedade Beneficente e Recreativa São Brás. Não por acaso, sob os auspícios da direção daquela empresa, foi organizada a celebração do “14 de julho operário”, no mesmo dia da instalação do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos. Essa rivalidade indica quanto o congresso foi considerado, além de revelar uma estratégia competitiva, com o fito de manter os operários daquela indústria longe do conclave sindical patrocinado pelos ativistas que a Associação Comercial havia taxado de “subversivos”.⁴⁴¹

Na reunião promovida pela Sociedade Beneficente e Recreativa São Brás, os operários, de acordo com *O Imparcial*, “festejaram condignamente a data da liberdade” – e ao alcance das vistas de seus patrões. Com sorteio de reembolsos de jóias e mensalidades, cerca de 900 operários e operárias “entregaram-se em danças até a noite”, ao som da filarmônica São Brás.⁴⁴² Para o *Diário de Notícias*, na São Brás reinava “concordia, alegria, prenúncios de paz”, existindo “grande união e máxima liberdade” entre patrões e empregados. Por isso, sentenciava a folha, “aqui, em nossa Bahia, não precisamos de arregimentadores anárquicos e oficiosos, pois tão benemerente instituição como esta tem à sua frente um industrial contra o qual” não se poderia indicar “qualquer

a altos funcionários, em geral identificados com os interesses patronais, num tipo de estratégia paternalista para limitar as possibilidades de organização autônoma dos trabalhadores. Ver: Souza, *Tudo pelo trabalho*, op. cit., p. 91.

⁴³⁹ A referida companhia era constituída por quatro fábricas têxteis: São Brás, Bonfim, São João e Paraguaçu.

⁴⁴⁰ *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1919.

⁴⁴¹ *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 1919.

⁴⁴² *O Imparcial*, 16 de julho de 1919.

ato seu de coação a liberdade individual ou coletiva dos operários”.⁴⁴³ No entanto, não parecia ser essa a compreensão de alguns trabalhadores daquela unidade têxtil, pois, por ocasião do congresso operário de julho, enviaram uma carta à organização do evento, denunciando a “coação” exercida sobre os empregados, o que gerou um voto de reprovação formal daquela assembleia proletária.⁴⁴⁴ O voto de reprovação do Primeiro Congresso de Trabalhadores também contou com uma reação correspondente, ou seja, no mesmo número do *Imparcial* que noticiou a decisão citada, os proprietários da São Brás publicaram um desagravo subscrito por centenas de funcionários.

De fato, a reação patronal ia cada vez mais aguda. Logo após o término da greve geral, começaram a surgir denúncias de desrespeito dos acordos, ocorrendo, inclusive, demissões de operários por sua participação no movimento. Esta situação foi discutida no Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, ficando acertado que seriam constituídas comissões para se entenderem com os patrões dos ramos acusados dessa prática. Esse parecia ser o caso, por exemplo, da situação nas obras do porto de Salvador, na Chemins de Fer e na Companhia Linha Circular.⁴⁴⁵

Assim, conforme o tempo passava e o governo e os empregadores refaziam-se do susto com a greve e a mobilização sindical, os trabalhadores percebiam que lutas difíceis os esperavam na defesa dos direitos conquistados em junho. Por ocasião de uma paralisação de algumas horas dos funcionários da Estação do Gasômetro da Linha Municipal (apesar do nome, uma empresa administrada pelo governo estadual), na manhã de 30 de julho, acontece a mudança no tratamento das manifestações operárias. A parede foi motivada por salários atrasados, alterações de horários, suspensão dos passes de bondes destinados aos maquinistas e operários daquela empresa e pela demissão de alguns trabalhadores, que haviam reclamado dos atrasos no pagamento.⁴⁴⁶ Apesar de não ser incomum que o governo exercesse uma repressão mais rigorosa quando se tratava de uma paralisação de funcionários públicos, a intensidade da intervenção chama a atenção. Naquela oportunidade as forças policiais utilizaram entre 45 e 80 praças de cavalaria e infantaria, a depender da fonte, para reprimirem e dispersar os manifestantes, deixando o saldo de uma pessoa ferida, um operário idoso

⁴⁴³ *Diário de Notícias*, 17 de julho de 1919.

⁴⁴⁴ *O Imparcial*, 27 de julho de 1919.

⁴⁴⁵ *O Imparcial*, 19 de julho de 1919.

⁴⁴⁶ *A Tarde*, 17 de julho de 1919.

chamado Serafim, mestre da fundição de Roma.⁴⁴⁷ A imprensa oposicionista defendeu os trabalhadores da empresa estadual contra o “procedimento incorreto da polícia”, argumentando que, “desde o momento em que se declararam em greve os operários estiveram sempre dentro da lei, respeitando as autoridades”.⁴⁴⁸ Para que o operariado contasse com tal apoio do *Diário da Bahia*, as condições seriam estas: permanecer dentro dos limites da lei e da ordem. Limites que logo seriam postos à prova pelos trabalhadores das usinas têxteis da capital, nesse momento de nossa História uma praça industrial nada irrelevante em termos nacionais.

A greve dos têxteis: a atuação do SPCDC

Apenas três meses depois da greve geral de junho, quando os industriais das fábricas de tecidos e fiação assinaram acordos que previam, entre outros pontos, o respeito à jornada de 8 horas de trabalho e aumento salarial de 20%, patrões e empregados protagonizaram novos enfrentamentos.⁴⁴⁹ Na tarde de 3 de setembro de 1919, Daniel José do Nascimento, contramestre da fábrica têxtil Boa Viagem – pertencente à Companhia Empório Industrial do Norte –, em Salvador, resolveu ir ao banheiro. Sua saída do local de trabalho chamou a atenção do fiscal da empresa, Policarpo, que o seguiu para repreendê-lo. Da reprimenda para uma discussão foi rápido e, na sequência, Daniel foi multado em 2\$000. Porém, ele não se deixou intimidar e continuou a defender-se das acusações, ao seu ver injustas. Sua insubordinação não seria perdoada. Daniel foi ameaçado de demissão, que se consumou mesmo depois de tentar entender-se com os diretores da fábrica, João Tarquínio e Otto Bitencourt. Além de ser querido por seus pares, o contramestre também era delegado da recém-criada Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia (fundada em 21 de agosto de 1919) e destacara-se na greve do setor, em junho do mesmo ano, no bojo da greve geral que havia virtualmente paralisado a cidade. Os diretores não imaginavam que aquele

⁴⁴⁷ *Diário de Notícias*, 31 de julho de 1919; *Diário da Bahia*, 31 de julho de 1919.

⁴⁴⁸ *Diário da Bahia*, Salvador, 31 de julho.

⁴⁴⁹ Não procederemos uma análise mais profunda da greve dos têxteis, pois, nos marcos desta dissertação, tal estudo significaria fugir ao nosso objeto. Sobre esse relevante movimento grevista, ver: Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit., capítulo VII; Matos, *Gênero e Trabalho*, op. cit.

incidente seria o estopim para uma parada que, em pouco tempo, levaria cerca de 8 mil mulheres, homens e menores – operários têxteis da capital baiana – a mais uma greve.⁴⁵⁰

Naquela mesma tarde de 3 de setembro, cerca de 1,3 mil operários da Fábrica São Brás,⁴⁵¹ uma unidade têxtil situada na localidade chamada Plataforma,⁴⁵² deixaram seus postos de trabalho antes de soar o apito que anunciava o fim do expediente. Tal atitude não se vinculava diretamente aos acontecimentos que tiveram lugar na Fábrica Boa Viagem, mas às quebras de acordos firmados por ocasião da greve de junho, à aplicação abusiva e generalizada de multas, além de se relacionar com a aspiração de aumento salarial. Na opinião de Álvaro Catharino, diretor-gerente da São Brás, os operários ganhavam pouco por que trabalhavam pouco. O industrial afirmava que poderia majorar os vencimentos em 30%, caso os operários trabalhassem mais uma hora e meia por dia. Em outras palavras, ou Catharino estava perdendo mercado para a concorrência, ou seus compradores apresentavam pedidos que ele não podia entregar. Assim ou assado, ele queria ver seus empregados produzindo mais tempo. Os operários, por seu turno, não admitiam tal condição, lembrando que isto significava “voltar ao regime de antes da greve de junho”. Seja como for, na manhã de 4 de setembro, ao saberem da paralisação na Boa Viagem – que, segundo o *Jornal de Notícias* contava com aproximadamente 2 mil operários⁴⁵³ – os proprietários da São Brás reagiram e cerraram seus portões, suspendendo o serviço em suas instalações. Com isso esperavam fazer recuar a tendência de greve entre os seus trabalhadores, mas o que conseguiram, de fato, foi expandi-la.⁴⁵⁴ Na mesma manhã de 4 de setembro os operários e operárias das fábricas têxteis Fiais (150 operários) e Conceição (731 operários) aderiram à paralisação em solidariedade aos da Boa Viagem.⁴⁵⁵

⁴⁵⁰ *Diário da Bahia*, 5 de Setembro de 1919; *O Tempo*, 5 de Setembro de 1919. Sobre as disputas e pactuações entre patrões empregados na fábrica Boa Viagem, ver: Santos, Marilécia O. “*O viver na Cidade do Bem*”: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem. Belo Horizonte, doutorado em História (UFMG), 2010.

⁴⁵¹ Cifra referente a 1921, baseada em dados coligidos por Castellucci. Ver, do autor: *Industriais e operários*, op. cit., p. 85, Tabela 6.

⁴⁵² Plataforma era ligada à península de Itapagipe através de balsas. Ficava na Cidade Baixa, portanto. Ali existiam várias fábricas, em geral de vestuário e têxtil, pertencentes, todas elas, à Companhia Progresso Industrial da Bahia. Por causa da concentração fabril, o local também era chamado de Burgo Industrial de Plataforma. Ver: *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo 1919-1920*, p. 197.

⁴⁵³ *Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 1919.

⁴⁵⁴ *A Tarde*, 4 de setembro de 1919.

⁴⁵⁵ *A Tarde*, 4 de setembro de 1919; *O Tempo*, 4 e 5 de setembro de 1919; *A Hora*, 5 de setembro de 1919. Mais uma vez, o número de operários empregados nas duas unidades têxteis baseia-se em dados coligidos por Castellucci. Ver nota 459.

Com a expansão do movimento para o conjunto das indústrias têxteis da capital, a então recém-fundada Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia (SUGTB) promoveu uma assembleia geral extraordinária, ainda no dia 4 de setembro, em sua sede, no bairro da Boa Viagem (mesma localidade da fábrica homônima), na qual decidiu-se por sistematizar as várias reivindicações num memorial comum à categoria, destinado aos patrões. A entidade contava com Agripino Nazareth como seu advogado e “órgão consultivo e opinativo”. Foi dele a sugestão, logo unanimemente aprovada, da elaboração do documento. Suas principais exigências consistiam na readmissão do contramestre Daniel José do Nascimento; na readmissão dos operários que se recusaram a trabalhar mais de 8 horas por dia, a menos que fossem remunerados em dobro pelo trabalho extraordinário; na fixação da jornada de 8 horas, que, aliás, já estava prevista nos acordos de junho; e no absoluto “respeito ao direito de associação”. Finalizavam sua exposição ressaltando que a maior parte de suas exigências já constava dos acordos “constantemente desrespeitados”. Lançaram, ainda mais, um ultimato aos empresários do Centro Industrial do Algodão (cujo presidente era Alberto Martins Catharino e o tesoureiro, Álvaro Catharino): se não fossem ouvidos em até 48 horas a partir da entrega do memorial, articulariam a decretação de uma nova greve geral.⁴⁵⁶ Para isso os trabalhadores têxteis, inscritos “quase em sua totalidade” em seu novel sindicato,⁴⁵⁷ esperavam lançar mão da solidariedade operária preconizada no Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos.

O CIA, associação de classe dos industriais de tecidos, decidiu-se, então, pelo *lockout*, mandando fechar os portões das usinas a seus funcionários. O periódico *A Tarde*, ligado às oposições ruístas, saiu em defesa desta atitude. Em sintonia com a modernidade, fechar as fábricas “até que os operários cedam todo ou parte de suas exigências”, argumentava a folha, consistia num “arma de defesa às agitações operárias, que se tem valido os patrões na Europa e na América”. Concebendo a questão operária – e intrinsecamente, o caráter global das lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista – como um problema de dimensão mundial, o periódico refletia que o Brasil defrontava-se com “os mesmos fenômenos” presentes nos países europeus. Assim,

⁴⁵⁶ *A Tarde*, 5 de setembro de 1919; *O Tempo*, 5 de setembro de 1919; *Jornal de Notícias*, 5 de setembro de 1919.

⁴⁵⁷ *Jornal de Notícias*, 6 de setembro de 1919.

concluía, “os processos de solução a adotar, entre nós, não podem ser diversos dos postos em prática” naquelas regiões.⁴⁵⁸

Acudindo ao chamado da União Geral dos Tecelões, a diretoria do SPCDC – chamada de “aliada” pelos têxteis – também esteve presente na assembleia do dia 4 de setembro e juntamente com dois delegados de cada fábrica de tecidos e da comissão executiva do sindicato da categoria, figurou na entrega do memorial no CIA, no dia seguinte.⁴⁵⁹ Houve também ações no sentido de se buscar apoio fora do estado. Assim, telegrafou-se para a redação do periódico carioca *A Razão* solicitando solidariedade dos trabalhadores em geral e da Sociedade União dos Operários das Fábricas de Tecidos, sita na capital federal.⁴⁶⁰ No entanto, a projetada greve geral não se realizou, pois foram muitas as organizações operárias que não deram apoio à pretendida generalização da parede. A Sociedade União dos Estivadores, a Associação dos Carregadores, o Centro Automobilista, a Sociedade de Resistência dos Empregados de Luz e Força da Bahia e a Sociedade União Beneficente dos Pintores, dentre várias outras, se pronunciaram contra. A entidade sindical dos padeiros, União dos Operários de Padaria, resolveu convocar uma assembleia para deliberar sobre o assunto.⁴⁶¹

Houve comícios com o fim de galvanizar a classe trabalhadora de Salvador, que enfrentava as mesmas dificuldades que os grevistas, decorrentes da carestia de vida e das duras condições de trabalho. Em um deles, no dia 5 de setembro, discursaram Agripino Nazareth, advogado dos grevistas, Astério Luiz dos Prazeres, do Sindicato dos Produtores de Marcenaria, e Jorge Manoel da Rocha, então primeiro secretário do SPCDC.⁴⁶² Entretanto, a correlação de forças havia mudado em comparação a junho. Se nesta oportunidade os grevistas contaram com a inação policial, seguindo diretriz do próprio governador do estado, dessa vez as forças policiais atuaram com o vigor característico. Mesmo sem se verificar alterações da ordem pública, mantendo-se os paredistas em postura pacífica, o secretário de polícia José Álvaro Cova, já havia distribuído um boletim no dia 5 de setembro, publicado pela imprensa, no qual reagia à

⁴⁵⁸ *A Tarde*, 5 de setembro de 1919.

⁴⁵⁹ *A Tarde*, 5 de setembro de 1919.

⁴⁶⁰ *Jornal de Notícias*, 5 de setembro de 1919.

⁴⁶¹ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919; *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1919; *O Tempo*, 10 de setembro de 1919.

⁴⁶² A nova direção do SPCDC, empossada em agosto, era constituída por: Guilherme Francisco Nerys, presidente; Jorge Manoel da Rocha, primeiro secretário; Prudêncio Alexandre de Sant'Anna, segundo secretário; José dos Santos Gomes, orador; Abílio José dos Santos, fiscal; e Ezequiel Antônio Pompeu, tesoureiro.

ameaça de decretação de greve geral, anunciando plena garantia à propriedade “e ao livre exercício dos que quiserem trabalhar”. Ressaltando que a resolução do impasse entre patrões e empregados caberia somente às partes interessadas, Cova informava que – diferentemente de junho – a polícia garantiria o funcionamento de todos os serviços “de caráter coletivo”, não permitindo, portanto, a generalização projetada pelos sindicatos grevistas, no que agiria “com toda prontidão e energia”.⁴⁶³ Em relação a esse ponto, o periódico *A Tarde* ressaltava a mudança de atitude do governador Antônio Moniz para com os paredistas.⁴⁶⁴ De fato, durante todo período em que as fábricas permaneceram fechadas em virtude da greve, tropas policiais guardaram aquelas indústrias, conforme solicitação patronal. Reconhecendo a nova postura do governo, os proprietários têxteis oficiaram ao chefe do executivo estadual e ao secretário de polícia no dia 5 de setembro, agradecendo-os pelas “prontas medidas tomadas pela polícia para garantia” das respectivas unidades fabris.⁴⁶⁵ Pretextando amparar ostensivamente as usinas contra a mazorca grevista – as fábricas não podiam ficar expostas à sanha das aglomerações formadas pelos operários nas ruas –, a política saiu a campo para salvaguardar o direito de trabalhar daqueles que porventura não aderissem ao movimento.

A imprensa oposicionista fustigou, desde seu início, a greve dos têxteis, aumentando o tom de desaprovação diante da possibilidade de nova greve geral. O jornal *A Tarde*, em sua edição de 5 de setembro, considerava que o problema operário estava sendo desvirtuado “pelos elementos anarquistas”, acusados de atentarem contra “a civilização” e contra “a própria sociedade organizada”.⁴⁶⁶ Já o *Diário da Bahia*, ligado tanto à oposição quanto aos interesses dos grandes comerciantes e industriais do CIA e da Associação Comercial, apontava, no início das paralisações, antes de sua expansão para o conjunto das fábricas têxteis da capital, o caráter pacífico da parede.⁴⁶⁷ Porém, dias depois, o mesmo jornal externava sua visão dos acontecimentos logo na primeira página, com a manchete “Ensaio de Anarquismo” encimando uma foto dos grevistas em torno de seu advogado, Agripino Nazareth. E complementava, com tipos

⁴⁶³ Ver, por exemplo: *O Democrata*, 7 de setembro de 1919.

⁴⁶⁴ *A Tarde*, 6 de setembro de 1919.

⁴⁶⁵ *O Democrata*, 6 de setembro de 1919.

⁴⁶⁶ *A Tarde*, 5 de setembro de 1919.

⁴⁶⁷ *Diário da Bahia*, 5 de setembro de 1919.

menores, “agitação desorientada”. Mais uma vez rotulava-se a manifestação grevista do operariado de “movimento subversivo”.⁴⁶⁸

Por sua vez, a imprensa vinculada aos seabristas e ao governo reconhecia que a greve fora gerada pelo desrespeito aos acordos de junho, mas concitava os operários a manterem-se em atitude de respeito à lei e à ordem. Parabenizando a conduta dos paredistas, que permaneciam em paralisação pacífica (as usinas estavam intactas; não haviam ocorridos choques entre trabalhadores, ou entre estes e a polícia, ou autoridades), era destacado que, mesmo de acordo quanto às suas justas reivindicações, a solução para tal questão passava obrigatoriamente pelo respeito aos direitos dos outros, sem o que seria perdida a legitimidade da ação grevista diante da sociedade soteropolitana.⁴⁶⁹

Havia dissensão quanto à greve mesmo no interior da categoria dos tecelões, como atesta o boletim emitido por operários da fábrica Progresso Industrial da Bahia, cujo mote era instar os demais trabalhadores têxteis que não se deixassem levar pelos “cantos de sereias do Maximalismo, que infelizmente está batendo à porta das famílias baianas”.⁴⁷⁰ Assim, mesmo seguindo a mesma estratégia de junho – greve geral e pacífica – os trabalhadores paralisados não contariam, nesse caso, com simpatias da oposição nem com a benevolência governamental. Sem o elemento surpresa a seu favor, de nada adiantava a cisão interoligárquica, e, apesar de tudo, o incremento político e organizacional nos meios proletários de Salvador. Ao contrário de junho, quando a greve geral foi percebida coletivamente, passo a passo, como meio para alcançar a vitória, sem articulação prévia alguma, agora se premeditava a generalização da parede dos têxteis dias antes de sua virtual consecução. Dessa vez as forças policiais não permaneceriam inativas; a vantagem havia sido perdida. Parecia ser essa, inclusive, a opinião do presidente da Associação Comercial, ao afirmar que acreditava que a parede geral não tinha muitas chances de se efetivar, pois, diferentemente de junho, quando “fizeram paralisar o movimento da cidade a qual lhes foi entregue inteiramente”, o

⁴⁶⁸ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁶⁹ Ver, principalmente, os periódicos *O Tempo*, *O Democrata* e *Jornal de Notícias*, entre os dias 4 e 30 de setembro de 1919.

⁴⁷⁰ *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1919.

governo estadual prometera uma ação “com decisão e energia no caso de uma greve geral”.⁴⁷¹

Não obstante o temor de uns ante sua ressurgência e o desejo de outros de seu regresso, as jornadas de junho não foram reeditadas em setembro. No lugar da liberalidade do governador, do gozo de alguma simpatia pública e do relaxamento da ação repressiva, o que haveria agora seria: indiferença da parte de Moniz, rejeição do empresariado, uma imprensa arredia ou hostil e coibição policial. As greves gerais de 1917 e de 1919 no Rio Grande do Sul tiveram uma dinâmica semelhante ao caso baiano, pois, diferentemente de 1917, quando os grevistas eventualmente tiveram o próprio governador, Borges de Medeiros, como mediador junto ao patronato, a greve de agosto de 1919 foi duramente reprimida e os paredistas tachados de maximalistas.⁴⁷² Analisando o significado dessas paralisações gerais, Alexandre Fortes reflete que tais lutas conformaram “um momento privilegiado de explicitação e de redefinição das várias formas em que o movimento operário se relacionava com a lei e com o direito”. Havia, naquelas situações, uma tensão permanente entre a legitimidade e a legalidade do movimento; entre o direito coletivo e a ordem pública. Afinal, questiona Fortes, “como demandar a consagração” de direitos na esfera legal, “se a luta não se desse estritamente” nos marcos da lei e a ordem? Isto talvez signifique que a opção das várias categorias operárias de não aderir à projetada greve geral de setembro devia-se ao fato delas questionarem a legitimidade dos meios de ação e das táticas de luta empregadas. Pois, “não é por que as reivindicações são justas que a maioria dos” trabalhadores considerará também justa “qualquer forma de buscar seu atendimento, quanto mais se dirá”, conclui Fortes, “da legitimação dessas lutas perante parcelas mais amplas da sociedade”.⁴⁷³

Apesar de tudo, os paredistas se esforçaram na campanha da greve geral, com novos comícios, busca de adesões e reuniões nas sedes da União Geral dos Tecelões e do SPCDC, uma vez que os industriais permaneceram inamovíveis da decisão de não ceder aos seus pleitos. Veja-se, por exemplo, o presidente da Associação Comercial, Rodolfo Martins, e sua entrevista ao *Jornal de Notícias*, na qual expôs o ponto de vista

⁴⁷¹ *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1919.

⁴⁷² Ver: Petersen, Sílvia Regina Ferraz. “*Que a união operária*”, op. cit., p. 339 e 366. É interessante destacar que em São Paulo o movimento grevista de 1919 também sofreu severa repressão, em comparação com a greve geral de 1917. Ver: French, John. *O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995, p. 41.

⁴⁷³ Fortes, “Os direitos, a lei”, op. cit., 343-344.

daquela entidade, a “mais legítima representante dos interesses das classes conservadoras”. Falando sobre a ameaça de greve geral, Martins afirmou que não existia razão para tal, pois no seu entender “não havia vantagem para os operários, da decretação das 8 horas de trabalho”, reivindicação que considerava “verdadeira medida de irritação e quiçá até ridícula”. Para ele, era possível compreender “que na Europa por efeito do clima” fosse implementado esse regime, para o bem da “própria conservação da vida”. Contudo, não se justificaria no Brasil, sendo até “absurdo”, afinal vivia-se num lugar “onde o dia pode começar para o trabalho, sem fadiga, às 5 da manhã, e o sol ainda não está posto, às 6 da tarde”. E concluiu, clarificando os preconceitos patronais para com a classe operária, afirmando que “aqui, pelo próprio efeito do meio, o operário, terminado o serviço às 4 horas, é arrastado à ociosidade e ao vício”.⁴⁷⁴ Talvez, além disso, a declaração desse homem de negócios demonstrasse que os patrões confiavam nas suas chances em caso de endurecimento do confronto grevista. Pois uma notícia dessas não era para serenar os ânimos de ninguém. Também sinalizava que a sina do empregado era a de trabalhar de sol a sol. Estudando o processo pelo qual o trabalho foi alçado à condição de valor fundamental e elemento ordenador da sociedade brasileira no pós-abolição, Sidney Chalhoub demonstrou que a ociosidade era encarada pelas classes dominantes como uma ameaça à ordem.⁴⁷⁵ Na Bahia, tal processo se fez com a percepção elitista de que muitos dos trabalhadores livres e libertos simplesmente negavam-se a trabalhar. O *Diário da Bahia* noticiou em suas páginas, quase um ano após a abolição (8 de maio 1889), que “muitas fábricas deixaram de trabalhar, e mesmo os ex-escravos poucos deles são os que se sujeitam ao trabalho, preferindo a maior parte a vagabundagem”.⁴⁷⁶ Talvez por isso o presidente da Associação Comercial tenha declarado que os operários em greve desejavam praticar a “desordem” e a “anarquia”, implantando “um regime de indisciplina e desrespeito” através de suas atitudes, recepcionadas como descabidas.⁴⁷⁷

No domingo, 7 de setembro, outro comício, no Largo da Boa Viagem, reuniu cerca de 3 mil operários. Além de Agripino e de membros da diretoria do sindicato dos têxteis, oradores de diversas associações operárias tomaram a palavra prometendo

⁴⁷⁴ *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1919.

⁴⁷⁵ Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio e Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001, p. 72-75.

⁴⁷⁶ *Apud*, Mata, Iacy, “Libertos na mira da polícia: disputas em torno do trabalho na Bahia pós-abolição”, In: *História Social*, n. 14/15, 2008, p. 39.

⁴⁷⁷ *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1919.

solidariedade em virtude de decretação de nova greve geral, como foi o caso dos representantes dos padeiros, dos empregados dos bondes e dos metalúrgicos. Por sugestão de Agripino foi concedido novo prazo para que os patrões se pronunciassem em relação às reivindicações constantes do memorial dos operários têxteis. Confirmando a importância do SPCDC como pólo articulador e organizador do movimento, caberia a ele, no dia 9 de setembro, decretar a greve geral, em caso de negativa dos industriais.⁴⁷⁸

O ponto de vista patronal: “socialismo não é anarquismo”

No manhã seguinte, 8 de setembro, os industriais de tecidos da capital reuniram-se na sede do CIA para avaliarem a situação e elaboraram longo manifesto publicado em periódicos em 9 de setembro, justamente a data prevista para a deflagração da paralisação geral.⁴⁷⁹ Formulado em resposta ao memorial produzido pelos paredistas, o documento salientava o ponto de vista patronal em relação ao papel do operariado na sociedade, suas interpretações sobre socialismo e anarquismo, seus entendimentos sobre a greve, além de suas resistências às demandas mais imediatas. Em seu conteúdo, o manifesto sustenta – quase uma rotina – a habitual idealização do trabalhador baiano como alguém concorde com seus patrões, ordeiro, morigerado, honesto. Afinal, da “harmonia de vistas” entre capital e trabalho dependeria o progresso da nação e da sociedade brasileiras, já que nestas paragens não haveria razão para a existência da luta de classes. Destarte, os empresários de tecidos expunham nesse documento uma sociedade ideal, onde cada um, trabalhador e capitalista, faria sua parte, respeitando-se as hierarquias sociais, garantidoras da ordem necessária para se atingir o almejado progresso social, do qual, por sua vez, todos se beneficiariam.

Endereçado “ao país, às altas autoridades do Estado e da União e à classe operária”, o manifesto principiava defendendo os empresários do setor das acusações de que a indústria baiana apresentava “todos os vícios do capitalismo sem qualquer das virtudes”. Assim, considerava-se que os proprietários têxteis estavam a par “da evolução destas ideias destinadas a melhorar a situação dos que trabalham, dando-lhes dentro do justo e do razoável uma remuneração mais equidosa”. Cientes da influência

⁴⁷⁸ *A Tarde*, 8 de setembro de 1919.

⁴⁷⁹ *A Tarde*, 8 de setembro de 1919.

socialista nos meios proletários baianos, numa conjuntura de ascenso do movimento operário nacional e internacional, intentavam definir qual socialismo poderia ser tolerado e praticado no estado, pois, afirmavam os patrões em seu documento, mesmo que o socialismo fosse uma fórmula admissível em sua verdadeira acepção, “degenerasse, deturpa-se, às mãos daqueles que se apoderaram dele para criar uma doutrina perniciosa e violenta, logo confusa com o anarquismo”. E, afinal, arrematavam, “socialismo não é anarquismo”.⁴⁸⁰

É interessante perceber que “anarquia” era um termo recorrente nos periódicos baianos do período em questão, cujo sentido relacionava-se tanto à ideia de baderna, desordem, desmando, quanto a uma concepção de rebelião ou sedição social, com vistas a derrubar um governo por meio de violência revolucionária. Anarquismo e maximalismo, ou ainda bolchevismo – era comum tomar esses termos como sinônimos, então –, vicejavam nos jornais com mais incidência naquele momento em especial devido à tentativa de insurreição no Rio de Janeiro, em novembro de 1918, às notícias veiculadas pela imprensa baiana e nacional sobre a Revolução Russa e, principalmente, em decorrência da greve geral de junho, para tratar da conduta operária independente. Porém, o manifesto do CIA não dava margem para dúvidas sobre sua definição de anarquia. Classificada como “comunismo irresponsável”, “que só se exercita livremente onde a autoridade se rende ou capitula”, anarquia seria, então, “essa propaganda deletéria, corruptora, que pretende abalar a sociedade, desorganizá-la, subvertê-la, (...) sobre as ruínas de todas as conquistas da razão”.⁴⁸¹ Convém salientar que o temor da entidade patronal encontrava paralelo na imprensa de outras regiões do país, onde a ameaça do maximalismo também se insinuava. O jornal gaúcho *Correio do Povo*, considerava, inclusive, o movimento grevista dos operários têxteis baianos parte de um plano maior, de caráter subversivo, devido à “simultaneidade dos movimentos em diversos pontos do território nacional”, pois, além de Salvador, a capital da república e Porto Alegre estariam sendo alvo de “tentativas maximalistas”.⁴⁸² Numa sociedade como a baiana – em que a conservação da palavra senhor era uma pedra basilar da estrutura social⁴⁸³ –, hierarquia e autoridade aparecem em risco ante a insinuação da

⁴⁸⁰ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁸¹ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁸² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 de setembro de 1919. *Apud* Petersen, Sílvia Regina Ferraz; Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992, p. 217-220.

⁴⁸³ Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, op. cit., p. 113-126.

tentativa local de maximalismo. Logo, não eram apenas os lucros ou os negócios que se viam ameaçados.

Do mesmo modo que Rui Barbosa, líder das oposições estaduais, os grandes industriais baianos consideravam que o tipo de socialismo tolerável seria aquele que buscasse reformar a sociedade – dentro das vias institucionais – em vez de revolucioná-la. Para eles, o maximalismo, ou anarquismo, era um tipo de socialismo que procurava antagonizar o operário e o capitalista, incentivando a paralisação do trabalho, o uso da violência, da sabotagem e da indisciplina. Nesse contexto, o manifesto do CIA ressaltava a interdependência entre trabalho e capital; afinal, “que poderá valer o operário”, questionava o documento, “sem o capital, que monta a oficina, dispõe dos meios para mantê-la em função, e remunera, de uma parte de seus lucros, aquele que dá vida as mesmas oficinas?”. Contudo, refletia, “o capital, sem o operário nem sequer poderia montar a fábrica, e montada esta, sem ele não a poderia mover, buscando a compensação de seu esforço e emprego”. Nenhum conflito ou choque de interesses poderia, assim, interferir nessa relação. Essa “verdade incontestável” não poderia ser refutada pela “propaganda maximalista” que se disseminava então, aos moldes de uma “greve anti-capitalista”, por que “num meio como o nosso, tais greves nada adiantam, prejudicam apenas”.⁴⁸⁴ Ainda que o socialismo dos trabalhadores não cogitasse de insurreição ou derrubada de poder, podemos observar que a ação independente dos subalternos alarmava as classes dominantes.

Prosseguindo com o raciocínio, os industriais externaram seu entendimento sobre a própria ideia de greve, ocorrência “quase desconhecida até certo tempo neste estado”, que passara se repetir “amiúde”.⁴⁸⁵ Salientando que tais paralisações atingiam intensamente o desempenho e competitividade das fábricas de tecidos, explicavam aos operários que não eram contrários a este direito, legalmente previsto. Porém, arrematavam, “a greve, em toda parte, visa um aumento de salário, melhoria de condições, e, como greve de protesto, sanar alguma injustiça clamorosa”. No entanto, somente seria uma opção válida quando esgotadas todas as possibilidades de conciliação entre patrões e empregados. E sempre pacífica, jamais violenta, pois “o

⁴⁸⁴ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁸⁵ O citado estudo de Fontes demonstra cabalmente que esse argumento não passava de um recurso retórico. Foram muitas as paralisações de trabalho verificadas na Bahia da I República. Para uma visão mais acurada sobre esse tema, consultar: Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit.

meio violento é contraproducente”. Não era o caso da parede em pauta, pois esta se constituía em verdadeira “guerra ao capital”.⁴⁸⁶

O discurso patronal persistia em responsabilizar Agripino Nazareth pela alteração da conduta dos operários têxteis. “Aqui aportou, vai por alguns meses”, afirmava o manifesto, “um desses fomentadores da discórdia”, que mesmo “sem qualquer ligação com o operariado desta terra, logo passou a mirar o seu espírito, apresentando-lhe os seus patrões como perversos e vulgares exploradores”. Classificado pelos industriais como um “agitador anarquista”, Nazareth era acusado de distribuir livros doutrinários que pregavam a expropriação operária revolucionária dos meios de sobrevivência e dos meios de produção. A percepção dos patrões era que, devido à “intervenção abusiva de elementos estranhos à Bahia”, teria se operado uma transformação na orientação de parte das entidades operárias do estado. Prova disto é que naquele momento os trabalhadores, que “sempre tiveram [em suas associações] nos seus cargos principais, eleitos por eles, industriais”, constituíam sociedades sem o seu concurso e, pior ainda, em contradição de interesses.

A lamúria patronal parece fazer sentido. Veja-se o caso, por exemplo, da referida Sociedade Beneficente e Recreativa São Brás, cujo presidente era Álvaro Catharinho, diretor-gerente da Companhia Progresso Industrial da Bahia, e também da Sociedade Beneficente 24 de julho, pertencente à Companhia Empório Industrial do Norte, que tinha como presidente o proprietário Adriano Gordilho – cujo mandato foi “repetidas vezes renovado” durante um “decênio” –, e como tesoureiro o gerente da empresa, Otto Bittencourt.⁴⁸⁷ Nesse sentido, constituir associações calcadas no antagonismo patrão/empregado não seria justificado num estado em que “as aspirações de classe eram levadas aos patrões por comissões regulares, eleitas, e tudo se resolvia harmonicamente a contento de uns e outros”. Tal conduta poderia ter lugar na “Europa talada, destruída, com a miséria e a fome, com as suas classes trabalhadoras consumidas por séculos de penúria e escravidão”. Porém, conforme o manifesto, em “países como o nosso, onde tudo é novo, onde nunca existiu o regime das castas, onde nunca houve ódio de classes” – onde na escravidão o hino da República custa a acreditar –, não havia razão para abrigar “ideias disparatadas que aconselham o homens do trabalho a romper

⁴⁸⁶ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁸⁷ Ver: *A Tarde*, 30 de julho de 1919; *Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920)*. Salvador: Reis e Cia., 1919, p. 254.

precisamente com os elementos básicos da vida – com a ordem, com a disciplina, com a família e com Deus”.⁴⁸⁸ Num passe de mágica “séculos de penúria e escravidão” no Brasil e na Bahia são apagados da história, uma vez que por aqui “tudo é novo”. É o *locus* do paraíso racial e social, “onde nunca existiu regime de castas, onde nunca houve ódio de classes”. Por fim, elencaram, pela sequência de importância “os elementos básicos da vida”: ordem, disciplina, família e Deus. Assim, nos termos colocados pelos industriais de tecidos, ao paralisarem o serviço e portarem-se autonomamente em relação aos seus patrões, os operários têxteis, unidos em sindicato, assim como as outras entidades que os apoiaram, ameaçavam a própria essência da ordem social soteropolitana, pois quebrar a disciplina de trabalho implicava um atentado contra o próprio *status quo*. Ao mesmo tempo, a realidade, trocada em miúdos, seria produzir de sol a sol de modo a não cair no vício e no ócio. Não por acaso, o manifesto finalizava conclamando seus empregados a voltarem à “alegre labuta das oficinas”!⁴⁸⁹

“As ideias perniciosas do anarquismo”: uma nova greve geral?

Uma vez que os proprietários têxteis negaram-se a ceder, no dia previsto (9 de setembro) foi decretada a greve geral ao mesmo tempo em que os paredistas publicavam em boletim, novas reivindicações, como aumento salarial de 50% e melhores condições de trabalho, basicamente. Relembrando mais uma vez o frustrante desrespeito aos acordos de junho, o documento evocava a intensa alta dos gêneros de primeira necessidade como justificativa para as novas demandas.⁴⁹⁰ Recrudescendo em sua intenção de viabilizar a greve geral, os paredistas, repetindo a tática do piquete de massas (bem-sucedida em junho), saíram em passeata na manhã daquele dia, tendo Agripino Nazareth à frente, e conseguiram algumas adesões, como a dos trabalhadores do estaleiro da Companhia Transportes Marítimos, da fábrica de calçados Gama & Gama, de uma fábrica de vidros, assim como de operários de algumas obras particulares.⁴⁹¹ Porém, foram poucas as categorias que aderiram, tais como os pedreiros e carpinteiros, os sapateiros, os marceneiros e parte dos padeiros. O peso das acusações patronais talvez influenciasse na decisão negativa das demais associações e categorias.

⁴⁸⁸ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁸⁹ *Diário da Bahia*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁹⁰ *O Tempo*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁹¹ *Jornal de Notícias*, 10 de setembro de 1919.

Pelas páginas de *O Tempo*, a Sociedade União dos Metalúrgicos negava orientar-se por doutrinas “maximalistas e anarquistas”.⁴⁹²

Podemos perceber, com base nas fontes consultadas, que as entidades operárias agrupadas em torno do SPCDC e do advogado Agripino Nazareth alinharam-se com os têxteis desde os primeiros momentos do movimento. O Sindicato dos Produtores de Marcenaria, fundado na esteira da greve geral, em julho de 1919, foi uma delas. Até sua fundação essa associação reunia-se na sede do SPCDC, onde teve lugar sua sessão inaugural.⁴⁹³ Reunidos em “assembleia deliberativa”, os marceneiros aprovaram um “voto de censura” aos proprietários das fábricas Boa Viagem, Conceição e São Brás; “pela atitude assumida diante das reclamações” de seus operários. Afirmaram que paralisariam em solidariedade caso os têxteis não tivessem suas exigências atendidas no prazo determinado.⁴⁹⁴ Essa categoria agregou suas reivindicações específicas ao declararem-se em greve de solidariedade aos tecelões. Invocando o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade e a crise do setor, devido à “invasão do mercado pelas mobílias cariocas e mais as desvantagens do trabalho por empreitadas”, exigiam a abolição destas últimas, aumento salarial de 50% e reconhecimento do sindicato pelos patrões, entre outros pontos.⁴⁹⁵ Outra associação que apoiou a greve dos têxteis foi a Sociedade União Defensora dos Sapateiros. Aludindo ao “encarecimento dos gêneros de primeira necessidade”, como fizeram os marceneiros, a associação agregou suas próprias demandas: aumento de 50% sobre as diárias e empreitadas, e providências dos poderes públicos com relação à “exploração dos gêneros mais indispensáveis à alimentação”.⁴⁹⁶ Conforme registrado, essas associações compartilhavam a sede do SPCDC, além de apresentarem convergências organizativas e contarem com Agripino Nazareth como seu advogado.

Contudo, as manifestações de solidariedade não conseguiram atrair outras categorias para o movimento, pois a polícia agiu e isolou os grevistas na península de Itapagipe, onde se localizava grande parte dos bairros operários e das fábricas de tecidos, não permitindo que seguissem até o centro comercial da cidade, como fizeram algumas vezes em junho, para buscar mais adesões. Ao mesmo tempo em que continha

⁴⁹² *O Tempo*, 9 de setembro de 1919.

⁴⁹³ *Jornal de Notícias*, 8 de julho de 1919.

⁴⁹⁴ *A Tarde*, 5 de setembro de 1919; *Jornal de Notícias*, 5 de setembro de 1919.

⁴⁹⁵ *Jornal de Notícias*, 11 de setembro de 1919.

⁴⁹⁶ *Jornal de Notícias*, 10 de setembro de 1919.

os trabalhadores em greve longe do centro da cidade, o secretário de polícia emitia outro boletim, no qual ratificava a disposição de garantir a liberdade de trabalho e as associações, que se sentindo ameaçadas pelos paredistas, requeressem intervenção policial. Ainda que a greve geral não se concretizasse, o próprio secretário de polícia, ao que parece percebendo o intuito dos operários têxteis e de seus aliados em continuarem paralisados, ofereceu-se para mediar os entendimentos entre aqueles e seus patrões. De nada valeu sua ação, pois poucos dias depois teve que retirar-se das negociações e passar as suas funções de arbitragem entre empregadores e empregados para o jornalista João Pacheco de Oliveira, redator-chefe do *Jornal de Notícias*, simpatizante do seabrismo. Seu destino foi o mesmo que do secretário de polícia, retirando-se também das negociações pouco tempo depois, sem resultados práticos. Repetindo outra manobra realizada em junho, os grevistas foram, em “comissão de vinte operários”, até o Palácio da Aclamação, entregar memorial contendo os novos pleitos operários e solicitar a intervenção de Antônio Moniz.⁴⁹⁷ Apesar das promessas de que agiria na busca de uma solução para o problema, o dilema persistiu. Ou seja, distintamente de junho, desta vez os operários não contariam com a intermediação do governador. Possivelmente, Moniz estivesse mais preocupado com a intensificação das lutas interclânicas no interior do estado, para onde tropas policiais foram enviadas em favor de seus aliados políticos e começavam a acumular fracassos.⁴⁹⁸ Enquanto isso, o *Diário da Bahia* reconhecia que “o governo não aderiu ao movimento”, estando “pronto para enfrentar os paredistas com a força pública, varrendo-os os a pata de cavalo”.⁴⁹⁹

De todo modo, no dia 11 de setembro, quando a greve geral já não tinha mais chances de consecução, apenas a menor unidade têxtil de todas, a São Salvador, funcionava.⁵⁰⁰ Assim, mesmo com diversos encontros entre os grevistas, mediadores, representantes da Associação Comercial e do Centro Industrial do Algodão e o próprio governador do estado, o impasse não foi superado, tendo os paredistas, decidido em nova assembleia, no dia 12 de setembro, a continuação da suspensão das atividades. Nesse meio tempo, o SPCDC permanecia em sessão permanente, recebendo “diariamente homens e mulheres que expõem as suas queixas”, enquanto iniciava

⁴⁹⁷ *Diário da Bahia*, 10 de setembro de 1919.

⁴⁹⁸ Ver: Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 146.

⁴⁹⁹ *Diário da Bahia*, 11 de setembro de 1919.

⁵⁰⁰ *Jornal de Notícias*, 12 de setembro de 1919.

negociações com alguns empreiteiros, visando solucionar as questões pendentes nas obras paralisadas.⁵⁰¹

No dia 14 de setembro, a comissão executiva do sindicato dos têxteis distribuiu um volante no qual informava que, após consulta ao SPCDC, ao Sindicato dos Produtores de Marcenaria, à União Defensora dos Sapateiros, à União dos Operários em Ferrovias e ao advogado Agripino Nazareth, a categoria deveria continuar de braços cruzados. O documento também afirmava que em face das necessidades dos grevistas, sem remuneração durante dias, apelariam à ajuda material das “demais classes obreiras do estado e do Rio”.⁵⁰² Dessa forma, o SPCDC emitiu boletim no qual afirmava a disposição de sustentar seu apoio à causa dos trabalhadores das fábricas de tecidos, conclamando o conjunto do operariado de Salvador a prestar-lhes solidariedade com a “consagração de um dia de labor, em cada semana, à manutenção do operariado em greve”. Esse apoio explícito aos operários das fábricas de tecidos valeu ao SPCDC a alcunha de “anarquistas”, “provocadores de greves pelo mero prazer de causar prejuízos e sobressaltos”.⁵⁰³ Novamente a presença e atuação de Agripino Nazareth no interior de todo esse processo foi apontada como causa principal para tal conduta.

No dia 15 de setembro os industriais fizeram sua última proposta de acordo, sem aceitar nenhuma das reivindicações dos grevistas. Concederiam apenas 5% de aumento salarial para os tarefistas, restabeleceriam o trabalho extraordinário quando necessário e aumentariam em 25% a remuneração para o trabalho extraordinário dos diaristas, em relação à hora de trabalho normal.⁵⁰⁴ Levada ao conhecimento dos operários paralisados, a proposta foi rejeitada, segundo os representantes do CIA, “por imposição do agitador dos operários”, Agripino Nazareth, a quem caberia “a responsabilidade exclusiva da situação”, uma vez que “os industriais de tecidos fizeram aos operários em greve todas as concessões possíveis”, não cabendo a eles, assim, qualquer responsabilidade pelo prosseguimento do impasse entre operários e patrões. Na manhã do dia 17 de setembro, a diretoria do CIA foi até o Palácio da Aclamação entrevistar-se com o governador Antônio Moniz, para agradecer as providências policiais tomadas no sentido de garantir a segurança de seu patrimônio fabril, solicitando, ainda, que as

⁵⁰¹ *Jornal de Notícias*, 12 e 13 de setembro de 1919; *O Tempo*, 13 de setembro de 1919.

⁵⁰² *Jornal de Notícias*, 16 de setembro de 1919.

⁵⁰³ *Jornal de Notícias*, 16 de setembro de 1919.

⁵⁰⁴ *Jornal de Notícias*, 16 de setembro de 1919.

medidas de segurança fossem ampliadas aos operários que quisessem voltar ao trabalho.⁵⁰⁵

Nesse mesmo dia, foi a vez dos operários tecelões irem à imprensa para repudiar publicamente as bases de acordo propostas pelos patrões e defender seu advogado, pois os seus clamores constituíam-se numa “necessidade por todos reconhecida de se opor à exploração capitalista”. Tentaram explicar ainda que o que havia era uma identidade entre as ideias de Nazareth e as defendidas pelas associações dos grevistas, pois “voltar ao trabalho mediante o mesquinho aumento de 5% (aliás oferecido somente aos tarefistas, como se os diaristas não fossem gente)” significaria render-se ao “egoísmo patronal”. Por fim, com a solidariedade do operariado, que estava se concretizando em ajuda material (arrecadada através de saraus, listas de contribuição e sessões de cinema), inclusive partindo de outras regiões do país, tornava-se lógica aos olhos daqueles operários a decisão de permanecerem parados.⁵⁰⁶

A questão permanecia insolúvel. Enquanto os patrões recusavam-se a aceitar a pauta da greve, o SPCDC ratificava sua posição de apoio integral aos grevistas. Porém, no decorrer dos dias, o auxílio destinado mostrou-se cada vez mais insuficiente e a fome era uma ameaça palpável para as famílias dos trabalhadores têxteis.⁵⁰⁷ Essa situação de fragilidade permitiu que surgissem as primeiras defecções no movimento grevista e numa segunda-feira, 22 de setembro, cerca de 250 operários (150 mulheres e 100 homens), de um total de dois mil, retornaram ao trabalho na Fábrica Boa Viagem, garantidos por uma força policial de infantaria e cavalaria, que continuava estacionada diante da empresa.⁵⁰⁸ Nesse meio tempo, provavelmente percebendo o grau de isolamento e enfraquecimento da posição dos grevistas, o Sindicato dos Produtores de Marcenaria, por sugestão de Annibal Lopes Pinho, um português que teve destacada atuação durante a conjuntura estudada, resolveu recorrer aos estudantes universitários de Salvador. Comunicando-se com o grêmio da Sociedade Beneficente Acadêmica, os sindicalistas marceneiros convidaram-no a comparecer em uma reunião em sua sede provisória, pertencente ao SPCDC, a fim de solicitar “o prestigioso auxílio dos estudantes das escolas superiores à causa dos tecelões”.⁵⁰⁹ Não encontramos

⁵⁰⁵ *Jornal de Notícias*, 17 de setembro de 1919.

⁵⁰⁶ *A Tarde*, 17 de setembro de 1919.

⁵⁰⁷ *Diário de Notícias*, 18 e 24 de setembro de 1919.

⁵⁰⁸ *Jornal de Notícias*, 23 de setembro de 1919.

⁵⁰⁹ *Jornal de Notícias*, 23 de setembro de 1919.

informações nas fontes consultadas se tal objetivo foi atingido, mas o fato de se apelar para os estudantes, talvez demonstre a delicadeza da situação.

De fato, com a volta do funcionamento parcial da Fábrica Boa Viagem, os operários em greve jogaram suas últimas fichas na manhã do dia 23 de setembro, quando formaram piquetes em frente daquela indústria para tentar impedir que o restante dos trabalhadores voltasse ao labor. Nesse momento, a polícia cumpriu suas promessas que agiria com decisão e energia para garantir a disposição de quem quisesse trabalhar. E foi o que aconteceu. Tencionando desbaratar os piquetes localizados nas ruas que davam acesso à fábrica, as forças policiais forçaram a dispersão dos grupos, sendo então respondidas com vaias. A atitude dos grevistas foi recebida como sinal de desrespeito e o delegado auxiliar Lustosa de Aragão ordenou uma carga de cavalaria sobre os ajuntamentos. Contudo, os operários voltaram a se aglomerar, em frente à sede de seu sindicato, à rua da Vileta, situada também na Boa Viagem, permanecendo em atitude de insubmissão. Repetem-se as ordens de dissolução, assim como as vaias às tropas da polícia. Nova carga de cavalaria e correria dispersaram os integrantes dos piquetes, decidindo, os operários, a formarem comissões para levar o fato ao conhecimento dos poderes públicos.⁵¹⁰

Assim sendo, no dia 24 de setembro praticamente todas as fábricas têxteis voltaram a funcionar, com exceção da Conceição, pertencente à Companhia União Fabril e a Paraguaçu, da Companhia Progresso Industrial da Bahia.⁵¹¹ Conscientes da gravidade do momento, os membros da comissão executiva da União Geral dos Tecelões se reuniram com delegados de outras entidades sindicais, em 26 de setembro, para discutir o rumo dos acontecimentos. Depois de várias falas sobre a situação dos grevistas e de seu movimento, Agripino Nazareth aconselhou que dessem por encerrada a parede, pois avaliava que seria muito difícil manter a paralisação nas outras unidades têxteis quando os trabalhadores da Fábrica Boa Viagem haviam, em sua maioria, voltado às fainas cotidianas. Afinal, como justificar uma greve em solidariedade de companheiros que já tinham retornado ao trabalho? Deliberou-se, então, que a parede seria encerrada contanto que as forças policiais fossem removidas das entradas das

⁵¹⁰ *Diário da Bahia*, 24 de setembro de 1919.

⁵¹¹ *O Democrata*, 25 de setembro de 1919; *Jornal de Notícias*, 25 de setembro de 1919.

fábricas, que os patrões respeitassem os acordos de junho, mais o aumento de 5% constante na proposta deles, e que não houvesse a represália das demissões.⁵¹²

Terminava, dessa maneira, no dia 27 de setembro, a greve dos têxteis. Embora a maioria de suas exigências não fosse atendida, os industriais cederam em alguns pontos, pois tiveram que conferir o segundo aumento salarial no ano e dobrar a remuneração paga pelo trabalho extraordinário, por exemplo.⁵¹³ Porém, o fim da parede não significou a desmobilização das associações operárias envolvidas naquele movimento, que continuaram a prestar sua solidariedade, organizando eventos e atividades com o fim de arrecadar dinheiro para o auxílio dos que não retornaram ao trabalho ao fim da parede e que, por isso, foram demitidos. A ação do SPCDC também foi importante nesse momento. Além de permanecer recebendo ajuda material e realizar um “sarau dançante em benefício dos tecelões despedidos”, conforme noticiou o jornal *A Tarde*, em 27 de setembro, durante o mês de outubro sua comissão executiva responsabilizou-se, juntamente de Eleutério José do Nascimento, tesoureiro do sindicato dos têxteis, por passar listas nas associações operárias em prol dos demitidos.⁵¹⁴ No final daquele mês, o mesmo periódico informava que o SPCDC havia recebido auxílios vindos do Rio de Janeiro, de São Caetano, em São Paulo, além da quantia de 240 mil réis, recolhida pela União Gráfica Baiana, para serem distribuídos entre os desempregados.⁵¹⁵ Ademais, as redes de contatos da sociedade dos pedreiros e carpinteiros também foram acionadas, em nível nacional, para fazer frente aos intuitos dos industriais têxteis baianos de contratar operários provenientes de outros estados. Assim, de acordo com *A Tarde*, o sindicato comunicou-se com as principais organizações operárias do país, inclusive com as têxteis, impedindo o envio de trabalhadores para a Bahia e ajudando a combater o desemprego que incidia sobre os tecelões.⁵¹⁶

Diferentemente de junho, quando toda a imprensa, sem distinção de simpatia política, apoiou a deflagração da greve, em setembro a imprensa ligada a oposição a reprovou desde o princípio, certamente pelo fato do setor têxtil ser o ramo industrial

⁵¹² *A Tarde*, 27 de setembro de 1919.

⁵¹³ Ver: RELATÓRIO da direção da Companhia Empório Industrial do Norte e parecer do Conselho Fiscal apresentados aos srs. acionistas na Sessão da Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 31 de março de 1920.

⁵¹⁴ *A Tarde*, 2 de outubro de 1919. O tesoureiro dos tecelões era irmão de Daniel José do Nascimento, contramestre cuja demissão originara a greve.

⁵¹⁵ *A Tarde*, 27 de outubro de 1919.

⁵¹⁶ *A Tarde*, 7 de outubro de 1919.

mais importante da economia baiana, conforme demonstrou Castellucci, concentrando o maior volume de capitais investidos, assim como de trabalhadores empregados, por unidade de produção.⁵¹⁷ Uma parede nesse setor estratégico da economia baiana constituía-se, dessa forma, num grave problema segundo a ótica dos industriais.

Sendo assim, a imprensa ligada aos grandes comerciantes e industriais combateu a greve dos têxteis desde o início, culpando pessoalmente o advogado da União Geral dos Tecelões, Agripino Nazareth, pela eclosão e radicalização do movimento. Fazendo coro com as acusações levantadas pelos representantes do CIA, o periódico oposicionista *A Hora* concitava o operariado baiano a não se deixar explorar “por elementos anárquicos e subversivos”, que, aliados ao governo estadual, estariam interessados em proporcionar uma desforra contra o comércio e a indústria, por estes terem prestado apoio à candidatura de Rui Barbosa, por ocasião do pleito presidencial de 13 de abril de 1919. Com efeito, os argumentos das folhas oposicionistas quanto ao movimento grevista de setembro eram similares aos emitidos após o termo das jornadas de junho. Assim, continuava o jornal, demonstrando extrema dificuldade em aceitar a ação autônoma de parte do operariado baiano, denunciando que Agripino Nazareth, “cujas ideias anarquistas são sobejamente conhecidas desde o movimento no Rio de Janeiro”, cumpria ordens diretas vindas do governador do estado, Antônio Moniz, quando incentivou a greve nas fábricas de tecidos. Afinal, está escrito, “o direito de greve, como todo direito, não pode dar lugar à ameaça à propriedade” e “o que prega o sr. Nazareth, cumprindo à risca o programa situacionista”, era “a anarquia”.⁵¹⁸

Na verdade, a opção pela tentativa de tornar a greve setorial uma parede geral incompatibilizou o movimento até mesmo com a imprensa ligada à situação seabrista. O jornal *O Tempo* afirmava que eram “inúmeros os operários” que não desejavam a greve geral. Dizendo-se ao lado do povo e do operariado, o periódico exaltava a ação paredista dentro da lei e da ordem, uma vez que a greve geral “colocaria em situação não muito simpática aqueles que a promovessem e estabelecessem”, favorecendo, então, que “os inimigos dos operários lançassem contra eles a pecha degradante de anarquistas”.⁵¹⁹ A opinião do *Jornal de Notícias*, simpático ao seabrismo, também era contrária à generalização da greve, mesmo sendo favorável à melhoria de salários e das condições

⁵¹⁷ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 62-66.

⁵¹⁸ *A Hora*, 9 de setembro de 1919.

⁵¹⁹ *O Tempo*, 9 e 10 de setembro de 1919.

de trabalho, contanto que fossem encaminhadas dentro da lei e da ordem. Apelando para que o sindicato dos operários têxteis não se transformasse num “centro de indisciplina social”, pois “para vencerem, todos unificados, não precisam tomar posição ameaçadora, de subversão ou desordem”, o jornal ressoava no mesmo diapasão a opinião corrente nos meios industriais de que o operariado baiano era naturalmente ordeiro, honesto, morigerado e respeitador das autoridades constituídas. Portanto, suas associações sindicais não deveriam alimentar “intentos de reforma social por processos contrários à sua própria educação, que foi a do respeito à autoridade, desde a família ao poder público”, pois isso significaria “uma transformação”, “uma revolução que seria a maior das desgraças”.⁵²⁰

É conveniente perceber como a dinâmica das disputas políticas estaduais influenciava o tratamento dispensado às manifestações operárias. No dia 10 de setembro, em plena greve dos têxteis, portanto, o *Diário da Bahia* noticiou que os operários da Companhia de Navegação Baiana, uma empresa estadual, estavam em greve. Como registamos no capítulo anterior, quando se tratava de manifestações advindas de trabalhadores pagos pelos cofres estaduais, a imprensa oposicionista invariavelmente apoiava o movimento. Nada de acusações de subversão da ordem ou de tentativas por parte de anarquistas para desvirtuar o operariado local. Dessa forma, o periódico publicou uma carta de um operário daquela companhia, na qual se apontava o descaso governamental com a sorte de seus funcionários, que já contavam com algumas quinzenas de atraso em seus pagamentos. “Tem razão o queixoso”, afirmava a folha, defendendo os “direitos violados” daqueles trabalhadores, num claro ataque ao governo de Antônio Moniz.⁵²¹ A paralisação encerrou-se na tarde daquele mesmo dia, com o pagamento dos salários devidos.⁵²²

No caso da greve dos têxteis, explicitamente apoiada e co-dirigida pelo SPCDC e pelo advogado Agripino Nazareth, a percepção era distinta. Nazareth e os sindicalizados da construção civil eram constantemente identificados ao “elemento deletério”, ao “vírus do maximalismo”, que disseminava nos meios obreiros de Salvador “as ideias perniciosas do anarquismo”.⁵²³ Saindo em represália aos “ataques feitos ao Dr. Agripino Nazareth pelo Centro Industrial do Algodão”, as associações dos têxteis, dos

⁵²⁰ *Jornal de Notícias*, 6, 7 e 9 de setembro de 1919.

⁵²¹ *Diário da Bahia*, 10 de setembro de 1919.

⁵²² *A Tarde*, 10 de setembro de 1919.

⁵²³ *Diário da Bahia*, 10 de setembro de 1919.

marceneiros e dos pedreiros e carpinteiros organizaram um protesto no qual concederam “um voto de louvor e solidariedade ao advogado”.⁵²⁴ A acidez dos ataques patronais pode indicar o quanto os operários reunidos em torno do SPCDC e de seu advogado eram considerados potencialmente capazes de influenciar outras frações do operariado local. Certamente o crescimento quantitativo daquele sindicato, o caráter independente de sua prática sindical e a presença de uma liderança experimentada em seu interior, como Agripino Nazareth, preocupavam. Vejamos, então, como se deu o processo de construção e amadurecimento da associação que se tornara o principal vetor de uma nova corrente no sindicalismo baiano, na conjuntura pesquisada.

SPCDC: um sindicato em construção

Como registrado no capítulo anterior, alguns dos sócios fundadores do SPCDC possuíam certa experiência organizativa prévia, sendo ex-membros do Centro Operário, entidade de caráter multifacetado, que conjugava funções beneficentes, mutualistas, cooperativistas, sindicais e político-partidárias.⁵²⁵ Outros fundadores talvez estivessem ingressando pela primeira vez numa organização operária. O que uniu esses trabalhadores em torno de uma associação do tipo sindical, provavelmente, foi a expectativa de encaminhar suas demandas por meios distintos dos utilizados anteriormente ou dos então disponíveis. É em meio ao processo de fundação de diversos sindicatos de resistência em Salvador que se funda o sindicato dos operários da construção civil. A opção por organizar a categoria em sindicato é importante do ponto de vista analítico, pois, como destaca Cláudio Batalha, “a associação operária é a materialização da experiência comum no decorrer da qual se constrói a identidade coletiva”, além de ela própria ser “um fator de reprodução dessa identidade”. Contudo, ressalva, isto não significa que a identidade e a consciência de classe surjam apenas das formas organizadas de ação e representação operárias, haja vista que “já se fazem presentes em toda e qualquer manifestação de ação coletiva”.⁵²⁶

Portanto, ao constituírem-se em sindicato os operários da construção civil estavam dando passos importantes no sentido de construir uma identidade de classe. As

⁵²⁴ *A Tarde*, 2 de outubro de 1919.

⁵²⁵ Ver: Castellucci, *Máquina política*, op. cit., p. 124 e 141.

⁵²⁶ Batalha, Cláudio. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992, p. 122-123.

jornadas de junho, o Primeiro Congresso de Trabalhadores Baianos e a greve dos têxteis foram lutas que conformaram o caráter do sindicato. Muito mais do qualquer projeto ideológico, intentava-se encontrar caminhos para garantir melhores condições de vida e trabalho. Contando, com vinte e cinco membros fundadores, o SPCDC teve sua primeira sede no acanhado Beco do Mota, uma ruela localizada no distrito da Sé, centro histórico de Salvador, local de moradia para muitos trabalhadores e endereço de várias associações operárias, como indicado no capítulo anterior. A crescente relevância desse grêmio laboral nas lutas e no processo de organização dos trabalhadores soteropolitanos pode ser avaliada pelas mudanças de endereço de sua sede. “A escolha dos endereços e a lógica dessa escolha (...) estão longe de ser fortuitas, pois seguem determinados padrões detectáveis”, afirma Batalha, focalizando o caso carioca. “O endereço da sede fazia parte da representação pública da associação”, sendo preferíveis localizações relativamente prestigiosas. Era importante, primeiramente, que as associações operárias permanecessem no centro da cidade, “*locus* privilegiado da política”.⁵²⁷ Esse era o caso do SPCDC.

Por ocasião do convite ao operariado da capital para a palestra sindicalista de Agripino Nazareth, a sede do SPCDC já havia se transferido para a rua do Maciel de Baixo, também no central distrito da Sé.⁵²⁸ A sede do Centro Operário, tradicional entidade, alvo das disputas das facções políticas do estado, ficava a alguns metros da nova sede do SPCDC. O novo endereço deveria conferir, então, uma maior “respeitabilidade” ao sindicato, concebido como um “ator de pleno direito nesse espaço”.⁵²⁹ Mas a mudança de endereço também significa que houve crescimento quantitativo do SPCDC. Em matéria publicada no periódico *A Tarde*, de 9 de agosto de 1919, o número de afiliados é estimado em mais de quinhentos, ou seja, em cinco meses de existência o sindicato multiplicou por vinte a quantidade de sócios.⁵³⁰ Também devemos considerar que algumas categorias, tais com a dos marceneiros e a dos sapateiros, como informado anteriormente, utilizavam a sede do SPCDC para as reuniões de suas associações. No mês seguinte houve nova mudança de endereço. Dessa

⁵²⁷ Batalha, Cláudio H. M. “A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República”, In: Azevedo, Elciene [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009, p. 260-261.

⁵²⁸ Ver, por exemplo, *O Tempo*, 1 de junho de 1919.

⁵²⁹ Batalha, “A geografia associativa”, op. cit., p. 265.

⁵³⁰ Ver: *A Tarde*, 9 de agosto de 1919.

vez a sede do sindicato estava estabelecida na rua do Cruzeiro de São Francisco, nº 2.⁵³¹ A nova localização fornece evidências de que o sindicato ganhava mais visibilidade e “respeitabilidade”, pois situava-se no coração do distrito da Sé, a poucos metros de tradicionais e centenárias igrejas (como a igreja de São Francisco e a Catedral Basílica de Salvador) e da proeminente Faculdade de Medicina da Bahia.

Com o crescimento quantitativo, os membros do SPCDC começaram a se preocupar em definir de maneira mais clara os princípios pelos quais orientariam suas ações e práticas coletivas. Tal preocupação consubstanciou-se também na iniciativa de promover conferências semanais, a cargo dos próprios associados, sobre assuntos atinentes à prática sindical. Desse modo, determinou-se que a partir de 5 de outubro realizar-se-ia a primeira daquelas palestras operárias. Sintomaticamente a primeira conferência teve o seguinte tema: “A greve”.⁵³² Mas antes disso, em agosto, os sindicalistas do SPCDC passaram a se reunir para discutir sobre a criação de um estatuto para a associação. A participação de Agripino Nazareth nesse processo se mostraria, novamente, fundamental, uma vez que foi ele o responsável por finalizar aquele regulamento.⁵³³ A análise dos estatutos, em que pese seu caráter burocrático e protocolar, pode revelar aspectos fundamentais sobre uma associação operária e, tratando-se de sindicatos, também sobre a categoria representada.⁵³⁴

Também como consequência direta greve de junho, o processo de politização nos meios obreiros estimulou preocupações e ações internacionalistas. Essas preocupações internacionalistas estavam presentes nos estatutos do SPCDC, publicados no *Diário Oficial do Estado da Bahia* de 19 de outubro de 1919. Logo em sua introdução, o documento afirmava seu caráter internacionalista e socialista, ao colocar como objetivo “juntar os seus esforços ao do proletariado consciente de todos os países”, para fundar um regime social que suprimisse “as monstruosas explorações do homem pelo homem”. A centralidade do trabalho como fator gerador de uma identidade social positiva também aparece, pois a sociedade a que se propunha estabelecer deveria valorizar os indivíduos “unicamente pelo seu trabalho”. Coerente com a intenção de afirmação de

⁵³¹ *Jornal de Notícias*, 16 de setembro de 1919.

⁵³² *A Tarde*, 4 de outubro de 1919.

⁵³³ *A Tarde*, 9 de agosto de 1919.

⁵³⁴ Sobre a importância do uso de estatutos como fontes válidas para o “estudo do histórico das associações operárias”, ver: Batalha, Cláudio H. M. “Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”, In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997, p. 96-97.

uma identidade social positiva por parte do operariado, conferia-se um papel destacado à educação, pois somente instruindo-se o trabalhador poderia emancipar-se política, econômica e moralmente. Assim, logo no primeiro artigo de seu primeiro capítulo (“meios de ação”), os estatutos do SPCDC ocupavam-se da questão da instrução, o que deveria ser efetivado “por meios de aulas noturnas, conferências”, publicação de um jornal, “boletins, manifestos, distribuição gratuita ou a venda a preços reduzidos de jornais, revistas e livros socialistas”.

A influência do socialismo coletivista defendido por Agripino Nazareth colaborou na produção de um regulamento sindical cujo traço distintivo é sua especificidade. A recusa da luta político-parlamentar, a exclusão das questões que pudessem dividir o operariado, tais como nacionalidade, raça e religião, e a não filiação a nenhuma religião e a nenhum partido político, ao lado de uma organização administrativa horizontal (ausência de cargos de comando e rodízio nas funções da comissão executiva), correspondiam a princípios presentes nas correntes sindicalistas baseadas na ação direta. Entretanto, outros pontos se aproximavam mais dos pressupostos defendidos pelas correntes sindicalistas reformistas, com sua tática de pleitear benefícios pelas vias institucionais e pela legislação vigente. Por exemplo: a solicitação à União de disponibilização de educação profissionalizante para os filhos de proletários, a obtenção, junto ao governo do estado, de construção de habitações operárias e a existência de funcionários pagos no sindicato. Também se determinava, similarmente ao que preconizavam as sociedades operárias reunidas sobre bases beneficentes, que após um ano da aprovação dos estatutos deveria ser criada uma caixa para socorrer os operários vítimas de moléstias e desocupação.

Ao lado desses pontos, estavam as preocupações ligadas diretamente com as condições de trabalho, como a reivindicação da regularização da jornada de 8 horas diárias, a fixação de um salário mínimo e a exigência de higiene nos locais de trabalho.

Era vedada a participação de não operários no sindicato, inclusive de mestres e contramestres, e aqueles que, por ventura, estivessem no sindicato antes da aprovação dos estatutos, embora não fossem eliminados, seriam considerados inelegíveis. Menores de idade não poderiam ingressar no sindicato e aqueles com menos de 21 anos não poderiam participar da comissão executiva, assim como os analfabetos, o que deveria concorrer para que os operários com baixa qualificação, como os serventes e ajudantes,

difícilmente pudessem participar da direção do sindicato, uma vez que geralmente eram mais jovens e não possuíam escolarização significativa. Nesse sentido, um aspecto interessante a ressaltar era a preocupação com as mulheres operárias, presente nos estatutos do sindicato. Mesmo sendo uma categoria majoritariamente, senão completamente, masculina, essa inclusão ratifica o caráter aglutinador do SPCDC. Dessa forma, pleiteava-se à União, “igualdade de salários entre homens e mulheres”, além da “reserva obrigatória nas fábricas, oficinas, ateliês, etc., de um determinado número de lugares” destinados às mulheres. Além disso, propugnavam consagrar “esforços particulares à campanha pela emancipação integral da mulher”. O sexo feminino poderia, também, pertencer ao quadro social da entidade, tanto as operárias quanto as esposas de membros, bastando para isso que fossem indicadas “por um delegado ou dois associados quaisquer”, além de poderem votar e serem votadas para os cargos da comissão executiva. Ou seja, estatutariamente as mulheres gozavam dos mesmos direitos e tinham os mesmos deveres que os homens.

Portanto, percebemos que classificações rígidas não nos auxiliam a compreender a orientação e a natureza do SPCDC. Afinal, de acordo com Cristina H. Campos, que se debruçou sobre o movimento operário de São Paulo e Rio de Janeiro entre os anos 1917 e 1921, a conjuntura em tela foi “uma época de experimentações”. Era comum, então, encontrar sindicatos que cambiavam seus métodos de ação entre a “luta direta” e “posturas reformistas ou vice-versa”.⁵³⁵ Também não devemos imaginar que a elaboração dos estatutos do SPCDC tenha se dado sem tensões e divergências, tampouco que eles não poderiam sofrer questionamentos. O sindicato realizava reuniões ordinárias semanalmente (aos domingos) e numa delas, três dias após a publicação do regulamento no *Diário Oficial*, ainda se discutia a possibilidade de franquear a filiação dos mestres e contramestres.⁵³⁶ Mas não seriam os mestres e contramestres que ocupariam as preocupações dos militantes do SPCDC nos meses subsequentes. Foram os serventes e ajudantes da construção civil, os trabalhadores mais explorados e pior remunerados do setor de edificações, que mereceram a atenção de seu sindicato, a partir de janeiro de 1920.

⁵³⁵ Campos, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos 1917 a 1921*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 60-61.

⁵³⁶ *A Tarde*, 22 de outubro de 1919.

Greve parcial da construção civil

Em 26 de janeiro de 1920, o SPCDC iniciou uma paralisação que duraria 58 dias, até culminar com o êxito dos grevistas. Na raiz da paralisação estavam as queixas dos serventes e ajudantes, que pleiteavam o respeito à jornada de trabalho de 8 horas, conforme o lema “nem antes das 7 nem depois das 4”, em tese um direito conquistado nas jornadas de junho de 1919; a fixação de um salário mínimo diário para ajudantes e serventes no valor de 5\$000; e pagamento semanal, sendo que as folhas deveriam ser organizadas com antecedência, de modo que não se ficasse em fila “até alta noite”, “com evidente prejuízo para os operários e suas famílias”. Segundo o *Jornal de Notícias*, a deliberação de solicitar tais vantagens foi fruto de uma reunião, realizada em 26 de janeiro de 1920, quando “ajudantes e serventes em número avultado” decidiram, “após longo debate”, assinar um documento autorizando o SPCDC a representá-los, como julgasse conveniente, diante dos empreiteiros, mestres de obras e encarregados. Aceitando a tarefa, o SPCDC emitiu uma circular endereçada aos patrões, na qual afirmava ter “recebido nos últimos dias reclamações dos seus associados” que a “regra universalmente estabelecida” da jornada de 8 horas de trabalho estava sendo desrespeitada. Além disso, alegavam que os salários dos serventes e ajudantes estavam num nível tão baixo que não podiam fazer frente à “exorbitante e assustadora” carestia dos gêneros de primeira necessidade, o que os estaria atirando nas garras dos agiotas, “para a bolsa dos quais escorre boa parte do minguido ganho do operário”. O documento terminava informando que os operários aguardariam uma posição dos patrões até as 21 horas do dia 31 de janeiro.⁵³⁷

No dia 30 de janeiro o SPCDC convocou todos, associados ou não, para nova reunião, com o fim de publicamente dar notícia sobre os termos da circular enviada aos construtores.⁵³⁸ Nessa reunião, devido às negativas dos patrões, foi deliberada pelos oficiais pedreiros e carpinteiros, juntamente com os ajudantes e serventes, a decretação da greve. Conforme relato do *Jornal de Notícias*, após ler as respostas dos empregadores, José Domiense da Silva, marceneiro e secretário geral do SPCDC, convidou Agripino Nazareth para externar sua opinião sobre o caso. A posição do advogado foi favorável à paralisação da categoria, deixando a cargo dos membros do sindicato se seria geral ou parcial, “conforme o entendesse a maioria dos interessados”.

⁵³⁷ *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 1920.

⁵³⁸ *O Tempo*, 30 de janeiro de 1920.

Depois de muita discussão, “em que tomaram parte os operários José Domiense, Abílio José dos Santos, Annibal Lopes Pinho”, entre outros, promoveu-se uma votação nominal, vencendo a proposta de greve parcial. As obras que deveriam paralisar seriam aquelas a cargo dos empreiteiros Inocêncio Góes, Serafim Dias e Antônio Gomes, em número de vinte, pois eram as que apresentavam as “piores condições”.⁵³⁹ Convém anotar que, até esse momento, não parece ter havido paralisações nas obras públicas estaduais, o que pode significar que os acordos de junho ainda estavam sendo respeitados naquelas construções, uma vez que os três empreiteiros referidos não figuram no mapa demonstrativo das obras patrocinadas pelo estado para o ano de 1920.⁵⁴⁰ Mais uma vez o exemplo do Rio de Janeiro foi utilizado para conferir legitimidade à greve da categoria, pois a volta ao trabalho ficou condicionada ao atendimento das exigências, principalmente no que tocava ao salário, já que “os ajudantes e serventes no Rio de Janeiro, onde a vida está incontestavelmente menos cara percebem 6\$000 e 6\$500”.⁵⁴¹ Talvez seja interessante lembrar que no início de janeiro os trabalhadores da construção civil da capital federal agitaram-se em prol de aumento salarial e do estabelecimento de uma tabela mínima para as funções da categoria, movimento que foi noticiado pela imprensa de Salvador.⁵⁴² De acordo com o jornal operário *Germinal*, os ajudantes e serventes da capital baiana, “na sua quase totalidade”, recebiam 2\$500, por dia.⁵⁴³ Para receber essa fêria, esses operários trabalhavam duro, como a descrição de um servente de pedreiro em greve permite vislumbrar: “subo escadas carregando pedras, atravesso dois, três andares, nos andaimes, com tijolos na cabeça e puxo balde com terra e areia, no moitão”. Sujeito a tal rotina, o operário concluía afirmando que ao fim do dia sentia-se “morto de cansado”, com a agravante de receber um salário que “não chega para nada”.⁵⁴⁴

Outros dois pontos merecem destaque: a solidariedade de classe demonstrada pelos oficiais pedreiros e carpinteiros, que se recusaram a trabalhar nas obras paralisadas enquanto as exigências dos ajudantes e serventes não fossem atendidas; e a

⁵³⁹ *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 1920.

⁵⁴⁰ Ver: “Mapa demonstrativo das despesas realizadas nas diversas obras públicas do estado no ano de 1920”, In: Relatório dos Serviços da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920. APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2386, maço 178, doc. 746.

⁵⁴¹ *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 1920.

⁵⁴² *O Tempo*, 2 e 7 de janeiro de 1920.

⁵⁴³ *Germinal*, 19 de março de 1920.

⁵⁴⁴ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1920. Moitão é uma peça de madeira ou de metal, suspensa do alto, e pela qual desliza o cabo ou corrente que levanta grandes pesos.

tática empregada, de empreender uma paralisação parcial em vez de uma ação grevista que abrangesse todo o setor. Como indicado no capítulo anterior, o SPCDC admitia em suas fileiras, além dos trabalhadores em misteres mais especializados, como os pedreiros, carpinteiros e eletricitas, por exemplo, os outros profissionais do setor com baixa qualificação, caso dos serventes e ajudantes. Essa “tendência à ‘amalgamação’ de diferentes ofícios no interior do ramo”, como propõe Silva, era resultado de um entendimento que considerava que a congregação dos distintos ofícios no interior de uma mesma entidade fortaleceria o conjunto da categoria, possibilitando maiores chances de greves exitosas, de salários mais valorizados, além de reforçar “os códigos de conduta” dos associados.⁵⁴⁵ Desse modo, quando os oficiais pedreiros e carpinteiros negaram-se a trabalhar nas obras paralisadas com serventes e ajudantes que não fossem filiados ao sindicato, entravam, na prática, em greve de solidariedade para com seus auxiliares.⁵⁴⁶

Em relação à tática de empreender uma greve parcial no lugar de uma paralisação geral da categoria, deve-se considerar que a estrutura do setor de edificações da construção civil contava com expressiva pulverização patronal, na qual a existência de grande número de mestres de obras e pequenos empreiteiros era o traço distintivo. Isto fazia com que os empregadores fossem particularmente vulneráveis a greves, pois, como afirma Sheldon Maram, “qualquer demora significava que o empreiteiro teria de iniciar o pagamento das dívidas assumidas com os fornecedores de material” e de mão-de-obra “através da descapitalização de seus parques bens de capital”, dessa maneira, “um abandono de emprego poderia resultar na perda do contrato ou na falência”.⁵⁴⁷ Portanto, era difícil para os empreiteiros de menor porte resistir às paralisações mais prolongadas. Sabedores dessa limitação, muitas vezes os operários da construção civil aproveitavam-se da fragilidade dos empregadores, utilizando a tática de greves parciais. De acordo com o relato de um militante sindical de Santos, ao paralisar parcialmente o setor os paredistas estimulavam “rivalidades na classe patronal e conseqüente enfraquecimento”, pois os construtores “não suportavam, por muito tempo, ver algumas obras paradas e outras trabalhando”. A eficácia desse meio de ação seria atestada pelo

⁵⁴⁵ Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 59.

⁵⁴⁶ Ver: *Jornal de Notícias*, 4 de fevereiro de 1920.

⁵⁴⁷ Maram, *Anarquistas, imigrantes*, op. cit., p. 51-52.

sucesso na “conquista das 8 horas para a construção civil em Santos, primeiro, no Brasil depois”.⁵⁴⁸

Com efeito, numa nova reunião, realizada no dia 4 de fevereiro, foi sugerida por alguns operários a generalização da greve para o conjunto da categoria. Porém, o secretário geral José Domiense da Silva e o advogado Agripino Nazareth posicionaram-se contra, no que foram seguidos pela maioria da assembleia. Deliberou-se também providenciar a colocação dos operários paralisados em outras obras. Tal esforço demonstra a capacidade do SPCDC em se relacionar com outros empreiteiros e responsáveis por construções, mesmo durante uma greve que contrapunha operários a uma parte dos empregadores do setor. Por outro lado, essa iniciativa parece confirmar que a pulverização patronal, decorrente da maneira de como se estruturava esse ramo de atividade, realmente ensejava a concorrência entre os empregadores. Afinal, se ajudantes e serventes eram trabalhadores relativamente fáceis de substituir, o mesmo não se pode dizer dos pedreiros e carpinteiros, operários mais especializados que detinham o saber do ofício e que eram fundamentais para a consecução das construções. Na mesma reunião foi determinado o pagamento de auxílio financeiro para aqueles que continuassem sem trabalho. A assembleia aprovou, ainda, o lançamento em ata de um voto de solidariedade à Sociedade União dos Marmoristas, pelo entrevero ocorrido entre a entidade e uma oficina de marmoristas, a Casa Ferraro e Irmão, na ladeira da Montanha, pelo motivo de descumprimento dos acordos firmados quando da greve de junho de 1919, que, aliás, contou com Agripino Nazareth como intermediário. Depois de se dirigirem à marmoraria, conclamaram os operários a ingressarem no seu sindicato. Obtidas as suas afiliações, iniciou-se a parede naquela oficina, até que seu proprietário buscasse entendimentos com o sindicato.⁵⁴⁹

Com a decisão de manter a greve parcial, serventes e ajudantes articularam-se para impedir baixas no movimento. Quando souberam que determinado empreiteiro tentava persuadir seus operários a retornarem ao trabalho antes do atendimento das reivindicações, aqueles operários, conforme notícia do *Jornal de Notícias*, convocaram imediatamente uma reunião na qual descobriram que os esforços daquele construtor foram frustrados pela recusa de seus empregados. Os paredistas, então, assinaram uma

⁵⁴⁸ “Memórias de Severino Gonçalves Antunha”, Santos, 1968, apud Rodrigues, Edgar, *Nacionalismo & Cultura Social, 1913-1922*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1972, p. 361.

⁵⁴⁹ *Jornal de Notícias*, 5 de fevereiro de 1920.

moção pela qual se comprometiam a somente retornar ao trabalho após a “vitória completa”.⁵⁵⁰

Enquanto *O Imparcial* (de 8 de fevereiro) informava que o número de grevistas chegava a quinhentos,⁵⁵¹ o *Diário da Bahia*, denunciava a notória intervenção de indivíduos “sem profissão” junto aos operários que ainda trabalhavam nas obras escolhidas para paralisarem. O periódico acusava o governador Moniz de fechar os olhos para a ação dos “subversores da ordem”.⁵⁵² Nessa mesma chave, o periódico *Diário de Notícias*, ligado à oposição ruísta, ao tratar da greve da construção civil de 1920, acusava o governador de explorar “torpemente, a classe operária, atirando-a contra os patrões”. A alegada permissividade do governo do estado para com as agitações operárias delatava, aos olhos do jornal, as más intenções de Moniz para com o grande comércio e a indústria, haja vista que ele incitava “os operários para a greve a fim de, como joguetes, servirem aos caprichos de sua política”. Até seria possível admitir ver o governador colocar-se ao lado dos operários quando eles fizessem “exigências justas e razoáveis em termos brandos”. Mas era justamente isso, aduzia o periódico, o que não fazia “o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, obedecendo a interesses que não os das mesmas classes”. Apesar de concordar que a vida tornava-se mais cara dia a dia, “dura de roer para todos”, as reivindicações salariais dos trabalhadores da construção civil eram vistas como desproporcionais, pois, “convenhamos que se um ajudante de pedreiro ganhar 10\$000 diários, (...) o oficial tem que vencer 20\$000 e ninguém mais poderá consertar uma parede ou levantar um alicerce”. A opinião da folha era clara: “não, não pode ser assim”.⁵⁵³ A força de trabalho não podia querer muito: havia de ser barata. Além de restringida em seu valor – além de, por isso mesmo, ter de trabalhar de sol a sol, ao reduzir o movimento operário à condição de massa de manobra do governo do estado em seus embates políticos contra os ruístas, a imprensa oposicionista persistia em desconsiderar a capacidade de ação dos trabalhadores, insinuando que também essa greve fazia parte das maquinações do chefe Moniz.

Os empreiteiros e os mestres de obras, por seu turno, tentavam articular a criação de uma entidade que congregasse os empregadores do setor, com o fim de coordenar

⁵⁵⁰ *Jornal de Notícias*, 6 de fevereiro de 1920.

⁵⁵¹ *O Imparcial*, 8 de fevereiro de 1920.

⁵⁵² *Diário da Bahia*, 10 de fevereiro de 1920.

⁵⁵³ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1920.

seus esforços e iniciativas e, deste modo, fazer frente às ações do SPCDC. Nesse sentido, a imprensa noticiou no dia 10 de fevereiro, que os patrões já haviam realizado duas reuniões preparatórias e que outro encontro estaria agendado para o dia seguinte.⁵⁵⁴ Contudo, a rivalidade patronal presente nesse setor dificultava tal concerto. Por exemplo: um pequeno empreiteiro, que empregava apenas dois ajudantes, enviou uma carta ao sindicato na qual chamava a atenção dos dirigentes daquela associação para uma estratégia que os empregadores com maior poder financeiro estavam lançando mão. A missiva denunciava a prática de empreiteiros que assumiam obras dispostos a receber valores menores do que os usualmente praticados, valendo-se “para contrabalançar tal cálculo da exploração que exercem sobre os operários”.⁵⁵⁵

A agitação irradiava em ambos os lados. Na noite de 10 de fevereiro os grevistas se reuniram na sede do SPCDC. Ali elaboraram e distribuíram um boletim demonstrando a defasagem entre os salários e os gastos dos ajudantes e serventes, considerando sustentarem uma família de cinco pessoas.⁵⁵⁶ No dia 12 de fevereiro, uma comissão de construtores foi até o secretário de polícia, José Álvaro Cova, para solicitar medidas que garantissem a “liberdade de trabalho” dos que desejassem voltar ao serviço.⁵⁵⁷ Nesse ínterim, o movimento na sede do SPCDC era intenso, com serventes e ajudantes subindo e descendo as escadas em busca de novidades sobre a situação do movimento, mas o impasse perdurava. Reunidos em assembleia ainda no dia 12, os paredistas enviaram um ofício a José Cova – que se oferecera para intermediar as negociações em nome dos empreiteiros e mestres de obras –, no qual expunham os motivos para a continuação da greve. Acolhendo o alvitre de Agripino Nazareth, o documento explicava que seria possível aceitar a proposta de reajuste dos salários dos ajudantes e serventes para 4\$000, contanto que as novas contratações contemplassem vencimentos de 5\$000 para aqueles profissionais, que só se empregassem “operários filiados ao sindicato” (*closed shop*) e que se observassem os outros pontos presentes na circular de 26 de janeiro.

Nesse momento também estavam em greve as categorias dos carregadores de trapiches e dos padeiros, o que foi considerado motivo suficiente para retornarem os

⁵⁵⁴ *Diário da Bahia*, 10 de fevereiro de 1920.

⁵⁵⁵ *Diário da Bahia*, 11 de fevereiro de 1920.

⁵⁵⁶ *Diário da Bahia*, 11 de fevereiro de 1920. As cifras constantes do aludido boletim podem ser encontradas na nota 294 deste trabalho.

⁵⁵⁷ *Diário da Bahia*, 13 de fevereiro de 1920.

boatos de nova greve geral urdida pelo SPCDC e os “agentes do seabrismo”.⁵⁵⁸ Surgiram, até mesmo, acusações de que os grevistas estavam ameaçando de morte os operários que continuavam a trabalhar. No dia seguinte (13 de fevereiro), o *Jornal de Notícias* noticiou que os empreiteiros admitiam atender as exigências dos grevistas, desde que não fosse por intermédio do sindicato.⁵⁵⁹ O *Diário de Notícias*, por outro lado, informava que o próprio secretário de polícia havia comunicado ao sindicato que os patrões estavam dispostos a efetuar o acordo nas bases indicadas pelos grevistas. Porém, o impasse não se resolveria ainda, pois alguns empreiteiros retrocederam, calcados nos planos de criar sua entidade patronal que, reunindo os mestres e empreiteiros da capital baiana, promoveria o fechamento de todas as obras de Salvador, com vistas a forçar aos trabalhadores a se renderem pela fome e voltar ao trabalho sem o atendimento de suas reivindicações. A entidade projetada não teve, contudo, execução, resultando, na prática, na permanência do conflito entre as partes.⁵⁶⁰

Novas denúncias contra a conduta dos grevistas vieram a público no dia 20 de fevereiro, pelas páginas da imprensa oposicionista. Enquanto *O Imparcial* acusava o governo estadual de “maximalista” e de estar “conluiado” com o SPCDC, o *Diário da Bahia* ressaltava a “inércia” e a “conivência” dos poderes públicos. O periódico afirmava que construtores e empreiteiros estavam entregues à “absoluta insegurança”, uma vez que eram coagidos pelos delegados do sindicato. Confirmando a vulnerabilidade patronal diante de uma parede mais prolongada, o diário argumentava que os proprietários e empreiteiros, “quase sempre ligados por contratos feitos segundo as condições do momento”, enfrentavam “dificuldades insuperáveis, arriscados a incorrer em comissões contratuais”.⁵⁶¹ O *Diário de Notícias*, afinado no mesmo tom, alertava que o “material empregado” estava “se estragando pela ação do tempo, não sendo pequenos os prejuízos que estão sofrendo os donos e os encarregados delas”. “Vem aí o inverno e será muito pior”, concluía.⁵⁶²

Entrementes, novamente uma comissão de construtores procurou o chefe de polícia, a fim de entregar petição, solicitando garantias para que o trabalho em suas obras continuasse. Aparentemente, no entanto, tal comissão não conseguiu avistar-se

⁵⁵⁸ *Diário de Notícias*, 12 de fevereiro de 1920.

⁵⁵⁹ *Jornal de Notícias*, 13 de fevereiro de 1920.

⁵⁶⁰ *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1920.

⁵⁶¹ *Diário da Bahia*, 20 de fevereiro de 1920.

⁵⁶² *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1920.

com José Cova, que teria se negado a atendê-la ou receber o referido documento. Subscrito por dez construtores civis, o requerimento patronal evocava a constituição do país, insistindo na necessidade de se assegurar “o direito de trabalharem livremente nas aludidas obras, com oficiais e auxiliares outros que lhes queiram acompanhar nessa tarefa”. O documento também acenava com algumas concessões aos grevistas, como o estabelecimento da diária de “três ou quatro mil réis, para os ajudantes, podendo os mesmos serem aumentados de acordo com a melhoria da situação”, e da jornada de trabalho de 8 horas, o que significa que as conquistas de junho de 1919, nas obras a cargo daqueles empreiteiros, estavam sob ameaça ou já haviam retrocedido.⁵⁶³

Um dos construtores que assinou a petição patronal foi Isaías de Carvalho Santos, provedor da Santa Casa de Misericórdia, uma das maiores proprietárias imobiliárias da cidade, segundo Silva Santos.⁵⁶⁴ Em carta endereçada à redação do *Diário da Bahia*, o representante da Santa Casa informava que “um troço de homens” havia acabado de invadir “as obras dos prédios em construção à rua da Misericórdia para *impor o preço do salário a ser pago aos serventes*” (grifos no original). O construtor recusou-se determinadamente, lembrando que a Santa Casa dependia financeiramente das empreitadas quase exclusivamente.⁵⁶⁵ Esse relato, juntamente aos supracitados, parece indicar que a tática grevista consistia em enviar comissões, ou grupos de paredistas – piquetes –, às obras para forçarem a paralisação dos trabalhos. Revela também que a ação do sindicato parecia eficaz no sentido de impedir que se continuasse a trabalhar nas obras selecionadas.

Por conta dessas ações, os sindicalistas do SPCDC continuavam sendo tachados de “agitadores” a serviço do governador Antônio Moniz – e, por isso, eram homens desprovidos de legitimidade para representar a categoria. O periódico *A Hora* ressaltava que muitas obras estavam paralisadas na capital, embora proprietários e artífices se esforçassem por continuá-las. Isto estaria ocorrendo por que o sindicato dos trabalhadores da construção civil estabelecia “condições inadmissíveis” para o retorno ao trabalho, obrigando, inclusive, os operários que não eram filiados à associação a

⁵⁶³ *Diário da Bahia*, 20 de fevereiro de 1920; *A Hora*, 23 de fevereiro de 1920. A participação do secretário de polícia nas negociações entre construtores e operários é contraditória. Em matéria de 21 de fevereiro, *O Democrata*, porta-voz oficial do seabrismo garantia que José Cova não havia sido procurado pelos empreiteiros.

⁵⁶⁴ Santos, *Sobrevivência e tensões*, op. cit., p. 158. Os outros construtores que assinaram a petição foram: Eugênio Cardoso, Rossi Baptista, Serafim Dias Pereira, João Lino da Veiga Ornellas, Antonio Gomes de Oliveira, Inocêncio A. de Araújo, João Monteiro, José Soares Coronel e Benjamim Lanzillotti.

⁵⁶⁵ *Diário da Bahia*, 21 de fevereiro de 1920.

aderirem à parede, graças à ação de militantes que percorriam as obras impedindo de trabalhar os comparecentes ao serviço. Assim sendo, para o jornal, o SPCDC era “um soviete, sem tirar nem por”.⁵⁶⁶

Deve-se perceber, contudo, que os ataques oposicionistas ao governo e ao movimento grevista, nesse momento, provavelmente se relacionavam com a intenção de insuflar a insatisfação e a perturbação social na capital do estado. Expliquemo-nos: com a conflagração dos sertões – que desde dezembro de 1919 ganhava progressivamente maiores proporções, estimulada pelos ruístas – e com a agitação social em Salvador, a oposição nutria a esperança que a incapacidade do governador Antônio Moniz de manter a ordem pública forçasse uma intervenção federal no estado. Assim, objetivava-se a anulação das eleições para governador de 29 de dezembro de 1919 e, desse modo, impedir que Seabra voltasse à chefia do executivo estadual uma segunda vez. Enquanto a luta no interior do estado recrudescia, a chegada de Seabra a Salvador, em 2 de fevereiro, gerou violentos conflitos entre situação e oposição, cujo resultado foram tiroteios, feridos e mortes. No dia seguinte a ACB orientou o comércio a não funcionar, por falta de segurança. Assim, Antônio Moniz viu-se obrigado a solicitar a intervenção federal, que foi decretada em 23 de fevereiro de 1920, “com o objetivo expresso”, conforme esclarece Sampaio, “de pacificar o Sertão”. Dessa forma, o governo federal não se imiscuiu na política local, como as oposições ruístas esperavam, e os seabristas continuaram no poder – ainda que enfraquecidos.⁵⁶⁷

De qualquer forma, a greve continuava com acordos sendo seguidamente propostos de lado a lado, mas sem atingir qualquer consenso. Enquanto os patrões sustentavam que as exigências dos grevistas eram “simplesmente absurdas” e que muitos trabalhadores estavam sendo coagidos pelo sindicato a não retornarem ao serviço, os paredistas afirmavam que não ameaçavam a liberdade de trabalho de quem quer que fosse e que era devido à resistência dos empreiteiros Antônio Gomes de Oliveira, Inocêncio Góes e Serafim Dias, que se negavam a reconhecer a legitimidade do sindicato como representante dos operários paralisados, não ter havido ainda nenhum acordo.⁵⁶⁸

⁵⁶⁶ *A Hora*, 23 de fevereiro de 1920.

⁵⁶⁷ Para uma visão mais detalhada sobre o tema, ver: Sarmiento, *A raposa e a águia*, op. cit., p. 113-117; Sampaio, *Partidos Políticos*, op. cit., p. 146-153.

⁵⁶⁸ *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1920.

Com a continuação da greve, novas reuniões dos trabalhadores da construção civil tiveram lugar em 22 e 27 de fevereiro, sendo deliberada a permanência da parede parcial. A preocupação com os operários que estavam sem trabalhar, portanto sem vencimentos, suscitou a ideia de enviar esses trabalhadores, devidamente credenciados, para outras cidades do país, como Rio de Janeiro e São Paulo.⁵⁶⁹ A julgar por matéria publicada no jornal operário carioca *Voz do Povo*, órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, o sindicato estava conseguindo realocar grande parte dos operários paralisados em Salvador. A notícia informava que “dos quatrocentos e tantos grevistas já três quartas partes se encontram exercendo atividades em outras obras não visadas pelo movimento” e recebendo “melhores salários”. A expectativa era de que em quinze dias mais já estivessem “trabalhando os cento e poucos operários ainda” sem colocação. Ainda de acordo com essa matéria, além de procurar empregar os operários paralisados em outras construções, o sindicato estaria providenciando alimentação para alguns deles, preparada na cozinha da associação, e distribuindo “auxílios pecuniários” aos que ainda estivessem sem trabalhar.⁵⁷⁰ Parece também que as recolocações não chegaram a se estender aos estados do centro-sul, assim, no dia 6 de março a comissão executiva do sindicato informava que haviam sido enviados para Aracaju, capital de Sergipe, dois “camaradas associados deste sindicato”, artistas carpinteiros, com as credenciais competentes.⁵⁷¹

As informações sobre o movimento, nas fontes pesquisadas, rareiam a partir do final de fevereiro, talvez devido aos graves acontecimentos políticos ocorridos no estado, como a Revolta Sertaneja e a decretação da intervenção federal, em 24 de fevereiro, que ocuparam o centro das atenções. Sabemos, no entanto, que nesse meio tempo alguns empreiteiros começavam a recuar e assinar acordos com seus funcionários, com a anuência do SPCDC,⁵⁷² que, por sua vez, respondia às tentativas de alguns construtores de fazerem acordos em separado. “Nada poderá nem deverá ser decidido sem a interferência do sindicato”, proclamava a associação, ao tempo que marcava uma assembleia geral extraordinária para o dia 8 de março.⁵⁷³ No dia 16 de março, a imprensa noticiou que José Soares, Serafim Dias, Eugênio Cardoso e Bibiano

⁵⁶⁹ *Jornal de Notícias*, 22 e 29 de fevereiro de 1920.

⁵⁷⁰ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1920.

⁵⁷¹ *O Tempo*, 9 de março de 1920.

⁵⁷² *Jornal de Notícias*, 29 de fevereiro de 1920.

⁵⁷³ *A Tarde*, 8 de março de 1920.

Soares Cupim, membros da comissão de construtores, informavam que os trabalhos iriam reiniciar-se em suas obras e oficinas, a partir do dia 15 de março.⁵⁷⁴

Depois de 58 dias de paralisação, a greve da construção civil teve termo no dia 19 de março de 1920 – dia de São José, coincidentemente aniversário de primeiro ano do sindicato –, resultando na vitória dos paredistas, “com o atendimento de quase todas as reclamações feitas”, segundo *O Tempo*. Desse modo, estabeleceu-se a fixação do salário mínimo de 7\$000 para os oficiais pedreiros e carpinteiros, que antes recebiam, em sua maioria, entre 4\$000 e 5\$500, e de 4\$000 para os ajudantes e serventes, antes remunerados em 2\$500 diários. Ainda de acordo com a folha seabrista, as atuações do secretário de segurança pública, Álvaro Cova, assim como da comissão executiva do SPCDC e especialmente de seu delegado geral, Abílio José dos Santos, foram muito elogiadas pelos operários em seus esforços para solucionar questão. O acordo foi lavrado com as assinaturas do secretário de polícia, José Álvaro Cova, do secretário geral do SPCDC, José Domiense da Silva, do delegado geral do sindicato, Abílio José dos Santos e do advogado Agripino Nazareth, bem como dos representantes dos empreiteiros e mestres de obras Eugênio Cardoso, Bibiano Soares Cupim, Leodegário de Souza e Serafim Dias, este um dos mais patrões mais recalcitrantes.⁵⁷⁵ É interessante relatar que Eugênio Cardoso era presidente do conselho executivo do Centro Operário, organização que abrigava muitos operários qualificados e artesãos ligados à construção civil, além de mestres de obras e empreiteiros, e que, fiel à sua vocação de máquina política, buscava alinhar-se aos grupos políticos dominantes.⁵⁷⁶ Assim, enquanto os trabalhadores da construção civil, oficiais pedreiros e carpinteiros, serventes e ajudantes, estavam em parede, o Centro Operário preparava uma recepção para o sócio benemérito e governador eleito no pleito de 29 de dezembro de 1919, J. J. Seabra. Dessa forma, às 20 horas do dia 11 de fevereiro de 1920, recepcionava-se na sede daquela entidade o futuro governador do estado (a posse se daria no dia 29 de março), acompanhado do secretário de polícia José Álvaro Cova e do intendente de Salvador, José da Rocha Leal.⁵⁷⁷

Entretanto, repetindo uma prática patronal comum, alguns empreiteiros e mestres de obras começaram a descumprir os acordos que deram fim aos seus problemas,

⁵⁷⁴ *Diário da Bahia*, 16 de março de 1920.

⁵⁷⁵ *O Tempo*, 19 de março de 1920.

⁵⁷⁶ Sobre o Centro Operário, ver nota 78 deste trabalho.

⁵⁷⁷ *O Tempo*, 11 de fevereiro de 1920.

consoante matéria do periódico operário *Germinal*. Nisso salientou-se o engenheiro Furtado de Simas, empreiteiro de obras do Estado, que demitiu os operários envolvidos na parede; o que demonstra que as paralisações atingiram, com o passar dos dias, também as obras patrocinadas pelo estado. O sindicato recorreu, então, em comissão, ao governador recém-empossado J. J. Seabra. O novo chefe do poder estadual comprometeu-se a agir em prol dos trabalhadores, “no sentido de ser cumprido o acordo”, instruindo o novo secretário de segurança pública, Antônio Seabra, como proceder.⁵⁷⁸

As fontes consultadas não explicitam quais foram exatamente as reivindicações atendidas, limitando-se a indicar os ganhos salariais alcançados. Se levarmos em consideração, contudo, os termos dos pleitos presentes em matéria do *Diário de Notícias* de 28 de fevereiro, é plausível conjecturar que o sindicato tinha a intenção de intervir na gestão e no processo de trabalho do seu ramo de atividade. O periódico informa que os grevistas demandavam respeito à jornada de trabalho de 8 horas; fixação de salários mínimos para cada função; pagamentos efetuados assiduamente aos sábados; que somente os associados do sindicato poderiam ser admitidos nas construções (*closed shop*); a cobrança de um imposto de 2% sobre os novos contratos de construção, que, a partir de então, deveriam ser avaliados e registrados no sindicato.⁵⁷⁹ Podemos conjecturar, ainda, que a resistência patronal à implementação desses pontos seria contundente, pois os empregadores consideravam muitos deles impossíveis de se atender “atualmente”, conforme relato de um mestre de obras registrado no *Diário de Notícias*.⁵⁸⁰ Os construtores não aceitavam, por exemplo, a ideia de ser mandados a repassar qualquer valor sobre seus contratos para a associação dos pedreiros e carpinteiros nem admitiam de bom grado a presença dos fiscais do sindicato no interior das obras. Os trabalhadores da construção civil de Santos, do setor de edificações, conseguiram manter a *closed shop* até a Grande Guerra, como “a única maneira que encontraram para garantir a manutenção da jornada de 8 horas”. Era justamente no controle do mercado de trabalho que repousava a pujança da categoria dentro do movimento operário santista.⁵⁸¹ No entanto, de acordo com Silva, no período entre-

⁵⁷⁸ *Germinal*, 1 de abril de 1920.

⁵⁷⁹ *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1920.

⁵⁸⁰ *Diário de Notícias*, 28 de fevereiro de 1920.

⁵⁸¹ Gitahy, Maria Lúcia Caira, “Os trabalhadores da construção civil na belle époque.” *II Congresso Brasileiro de História Econômica*. ABPHE/UFF, Niterói, 13-16 de outubro, 1996, apud Silva, Fernando T. da, e Gitahy, Maria Lúcia C., “O movimento operário”, op. cit., p. 88-89, 91 e 119.

guerras a luta pela manutenção da *closed shop* pelos trabalhadores da construção civil em Santos foi recorrentemente derrotada, pois, sempre que os trabalhadores se mobilizavam, eles se defrontavam com as resistências patronais “contra a presença dos delegados sindicais” no interior das construções, contra as 8 horas e a falta de regularidade dos pagamentos.⁵⁸² Este parece ter sido, também, o caso dos operários da construção civil de Salvador na conjuntura investigada, com a ressalva que o controle do mercado de trabalho em terras baianas parece ter sido uma experiência de muito menor envergadura que no caso santista, possivelmente restrita a alguns momentos em que o SPCDC conseguiu impor sua força aos empreiteiros e mestres de obras.

Contudo, durante a greve parcial dos operários da construção civil, muitos contatos foram realizados com outras categorias profissionais, com fins diversos, atestando as tentativas de articulação do movimento operário de então. Tais contatos foram fundamentais para a constituição de um organismo capaz de congrega diversas associações operárias do estado em torno de princípios e ações habilitados a fornecerem certa unidade nas lutas sindicais, a Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB).

Federação dos Trabalhadores Baianos

No início de fevereiro, em plena greve da construção civil, as diretorias e comissões executivas de onze associações operárias reuniram-se na sede da Sociedade União dos Operários de Padaria para tratar dos festejos de comemoração do aniversário de Agripino Nazareth, o “incansável advogado” e “dedicado patrono” daquelas entidades sindicais, de acordo com as palavras da comissão encarregada de providenciar a celebração.⁵⁸³ Indicativo seguro da ascendência da atuação de Nazareth nos meios obreiros de Salvador, não é fácil precisar o alcance dessa influência em cada uma das entidades em questão. O que sabemos é que o objetivo de tais preparativos era “dar uma demonstração de solidariedade e reconhecimento pelos esforços feitos em prol das reivindicações” do operariado baiano. O aniversário de Agripino Nazareth (24 de

⁵⁸² Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 121.

⁵⁸³ *O Tempo*, 5 de fevereiro de 1920. As associações operárias envolvidas foram, além do SPCDC: Sociedade União dos Operários de Padaria, Sociedade União dos Sapateiros, Sindicato dos Produtores de Marcenaria, Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, Liga dos Alfaiates da Bahia, Sociedade Beneficente dos Eletricistas, Sociedade Beneficente dos Pintores, Sociedade União dos Marmoristas, Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia e a Sociedade União dos Foguistas Terrestres.

fevereiro) foi comemorado pelas referidas associações na sede dos tecelões.⁵⁸⁴ Segundo registro do periódico *A Tarde* o discurso de agradecimento de Nazareth “foi uma verdadeira conferência socialista”. Após as falas dos operários e de seu advogado, os trabalhadores festejaram num “pequeno sarau”.⁵⁸⁵

Tão importantes, entretanto, quanto os festejos pelo aniversário de Nazareth, foram os contatos promovidos com vistas à articulação dos sindicatos baianos para participarem do III Congresso Operário Brasileiro (III COB), que seria realizado em abril de 1920 na capital federal. Em fins de janeiro, representantes de seis entidades sindicais convocavam as diretorias e comissões executivas de “todas as associações operárias de resistência” do estado para uma reunião a ser realizada no dia 6 de fevereiro, na sede do SPCDC, localizada agora no Cruzeiro de São Francisco, uma área mais central do distrito da Sé. Das seis entidades responsáveis pela emissão da circular convocatória, cinco haviam participado da organização da comemoração do aniversário de Nazareth: a Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia, a Sociedade União Defensora dos Sapateiros, a Sociedade União dos Marmoristas, o Sindicato dos Produtores de Marcenaria, além do SPCDC. A exceção era a Sociedade União dos Operários de Ferrovia. O objetivo da reunião seria o de promover “uma ampla e amistosa explanação” sobre como promover a organização e envio de uma representação das entidades proletárias baianas ao congresso. Ressaltando a importância de se fazer presente no processo de “criação de um órgão centralizador e coordenador” das “associações de classes disseminadas pelo país” – a Confederação Operária Brasileira –, os autores da circular consideravam ser vital que os trabalhadores da Bahia se entendessem a fim de poderem responder “com eficiência ao apelo oficial” dos “camaradas da capital da República”.⁵⁸⁶

Possivelmente, aproveitando a ocasião de estreitamento de laços com o III Congresso, fundou-se em 13 de fevereiro de 1920 a Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB).⁵⁸⁷ Segundo o diário operário *Voz do Povo*, a sessão de instalação da FTB ocorreu na sede do SPCDC, “sendo aprovadas as bases de ação propostas” por

⁵⁸⁴ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1920.

⁵⁸⁵ *A Tarde*, 27 de fevereiro de 1920.

⁵⁸⁶ *Jornal de Notícias*, 6 de fevereiro de 1920. Deve-se indicar que o jornal *A Tarde* de 30 de outubro de 1919 já trazia notícias que algumas associações operárias, como a dos pedreiros e carpinteiros, a dos marceneiros e a dos tecelões estavam agendando reuniões com o fito de eleger os dois representantes baianos que tomariam parte no III COB. Ver: *A Tarde*, 30 de outubro de 1919.

⁵⁸⁷ *A Voz do Trabalhador*, 19 de março de 1921.

Agripino Nazareth, a quem coube a responsabilidade de elaborar os estatutos da organização.⁵⁸⁸ A marca da influência de Agripino Nazareth ficou gravada na organização administrativa da federação operária recém-fundada, pois suas funções diretivas ficariam a cargo de uma comissão executiva, sem poderes de mando, como acontecia em algumas das associações nas quais Nazareth tinha ascendência, conforme anotado no capítulo anterior. É interessante destacar que o secretário geral e o primeiro secretário da FTB eram militantes do SPCDC, respectivamente José dos Santos Gomes e Álvaro de Sant'Anna,⁵⁸⁹ o que talvez indique o grau de prestígio do sindicato dos operários da construção civil nos meios obreiros de Salvador. Aderiram à FTB, de acordo com o jornal, treze associações: SPCDC; Sindicato dos Produtores de Marcenaria; Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia; Liga Operária dos Alfaiates; União dos Marmoristas; União dos Operários de Padarias; União Defensora dos Sapateiros; União Geral dos Metalúrgicos; Sociedade de Resistência Protetora dos Operários de São Félix e Cachoeira; União Proletária de Muritiba; Sociedade Defensora dos Eletricistas; União dos Operários de Ferrovias; União Gráfica Baiana.⁵⁹⁰

Como podemos perceber, algumas dessas entidades mantinham contatos e articulações desde as jornadas de junho de 1919. Pedreiros e carpinteiros, sapateiros, tecelões, marmoristas, marceneiros e padeiros, eram algumas das categorias presentes nas efervescentes lutas operárias de então. A FTB passou a ocupar a mesma sede do SPCDC, assim como já faziam os sindicatos dos marceneiros e dos sapateiros. De fato, parece proceder a afirmação que da greve de junho de 1919 até a fundação da FTB em fevereiro de 1920, o SPCDC agiu como uma verdadeira federação, agregando em torno de si várias associações proletárias, auxiliando na organização de categorias até então sem representação sindical (caso dos têxteis, por exemplo) e fundando sucursais no interior do estado.⁵⁹¹ O SPCDC possuía, assim, uma função de organizar categorias com ofícios distintos dos da construção civil e em outros pontos do estado. Isto se assemelha ao papel das organizações de portuários do Rio de Janeiro, que também se preocuparam em criar organizações pelo país afora; com a diferença que o SPCDC não mantinha uma relação orgânica com muitas das sociedades que ajudou a fundar. É importante salientar, ao mesmo tempo, que as associações operárias do complexo portuário, estivadores,

⁵⁸⁸ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1920.

⁵⁸⁹ Ver: *A Tarde*, 1 de março de 1920. A posse da comissão executiva da FTB deu-se em 28 de fevereiro de 1920.

⁵⁹⁰ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 10 de março de 1920.

⁵⁹¹ Ver: *A Voz do Trabalhador*, 2 de outubro de 1920.

marinheiros, carregadores, entre outros, não se filiaram à FTB, afóra as associações reunidas sobre bases beneficentes, mutualistas ou cooperativas, como era o caso do Centro Operário. Isso reforça o entendimento que havia, grosso modo, três correntes distintas presentes no movimento operário baiano: as entidades do complexo portuário, as mutuais e beneficentes e as sociedades operárias filiadas à FTB, como já foi destacado anteriormente.

O terreno ideológico sobre o qual assentava a nova federação operária era o socialismo, como sua comissão executiva fez saber ao periódico operário da capital federal, *Voz do Povo*, para o qual remeteu notícias, dando conta dos andamentos daquela organização. Elogiando a constituição da FTB e acentuando sua importância para o movimento operário baiano, a missiva afirmava que antes faltava ao operariado baiano “a união (...), o elo inquebrantável da solidariedade, para agirem contra a exploração do homem sobre o homem”, mas que agora ele poderia “comungar” com os trabalhadores “do Brasil e do exterior” o “sublime ideal socialista”.⁵⁹²

A Federação dos Trabalhadores Baianos promovia palestras nas sedes das associações filiadas e buscava orientar e organizar o movimento operário, mantendo contatos com federações de outras regiões, como a do Rio de Janeiro, a fim de articular as lutas operárias locais às que tivessem lugar em outros pontos do país. Na verdade tais contatos já se davam a algum tempo, antes mesmo da fundação da FTB. O jornal *Spartacus*, do Rio de Janeiro, publicou em sua edição de 27 de setembro de 1919, um manifesto contra as expulsões que o governo federal promovia, tendo como alvo os anarquistas estrangeiros residentes no país.⁵⁹³ Concebendo-se como parte de um movimento operário de caráter nacional, o SPCDC, em 12 de outubro de 1919, produziu também um documento no qual condenavam “a expulsão dos operários domiciliados no Brasil, há mais de quinze anos, sob motivos de ordem pública”.⁵⁹⁴ Da mesma forma, a FTB, em 29 de março, após a votação de várias moções de apoio ao movimento grevista dos ferroviários da Leopoldina, no Rio, finalmente deliberou pela deflagração de uma greve “na capital e em algumas cidades do interior”, em sinal de solidariedade aos paredistas cariocas. Isto se deu em decorrência da repressão desencadeada pela polícia, que promoveu o fechamento de organizações sindicais, o empastelamento do diário

⁵⁹² *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1920.

⁵⁹³ Ver: *Spartacus*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1919.

⁵⁹⁴ *A Tarde*, 13 de outubro de 1919.

operário *A Voz do Povo*, órgão de propaganda da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, assim como a prisão do seu diretor, Afonso Schmidt, e dos redatores, José Oiticica, Fábio Luz, Astrojildo Pereira e Álvaro Palmeira. Os exemplares desse periódico, que contava com a colaboração de Agripino Nazareth, eram, inclusive, vendidos em algumas associações sindicais de Salvador, como na dos tecelões, dos marceneiros e do SPCDC. Então, no dia 29 de março a capital baiana amanheceu “com o serviço de viação paralisado e suspensos também, ou em iminência de suspensão, o labor nas fábricas, oficinas e construções”. A greve foi sustada horas depois, graças às notícias vindas do Rio de Janeiro, que informaram que o governo federal havia retrocedido, libertando os militantes sindicais e reabrindo as associações operárias, conforme informou o *Germinal*.⁵⁹⁵ Com efeito, o *Jornal de Notícias* informou que devido aos acontecimentos que vinham “se desenrolando, há dias no Rio de Janeiro”, temia-se que “o movimento que se declarara” em Salvador “assumisse proporções consideráveis”, pois aparentemente chegou a haver, na madrugada de 29 de março, uma invasão da Usina da Preguiça, pertencente à Companhia Linha Circular, concessionária de linhas de bondes, na capital baiana, por “um grupo numeroso”, visando à suspensão dos serviços, restabelecidos horas depois.⁵⁹⁶

No início de abril a FTB convocou uma reunião, objetivando planejar o envio dos representantes sindicais baianos ao III Congresso Operário Brasileiro, a ser realizado em fins daquele mês na capital federal. O marceneiro Annibal Lopes Pinho e o pedreiro Gaudêncio José dos Santos foram escolhidos para seguirem para lá. Através deles, a FTB fez-se representar em nome de 14 associações operárias, enquanto o representante do *Germinal* seria o jornalista carioca Adolpho Porto, colaborador do periódico. Dessa forma, intentava-se possibilitar uma vinculação orgânica com o movimento operário de outras regiões, através daquela organização operária de caráter nacional.⁵⁹⁷

Podemos perceber, dessa maneira, que havia uma “circulação de ideias” entre Salvador e Rio de Janeiro favorecida pelo “estabelecimento de relações através dos

⁵⁹⁵ *Germinal*, 3 de abril de 1920.

⁵⁹⁶ *Jornal de Notícias*, 30 de março de 1920.

⁵⁹⁷ *Germinal*, Salvador, 1 de maio de 1920, p. 4. As associações sindicais representadas no 3º COB foram as seguintes: SPCDC, Sociedade União dos Metalúrgicos da Bahia, Sociedade União Defensora dos Sapateiros, Sindicato dos Produtores de Marcenaria, Sociedade União dos Operários de Padaria, Liga Operária dos Alfaiates da Bahia, Sociedade União dos Marmoristas, União Gráfica Baiana, Sociedade União dos Foguistas Terrestres da Bahia, Sociedade Defensora dos Eletricistas, Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia, União dos Empregados de Bonde, Força e Luz da Bahia, Sociedade Resistência Protetora dos Operários de São Félix e Cachoeira e União de Defesa Operária de Muritiba.

periódicos operários”.⁵⁹⁸ Havia, pois, no caso em questão, uma rede de relações e uma permuta de informações através da imprensa que permitia, como argumenta Edilene Toledo, a disseminação da ideia de que os trabalhadores baianos faziam “parte de um conjunto, de uma classe social e de uma luta que ultrapassava os limites do Estado nacional”.⁵⁹⁹ Consideramos, destarte, que o estudo da circulação da imprensa e da militância operárias pode fornecer uma importante possibilidade analítica para clarificar a abrangência de certos processos globais, que ficaram sem a devida visibilidade nos estudos de caráter local, como propõe Sílvia Petersen.⁶⁰⁰ Pois o SPCDC não ficou alheio a esse meio privilegiado para propagar suas ideias e visões de mundo, publicando, a partir de 19 de março de 1920, uma folha de sua lavra.

Germinal: periódico operário e socialista

Coincidindo com o fim da greve parcial da construção civil e denotando a capacidade de mobilização do movimento operário de Salvador, o SPCDC mandou imprimir *Germinal*, auto-definido semanário de propaganda socialista e de defesa do proletariado, dirigido por Agripino Nazareth. Tal realização constava das deliberações do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos e consistia numa meta primordial a ser alcançada, tendo em vista a importância, para o sindicalismo, de contar com um órgão de informação seu. Jornais como *Germinal* eram, segundo Toledo, verdadeiros “centros propulsores e coordenadores dos vários grupos no plano local, estadual e, às vezes, até nacional”.⁶⁰¹ Numa época em que os meios de comunicação eram menos desenvolvidos do que atualmente, a importância da palavra impressa para a difusão de informações era central, pois se constituía na forma mais ágil de circulação de ideias e notícias. Um jornal podia não ser apenas a sua sede, seus redatores e seus números: podia ser também seus correspondentes, agitadores, leitores e partidários, bem como opositores. Nos meios obreiros, sua relevância fazia-se visível nos esforços despendidos pelos sindicatos no sentido de produzir seus próprios periódicos, capazes de unir

⁵⁹⁸ Para acessar mais informações sobre este tema, ver: Petersen, “Relações interestaduais”, op. cit., p. 9-13. A citação encontra-se na página 9.

⁵⁹⁹ Toledo, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 56.

⁶⁰⁰ Petersen, “Relações interestaduais”, op. cit., p. 11.

⁶⁰¹ Toledo, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”, In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel Aarão (orgs.). *A Formação das Tradições (1889-1945)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 60.

interesses e difundir ideias de organização. Nesse sentido, a imprensa produzida pelos trabalhadores se caracterizará pelo desempenho de funções mobilizadoras e organizadoras da classe operária, ou de suas frações, orientando e impulsionando seu movimento.

Publicado no primeiro aniversário do sindicato dos pedreiros e carpinteiros, o número primeiro de *Germinal* celebrava também a vitória na greve da construção civil, aludindo ao papel diretivo e fomentador do SPCDC. A importância de possuir um jornal era destacada pelo próprio Agripino Nazareth, em sua matéria de abertura, quando indagava, em tom ousado, “um órgão de propaganda socialista na Bahia?”, para responder, galhofeiro, em seguida, “sim, gordalhufos e assustadiços burgueses: e o que tem isso?”. Frisando a importância das jornadas de junho, Nazareth externava, então, o ponto de vista segundo o qual aqueles acontecimentos constituíram um ponto de inflexão na organização sindical dos trabalhadores baianos, cujas conseqüências seriam a integração “da Bahia proletária” às mesmas aspirações e lutas do operariado internacional, animadas pelo exemplo da Rússia revolucionária.⁶⁰² Aliás, sobre sua filiação ideológica, Nazareth afirmava, mais uma vez, que não desposava as ideias anarquistas, conforme acusavam a Associação Comercial e o Centro dos Industriais do Algodão. O seu papel seria o de semear as ideias de emancipação proletária no interior do movimento operário baiano, “como a boa semente na boa terra”, pois, uma vez germinadas tais ideias “em cada cérebro de operário consciente da Bahia”, as “grandes questões sociais” seriam resolvidas pelos próprios trabalhadores.⁶⁰³

Porém, pouco ou nada adiantava declarar-se socialista coletivista, porque a acusação de maximalista subversivo da ordem social prevalecia. Podemos constatar tal tratamento sendo dispensado também às ações operárias, quando observamos que, um dia antes do fim da greve da construção civil, os operários da Companhia de Serraria abandonaram seus postos de trabalho reclamando a abolição do serviço por empreitadas e aumento dos salários para 10\$000. O *Diário de Notícias* logo vislumbrou na paralisação a manipulação de “dedos infernais”, que transformavam a reivindicação por melhorias nas condições de trabalho em “pregação das ideias rubro roxas da anarquia”.⁶⁰⁴ O maximalismo, no entanto, era mais real nesse momento, tanto como um

⁶⁰² *Germinal*, 19 de março de 1920.

⁶⁰³ *Germinal*, 19 de março de 1920.

⁶⁰⁴ *Diário de Notícias*, 20 de março de 1920.

receio quanto como uma peça acusatória, no discurso dos industriais e comerciantes, do que como um marcante aspecto das práticas e representações do movimento operário em torno do SPCDC e de Agripino Nazareth. Apesar disso, a orientação socialista conferida por estas lideranças às formas de expressão do fenômeno sindical induzia a uma autonomia que não era bem vista pelos empregadores. Aliás, nestas horas, eles talvez preferissem fechar os olhos – mesmo que momentaneamente – como alguém que baixa a cabeça e se imagina longe dali, numa “terra, em que as malquerenças e os ódios entre os que representam os interesses do capital e do trabalho jamais existiram”, como julgavam ser a Bahia.⁶⁰⁵ Provavelmente, a publicação de um jornal operário alimentava ainda mais os temores das classes dominantes baianas de que a discórdia se inoculava entre patrões e empregados, mesmo que o máximo que sugerisse Nazareth, pelas páginas do periódico, era que se transformasse “a nossa republicasinha (sic) numa República Socialista”, sem cogitar de revolução ou sedição.⁶⁰⁶

Inquietações e esperanças à parte, *Germinal* – nome de um romance de caráter social do escritor naturalista francês, Émile Zola, admirado por militantes socialistas de vários matizes – só teve três números publicados, em 19 de março, 3 de abril e 1º de maio de 1920. Foram três tiragens com artigos doutrinários socialistas e sindicalistas, notícias sobre a política estadual, notas sobre greves e sindicatos, denúncias de irregularidades ou injustiças cometidas contra os operários. Dispuseram, ainda, da colaboração de militantes de outras cidades do Brasil, entre socialistas e anarquistas, tais como Adolpho Porto, Astrojildo Pereira e Everardo Dias. A participação de socialistas e anarquistas nas páginas do jornal demonstra que esses militantes, como nos informa Angela Gomes, não só confrontavam-se e competiam, mas também “exercitavam a tolerância e, mesmo, a colaboração”.⁶⁰⁷ Também havia espaço para que os sindicalistas baianos expusessem suas ideias, como o artigo de José dos Santos Gomes nos demonstra. O ex-orador oficial do SPCDC ocupava, então, o cargo de secretário geral da Federação de Trabalhadores Baianos, e também se designava socialista (tal como Agripino). Apesar dos termos fervorosos que usou em seu texto – a “causa santa do socialismo” a alentar a “vida de escravos numa terra de regime republicano” e a sobrepujar “a burguesia assassina” e “a canalha do capital” – não era uma maximalista,

⁶⁰⁵ *Jornal de Notícias*, 5 de setembro de 1919.

⁶⁰⁶ *Germinal*, 3 de abril de 1920.

⁶⁰⁷ Gomes, “*A Invenção do Trabalhismo*”, op. cit., p.68 e 108.

embora menos da metade das imagens a que recorreu já fosse suficiente para assim ser identificado.⁶⁰⁸

A grande referência ideológica nesse momento é, sem sombra de dúvida, Agripino Nazareth. Esse fato fica patente ao lermos o artigo “O Sindicalismo na Bahia”, assinado por Álvaro de Sant’Anna, tipógrafo socialista, primeiro secretário do SPCDC e primeiro secretário da FTB, no qual o militante afirma “não estar familiarizado com as teorias do sindicalismo”. Fazendo um resumo das qualidades dos militantes mais ativos do sindicato – em que figuram os nomes de lideranças como Abílio José dos Santos, José Domiense da Silva, João Augusto Mendes, José dos Santos Gomes, José Estevão, Gaudêncio José dos Santos, Annibal Lopes Pinho e Estevão Rico – Nazareth é apontado como “nosso advogado e chefe”. E depois é aclamado: “o centro desses planetas do socialismo baiano, o sol que irradia essas inteligências, a biblioteca viva das escolas e sistemas socialistas”.⁶⁰⁹

Apesar da luminosidade de Nazareth, outros sindicalistas são considerados importantes. Álvaro de Sant’Anna também se apresenta ao leitor, o que nos permite conhecer um pouco mais sobre suas motivações para participar, como tipógrafo que era, de um sindicato destinado a organizar os operários da construção civil. Declarando-se socialista, dizia estar descrente na realização “da causa proletária”, até que a Rússia realizou “as utopias (...) do socialismo secular, (...) tomando posse de todos os poderes e de todas as propriedades”. As conquistas socialistas russas provocaram na Bahia, de acordo com Sant’Anna, “um movimento completamente novo”, “um movimento que positivou todo o poder do proletariado”. Afinal, “dessas duas manifestações de força dos operários, a da Rússia e a da Bahia”, ressurgiram suas crenças nas ideias socialistas, fazendo com que ingressasse nas lides sindicalistas.⁶¹⁰ É expressivo o peso conferido à Revolução Russa e à greve geral de junho de 1919, em sua decisão de tornar-se um militante sindical. De fato, essa importância era compartilhada pelo periódico *Germinal*, que concedeu espaço para matérias sobre a Rússia revolucionária em suas páginas, além de inúmeras alusões às jornadas de junho, ainda que não se declarasse maximalista nem bolchevista, apenas socialista, como vimos.

⁶⁰⁸ *Germinal*, 3 de abril de 1920.

⁶⁰⁹ *Germinal*, 19 de março de 1920; *Germinal*, 1 de maio de 1920.

⁶¹⁰ *Germinal*, 19 de março de 1920.

Apesar de reunir artigos de socialistas de vários matizes e de assumir uma linguagem marcadamente classista, evocando a imagem da Rússia revolucionária como modelo de emancipação socialista e proletária, os artigos escritos por Nazareth, ou por outros militantes da Bahia, não pregavam abertamente a solução de superação revolucionária do sistema capitalista. É verdade que esta opção foi aventada num artigo, de Astrojildo Pereira, “Hora decisiva”, mesmo assim implicitamente, onde se afirmava que à “ditadura burguesa” deveria opor-se a “ditadura proletária”, porém o jornal informava que, ao receber contribuições de socialistas de várias escolas, isto não significava “encampar os conceitos por eles (...) emitidos”.⁶¹¹

Germinal não trazia artigos de caráter doutrinários ou ideológicos somente. Podia-se ler em suas páginas notícias sobre a política estadual e o conseqüente posicionamento operário em relação a ela. Em seu primeiro número, o periódico dispensou atenção à situação conflituosa verificada nos sertões do estado, criticando acerbamente Rui Barbosa por seu envolvimento na questão. As poderosas entidades de classes patronais, a ACB e o CIA, eram apontadas como aliadas de Rui na disposição de impedir que Seabra reassumisse o governo do estado, mesmo com riscos da eclosão de uma guerra civil. Nesse ponto, o jornal operário afirmava que os governadores anteriores eram sempre eleitos com o beneplácito daquelas organizações, mas que não haviam deixado, “como sinal de sua passagem” pela chefia do executivo estadual, “um serviço, ao menos, da importância que o Sr. Seabra incontestavelmente prestou” à Bahia. Tal posicionamento poderia ser interpretado como apoio ao novo governador, visando, quem sabe, a continuar a gozar da simpatia do poder público estadual, como aconteceu em certos momentos do mandato de Moniz. No entanto, essa folha esclarecia que não prestava suporte a qualquer agrupamento político, uma vez que considerava a “política burguesa” nauseante.⁶¹²

Com efeito, o periódico cobrou, em sua segunda edição, um posicionamento do novo governador em relação ao “problema operário”. Isto se deveu ao fato de Seabra não ter tocado naquele assunto quando, em entrevista a um jornal governista, discorreu sobre sua plataforma de governo. O *Germinal* considerava que tal omissão talvez se baseasse no temor de receber “a pecha de fomentador de greves que lhe não poupariam os capitalistas”, caso se dedicasse ao tema, ou, de ser qualificado de “‘maximalista’”,

⁶¹¹ *Germinal*, 19 de março de 1920.

⁶¹² *Germinal*, 19 de março de 1920.

como o Sr. Moniz”. O jornal advertia Seabra que o operariado da Bahia havia despertado e que, por isso, o governo estadual devia atentar para a sua sorte.⁶¹³

Nesse sentido, o periódico dedicou atenção às condições de vida e trabalho do proletariado do estado. Seja denunciando o “despotismo patronal” dos fabricantes de tecidos, que submetiam seus trabalhadores a um regime laboral “que quando não mutila e mata nos acidentes a cada semana registrados, faz avultar o obituário pela tuberculose”;⁶¹⁴ seja denunciando os expedientes empregados pelos industriais fumageiros de Muritiba, que através da cobrança de multas, demissões injustas, suspensões, etc., perseguiram a associação sindical formada por seus trabalhadores.⁶¹⁵

O jornal também auxiliava na organização de eventos festivos em prol de vários sindicatos, revelando preocupação também com o lazer operário. Assim, era comum encontrar anúncios de festivais, como o realizado no cinema Jandaia, em 22 de março de 1920, em favor do Sindicato dos Produtores de Marcenaria, onde os trabalhadores poderiam assistir a filmes e depois dançar ao som de um conjunto musical.⁶¹⁶ O mesmo cinema Jandaia abrigaria, em 3 de maio, um festival da Liga Operária dos Alfaiates, que também contaria com a apresentação de filmes e de um conjunto musical.⁶¹⁷

Mas foi outro tipo de celebração que concentrou a atenção do periódico operário em seu último número publicado: o Primeiro de Maio; a mais importante data celebrada pela cultura associativa dos trabalhadores, conforme declara Batalha.⁶¹⁸ Dispostos a protestar “contra as classes sociais que detêm e perpetuam o sistema de exploração e despojo que pesa sobre os homens”, as sociedades operárias reunidas em torno da FTB pretendiam fazer daquela data uma oportunidade para exteriorizar seu repúdio à ordem social vigente.⁶¹⁹

⁶¹³ *Germinal*, 3 de abril de 1920.

⁶¹⁴ *Germinal*, 19 de março e 3 de abril de 1920.

⁶¹⁵ *Germinal*, 3 de abril de 1920 e 1 de maio de 1920.

⁶¹⁶ *Germinal*, 19 de março de 1920.

⁶¹⁷ *Germinal*, 1 de maio de 1920.

⁶¹⁸ Batalha, “Cultura associativa”, op. cit., p. 105. Para este estudioso, que focalizou o caso do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, cultura associativa seria “um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias”, não podendo ser reduzida a uma cultura específica de viés anarquista, socialista ou qualquer outra.

⁶¹⁹ *Germinal*, 1 de maio de 1920.

O Primeiro de Maio de 1920: a cisão se avizinha

O terceiro número do *Germinal* trazia em sua primeira página uma matéria sobre as origens e significado do Primeiro de Maio. Tencionando dar à data uma feição combativa e classista, o artigo argumentava que a efeméride não se constituía uma comemoração, e sim uma celebração, “um altivo gesto operário”, quando os trabalhadores cruzariam seus braços em sinal de protesto contra “a opressão e a injustiça” das classes dominantes e em afirmação de “seu valor social”. Podemos perceber, portanto, que o Primeiro de Maio conformaria um importante componente da identidade operária, através da dignificação do trabalho. Ou seja, colaboraria para a construção de uma identidade social operária positiva e distinta em relação aqueles que apenas exploravam o trabalho alheio e nada produziam, pois, como afirmava o *Germinal*, “o trabalho deve ser uma coisa igualitária para todos. Só assim poderá enobrecer e dignificar o homem”.⁶²⁰

O objetivo da celebração também passava por não permitir que os festejos da data fossem apropriados pelo governo estadual, que já havia, desde 1919, decretado o Primeiro de Maio como feriado. Por isso o periódico operário sentenciava: “nada de paternidade governamental para celebrar os prenúncios de um mundo superior”. Consoante esse entendimento, resultava “um verdadeiro contrassenso estabelecer a festa do trabalho (...) para depois continuar a ser um mísero escravo”.⁶²¹ Segundo Luciana Arêas, que estudou as manifestações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro entre 1890 e 1930, havia, de fato, uma tentativa governamental para apropriar-se da data. Isto se daria em duas frentes: a primeira era tentando monopolizar as comemorações através de festejos oficiais e a segunda era transformando progressivamente o “Primeiro de Maio em feriado oficial”.⁶²² A decretação da data como feriado nacional ocorreu sob o governo de Artur Bernardes, em 1924. A Bahia, por conseguinte, teria se antecipado em cinco anos nesse processo de buscar retirar da órbita do movimento operário a referida celebração.⁶²³

⁶²⁰ *Germinal*, 1 de maio de 1920.

⁶²¹ *Germinal*, 1 de maio de 1920.

⁶²² Arêas, Luciana Barbosa, “As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”, In: *História Social*, Campinas, nº 4/5, 1997/1998, p. 16-17.

⁶²³ É o que afirma Genilson Ferreira da Silva. Ver, do autor: “Dimensões ideológicas do Primeiro de Maio: Bahia, 1900 A 1947”, In: ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 07: Diversidade e Desigualdade, Poder e Conflito Social: Leituras Dialéticas da

A organização da manifestação previa uma passeata operária, que deveria percorrer as principais ruas do centro da cidade. Partindo da sede da FTB e do SPCDC, no Cruzeiro do São Francisco, distrito da Sé, as diversas sociedades de resistência deveriam conduzir seus pavilhões e bandeiras ao som de uma filarmônica, cantando a legendária canção proletária “A Internacional”, cuja letra vinha impressa no *Germinal* de primeiro de maio. Ao longo do trajeto falariam oradores operários de 16 sindicatos, que fariam suas prédicas e saudariam as entidades sindicais e os jornais situados no itinerário do préstito. Entre os oradores figuravam: Álvaro de Sant’Anna, primeiro secretário do sindicato dos pedreiros e carpinteiros e da FTB, que era também o orador oficial da Federação e teria a missão de fazer o discurso inicial do evento; Abílio José dos Santos, delegado geral do SPCDC; José dos Santos Gomes, secretário geral da FTB; José Domiense da Silva, secretário geral do SPCDC; Agripino Nazareth, entre outros. A celebração se encerraria no ponto em que se iniciou, na sede do SPCDC.⁶²⁴

Aproveitando a ocasião, algumas sociedades filiadas à FTB – que já contava com a adesão de vinte e cinco entidades – inaugurariam suas bandeiras, como seriam os casos do sindicato dos marceneiros, dos têxteis e dos ferroviários.⁶²⁵ O SPCDC havia inaugurado sua bandeira rubro-negra por ocasião de seu primeiro aniversário, em 19 de março de 1920.⁶²⁶ Como afirma Batalha, “entre os símbolos das associações, o mais importante é seu estandarte ou seu ‘pavilhão social’”. Em geral, esses “emblemas associativos” representavam “um ofício ou ramo de atividades”, capazes de identificar os trabalhadores de determinada categoria.⁶²⁷ A importância simbólica de tais adereços também foi destacada por Isabel Bilhão, quando estudou as celebrações da data na Porto Alegre da I República. No entendimento desta pesquisadora, “o estandarte é um símbolo privilegiado para a demonstração dos sentimentos de solidariedade, força, honorabilidade e aspirações futuras de uma associação operária”. Assim, “o conjunto desses estandartes em desfile no Primeiro de Maio” enfatizava, simultaneamente, “o reconhecimento das peculiaridades de cada ofício” e a imprescindibilidade de instituir

História (Disponível no endereço eletrônico: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/genilson_ferreira.pdf - acessado em 21.08.2011).

⁶²⁴ *Germinal*, 1 de maio de 1920.

⁶²⁵ *A Tarde*, 30 de abril de 1920.

⁶²⁶ Ver: *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1920.

⁶²⁷ Batalha, “Cultura associativa”, op. cit., p. 101.

laços de solidariedade “que reforçam a importância do operariado em sua totalidade, ação fundamental na construção de uma identidade coletiva”.⁶²⁸

Conforme noticiou *A Tarde*, a celebração do Primeiro de Maio organizado pela FTB teve início ao meio-dia com um discurso pronunciado por Álvaro de Sant’Anna, orador oficial daquela organização. Depois, bandas musicais executaram a “Internacional” (cuja letra vinha impressa no *Germinal* de primeiro de maio), enquanto movia-se “o enorme cortejo composto por inúmeras associações de classe, com seus estandartes e operários em geral”. Proferiram-se discursos em frente às associações operárias e aos jornais que se encontravam no itinerário do préstito. Durante todo o trajeto não se verificou alterações na ordem. À noite, encerrando as celebrações, houve uma sessão solene na sede do SPCDC.⁶²⁹

Luciana Arêas também demonstrou que tais manifestações constituíam-se numa expressão de consciência de classe do operariado. Segundo a historiadora, o préstito ou passeata era uma forma de manifestação realizada com frequência. Como na celebração do Primeiro de Maio de 1920 em Salvador, “a massa compacta percorria as principais ruas da cidade, parando para saudar a imprensa e as associações irmãs”.⁶³⁰ De acordo com Batalha, manifestações como os cortejos ou passeatas seguiam itinerários previamente escolhidos, objetivando conferir uma maior visibilidade ao movimento. Por isso, em geral as vias percorridas eram aquelas em que se localizavam “as redações dos principais jornais ou nas quais as sociedades operárias tinham suas sedes”. Dessa maneira, ao insinuarem-se nas principais ruas do centro da cidade, os trabalhadores ocupavam simbolicamente um espaço no qual eram “usualmente ausentes ou invisíveis”.⁶³¹ Esse tipo de ritual político é distinto aos verificados em Salvador durante a I República. Segundo Sarmiento, naquele período havia alguns rituais políticos dos quais os representantes dos agrupamentos partidários lançavam mão, em geral movidos por interesses eleitoreiros. O comício, ou *meeting*, era um deles, assim como as cerimônias de embarque/desembarque e as conferências públicas. Por ocasião de alguns deles poderiam formar-se cortejos, nos quais participavam pessoas de “todas as classes”. Desfilando por ruas enfeitadas, poderia haver bandas de música e associações variadas carregando seus estandartes. No entanto, conforme a historiadora, apesar da

⁶²⁸ Bilhão, *Identidade e trabalho*, op. cit., p. 230.

⁶²⁹ *A Tarde*, 3 de maio de 1920.

⁶³⁰ Arêas, “As comemorações do Primeiro de Maio”, op. cit., p. 13 e 26-27.

⁶³¹ Batalha, “A geografia associativa”, op. cit., p. 256.

grande participação popular, o povo da capital tomava parte desses rituais na condição de consentir e legitimar “a configuração de poder excludente vigente”. Ou seja, apesar da adesão das massas a tais atos públicos, sua presença solidificava o entendimento que a política deveria ser encaminhada através dos chefes de partidos, os únicos habilitados a *fazer* política. O ritual do Primeiro de Maio de 1920 é relevante do ponto de vista histórico, porque os trabalhadores de Salvador, ao ocuparem as principais artérias do centro da cidade, com suas bandeiras e pavilhões, cantando canções operárias e discursando no espaço público, conseguiram, ainda que efemeramente, ocupar o proscênio da arena política, deixando de ser um coadjuvante para afirmar-se como protagonista, invertendo, desse modo, a lógica que distinguia “os que estavam *em cima* e os que estavam *embaixo*” (grifos da autora).⁶³²

Para os dirigentes sindicais reunidos em torno da FTB, o Primeiro de Maio de 1920 tinha tudo para se tornar numa afirmação insofismável da consciência de classe dos trabalhadores de Salvador, pois seria o culminar de um processo que havia começado nas jornadas de junho de 1919, passando pela lutas e articulações posteriores, chegando à criação de uma federação estadual de associações operárias, em fevereiro de 1920. Contudo, o que seria a cristalização da vontade de emancipação da classe operária de Salvador, com sua interpretação em termos culturais de uma experiência comum, sob a exploração capitalista, aparentemente não se concretizou a contento, pois de acordo com Álvaro de Sant’Anna, a capacidade de mobilização coletiva dos trabalhadores, tão pronunciadas nas greves de junho e setembro de 1919, estava “morrendo” justamente “quando deveria crescer”. Ele explicava que esperava que o Primeiro de Maio constituísse “um extraordinário préstimo”, confiando principalmente na adesão dos filiados à União dos Tecelões e ao SPCDC, “com os seus inúmeros associados, e a sua grande influência”, mas que amargurara uma “desilusão”, pois a participação na manifestação teria sido mais sintomática da fraqueza do que da força dos trabalhadores.⁶³³ Apesar da decepção do primeiro secretário da FTB e do SPCDC, tal situação não era de forma alguma incomum. Tratando do Primeiro de Maio na França, Michelle Perrot ressaltou que os operários que se mantinham à margem daquela manifestação certamente eram mais numerosos dos que os que efetivamente participavam dela. “A história do Primeiro de Maio”, reflete, “tal como a do movimento

⁶³² Sarmiento, *A raposa e a águia*, op. cit., p. 44-51.

⁶³³ *A Voz do Trabalhador*, 30 de outubro de 1920.

operário – não pode ser escrita como irresistível propagação de uma massa em fusão, como a enchente de um rio indomável”. Para Perrot, “essa visão lírica apenas excepcionalmente coincide com a realidade”.⁶³⁴

A frustração de Álvaro de Sant’Anna parecia, contudo, prenunciar que algo estava acontecendo no movimento operário baiano, pois naquele momento havia um processo de diferenciação ideológica correndo subterraneamente no seio da principal animadora da FTB: o SPCDC. Esse processo desaguaria na cisão do sindicato em agosto e setembro de 1920, quando importantes quadros abandonariam o sindicato, acompanhando o advogado Agripino Nazareth, no momento em que este optou por complementar a luta sindical com a luta política-parlamentar e fundou o Partido Socialista Baiano, em agosto de 1920.⁶³⁵ Em setembro o SPCDC se desligaria da FTB, por divergências em relação aos princípios e aos métodos empregados. A partir de então, surgirá outra corrente no sindicalismo baiano, orientado pela ação direta e pela ideia de superação revolucionária do sistema capitalista. Como se deu tal processo? Que fatores atuaram nele? No que ele resultou? São questões que tentaremos responder no próximo capítulo.

⁶³⁴ Perrot, *Operários, mulheres*, op. cit., p. 163.

⁶³⁵ *A Tarde*, 24 de agosto de 1920.

Sob o signo da revolução: radicalização e isolamento do SPCDC

Após o Primeiro de Maio, a FTB e Agripino Nazareth continuaram a se bater pela organização sindical de diversas categorias profissionais, como também a apoiar novas greves. Por seu turno, a grande imprensa continuaria a qualificar Nazareth de maximalista ou anarquista, apesar dele recusar tais afiliações repetidas vezes. A greve das fábricas de charutos que atingiu São Félix, Cachoeira e Muritiba, a partir de 11 de maio de 1920, ensejaria outra oportunidade para que esse tipo de insinuação prosseguisse.⁶³⁶ Conforme noticiado pelo jornal da cidade de Cachoeira, *A Ordem*, Agripino Nazareth havia chegado em São Félix no dia 13 de maio e no dia 16 teria promovido um comício em nome da Sociedade de Resistência Protetora de São Félix e Cachoeira e do Comitê de Defesa Operária de Muritiba, que convidaram o operariado local pelas páginas do mesmo periódico.⁶³⁷ A presença de Nazareth despertou a ira do *Diário de Notícias*, que, numa matéria intitulada “O anarquismo em São Félix”, assinalava que fazia pouco tempo que, na Bahia, haviam se estabelecido “como um meio de reclamação, as greves operárias”. “Era uma greve por tudo e em toda parte”, continuava, afirmando que a este estado de coisas devia-se “agradecer, ao Sr. Agripino Nazareth, um maximalista vermelho, que, expulso do Rio de Janeiro, veio arvorar no meio do operariado baiano, a sua bandeira rubra, do anarquismo”. Repisando censuras utilizadas desde o fim das jornadas de junho de 1919, o periódico acusava Nazareth de estar a serviço do governo e de ser o responsável pelas paralisações de 1919 e 1920, em Salvador. De acordo com essa visão, o “perigoso” advogado do operariado, indo para São Félix, incentivou a greve nas fábricas de charutos Costa Ferreira & Penna, Stender e Dannemann. Sendo assim, visando dar um paradeiro a tal situação, pregava a deportação de Nazareth da capital baiana.⁶³⁸ Nos dias seguintes, grevistas e patrões mediriam forças, com os industriais anunciando pela imprensa que suas fábricas estariam abertas e prontas para receber aqueles que desejassem retornar ao trabalho,

⁶³⁶ Há divergências, a depender da fonte, sobre a data que se iniciou a greve nas fábricas de charutos do Recôncavo. *O Imparcial* de 22 de maio de 1920 afirma que foi no dia 11 de maio, enquanto *O Democrata* de 28 de maio informa que a parede foi deflagrada no dia 12 de maio.

⁶³⁷ *A Ordem*, 15 de maio de 1920.

⁶³⁸ *Diário de Notícias*, 17 de maio de 1920. O jornal não cita a companhia Stender como uma das empresas paralisadas, porém *A Ordem* publicou anúncio daquelas três companhias conclamando os operários a retornarem à labuta. Ver: *A Ordem*, 19 de maio de 1920.

uma vez que a polícia havia prometido garantir a segurança dos operários. A Sociedade Resistência Protetora de São Félix e Cachoeira juntamente com a União de Defesa Operária de Muritiba, por outro lado, concitavam os paredistas a não recuarem “uma linha na atitude já assumida”. Considerando que a vitória dos grevistas estava próxima, ressaltavam ser “indispensável que nenhum operário” voltasse a trabalhar sem que fossem “todos atendidos” em suas reivindicações. Nessa perspectiva, o comunicado daquelas associações afirmava que os operários paralisados não tinham o que temer da ação policial, afinal eles não eram “desordeiros”, mas trabalhadores que apenas tinham “fome” e não desejavam que faltasse “o pão”, para si e para suas famílias.⁶³⁹

Aparentemente o comício de Nazareth – que, de acordo com *O Imparcial* teria sido procurado em Salvador por uma “comissão de operários” especialmente para prestar auxílio aos grevistas – galvanizou as operárias fumageiras (as mulheres eram maioria nesse ramo industrial), pois alguns dias depois daquele ato, o movimento contabilizava cerca de três mil paredistas, abrangendo sete fábricas de charutos das empresas Costa Ferreira & Penna, Dannemann e Stender. Enquanto isto, um destacamento de cinquenta policiais partiu de Salvador para Cachoeira, a fim de “garantir a ordem”. A FTB reagiu enviando para Cachoeira seu delegado, Abílio José dos Santos, e cogitando chamar ao boicote dos produtos das fábricas paralisadas, através do recurso à solidariedade de outras categorias.⁶⁴⁰

No dia 23 de maio, *O Imparcial* noticiava que a greve havia se enfraquecido substancialmente, com a volta da maioria ao trabalho. A ação repressiva parece ter sido determinante para tal desfecho, pois os proprietários das fábricas fumageiras de São Félix telegrafaram ao secretário de polícia, agradecendo pelo “acerto” e “prontidão” de suas providências. Declarando que muitos trabalhadores haviam retornado à lida, principalmente em Muritiba, os industriais ressaltavam que a maioria dos que permaneciam de braços cruzados assim o faziam por estarem sofrendo pressões de “Agripino Nazareth e outros que, até em visitas domiciliares, com falsas promessas e ameaças” impediam o fim do movimento. Era essa a interpretação patronal acerca da estratégia dos grevistas, que, por sua vez, tiveram que agir dessa maneira dada à presença de forças repressivas, o que impedia aglomerações, piquetes e manifestações públicas. Não por acaso, a missiva terminava com o pedido para que as tropas policiais

⁶³⁹ *A Ordem*, 19 de maio de 1920.

⁶⁴⁰ *O Imparcial*, 22 de maio de 1920.

permanecessem nas cidades onde o movimento ainda persistia.⁶⁴¹ Assim sendo, em outro telegrama, enviado ao governador J. J. Seabra, os mesmos industriais confirmavam que, antes das forças policiais chegarem, muitos trabalhadores não voltavam à produção porque Nazareth e os grevistas postavam-se em “grandes grupos nas proximidades e até nas portas das fábricas”, impedindo sua entrada. Desse modo, a mensagem relatava que todos os operários de Muritiba haviam retornado ao labor no dia 19 de maio, mas que no dia seguinte Nazareth “enviou àquela vila numeroso grupo de operários”, fazendo suspender as atividades na fábrica Dannemann. Dirigindo-se à unidade da Costa Ferreira & Penna, “tentaram violentamente impedir o funcionamento desta”, não conseguindo realizar tal intento “graças à energia e louvável ação da polícia”. Segundo a exposição dos industriais, no dia 21 de maio os trabalhadores voltaram a não comparecer ao trabalho. Mais uma vez lançava-se mão de um recurso discursivo que apontava um agente externo pela conduta dos grevistas. Destarte, Agripino Nazareth era responsabilizado pelo fato dos operários entrarem em greve e relutarem a retornar às suas fainas cotidianas.⁶⁴² É interessante frisar que tal argumento não se limitava aos trabalhadores dos centros urbanos baianos. Como Michael Hall verificou, procedimento similar foi empregado pelos fazendeiros paulistas de café, que, em 1913, responsabilizavam “agitadores de fora” pelas greves de colonos imigrantes.⁶⁴³

Na Bahia, logo esse tipo de imputação não se restringiria mais a Agripino Nazareth. Enquanto o advogado dos operários estava no Recôncavo oferecendo seu socorro aos grevistas daquela região,⁶⁴⁴ a FTB, preocupada com a questão da carestia de vida, agendou um comício para o dia 25 de maio, em frente à Biblioteca Pública, na praça Rio Branco, coração administrativo de Salvador.⁶⁴⁵ O evento degradingaria em tiroteio entre os manifestantes e as forças policiais, desvelando o processo de diferenciação ideológica e disputa política que estava em curso no seio do movimento dos trabalhadores baianos, ao mesmo tempo que forneceria ao governo do estado uma arma contra a postura independente de algumas associações operárias.

⁶⁴¹ *O Imparcial*, 23 de maio de 1920.

⁶⁴² *O Democrata*, 28 de maio de 1920.

⁶⁴³ Sobre este assunto, ver: Hall, Michael. “Trabalhadores imigrantes”, op. cit., p. 13.

⁶⁴⁴ Conforme matéria do *Diário da Bahia* de 29 de maio de 1920, Agripino Nazareth chegou a Salvador, vindo do Recôncavo, em 28 de maio. Não sabemos qual foi o desfecho da greve dos fumageiros, pois as notícias sobre o movimento não foram mais encontradas nas fontes consultadas.

⁶⁴⁵ Situavam-se neste local: o Palácio Rio Branco, sede do governo estadual, reinaugurado após sofrer reformas e remodelamentos em 1919, a Intendência de Salvador, sede da administração municipal.

O mito do carioca radical: um artifício discursivo a favor das classes dominantes baianas

O ato da FTB teve início às cinco da tarde do dia marcado, com oradores discursando sobre a alta de preços dos gêneros de primeira necessidade nas escadarias da Biblioteca Pública (lembremos que foram os operários que construíram esse edifício os primeiros a cruzarem os braços durante as jornadas de junho de 1919). As versões dos periódicos da grande imprensa sobre os acontecimentos que então tiveram lugar divergem em alguns pontos periféricos, mas no geral coadunam-se. Assim, por volta das sete horas da noite, um dos manifestantes conclamou o público presente ao comício para ir até a residência do governador Seabra, a fim de cobrar providências contra a alta dos preços dos alimentos. Com tal fito, seguiram, então, em passeata pela rua Chile, voltando a concentrarem-se na altura da praça Castro Alves, onde, segundo *O Imparcial*, novos “discursos francamente anarquistas” foram ouvidos.⁶⁴⁶ Nesse ínterim, ciente da intenção da marcha, o primeiro delegado auxiliar Pedro Gordilho dirigiu-se à residência do secretário de Segurança – Antônio Seabra, filho de J. J. Seabra – enquanto um grupo de cinco praças do Corpo de Cavalaria era despachado para estacionar no alto da ladeira de São Bento, com ordens de impedir o avanço do préstito. Naquela altura, a manifestação já formava uma “grande massa popular”, de acordo com o *Diário de Notícias*.⁶⁴⁷ Quando Pedro Gordilho retornou do encontro com o secretário Seabra, deparou-se com uma pequena multidão forçando a passagem diante dos cavalarianos da polícia, no largo de São Bento. Procurando demover os reclamantes de seus intuitos de seguirem pela avenida Sete de Setembro até a residência do governador, Gordilho instou que se nomeasse uma “comissão para se entender com o governo”.⁶⁴⁸ O delegado argumentava que aquela não era a maneira mais adequada para reivindicar uma ação governamental, tampouco era o melhor momento, pois afirmou existir um familiar doente na casa do governador. Em réplica, os protestantes começaram a gritar “‘morras’ ao governo e blaterar contra o Estado”.⁶⁴⁹ Também disseram que “Seabra estava dominado pela burguesia e que iam obrigá-lo a fazer baixar” os preços dos gêneros de primeira necessidade.⁶⁵⁰ Nesse momento, um tiro teria partido dos manifestantes visando alvejar o delegado. Escapando ileso, Gordilho, ordenou que os policiais

⁶⁴⁶ *O Imparcial*, 26 de maio de 1920.

⁶⁴⁷ *Diário de Notícias*, 26 de maio de 1920.

⁶⁴⁸ *A Manhã*, 26 de maio de 1920.

⁶⁴⁹ *O Imparcial*, 26 de maio de 1920.

⁶⁵⁰ *Diário de Notícias*, 26 de maio de 1920.

atirassem para o ar, o que resultou na dispersão da manifestação. Efetuou-se, ainda, “a prisão do chefe do movimento subversivo, como único meio de se restabelecer a ordem pública”.⁶⁵¹ A aprovação desses periódicos em relação à conduta das forças de segurança nesse caso foi patente.

Mas o impacto desses acontecimentos teve significação mais profunda, gerando desdobramentos em relação aos encaminhamentos das reivindicações trabalhistas e na forma como o governo da Bahia se relacionaria com o movimento operário. A partir de então, a relação entre o seabrismo e as associações congregadas em torno da FTB dar-se-ia em novos termos. A neutralidade simpática em voga no governo Moniz, definitivamente, ficaria para trás. Por sua vez, a federação operária, organizadora daquela manifestação, não ficou inerte frente à repressão. A folha carioca *Voz do Povo* publicou um telegrama, assinado por José dos Santos Gomes, secretário geral da FTB, no qual se denunciava que o comício operário havia sido “dissolvido à bala”. Além disso, informava-se que um representante da federação havia sido preso em Cachoeira e que circulavam rumores de que o próximo encarcerado seria Agripino Nazareth. A Comissão Executiva do Terceiro Congresso (encarregada pelo III COB de implementar a articulação da Confederação Operária Brasileira em nível nacional), por sua vez, telegrafou ao governador Seabra, protestando pela violência empregada contra os trabalhadores baianos.⁶⁵² Em relação ao aprisionamento de Nazareth, o *Diário da Bahia* confirmou não ter passado de “boato”. Parece que se esperava que isso acontecesse assim que ele desembarcasse em Salvador, vindo do Recôncavo. Deixando claro sua posição sobre o assunto, o periódico lamentava que “o jovem sindicalista” continuasse “em plena liberdade e sem incômodos por parte da polícia”.⁶⁵³

Na tarde do dia seguinte ao incidente (26 de maio), a FTB fez distribuir boletim convidando as associações federadas para uma reunião cujo fito era deliberar acerca das possíveis medidas de contestação à repressão policial e à prisão do militante acusado de ser o principal responsável por aquela manifestação. Ao circularem pela cidade tais volantes, começaram a surgir insinuações de que se preparava uma nova greve geral. Tais suposições “alarmantes”, informava *O Imparcial*, chegaram até a polícia, dando conta de que, após reunirem-se na sede do SPCDC (onde também ficava a sede da

⁶⁵¹ *Diário de Notícias*, 26 de maio de 1920.

⁶⁵² *Voz do Povo*, 31 de maio e 1 de junho de 1920.

⁶⁵³ *Diário da Bahia*, 29 de maio de 1920.

FTB), os sindicalistas decidiram decretar a greve geral, “pela qual todos os serviços” da capital paralisariam na manhã do dia 27. De acordo com essa folha, “iam mais longe os boatos”, pois “as comissões operárias” buscariam obter a adesão dos ferroviários da Chemins de Fer, assim como tentariam paralisar “todas as fábricas e usinas”, mesmo que para isso tivessem que recorrer “à sabotagem”.⁶⁵⁴ Assim, alarmado, o governo articulou uma inequívoca demonstração de força: foram mobilizados trezentos soldados de infantaria e cento e cinquenta praças de cavalaria – uma formidável formação militar, com claros objetivos dissuasórios –, que passaram a guarnecer as principais unidades fabris, as usinas e a estação da Chemins de Fer. Intensificou-se o patrulhamento nas imediações da sede do SPCDC, “assim como nos principais pontos da cidade”. Com tamanha prova dos intuitos repressivos, a ordem não se alterou. De fato, *O Imparcial* apurou que a aludida reunião que a FTB cogitara promover nem mesmo chegou a se realizar, graças aos rumores de que se articulava uma greve geral e à desencorajadora ação policial.⁶⁵⁵

O motivo para se levar a efeito essa movimentação de soldados e cavalarianos talvez se relacione com a percepção por parte do governo estadual de que se operara uma sensível transformação no *modus operandi* de alguns grêmios laborais de Salvador. Afinal, durante as greves de 1919 e 1920, os operários não se dispuseram a confrontar o poder político do estado. Todas as vezes em que o governador foi procurado naquelas ocasiões, a intenção era buscar seu auxílio ou arbítrio nas questões entre patrões e empregados. Agora era diferente: os operários tencionavam, quem sabe, obrigar o governador a lhes fazer a vontade. Uma possibilidade para entendermos o que estava sucedendo encontra-se na mesma matéria em que *O Imparcial* tratou dos eventos referentes ao comício da FTB. Segundo tal relato, os incidentes registrados naquele episódio estariam intimamente vinculados à presença no seio das classes trabalhadoras de Salvador de “alguns anarquistas recentemente chegados do Rio”. Foram esses “anarquistas”, afirmava o jornal, que “ao final do *meeting* usaram da palavra, pregando violentamente contra o clero, a burguesia, a imprensa e o governo”. Também teria partido deles a incitação para que os manifestantes seguissem até a residência de Seabra e impusessem ao governador a baixa dos preços dos alimentos.⁶⁵⁶ Ou seja, a responsabilidade pelo que o periódico chamou de “movimento subversivo” caberia

⁶⁵⁴ *O Imparcial*, 28 de maio de 1920.

⁶⁵⁵ *O Imparcial*, 28 de maio de 1920.

⁶⁵⁶ *O Imparcial*, 26 de maio de 1920.

àqueles indivíduos anarquistas estranhos ao estado, vindos da capital federal. Sintomaticamente, nos dias que se seguiram à escaramuça entre os operários e as forças policiais, alguns jornais dedicaram espaço para apelar ao operariado local que não se deixasse levar pela influência deletéria de elementos vindos de outras regiões do país. O *Diário de Notícias*, por exemplo, afirmava que os trabalhadores baianos estavam “sendo arrastados às mazorcas, por elementos maus, anarquistas e perniciosos”. Enxergando os trabalhadores baianos como incapazes de ações autônomas, o periódico alegava que “a maioria dos homens, principalmente nas massas populares”, não possuía “ideias nítidas e razoáveis sobre o que quer que seja”, tornando-se, então, uma pessoa incapaz de se conduzir “por si só”. Sendo assim, a esse tipo de homem – inconsciente e manipulável – restava apenas seguir um “guia”, que, por sua vez, conseguia se fazer obedecer “nas mais turbulentas camadas operárias”.⁶⁵⁷

Reativou-se, assim, um artifício discursivo que representa o operariado baiano como dócil, produtivo, ordeiro e obediente e, em contraste, oferece uma visão do trabalhador exógeno – no caso, proveniente da capital federal – como portador dos perniciosos vetores de subversão e insubmissão. Tal dispositivo encontrava paralelo no entendimento, então em voga em outras regiões do país, que elementos estrangeiros compunham a parcela vanguardista dos operários envolvidos em paredes. Na mensagem do presidente da República, Epitácio Pessoa, ao Congresso Nacional – publicada na *Revista Bahia Ilustrada*, de maio de 1920 –, em alusão à greve da Leopoldina, que em março sacudiu a capital federal (espraiando-se para diversas categorias e que, como registramos, repercutiu em Salvador), o presidente ecoava argumento similar: os grevistas baderneiros eram estrangeiros dissolutos.⁶⁵⁸ Assim alimentava-se o mito do imigrante radical. Essa legenda baseava-se na ideia que a classe operária imigrante que chegou ao Brasil – vinda, principalmente, para os cafezais de São Paulo – possuía qualificação profissional e, por conseguinte, algum esclarecimento político. Já dispunha, outrossim, de experiência urbana e industrial, organizativa e de lutas. De fato, como demonstrou Michael Hall, esse ponto de vista não possuiu fundamento na realidade. Em geral, os imigrantes italianos não eram os trabalhadores

⁶⁵⁷ *Diário de Notícias*, 28 de maio de 1920. A folha *A Manhã*, de 27 de maio de 1920, também dedicou um espaço em suas páginas para defender a ideia que “o trabalhador no Brasil não precisa declarar guerra ao capital”, nem recorrer a “reivindicações violentas”.

⁶⁵⁸ *Revista Bahia Ilustrada*, Rio de Janeiro, maio de 1920.

dissidentes e militantes que as classes dominantes afirmavam.⁶⁵⁹ Na verdade, ao contrário do que ainda correntemente se supõe, a grande maioria da força de trabalho oriunda da Europa era de origem rural, não era composta de artesãos radicais ou trabalhadores urbanos. Esses imigrantes não traziam consigo, em segundo lugar, uma profunda experiência de envolvimento com partidos, greves e sindicatos. Havia divisões étnicas e nacionais entre os imigrantes, entre eles próprios e entre eles e os brasileiros. A desconcertante – mas ainda pouco difundida – conclusão de Hall é, pois, que o nascente operariado industrial de São Paulo, que tinha origem na imigração, contrariamente ao que propõe o mito do imigrante radical, cooperou no sentido de manter a classe operária “relativamente fraca e desorganizada”.⁶⁶⁰

O argumento da combatividade do trabalhador imigrante trazia embutido outro aspecto, que convém aqui frisar: a tese do despreparo, incompletude e imaturidade do operariado formado em solo nativo. Nessa ótica, o radicalismo político cabia ao imigrante branco, enquanto ao trabalhador nacional – geralmente negro e mestiço – restava a dissimulação, a passividade, o utilitarismo da ascensão social, a barganha e a matreirice. Assim, a figura do trabalhador estrangeiro, branco, anarquista e grevista, não passa de uma representação “caricata” do operariado da I República, que opera um apagamento de outras experiências e expressões dos mundos do trabalho, sobretudo em relação aos trabalhadores que não são de origem imigrante.⁶⁶¹ Considerando que na Bahia o impacto da imigração foi insignificante⁶⁶² é importante salientar, portanto, como propôs Antônio Negro, que não parece adequado limitar “a emergência da classe trabalhadora (...) ao período entre a abolição da escravatura e a vigência” da I República, “nem associá-la somente à imigração ou aos centros industriais urbanos”.⁶⁶³

Percebemos, dessa forma, que para as classes dominantes baianas, era importante forjar uma imagem do operariado como sendo naturalmente morigerado, ordeiro e cordato. Essa postura ficava mais evidente em certos momentos, em especial quando se tratava de paralisações envolvendo funcionários públicos estaduais, ou greves em

⁶⁵⁹ Sobre o impacto de tal legenda na história do trabalho no Brasil, ver: Hall, Michael. “Immigration and the Early”, op. cit., p. 393-407. Para consultar mais informações sobre o tema, ver também: Hall, Michael. “Trabalhadores imigrantes”, op. cit.; Lara, Silvia H. “Escravidão, cidadania”, op. cit., p. 25-38; e Pinheiro, “O proletariado industrial”, op. cit., p. 140.

⁶⁶⁰ Hall, “Immigration and the Early”, op. cit., p. 398.

⁶⁶¹ Batalha, *O movimento operário*, op. cit., p. 7-8.

⁶⁶² Santos, *Sobrevivência e Tensões*, op. cit., p. 30.

⁶⁶³ Negro, Antônio Luigi. “Imperfeita ou feita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, 1996, p. 58.

serviços subvencionados pelo estado. Nessas situações o proceder da imprensa vinculada às oposições era distinto daquele utilizado quando os trabalhadores da iniciativa privada entravam em parede. Assim, em meados de maio, enquanto o *Diário de Notícias* classificava a greve das fábricas de charutos do Recôncavo de “anarquismo”, o tratamento dispensado à paralisação dos funcionários da Companhia de Navegação Baiana se dava em termos bem mais brandos e compassivos. Defendendo os trabalhadores, o periódico qualificava aquele movimento “dos mais justos e razoáveis”.⁶⁶⁴ Ao saber que J. J. Seabra queria obrigar os operários daquela empresa estadual a aceitar “duas ou três quinzenas” para retornarem ao trabalho, caso contrário seriam demitidos e providenciar-se-ia a contratação de operários vindos de São Paulo, a folha advertia ao governador para ter cuidado, pois “a índole do operariado paulista é muito mais belicosa, graças à influência do elemento estrangeiro”.⁶⁶⁵ Porém, como referimos, não era somente o trabalhador estrangeiro que era representado como uma má influência sobre o operariado local. Na falta de imigrantes, os trabalhadores chegados da capital da República recebiam o papel de elemento exógeno perturbador.

A mobilidade geográfica e a radicalização do SPCDC

Segundo noticiário de jornais cariocas, havia sido preso na manhã do dia 2 de janeiro de 1919, ao sair de uma residência na rua Barroso, 76, em Copacabana, “mais um anarquista” envolvido na tentativa insurrecional de 18 de novembro do ano anterior, na capital federal. O nome do detento era Eustáquio Pereira Marinho, “chefe da Usina de energia da Light, em Copacabana”.⁶⁶⁶ Dali levaram-no para a Inspetoria de Segurança, onde foi interrogado pelo primeiro delegado auxiliar, Nascimento Silva. Sem ocultar “suas ideias libertárias”, confessou-se “francamente anarquista”, de acordo com o relato do *Correio da Manhã*.⁶⁶⁷ Apesar disso, sua participação no levante não ficou muito esclarecida. Segundo o inquérito policial produzido para apurar as responsabilidades pelo episódio, havia provas testemunhais de que Eustáquio Marinho agia como um elemento dissuasório “no seio da classe trabalhadora”; o suficiente para

⁶⁶⁴ *Diário de Notícias*, 19 de maio de 1920.

⁶⁶⁵ *Diário de Notícias*, 26 de maio de 1920.

⁶⁶⁶ *A Época*, 3 de janeiro de 1919; *A Noite*, 2 de janeiro de 1919; *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1919; *O Paiz*, 3 de janeiro de 1919. De acordo com relato de Otávio Brandão, Eustáquio Marinho era um operário da construção civil, ex-marinheiro que teria participado da Revolta da Chibata, em 1910. Ver, do autor: *Combates e Batalhas: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 268.

⁶⁶⁷ *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1919.

que fosse pronunciado como incurso no artigo 107 do Código Penal, acusado de tentar mudar por meios violentos a forma de governo, a mesma imputação que coube a Agripino Nazareth.⁶⁶⁸

De acordo com sua ficha de ocorrência policial, Eustáquio Marinho deu entrada na Casa de Detenção da capital federal no dia 4 de janeiro de 1919. Através desse documento ficamos sabendo alguns detalhes do prisioneiro: era negro; tinha 37 anos (nascido, portanto, em 1881); eletricitista por profissão; e, também como Agripino, era natural da Bahia. Eustáquio foi libertado no dia 24 de março de 1919, através de alvará de soltura, por faltas de provas condenatórias.⁶⁶⁹

Depois disso, encontramos informações sobre ele apenas a partir de meados de 1919, quando escreveu alguns artigos para o jornal *Spártacus*, no Rio de Janeiro. Esse periódico, surgido em agosto de 1919, funcionava como um porta-voz dos libertários brasileiros, cujo intuito era disseminar notícias e informações sobre o recém-fundado Partido Comunista do Brasil (março de 1919).⁶⁷⁰ Este partido comunista, formado majoritariamente por anarquistas, não concorreria às eleições parlamentares. Porém, sua constituição demonstra a força do exemplo soviético, fundado na ação do partido político como vanguarda.⁶⁷¹ Edgard Leuenroth, militante libertário paulista, teria confirmado que a constituição desse “partido foi uma organização de emergência”, fruto da intensificação das lutas em nível internacional e “da repercussão provocada pela revolução russa”.⁶⁷²

Por intermédio desses escritos podemos conhecer um pouco mais sobre Eustáquio Marinho. Em artigo de 30 de agosto de 1919, ele discorreu sobre a situação dos trabalhadores da Light, “o polvo canadense”, como era chamada essa companhia de luz

⁶⁶⁸ *Correio da Manhã*, 29 de dezembro de 1918.

⁶⁶⁹ Livro de matrículas de detentos homens, n. 236, ficha de ocorrência policial n. 41, Fundo Casa de Detenção, Arquivo Público do Rio de Janeiro.

⁶⁷⁰ Como explica Angela de Castro Gomes, o impacto da Revolução Russa foi tão profundo nos meios operários nacionais que “os anarquistas brasileiros” articularam-se para fundar aquele “partido comunista” (que não possuía objetivos eleitorais) e organizar o que seria a “primeira ‘conferência comunista’” do Brasil, a ocorrer no Rio de Janeiro. Ver: Gomes, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 99.

⁶⁷¹ Devido ao impacto da Revolução Russa nas hostes libertárias, Edgard Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo de Antônio Candeias Duarte), dois anarquistas que militavam no movimento operário de São Paulo, publicaram, em 1919, uma brochura onde interpretavam os acontecimentos revolucionários russos sob a ótica anarquista, considerando que o regime que vigia ali tinha como horizonte o “almejado comunismo libertário”. *O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista*, São Paulo, Editora Semente, 1919, p. 9.

⁶⁷² Ver: Bandeira; Melo e Andradade, *O Ano Vermelho*, p. 159.

e energia elétrica, concitando os funcionários da empresa a organizarem-se de modo a poder fazer frente à exploração. Aos seus olhos a saída era clara: a formação de “verdadeiros sindicatos de resistência”. Marinho falava a partir de dentro da categoria, pois, como vimos, ele havia sido funcionário.⁶⁷³ A segunda aparição dele no *Spártacus* ocorreu na edição de 27 de setembro de 1919, quando subscreveu um abaixo-assinado contra a expulsão de trabalhadores estrangeiros, acusados pelo governo federal de serem anarquistas. É interessante notar que também assinavam Carlos Dias, José Oiticica, Álvaro Pereira, Astrojildo Pereira, dentre outros militantes, todos partícipes da sublevação anarquista de novembro de 1918.⁶⁷⁴ Na última vez em que escreveu no periódico, Eustáquio Marinho novamente condenava a expulsão de trabalhadores estrangeiros acusados de serem anarquistas e, ao fazê-lo, relatava sua própria experiência de conversão ao anarquismo, pois de acordo com ele, foi buscando entender o motivo de haver expulsões de operários que sua curiosidade o levou a procurar uma literatura que esclarecesse “quem eram os anarquistas” afinal. Depois de ler os escritos de Sébastien Faure e Kropotkin, ele relata que recebeu “um raio de luz”, mas não abraçaria ainda a crença libertária. Foi, na seqüência, conjugando tais leituras às “de crítica histórica e religiosa” e “história natural e astronomia” que se tornou “inteiramente anarquista”.⁶⁷⁵

Através desse artigo, descobrimos outras características da formação de militante de Eustáquio Marinho recorrentemente presente nas trajetórias dos ativistas libertários: o autodidatismo⁶⁷⁶ e o caráter de profissão de fé dos que adotavam a orientação anarquista. Conforme esclarece Edilene Toledo, “ser anarquista era ser pensador”, pois se valorizava a instrução como meio privilegiado para promover a transformação e emancipação da humanidade, o que conferia ao anarquismo foros de “conversão quase religiosa”, afinal considerava-se que, mais que um mero conjunto de concepções, ele se constituía em uma maneira de viver, na qual a autoridade do Estado, da religião e do capital não teria lugar.⁶⁷⁷ É o próprio Marinho quem afirma que após a conversão não mais aceitou “os deuses no céu e os patrões na terra”; e isso sem fazer alusão alguma a

⁶⁷³ *Spártacus*, 30 de agosto de 1919. Em outro artigo, de 1º de novembro de 1919, Eustáquio Marinho revela que trabalhou na Light “desde a mais tenra idade”.

⁶⁷⁴ *Spártacus*, 27 de setembro de 1919. Nesta fonte a profissão referida de Eustáquio Marinho é a de metalúrgico.

⁶⁷⁵ *Spártacus*, 1º de Novembro de 1919.

⁶⁷⁶ É importante frisar que o autodidatismo, era uma característica comum também entre militantes socialistas e sindicalistas.

⁶⁷⁷ Toledo, *Anarquismo e sindicalismo*, op. cit., p. 41-47.

episódios em que teria travado contato com organizações operárias e militantes estrangeiros, em contradição com as acusações das classes dominantes nacionais.⁶⁷⁸

Não encontramos mais informações sobre ele para o ano de 1919 e para os primeiros meses de 1920, até que detectamos sua presença, em abril de 1920, já na Bahia, quando assinou um artigo no terceiro e último número de *Germinal*, um pouco antes de ter sido um dos muitos oradores na celebração do Primeiro de Maio soteropolitano de 1920.⁶⁷⁹ A partir de então, sua trajetória militante vinculou-se aos caminhos percorridos pelo SPCDC na conjuntura estudada, pois provavelmente foi ele o principal mentor da radicalização que esse grêmio dos pedreiros adotou a partir de setembro de 1920. Assim como Agripino Nazareth, Eustáquio Marinho participara do levante anarquista de 1918, no Rio de Janeiro, e, também como Nazareth, voltou à sua terra natal, a Bahia, fugindo da perseguição que se instalou na capital federal. Era comum, então, que os militantes sindicais fossem alvo de prisões, deportações e buscas, o que os obrigava a transitar por diferentes lugares.⁶⁸⁰

Centrando na trajetória desses militantes, pensamos ser possível analisar com a propriedade adequada o itinerário ideológico do sindicato em questão e suas relações com a conjuntura regional, nacional e internacional. Pois, assim como o sindicalismo de ação direta, foi um fenômeno transnacional, devido à circulação de militantes e de mão-de-obra por diversos países,⁶⁸¹ também dentro do extenso território brasileiro, atravessando regiões e estados distantes, a circulação desses elementos foi responsável pela difusão daquelas ideias e práticas. A análise dessas trajetórias, como salienta Edilene Toledo, “pode permitir a compreensão de um aspecto importante no estudo do movimento operário: a grande mobilidade geográfica e ideológica dos militantes”.⁶⁸²

Se não fosse pela circulação geográfica que empreendeu e por sua atuação no movimento operário de Salvador, provavelmente Eustáquio Marinho seria mais um daqueles personagens nebulosos que assinavam artigos em jornais operários ou subscreviam manifestos e coisas do gênero, mas que em geral permaneciam anônimos. Afinal, como ressalta Batalha, havia na Primeira República, para efeitos práticos, três

⁶⁷⁸ *Spártacus*, 1 de Novembro de 1919.

⁶⁷⁹ *Germinal*, 1 de maio de 1920. Ao anunciar a programação das celebrações operárias referentes ao Primeiro de Maio, o jornal *A Tarde* de 29 de abril de 1920 informava que Eustáquio Marinho discursaria duas vezes ao longo do percurso que as associações operárias percorreriam.

⁶⁸⁰ A esse respeito, ver: Petersen, “Relações interestaduais”, op. cit., p. 13-16.

⁶⁸¹ Ver: Toledo, Edilene. *Travessias revolucionárias*, op. cit.

⁶⁸² Toledo, *Travessias revolucionárias*, op. cit., p. 20.

tipos de militantes, com diferentes graus de comprometimento em relação ao movimento operário: lideranças, quadros intermediários e militantes de base. A liderança era composta por uma minoria que chegava a escrever para os periódicos operários e cuja atuação se espalhava para outras categorias profissionais, além da sua. Um pouco mais numerosos eram aqueles que tinham uma participação sindical mais ativa dentro dos limites de sua categoria laboral, garantindo o funcionamento cotidiano das associações. Esses compunham os ditos quadros intermediários. Eles poderiam fazer parte de diretorias de associações operárias, assinar manifestos e abaixo-assinados, porém não era comum que escrevessem “sobre sua prática e muito menos” que produzissem “teoria”. O terceiro grupo, numericamente o mais expressivo, refere-se aos militantes de base, que exerceriam “uma militância eventual”, aderindo às associações “nos momentos de ascenso dos movimentos” e abandonando-as “nos momentos de refluxo”. Dessa forma, o grau de conhecimento que temos sobre esses militantes, reflete Batalha, “é inversamente proporcional ao seu peso numérico”. No caso específico dos quadros intermediários, até seria possível resgatar algo de suas atuações, através de uma pesquisa mais profunda, no entanto, ainda não receberam uma atenção mais específica por parte dos pesquisadores.⁶⁸³ O caso de Eustáquio Marinho parece se enquadrar nessa última categoria, pelo menos no que se refere à sua militância no Rio de Janeiro.⁶⁸⁴ Porém, na Bahia sua atuação remete às características relacionadas às lideranças operárias. Daí a importância em apresentá-lo aos leitores.

A historiografia sobre o movimento operário baiano, referente à conjuntura aqui investigada, usualmente associou a emergência de um pólo orientado pelo sindicalismo de ação direta à presença de Agripino Nazareth, que seria o responsável, segundo essa concepção, pela implementação de tal conduta sindical no interior do SPCDC.⁶⁸⁵ Foram os estudos de Castellucci que lançaram novas luzes sobre a questão, ao considerar que a mudança no escopo da ação do SPCDC foi fruto da participação de dois delegados do sindicato, representando a FTB, no III Congresso Operário Brasileiro: Annibal Lopes Pinho e Gaudêncio José dos Santos. Esse congresso, ocorrido em fins de abril de 1920, foi dominado pelas orientações sindicalistas de ação direta, daí a inferência deste

⁶⁸³ Batalha, “Vida associativa”, op. cit., p. 93-94.

⁶⁸⁴ Eustáquio Marinho não figura, por exemplo, na obra, escrita por Cláudio Batalha, *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 - militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

⁶⁸⁵ Ver: Rubim, “Movimentos sociais”, op. cit., pp.30-43; Rubim & Rubim, “As lutas operárias”, op. cit., pp.22-34; Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit.; Santos, *A República*, op. cit.

autor.⁶⁸⁶ Todavia, esta afirmação parece não corresponder às informações de nossas fontes, pois um dos delegados, Annibal Lopes Pinho, afastou-se do sindicato em agosto de 1920, acompanhando Agripino Nazareth na fundação do Partido Socialista Baiano, o que não estava em conformidade com as deliberações daquele certame operário.⁶⁸⁷ Sobre o outro, Gaudêncio José dos Santos, nada podemos afirmar. O último informe que conseguimos apurar sobre ele refere-se a uma participação numa sessão comemorativa da FTB pela Revolução Francesa, em 16 de julho de 1920.⁶⁸⁸ Após isto, o militante não foi mais referido nos informes do sindicato.

Sustentamos a hipótese, destarte, que a opção pelo sindicalismo de ação direta está vinculada à presença de Eustáquio Marinho no SPCDC, a partir de abril de 1920, pelo menos. Tal suposição ganha força quando verificamos que ele ocupou o posto de secretário geral do sindicato, pelo menos a partir de janeiro de 1921.⁶⁸⁹ O exame da circulação de militantes decorrente da repressão governamental na conjuntura em tela constitui-se, destarte, fator importante para compreendermos melhor a conformação de conexões entre a experiência operária e sindical local e aquela verificada em outras regiões do país. Afinal, como argumenta Sílvia Petersen, não parece adequado interpretar a história dos trabalhadores como uma “história regional”, pois existem “processos e acontecimentos que, circunscritos à dimensão regional” perdem seu significado analítico. Cruzando as fronteiras dos estudos com recortes geográficos de distintas regiões poderemos, assim, identificar tanto as especificidades desses casos, como os “processos mais globais”. Isto não significa que se pretende moldar uma história operária homogênea, mas investigar a existência de “vínculos múltiplos e perdidos que possam enriquecer o perfil de atores e processos sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica”.⁶⁹⁰

Existiam vários canais pelos quais se dava o trânsito de ideias e ativistas na referida conjuntura. As redes profissionais, os circuitos dos militantes, os congressos

⁶⁸⁶ Castellucci, *Industriais e*, op. cit., p. 246-248.

⁶⁸⁷ Ver: *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário Brasileiro*, agosto de 1920, p. 3. O III COB repudiou a prática eleitoral como estratégia operária, pois considerava que isto geraria divergências para o movimento operário. Consoante esse entendimento, o verdadeiro “partido operário” deveria acolher em seu interior “todos os operários e só os operários” sobre as únicas bases de interesses em comum possíveis: as bases econômicas, que configurariam aspectos mais facilmente compreendidos do que qualquer doutrina política.

⁶⁸⁸ *A Tarde*, 16 de julho de 1920.

⁶⁸⁹ Ver: *A Voz do Trabalhador*, 22 de janeiro de 1921.

⁶⁹⁰ Petersen, “Cruzando as fronteiras”, op. cit., p. 89-90.

operários e a imprensa operária eram alguns deles.⁶⁹¹ Particularmente, a circulação de trabalhadores e militantes entre Salvador e Rio de Janeiro – juntamente com suas culturas, hábitos, visões de mundo – não se constitui propriamente numa novidade. No ano de 1914, por exemplo, o militante José Elias da Silva, delegado da Confederação Operária Brasileira (COB), foi enviado ao Nordeste do Brasil com o objetivo de fazer propaganda do sindicalismo de ação direta. Segundo o jornal da COB, *A Voz do Trabalhador*, o sindicalista chegou a Salvador no dia 11 de março daquele ano, entrando logo em contato com alguns “companheiros” interessados em propagar as ideias “de organização das classes operárias”. Entre eles encontrava-se João Damasceno, presidente da Sociedade Defensora dos Pedreiros, a associação dos trabalhadores da construção civil à época. No dia 22 de março, José Elias fez uma conferência na sede daquele sindicato, pregando as ideias do sindicalismo de ação direta para “numerosa assistência” e distribuindo “elevado número de folhetos” que a COB havia preparado especialmente para aquela excursão de propaganda. Segundo relato de José Elias, a “nova orientação” sindical propugnada teve grande acolhida entre os ouvintes. Naquela oportunidade o delegado da COB foi informado que os operários da firma construtora Lafayette estavam paralisados, em virtude de não receberem pagamento havia cinco quinzenas. José Elias “não perdeu a ocasião e dirigiu-se para o local do movimento”, participando da parede. Neste ponto encontrou-se com “companheiros da velha guarda, conhecedores da organização sindical em Portugal”, que estariam dispostos a “reencetar a luta”, graças ao incentivo da Confederação Operária Brasileira.⁶⁹² De fato, de acordo com Castellucci, na época das reformas urbanas do primeiro governo J. J. Seabra (1912-1916), chegaram a Bahia “centenas de operários da construção civil”, vindos do interior do estado, “de outras regiões do país (principalmente Rio e São Paulo) e mesmo do exterior, especialmente de Portugal”.⁶⁹³

Então, juntamente com aqueles “companheiros”, José Elias continuou a articular a propagação do sindicalismo de ação direta. Após convidar, por meio de manifesto, o operariado de Salvador para uma conferência no dia 24 de março, mais uma vez utilizou a sede da associação dos pedreiros para anunciar os ideais defendidos pela COB. A sessão foi inaugurada por Félix Maurício, que logo passou a palavra para José Elias, que

⁶⁹¹ Ver os já referidos estudos de Sívila Petersen: “Cruzando as fronteiras”, op. cit., p. 85-103; e “Relações interestaduais”, op. cit., p. 1-18.

⁶⁹² *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1914.

⁶⁹³ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p.142.

falou por uma hora e meia para um salão lotado, finalizando “sob entusiásticos aplausos, vivas à emancipação proletária, ao sindicalismo, à Confederação Operária Brasileira, ao operariado universal, à solidariedade humana, etc.”. Como resultado dessa palestra, fundou-se o Sindicato de Ofícios Vários, “com a inscrição imediata de 70 operários”. Segundo a matéria que tratou desses acontecimentos, José Elias teve uma boa impressão do que presenciou em Salvador, constatando “que o operariado da Bahia é nacional e com visíveis tendências de emancipar-se da tutela política e patronal”, não obstante carecer de “organizações vazadas em moldes sindicalistas”.⁶⁹⁴

No entanto, mesmo contando “com bons camaradas” que estariam dispostos a auxiliar os esforços da COB e do otimismo de José Elias, a pregação do sindicalismo de ação direta parece não ter vingado naquele momento em solo baiano. Refletindo sobre tal fato, Castellucci, considera que a passagem do delegado da COB na Salvador de 1914 demonstrou o grau de dificuldade de penetração daquelas ideias num cenário associativo dominado por grupos socialistas e reformistas.⁶⁹⁵ Isto talvez seja indicativo da impossibilidade de se depreender o comportamento político e ideológico da classe operária, com base no processo de trabalho e na qualificação profissional, como afirmamos no primeiro capítulo, ao tratar dos trabalhadores da construção civil de Salvador. Ou seja, não podemos concluir que uma opção de organização e luta sindical de qualquer grupo de trabalhadores seja fundamentada na natureza de um ofício nem na organização industrial de um setor econômico, apenas. Consideramos, portanto, que qualificação profissional, pulverização patronal, caráter episódico do trabalho, trocas frequentes de local de trabalho e de patrões, necessidade de recorrer “à paralisação quase imediata como arma contra os patrões”, embora sejam traços distintivos do processo e das condições de trabalho do setor de edificações da construção civil, não são suficientes para considerar que “a tática da ação direta tinha entre” os operários desse setor “incontestável eco”, como afirma Silva.⁶⁹⁶ Pelo menos no que se refere ao caso baiano. Nesse sentido, a conjugação daqueles fatores com uma conjuntura de intensificação das lutas operárias em nível internacional e nacional (Revolução Russa e greves gerais em diversos centros do país) e com a circulação de ideias e militantes, parece ter sido determinante. Afinal, os trabalhadores da construção civil de Salvador

⁶⁹⁴ *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1914.

⁶⁹⁵ Castellucci, *Industriais e operários*, op. cit., p. 176.

⁶⁹⁶ Ver: Silva, *Operários sem patrões*, p. 61-62.

não abraçaram as ideias do sindicalismo de ação direta em nenhum outro momento da I República.

O que reforça nossa hipótese da importância da circulação de militantes para a adoção do sindicalismo de ação direta pelo SPCDC é a constatação que não apenas Agripino Nazareth e Eustáquio Marinho empreenderam um deslocamento de retorno para a Bahia na conjuntura pesquisada. Segundo nossas fontes, houve outros ativistas que militaram no interior do sindicato, operários evadidos do Rio de Janeiro devido à repressão decorrente da Insurreição Anarquista de 1918, assim como Nazareth e Marinho. Numa série de matérias de dezembro de 1926, nas quais o jornal carioca *A Manhã* abriu espaço para notícias sobre as eleições sindicais na associação dos operários têxteis da capital federal, a chapa denominada Bloco Têxtil atacava a interferência de Agripino Nazareth (envolvido então com o Partido Socialista do Brasil) naquele pleito, considerando-o elemento estranho à categoria.⁶⁹⁷ No artigo de 25 de dezembro, encontramos um trabalhador que afirmara ter cumprido o mesmo movimento que Nazareth e Marinho. Alegando conhecer a atuação de Agripino Nazareth na Bahia, quando teria participado das lutas sindicalistas com ele, Francisco Coelho, “após o fracasso do movimento grevista de 1918, teve, como o chefe do P. S. [Partido Socialista], de emigrar para aquele estado”. “Foragido fui encontrá-lo na Bahia”, informou Francisco Coelho, confirmando que assistiu a “diversas conferências” de Nazareth “na Associação de Pedreiros e Carpinteiros”. Explicando porque se aproximou de Nazareth durante sua estadia em terras baianas, Coelho afirma que Nazareth demonstrava simpatia “em seus temas e por suas palavras”, pela “Rússia proletária” e por isso haveria uma identidade entre Coelho, “alguns camaradas”, e Agripino.⁶⁹⁸ Segundo Coelho, foram esses “camaradas anarquistas” que introduziram a prática de cantar a canção revolucionária “A Internacional” em terras baianas. Esse é um primeiro indício que o relato desse militante sindical seja verossímil, pois de acordo com *A Tarde*, os operários filiados à FTB ensaiaram os hinos proletários “A Internacional” e “Filhos do Povo” durante os preparativos para as celebrações de Primeiro de Maio de 1920.⁶⁹⁹ “Filhos do Povo”, em especial, segundo Rafael Hagemeyer, é considerada até hoje na Argentina (embora seja espanhola) “a mais querida canção anarquista”, tendo sido, ainda mais, oficializada como um dos hinos da República Espanhola, durante a

⁶⁹⁷ Ver, em especial: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 16 a 30 de dezembro de 1926.

⁶⁹⁸ *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1926.

⁶⁹⁹ *A Tarde*, 30 de abril de 1920.

guerra civil (1936-1939).⁷⁰⁰ No Brasil, os militantes libertários também nutriam o gosto pelas duas canções ensaiadas para o Primeiro de Maio na Bahia. Segundo relato do operário têxtil, Domingos Braz, deportado para Clevelândia em fins de 1924, os anarquistas aprisionados naquela colônia penal celebraram o Primeiro de Maio de 1925 “entoando junto às margens do rio Oiapoque os hinos revolucionários ‘Filhos do Povo’ e a ‘Internacional’”.⁷⁰¹ Assim, a julgar pelo relato de Francisco Coelho, é possível supor que em fins de abril e princípios de maio de 1920, pelo menos, havia outros militantes egressos da capital federal em Salvador; aqueles que Coelho nomeou de “camaradas anarquistas”.

Como registramos, ao contrário de Agripino Nazareth, que se declarava socialista coletivista, Eustáquio Marinho reconhecia-se como anarquista. Essas duas posições orientaram, progressivamente, divergentes formas de encaminhar as demandas operárias presentes no seio do SPCDC. Porém Marinho, assim como Nazareth, não estava só. Outros militantes advindos da capital da República, conforme o relato de Francisco Coelho, participaram do processo de cisão e diferenciação ideológica no interior do sindicato dos pedreiros e carpinteiros. Isto reforça a hipótese de trânsito de ideias e práticas decorrentes dessa circulação geográfica de militantes e trabalhadores entre Rio de Janeiro e Salvador, especificamente na conjuntura em foco. Demonstrando familiaridade com o assunto, a narração de Coelho permite enxergar mais informações sobre os eventos que levaram à ruptura entre Nazareth e o SPCDC. O resultado dessa cisão foi a divisão do sindicato entre os que consideravam que a luta sindical deveria ser complementada pela luta partidária, através da criação de um grêmio socialista, e aqueles que condenavam tal opção, insistindo que os trabalhadores não se imiscuissem nas disputas eleitorais nem recorressem aos canais institucionais para resolver suas demandas, mas que apelassem para o exercício da pressão direta sobre seus empregadores. De acordo com Coelho, a condição de Nazareth como funcionário remunerado na qualidade de advogado do sindicato passou a enfrentar resistências internas, apesar de ser uma situação em conformidade com os estatutos da sociedade. Nessa versão dos fatos, o sindicalista João Augusto teria liderado uma corrente contrária à permanência de Nazareth no seu cargo de advogado sindical, acusando-o de não

⁷⁰⁰ Hagemeyer, Rafael Rosa. “Entre a trégua e a guerra: dois hinos anarquistas no movimento operário argentino”, In: *MÉTIS: história & cultura* – v. 4, n. 7, jan./jun., 2005, p. 64.

⁷⁰¹ Rodrigues, Edgar. *Novos rumos – Pesquisa social (1922-1946)*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, s.d., p. 242.

acompanhar com a atenção necessária os processos relativos aos acidentes de trabalho, o que estaria prejudicando muitos operários. Ainda conforme Coelho, durante uma assembleia geral, João Augusto “forçou” Agripino “a abandonar o lugar de advogado do sindicato”, provocando, com essa atitude, o rompimento entre o SPCDC e seu principal orientador. O próprio Francisco Coelho alega ter participado dessa cisão, acompanhando Agripino Nazareth em seu intento de formar um partido socialista, o que teria lhe custado a expulsão do sindicato. Justificando sua opção, Coelho explicou que “aceitava o anarquismo”, mas que “notando a inutilidade dos seus processos” decidiu seguir Nazareth, julgando que as propostas do advogado socialista estavam mais próximas da realidade.⁷⁰² É mais provável, contudo, que a intenção de tirar Nazareth do posto de advogado estivesse mais relacionada com as disputas e tensões pelo controle do sindicato, do que propriamente ao desempenho de Nazareth naquela função, afinal, como afirmamos, ele era a principal referência em termos de liderança até aquele momento. Dessa forma, é plausível supor que as divergências quanto ao método de condução das reivindicações operárias vinham se processando no interior da associação há algum tempo, colocando Nazareth e seus aliados num campo oposto ao de João Augusto e Eustáquio Marinho, o que resultou na saída do advogado e de vários membros do sindicato.

De fato, havia um sindicalista chamado João Augusto Mendes no SPCDC, membro ativo desde as jornadas de junho de 1919. Este militante foi citado numa matéria do jornal *O Imparcial*, em que se noticiou sobre uma greve dos coveiros do cemitério Campo Santo (ocorrida em 11 de julho de 1920). Nessa ocasião, uma comissão do SPCDC fez-se representar para negociar em nome daqueles trabalhadores – que eram associados do sindicato – o acolhimento de suas reivindicações de aumento salarial. Ao impedir que outros operários entrassem no cemitério para exercer suas funções, os ânimos se exaltaram, havendo um pequeno conflito, “com exibição de armas de parte a parte”. Quando o delegado Pedro Gordilho chegou ao local, acompanhado por uma força de cavalaria, efetuou a prisão de vários paredistas, inclusive de João Augusto Mendes. O SPCDC protestou, “lançando boletim de solidariedade com os grevistas da necrópole”.⁷⁰³ Dias depois houve outro protesto em apoio aos sindicalistas presos, dessa vez da FTB. Numa sessão comemorativa pela

⁷⁰² *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1926.

⁷⁰³ *O Imparcial*, 12 de julho de 1920.

Revolução Francesa, aludiu-se à “violenta agressão da polícia”. Nessa ocasião, encontrava-se entre os oradores Eustáquio Marinho e Francisco Coelho, conforme registro do jornal *A Tarde*. Interessante observar que na comemoração daquela data, deliberou-se enviar telegrama ao presidente da República, em nome das dezessete associações pertencentes à FTB – representando mais de 25 mil operários –, solicitando que o Brasil reconhecesse a “República Russa dos Sovietes”.⁷⁰⁴ Assim, vemos que a referência ao exemplo revolucionário russo ainda amalgamava os grupos que divergiam internamente dentro da federação e do SPCDC.

No entanto, a postura mais repressiva do governo estadual e o radicalismo de alguns militantes, como aqueles que precipitaram os fatos durante o comício da FTB, tornava a opção pelo enfrentamento direto contra o governo mais difícil de ser empreendido. Os industriais e comerciantes denunciavam desde junho que “planos anárquicos e violentos” estavam sendo projetados para eclodir na cidade.⁷⁰⁵ Enquanto isso, o Correio era orientado por circular administrativa a destruir revistas e jornais anarquistas que fossem descobertos entre as correspondências.⁷⁰⁶ O governador, por outro lado, já havia concedido uma entrevista no início de maio, afirmando sua disposição em fazer uma trégua com os grandes proprietários do estado.⁷⁰⁷ A greve dos empregados da Companhia de Luz e Força Elétrica (uma empresa estadual), responsável pelo fornecimento de energia e pelas linhas de bondes da Companhia Linha Circular e Trilhos Centrais, demonstraria que a correlação de forças estava definitivamente contra as associações operárias que se orientavam por um conduta de enfrentamento. Ao enviar uma representação escrita à direção da companhia Linha Circular, a associação da categoria – filiada à FTB – fez questão de afirmar que não era “como dizem ou como pensam, formada de elementos perniciosos, de perturbadores da ordem, de anarquistas conhecidos”.⁷⁰⁸ Tal esclarecimento se fazia necessário devido a uma ação ocorrida na madrugada de 21 de julho, quando um grupo de indivíduos teria roubado cerca de cento e vinte chaves de bondes, impedido as composições de trafegarem. A ação policial não se fez esperar, como de praxe, pois eram funcionários pagos pelo governo estadual. Ao chegar ao local, o delegado Pedro Gordilho prendeu cinco motorneiros acusados de serem os responsáveis pelo roubo das chaves dos bondes. Às cinco e meia da manhã os

⁷⁰⁴ *A Tarde*, 16 de julho de 1920.

⁷⁰⁵ Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia (1917-1921). Salvador, 17 de junho de 1920.

⁷⁰⁶ *A Tarde*, 16 de julho de 1920.

⁷⁰⁷ Ver: *O Imparcial*, 7 de maio de 1920.

⁷⁰⁸ *O Imparcial*, 22 de julho de 1920.

primeiros bondes, “tanto da ‘Municipal’ como da Circular e Trilhos Centrais”, começaram a circular com policiais “de armas embaladas”, para garantir os trabalhadores que não aderiram à greve.⁷⁰⁹ Mais uma vez, os jornais ligados à oposição dispensavam um tratamento parcimonioso para com a greve dos trabalhadores patrocinados pelo estado. Assim, o *Diário de Notícias* afirmava que o sindicato daquela categoria “não teve nem tem caráter anarquista”.⁷¹⁰ Seja como for, nos dias seguintes, persistindo a greve – ainda que parcial –, e sob o efeito de mais boatos que anunciavam a iminência de eclosão de nova greve geral, o policiamento da cidade foi reforçado em cerca de “quinhentos soldados”, entre “pelotões de infantaria e cavalaria”. Segundo *O Imparcial*, as forças de segurança eram vistas “de rua em rua”, mas concentravam-se principalmente no distrito da Sé, área onde se situavam as sedes da FTB e do SPCDC.⁷¹¹ Mediante um panorama de endurecimento repressivo, como então as circunstâncias se apresentavam, muitos dos militantes que atuaram no movimento operário de Salvador desde as jornadas de junho de 1919, seguiram Agripino Nazareth, quando este decidiu complementar a luta sindical com a luta político-parlamentar, o que até então era reiteradamente afirmado como impossível pelo próprio Nazareth.

O Partido Socialista Baiano

Nazareth desligou-se do SPCDC em 11 de agosto de 1920 e no mesmo mês, fundou o Partido Socialista Baiano (PSB). Na versão da comissão executiva do SPCDC, Nazareth havia apenas deixado o cargo de advogado da associação “comprometendo-se, porém, a ser o mesmo companheiro batalhador”. Nessa ocasião foi-lhe dirigida uma moção de confiança, mas deixava-se claro que o sindicato “nada tem, e nunca teve com o Partido Socialista”. E, para que não restassem incertezas sobre a questão, aprovou-se, em 5 de outubro outra moção de confiança a Nazareth, o que pode significar que o rompimento dele com o SPCDC não foi revestido da hostilidade sugerida no relato de Francisco Coelho.⁷¹² Tratando sobre esse assunto, o jornal *A Manhã* afirmava que o motivo da saída de Agripino Nazareth do SPCDC era mesmo a opção do advogado de encaminhar as questões operárias pela via político-partidária, o que tornava

⁷⁰⁹ *O Imparcial*, 22 de julho de 1920.

⁷¹⁰ *Diário de Notícias*, 22 de julho de 1920.

⁷¹¹ *O Imparcial*, 28 de julho de 1920.

⁷¹² *A Voz do Trabalhador*, 9 de outubro de 1920.

insustentável sua presença num grêmio que, cada vez mais, servia como pólo de reaglutinação de anarquistas. Dessa forma, ao permanecer em sua posição de condenação da ação parlamentar, a associação dos pedreiros e carpinteiros, “a mais [...] radical” das sociedades operárias, na visão do periódico, afastou-se “do seu advogado, que fora seu principal organizador”.⁷¹³ Nesse processo o SPCDC também se desligou da FTB, que seguia sob a orientação de Nazareth. Devemos ponderar, contudo, que não se deve conceber a decisão de Nazareth de lutar por melhorias para a classe operária na esfera parlamentar, através de reformas legislativas, como um “desvio”. Afinal, como afirma Benito Schmidt, “o reformismo (no âmbito do qual se inclui o socialismo) constituiu uma das identidades políticas possíveis” da classe operária brasileira desde as últimas décadas do século XIX até as primeiras do século XX.⁷¹⁴ É justamente no contexto do que era “possível” que a escolha de Agripino e dos sindicalistas que o acompanharam deve ser entendida, e não em termos de abandono ou incoerência. O ponto de vista sustentado pelos socialistas da FTB e pelos membros do PSB concebia, dessa maneira, ser necessária a reforma da organização social, com vistas a propiciar uma maior equidade entre as diferentes classes que compõem a sociedade; e não via problemas em recorrer ao Estado para materializar seus objetivos, ainda que não se considerasse aliado dele, tampouco seu tutelado.

Com o objetivo de fundar o Partido Socialista Baiano foi criada uma Comissão Operária Organizadora, contando com operários de vários ofícios, entre os já citados Annibal Lopes Pinho, marceneiro, e Guilherme Francisco Nery, pedreiro. Instalado o PSB na sede do Sindicato dos Produtores de Marcenaria, a essa altura localizada no Largo do Carmo, uma área contígua ao distrito da Sé, logo foi levado a público o teor do programa político da novel organização, que consistia, basicamente, dos seguintes pontos: fixação do salário mínimo; socialização do comércio, das grandes indústrias e de todos os meios de transporte; voto das mulheres e dos soldados; reforma das leis do inquilinato e de despejo; abolição de todos os impostos indiretos e transformação das tributações diretas num imposto progressivo sobre todas as rendas superiores a seis contos de réis anuais; e a equiparação dos trabalhadores municipais, estaduais e federais aos funcionários públicos. Além disso, nessa primeira sessão, foi aprovada uma moção

⁷¹³ *A Manhã*, 5 de outubro de 1920.

⁷¹⁴ Schmidt, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República”, In: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 139.

contra a intervenção estrangeira na Rússia. Decidiu-se pelo lançamento das candidaturas de Maurício de Lacerda e de Agripino Nazareth, ao Senado e à Câmara Federal, respectivamente.⁷¹⁵ No dia seguinte houve uma nova sessão, “com a presença de muitos operários” bem como de “representantes de outras classes sociais”. Agripino Nazareth, candidato a deputado federal pelo primeiro distrito, conferenciou sobre “A questão social e os partidos socialistas”, tema fundamental para clarificar os meios e objetivos pelos quais se passaria a orientar. Ainda usaram da palavra José Domiense da Silva e Annibal Lopes Pinho, que aconselhou a pronta eleição de uma comissão administrativa provisória, para gerir o partido em seus momentos iniciais. Entre os membros dessa comissão ressaltamos os ex-membros da comissão executiva do SPCDC, José Dominense da Silva, marceneiro, que foi eleito como secretário geral da comissão, e José dos Santos, pedreiro, o primeiro tesoureiro. O orador da Sociedade União Protetora dos Carregadores das Docas do Porto levou o apoio de sua associação ao partido recém-fundado.⁷¹⁶

Persistindo na intenção de agregar cada vez mais aderentes, novos encontros foram marcados para reunir os trabalhadores de várias categorias que se mostravam dispostos a filiar-se ao partido socialista. Assim, no dia 8 de setembro, haveria uma sessão com a presença de funcionários do comércio e servidores públicos residentes no distrito da rua do Paço, “a fim de escolherem a respectiva comissão distrital” e organizarem a propaganda dos candidatos daquela agremiação.⁷¹⁷ No dia 30 de setembro realizou-se uma reunião extraordinária com nova conferência de Nazareth, versando dessa vez sobre “A mulher no regime socialista”. Ao final da sessão foram organizadas outras duas comissões distritais, da Penha e dos Mares. Também foram escolhidos na mesma ocasião os oradores dos comícios de propaganda que o PSB faria, estando entre os selecionados alguns ex-membros do SPCDC: José Domiense da Silva, José dos Santos Gomes e Jorge Manuel da Rocha; além do ativo militante Abílio José

⁷¹⁵ *A Tarde*, 24 de agosto de 1920. A Comissão Operária Organizadora do PSB era assim formada: Adriano Marques, metalúrgico; Guilherme Francisco Nery, pedreiro; Angelo Barbosa, estucador; José Camerino dos Santos, marceneiro; Domingos Ferreira, eletricitista; Estevam Nery, marceneiro; Firmo de Novaes, estucador; Idelfonso Soares, sapateiro; Cassiano José de Araújo, entalhador; José de Almeida, marceneiro; e Annibal Lopes Pinho, marceneiro.

⁷¹⁶ *Jornal de Notícias*, 27 de agosto de 1920, p. 5. A Comissão Provisória do PSB contava com os seguintes membros: José Domiense da Silva, secretário geral; Oscar Mattos, primeiro secretário; Adriano Ribeiro de Moura, segundo secretário; Salustiano dos Santos, terceiro secretário; João Pedreira dos Santos, quarto secretário; José dos Santos Gomes, primeiro tesoureiro; e Eleutério Bispo Ferreira de Souza, segundo tesoureiro.

⁷¹⁷ *Jornal de Notícias*, 7 de setembro de 1920.

dos Santos, mais um a abandonar o sindicato dos trabalhadores da construção civil para abraçar a causa parlamentar ao lado de Nazareth. Astério Luiz dos Prazeres, do sindicato dos marceneiros, também seria um dos oradores do partido, além de duas mulheres, Dulce Cléria da Rocha Alves e Corina Marinho de Oliveira. Urgia planejar a campanha eleitoral, pois o pleito se daria em janeiro de 1921.⁷¹⁸ Como afirmamos acima, dias antes dessa reunião, Abílio José dos Santos desligara-se do SPCDC. Novamente visando eliminar boatos que estariam correndo nos meios obreiros de Salvador, a comissão executiva do sindicato informava que o militante não havia sido expulso da associação e sim que pedira o seu afastamento definitivo na sessão de 22 de setembro, sendo instado a permanecer na entidade por seus colegas, pedido que foi rejeitado por ele.⁷¹⁹

O primeiro comício do Partido Socialista ocorreu no dia 16 de novembro de 1920, no largo da Boa Viagem, na Cidade Baixa, numa área próxima a algumas fábricas têxteis. A escolha do local possivelmente refletia a influência de Nazareth entre os operários tecelões e fiadores, pois ele era o advogado do sindicato da categoria, que reunia maior número de trabalhadores por unidade de produção. Um dado que parece confirmar haver, nesse momento, o significativo trânsito do PSB entre esses operários é que a nova comissão executiva da União Geral dos Tecelões contava com o secretário geral, Eleutério Bispo Ferreira de Souza, e Salustiano Rodrigues Fonseca, primeiro secretário, entre os membros da comissão provisória do partido socialista. Ao iniciar a manifestação, falou o secretário geral da comissão provisória, José Domiense da Silva; seguindo-lhe com a palavra Agripino Nazareth, que discursou esclarecendo os pontos relativos ao programa e aos princípios que dirigiriam o partido, ressaltando a conveniência de seguir o exemplo de outros países ao complementar “a ação sindical com a ação política”. Falaram, ainda, outros operários, inclusive o ex-membro do SPCDC, Abílio José dos Santos. O comício terminou com uma nova intervenção do secretário geral, que encerrou o ato.⁷²⁰

Aparentemente o prestígio de Agripino Nazareth continuava em alta nos meios operários baianos, pois em meados de setembro houve a fundação do Centro Sindicalista dos Trabalhadores de Alagoinhas, uma espécie de liga operária que reuniria

⁷¹⁸ *Jornal de Notícias*, 2 de outubro de 1920.

⁷¹⁹ *A Voz do Trabalhador*, 30 de outubro de 1920.

⁷²⁰ *Jornal de Notícias*, 17 de novembro de 1920.

os proletários daquela cidade sem distinção de ofício. A sessão de instalação foi aberta por Nazareth, que palestrou sobre “as modernas correntes do sindicalismo”, aproveitando para demonstrar a necessidade dos operários se organizarem independentemente de diferenças doutrinárias. Organizada sobre bases administrativas similares a outras associações operárias em que Nazareth tinha ascendência, ou seja, sem cargos de comando, a comissão executiva contava com o ex-membro do SPCDC, Antônio Amaro de Sant'Anna, ativo militante e fundador do SPCDC, no cargo de secretário geral da entidade.⁷²¹ Parece também que Francisco Coelho agia como uma liderança operária importante dentro do grupo que apoiava Agripino Nazareth, pois encontramos algumas ações protagonizadas por ele nas folhas da grande imprensa. A primeira delas refere-se à sua estadia na cidade de Nazaré, no Recôncavo. De acordo com o *Diário de Notícias*, no dia 24 de setembro houve uma reunião no cinema Rio Branco, na qual se fazia palestra versando sobre “a Revolução Russa e o seu reflexo no mundo proletário”. O periódico acusava Francisco Coelho de ser o “principal agitador” e pregador do “bolchevismo”, clamando por uma ação do secretário de Segurança Pública, pois a Bahia não era a “Rússia dos Lenines”.⁷²² Se considerarmos que a cisão do SPCDC já havia ocorrido e que Coelho já tinha se juntado ao PSB, tal fato demonstra que as ações patrocinadas pelos militantes daquele partido ainda eram suficientemente radicais para preocupar a imprensa do estado. Indicando também que o sindicalismo orientado por Nazareth continuava se disseminando pelo Recôncavo, em novembro de 1920, Francisco Coelho esteve presente numa excursão dos metalúrgicos na cidade de Cachoeira. Ali discursou juntamente com Agripino Nazareth e José Domiense da Silva. Interessante salientar que durante esse passeio, os trabalhadores divertiram-se jogando futebol.⁷²³ Isto demonstra uma certa distância da proposta de lazer concebida pelos anarquistas do SPCDC, que condenavam tal distração. Mas a distância do SPCDC em relação às associações reunidas em torno da FTB, doravante aumentaria, como veremos em seguida.

⁷²¹ *Jornal de Notícias*, 22 de setembro de 1920.

⁷²² *Diário de Notícias*, 5 de outubro de 1920.

⁷²³ *A Ordem*, 3 de novembro de 1920.

A Voz do Trabalhador e a opção do SPCDC pelo sindicalismo de ação direta

Em 24 de setembro de 1920, o SPCDC anunciava seu desligamento da FTB, “por questões de princípio e orientação” e condicionou sua possível reintegração “até que a mesma volte a ser unicamente sindicalista”.⁷²⁴ Dos membros da comissão executiva anterior parece ter sobrado apenas o tipógrafo socialista Álvaro de Sant’Anna, alçado, agora, à condição de secretário geral do sindicato. Logo, o SPCDC passaria a publicar outro periódico, de perfil correspondente à sua nova posição, chamado *A Voz do Trabalhador*, sintetizado na expressão “Semanário de Propaganda Socialista e Defesa do Proletariado”. Este jornal teve vida mais longa que seu predecessor, sendo publicados 39 números, entre outubro de 1920 e dezembro de 1922, possuindo uma tiragem média de 1500 exemplares por número.⁷²⁵ A capacidade de publicar um jornal pode indicar que apesar de estar perdendo importantes quadros, o sindicato dos pedreiros e carpinteiros ainda contava com uma base de sócios que permitia lançar mão de recursos financeiros suficientes para empreender tal iniciativa. A publicação de um jornal também é importante em termos culturais, pois, como assinala Batalha, a imprensa operária é “sem dúvida a expressão mais visível” de uma cultura vinculada aos trabalhadores do período.⁷²⁶ Além disso, era um meio de comunicação em que os próprios trabalhadores produziam suas ideias e concepções do mundo. Por meio desse periódico, o SPCDC expressava sua filiação aos princípios do sindicalismo de ação direta. Em suas páginas encontraremos o temário característico dessa corrente: o apelo à instrução proletária; a pregação da revolução social, inclusive defendendo a necessidade da violência revolucionária; a propaganda da ação direta; o apelo à formação de sindicatos de resistência, em oposição às beneficentes e cooperativas; recusa da luta político-parlamentar; antiestatismo; antimilitarismo; anticlericalismo; combate ao alcoolismo, ao futebol, ao carnaval; internacionalismo proletário; amor livre; e greve geral insurrecional. Não é o caso de buscarmos classificações rígidas para enquadrar a nova orientação sindical do SPCDC, pois toda experiência histórica é, em certo sentido, única, irrepetível, e a adoção de um modelo explicativo geral pode não se coadunar com a situação particular de determinado fenômeno histórico. Por isso optamos pelo uso do termo sindicalismo de ação direta para designar o conjunto de práticas e concepções adotadas pelo sindicato dos pedreiros e carpinteiros, a partir de meados de 1920 e

⁷²⁴ *A Voz do Trabalhador*, 9 de outubro de 1920 e 19 de março de 1921.

⁷²⁵ Rubim & Rubim, “As lutas operárias”, op. cit., p.32.

⁷²⁶ Batalha, *O movimento operário*, op. cit., p. 64.

impressas em seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, não por acaso homônimo ao da Confederação Operária Brasileira, organização que propugnava o mesmo sindicalismo de ação direta.⁷²⁷ Mas, de toda maneira, é importante ter em mente que, para além da aparente homogeneidade que envolve as denominações referentes ao sindicalismo de ação direta, tais como “sindicalismo libertário” ou “anarquista” e “sindicalismo revolucionário”, existiam diferentes entendimentos sobre a ação sindical, com dissensões e disputas no seio do movimento operário.⁷²⁸

Compreendemos, como atesta Edilene Toledo, que sindicalismo revolucionário e anarquismo sindicalista não podem ser sinônimo um do outro, pois as relações entre eles são bastante complexas.⁷²⁹ O socialismo anarquista contrapunha-se a qualquer forma de organização política e participação eleitoral. Apesar de ser um fenômeno múltiplo, principalmente no que se refere aos métodos de ação, o anarquismo preserva um ideário comum baseado no antiestatismo, no federalismo, no anticlericalismo, na ação direta, e na recusa de todas as formas de opressão. Contrários a qualquer forma de organização burocratizada e hierarquizada, “os anarquistas”, como afirma Batalha,

“privilegiavam a ação por meio de grupos de propaganda que atuavam em diversas frentes: publicavam periódicos e dedicavam-se à educação (por meio de iniciativas como as escolas modernas, fundadas na proposta do catalão Francisco Ferrer), ao teatro de cunho social e à luta sindical. A imprensa anarquista, principal meio de propaganda dessa corrente, longe de ficar reduzida aos principais centros urbanos, teve presença na maioria dos estados da federação e nas mais diversas localidades”.⁷³⁰

Ao mesmo tempo, a atuação dos anarquistas nos sindicatos configurou-se num dos principais focos de tensão entre os vários grupos ácratas. Para um grande número de anarquistas o sindicato era o meio privilegiado para explicitar as contradições de classe, pois, seria através da via econômica que os trabalhadores acabariam se organizando e, desvinculados da ação político-partidária, poderiam alcançar seus objetivos imediatos

⁷²⁷ Entre 1908 e 1915, ainda que irregularmente, a Confederação Operária Brasileira (COB) publicou seu jornal, chamado *A Voz do Trabalhador*. Durante sua existência a folha difundiu as ideias do sindicalismo de ação direta, predominantes na COB. A escolha dos militantes do SPCDC quanto ao nome de seu periódico, não foi, portanto, fortuita.

⁷²⁸ Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., p. 236.

⁷²⁹ Toledo, *Anarquismo e sindicalismo*, op. cit., p. 48.

⁷³⁰ Batalha, Claudio H. M. “As primeiras Manifestações do Socialismo”, In: *Revista História Viva: Grandes Temas Brasileiros*, nº 5, São Paulo, Ed. Duetto, p.26-33.

sem perder a perspectiva revolucionária. Porém havia aqueles que não comungavam dessa ideia e mesmo aqueles que a combatiam vivamente, pois eram contrários a toda participação nos sindicatos, por considerarem que os sindicalistas só se preocupavam com a própria emancipação e não com a de toda humanidade.

Estudando a presença do sindicalismo revolucionário e do anarquismo no seio da classe operária de São Paulo na I República, Edilene Toledo indica que havia aqueles que consideravam sindicalismo revolucionário e anarquismo dois movimentos distintos. Conforme esta “interpretação, o sindicalismo revolucionário era visto como uma ruptura tanto com o anarquismo como com o socialismo”. Ele seria outro tipo de socialismo, “o socialismo operário”. Contudo, para alguns militantes, apesar “das críticas ao anarquismo, sobretudo às suas divisões e à sua impotência, o sindicalismo revolucionário seria uma nova corrente, mas dentro do próprio anarquismo: o anarquismo operário”.⁷³¹

Poderíamos reconhecer, sucintamente, o sindicalismo revolucionário, que tinha por modelo a Confederação Geral do Trabalho francesa, elencando seus elementos principais: ação direta, violência operária, greve geral, antimilitarismo, antiestatismo e autonomia operária. Entretanto, logicamente cada país teve o desenvolvimento do seu movimento operário de acordo com suas peculiaridades históricas e culturais. Outra característica dessa escola é conciliar a luta para obter vantagens imediatas com a perspectiva de destruição do sistema capitalista, a fim de estabelecer um novo sistema gerido diretamente pelos produtores, em torno de seus sindicatos, livremente associados. O fator máximo de união entre os membros do sindicato deveria ser o econômico. Tudo aquilo que pudesse cindir o operariado – divisões de cor, crença, credo político, nacionalidade – deveria ficar de fora da organização sindical. Confirmando este ponto de vista, a Confederação Operária do Brasil (COB), em seu primeiro Congresso, de 1906, já declarava: “considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas; que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária”.⁷³² Ao mesmo tempo, o sindicalismo revolucionário possuía vários pontos em comum com o anarquismo, tais como a defesa da ação direta dos trabalhadores (greves, sabotagens, boicotes), o federalismo, a recusa de intermediários (partidos políticos, intelectuais),

⁷³¹ Toledo, *Anarquismo e sindicalismo*, op. cit., p. 50.

⁷³² Toledo, *Anarquismo e sindicalismo*, op. cit., p. 89.

sindicatos de resistência organizados horizontalmente e sem estrutura burocrática. Pontos ratificados pelos três congressos da COB (1906-1913-1920) e seguidas pelas federações do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Na verdade, conforme destaca Batalha, as principais diferenças entre as duas visões residem no fato de que os sindicalistas revolucionários atribuíam ao sindicato o papel de “embrião da sociedade futura e à greve geral, o de único instrumento para a realização da revolução social”, dessa maneira, para a maior parte dos militantes anarquistas que eram favoráveis à “participação nos sindicatos, não havia nenhuma” contradição entre seus objetivos “de longo prazo e a adoção, no dia-a-dia da luta sindical, do sindicalismo revolucionário”. Portanto, seria este o modo de ação assumido “pelos anarquistas no meio sindical, sem que isso significasse que a atuação” deles permanecesse voltada somente para o sindicato.⁷³³

Assim sendo, logo no primeiro número de *A Voz do Trabalhador*, o jornal do SPCDC se apresentava como propagador das “teorias elementares da organização”, visando atrair a atenção dos operários através da demonstração do caráter conflituoso da estrutura social na qual estavam inseridos. Pregando abertamente a revolução social que libertaria os trabalhadores da exploração capitalista, a folha se designava socialista e sindicalista, explicando que “o sindicalismo é o socialismo que trata da melhoria e da emancipação dos trabalhadores, por meio das ações dos próprios trabalhadores”.⁷³⁴ Concitando os operários a se organizarem em sindicatos de resistência, Eustáquio Marinho criticava as associações beneficentes e cooperativas por estabelecerem cargos de mando e aceitarem em “seu seio toda sorte de elemento político, religioso, e até patentes da Guarda Nacional”,⁷³⁵ no que parecia ser uma demarcação de alteridade radical em relação a outras associações operárias. Talvez o alvo de tal denúncia fosse um militante que deixou o sindicato e cerrou fileiras no PSB: José Domiense da Silva, ex-primeiro secretário do SPCDC, até a cisão. Ele ocupava o posto de capitão da Guarda Nacional.⁷³⁶

Tamanha ênfase na centralidade do sindicato de resistência como único instrumento capaz de garantir conquistas imediatas aos operários, juntamente com a

⁷³³ Batalha, *O movimento operário*, op. cit., p. 30.

⁷³⁴ *A Voz do Trabalhador*, 2 de outubro de 1920.

⁷³⁵ *A Voz do Trabalhador*, 2 de outubro de 1920.

⁷³⁶ *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 2 de julho de 1923. Edição Especial do Centenário, p. 351.

convicção de que seriam os próprios sindicatos os organismos de gestão da sociedade futura, parece remeter a uma certa tradição sindicalista revolucionária, pois essa dupla função do sindicato, de melhorar a vida dos operários e encaminhar sua emancipação vindoura, unia a luta imediata com a estratégia da transformação social, esvaziando, assim, o papel do partido político como mediador, o que delata o grau de separação entre o grupo que permaneceu no SPCDC e o que partiu para a fundação do PSB.⁷³⁷ De acordo com Edilene Toledo, essa era uma importante diferença em relação ao anarquismo, pois se para o sindicalismo revolucionário “os sindicatos substituiriam o Estado e seriam a base da organização da futura sociedade”, para os libertários, além da destruição do Estado, dever-se-ia empreender a destruição de “todas as instituições da sociedade burguesa”, inclusive os sindicatos.⁷³⁸ Dessa maneira, *A Voz do Trabalhador* pregava as virtudes do sindicalismo, cuja causa deveria ser defendida até o sacrifício pelos operários, afinal, segundo esse ponto de vista, apenas o sindicalismo poderia preparar e curar “esta Humanidade velha e doentia, para produzir a Humanidade nova e sã”.⁷³⁹ A legitimidade da luta sindical era evidenciada pela concepção que a ordem social vigente era intrinsecamente injusta, portanto o respeito às suas instituições, organizações e leis deveria ser substituído pela “união de todos os trabalhadores”, “a lei suprema, que anula e rasga todas as leis que protegem o Capitalismo e o Poder”.⁷⁴⁰ Nesse sentido tudo aquilo que pudesse afastar os operários das organizações sindicais de resistência era anatematizado, porque constituiriam identidades sociais competidoras com a única identidade capaz de garantir o advento de uma sociedade mais justa e igualitária: a classista. Por isso, eram rejeitados o futebol, visto como um estratagema burguês “para afastar os trabalhadores da verdadeira concepção das coisas que mais lhes possa interessar”, ou seja, “o seu estado político e econômico”,⁷⁴¹ a religião, com suas “crendices” que mantinham os operários numa ignorância fatalista;⁷⁴² e o carnaval, pois as únicas associações que pareciam importar ao operariado aos olhos das lideranças eram “os clubes carnavalescos ou dançantes”.⁷⁴³ Evidentemente o mesmo valia para as associações operárias competidoras do SPCDC, como, por exemplo, o Centro Operário

⁷³⁷ Toledo, *Anarquismo e sindicalismo*, op. cit., p. 57.

⁷³⁸ Toledo, *Anarquismo e sindicalismo*, op. cit., p. 59.

⁷³⁹ *A Voz do Trabalhador*, 2 de outubro de 1920.

⁷⁴⁰ *A Voz do Trabalhador*, 9 de outubro de 1920.

⁷⁴¹ *A Voz do Trabalhador*, 2 de outubro de 1920.

⁷⁴² *A Voz do Trabalhador*, 9 de outubro de 1920.

⁷⁴³ *A Voz do Trabalhador*, 12 de março de 1921; *A Voz do Trabalhador*, 5 de fevereiro de 1921; *A Voz do Trabalhador*, 16 de setembro de 1922.

e o PSB. Tamanha exigência de enquadramento certamente cooperou para que o SPCDC tivesse muitas dificuldades para disseminar suas práticas e ideias nos meios obreiros baianos.

Contudo, percebemos a dificuldade de classificar mais especificamente a orientação do SPCDC quando verificamos que, conjuntamente à designação de sindicalistas, outras formas de autoidentificação eram utilizadas pelos articulistas do jornal. Era comum, por exemplo, o uso dos termos anarquismo e comunismo, além do sindicalismo e socialismo, que não eram excludentes entre si e nem em relação àqueles outros – para qualificarem sua filiação ideológica. Numa matéria em que relatava o caso de um operário da construção civil, Crispiniano Maurício Ferreira, “pedreiro ativo e laborioso”, “artista do belo, e sindicalista consciente”, que decidiu abandonar a profissão para trabalhar como carregador nos serviços portuários, por não querer mais se submeter “às imposições exploradoras dos mestres e empreiteiros”, o jornal atestava que o operário era um “companheiro” que praticava a “teoria da sociedade futura” e que estava, portanto, imbuído dos valores do comunismo, que proclamam que “todo trabalho é honrado e nobre”.⁷⁴⁴ Noutra situação, ao comentar a conversão do escritor Anatole France, ganhador do Nobel de literatura de 1921, ao bolchevismo, o militante Augustus aproximava este termo à anarquia, concebendo-o como um meio para se atingir a meta, que, por sua vez, seria a anarquia. Assim se explica Augustus: “ele declarou-se bolchevista, variedade do socialismo, preferiu rodear pelo bolchevismo a chegar diretamente à anarquia, que é o fim”. Para o articulista, Anatole France prosseguiria até o estágio final da evolução social, pois “o seu conhecimento da vida prática dos trabalhadores, dos operários, dos explorados, havia de impeli-lo ao bolchevismo e há de levá-lo à anarquia”.⁷⁴⁵ Dessa maneira, também podemos identificar elementos que reportam a um legado anarquista no SPCDC de então.

O apoliticismo, por exemplo, que condenava a participação no processo eleitoral e demandava um combate contínuo “à futilidade da legislação parlamentar”, era uma preocupação muito mais presente no pensamento anarquista que no sindicalismo revolucionário, que não vedava aos seus associados a adesão à nenhum partido ou escola política, desde que fora dos sindicatos, os quais deveriam permanecer alheios a quaisquer disputas políticas, religiosas, de nacionalidade, etc., situando-se no campo

⁷⁴⁴ *A Voz do Trabalhador*, 2 de outubro de 1920.

⁷⁴⁵ *A Voz do Trabalhador*, 22 de janeiro de 1921.

estrito da luta econômica, arena comum para todos os trabalhadores, sem distinção.⁷⁴⁶ Não era à toa que Eustáquio Marinho, autodesignado anarquista, proclamava que “a consciência dos trabalhadores sindicalistas (...) manda rasgar o título de eleitor”.⁷⁴⁷

Numa matéria que criticava a existência de uma casa de diversões – um boliche – na qual estaria se explorando o trabalho das “mocinhas das famílias pobres com promessas de lucro certo”, o jornal censurava o fato de os poderes públicos considerarem tal estabelecimento um local de “divertimento ou distração do espírito”, chamando-o de “caminho de perdição”. Sendo assim, continuava, afirmando que preferiam o anarquismo “a essa democracia podre que por aí anda largando os pedaços”. Na preferência pelo anarquismo, os trabalhadores teriam de se desfazer de alguns aspectos presentes no seu dia-a-dia: afinal a escola libertária, “nunca apoiou a embriaguez, o jogo, a prostituição e tudo que prejudica a Humanidade.” Depois do que era arrematado: “anarquistas, sim, canolhacratas nunca!”.⁷⁴⁸ Noutro artigo, o alvo das críticas era o apoio da grande imprensa nacional ao fascismo italiano. Os responsáveis pela matéria pareciam não nutrir dúvidas do “comunismo-anarquista ser a palavra do futuro substituindo pelo bem-estar geral o atual estado de coisas”, afinal declaravam-se socialistas que se abrigavam “sob a bandeira do sindicalismo anarquista”.⁷⁴⁹

No entanto, concomitantemente afirmava-se o sindicalismo como a orientação primordial do sindicato. Assim, lia-se nas páginas do *A Voz do Trabalhador* uma resposta a um colaborador de pseudônimo Max, na qual os editores do jornal afirmavam estar “muito longe da escola socialista parlamentar e outras”, pois eram “genuinamente sindicalistas”.⁷⁵⁰ Da mesma forma, a partir de maio de 1921, começou a ser publicada uma coluna de caráter especificamente doutrinário, denominada “O Sindicalismo”, com artigos de Victor Griffuelhes, secretário da CGT francesa entre 1902 e 1909, nos quais a ação direta era apontada como o único meio para os trabalhadores encaminharem suas demandas frente aos empregadores, e o sindicalismo revolucionário como a prática por excelência para garantir vantagens imediatas, a fim de obter “um aumento constante de bem-estar”.⁷⁵¹ Isso não impedia, entretanto, que o militante D. Fagundes, militante

⁷⁴⁶ *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, 1 de julho de 1913.

⁷⁴⁷ *A Voz do Trabalhador*, 9 de outubro de 1920.

⁷⁴⁸ *A Voz do Trabalhador*, 14 de outubro de 1922.

⁷⁴⁹ *A Voz do Trabalhador*, 16 de dezembro de 1922.

⁷⁵⁰ *A Voz do Trabalhador*, 16 de setembro de 1922.

⁷⁵¹ *A Voz do Trabalhador*, 21 de maio de 1921; 4 de junho de 1921; 18 de junho de 1921; 16 de setembro de 1922; 14 de outubro de 1922; 2 de dezembro de 1922; 16 de dezembro de 1922.

anarquista da construção civil de São Paulo, fizesse um chamamento às sociedades operárias para que não restringissem sua luta à conquistas de caráter imediato, como aumentos salariais e diminuição de horas de trabalho. Embora admitindo a importância desses benefícios, relevantes no entendimento do sindicalismo revolucionário, o articulista considerava que eles deveriam servir apenas “como ensaios de luta social revolucionária”, como um meio, jamais como um fim em si mesmo, pois o papel das organizações proletárias era agir como “escolas de educação revolucionária” dos trabalhadores, já que, mais que o patrão, os adversários a serem batidos eram o Estado e o capitalismo.⁷⁵²

Acrescente-se, ainda, o fato do periódico *A Voz do Trabalhador* abrir suas páginas para vários colaboradores anarquistas como José Oiticica, Fernandes Varela, que escrevia especialmente para o jornal, Antônio Canelas, entre outros, e trazer citações e referências das figuras mais díspares, desde o Marechal Deodoro, passando por Maquiavel, Lombroso, Spencer, Marx e Proudhon, por exemplo. Entretanto, é importante lembrar, conforme nos esclarece Castellucci, que essa profusão de referências aparentemente sem conexão não era uma exclusividade do jornal do sindicato dos pedreiros e carpinteiros da Bahia, pois tal situação também era verificada “em outras cidades e estados do Brasil, como nas próprias matrizes europeias do anarquismo e/ou do socialismo da II Internacional”.⁷⁵³

Com a concomitância de elementos do sindicalismo revolucionário e do anarquismo presentes na *Voz do Trabalhador*, consideramos mais pertinente usar o termo sindicalismo de ação direta para designar as práticas e concepções defendidas pelo SPCDC, pois mesmo que houvesse militantes anarquistas no sindicato, e parece certo que era esse o caso, como Eustáquio Marinho, por exemplo, não parece seguro afirmar que o ponto de vista de suas lideranças fosse compartilhado pelo conjunto da categoria que representavam.⁷⁵⁴ E para melhor visualizarmos como se materializava tal conduta sindical, nos voltaremos para algumas ações levadas a cabo por esse sindicato, especialmente em relação à instrução proletária, aos embates com os patrões e à disputa com outras correntes organizativas dos trabalhadores de Salvador. Afinal, como assinalou Marcel van der Linden, o critério ideológico talvez seja menos importante do

⁷⁵² *A Voz do Trabalhador*, 14 de maio de 1921.

⁷⁵³ Castellucci, *Industriais e industriais*, op. cit., p. 252.

⁷⁵⁴ Silva, *Operários sem patrões*, op. cit., pp. 249-250.

que se debruçar pelo que a associação operária faz, na prática, e não como ele justifica o que faz. Para tanto devemos nos atentar para como o SPCDC se organizava internamente e como orientava sua conduta com relação ao dia a dia dos trabalhadores da construção civil em seus locais de trabalho.⁷⁵⁵

Instrução operária

A Revolução Russa era vista como o grande paradigma de transformação social, que poderia se repetir na Bahia, caso os operários se articulassem em sindicatos de resistência, por isso o periódico dos trabalhadores da construção civil preconizava a necessidade de organização proletária e anunciava “a vinda da Rússia à Bahia”. O jornal alertava os trabalhadores, em tom propagandístico, que era pela organização que as instituições da sociedade capitalista, como o clero, a burguesia e o Estado predominavam e oprimiam o trabalhador. Assim, concitava: “pela organização haveis de vos erguer, vos revoltar e vos libertar. Pela organização vencereis vossos adversários”.⁷⁵⁶ Entretanto, para a consecução da revolução social tão almejada era fundamental que à transformação da sociedade correspondesse a transformação individual dos trabalhadores, os futuros gestores da produção, após a superação do capitalismo. Portanto, criar uma mentalidade nova nos homens e mulheres operários era uma pré-condição para o advento e êxito da revolução social. De fato, como salienta Edilene Toledo, “toda a esquerda acreditava na luta da razão contra a ignorância, do progresso contra o passado, na ciência e na educação”.⁷⁵⁷ A própria preocupação com o estabelecimento do regime de 8 horas de trabalho estava vinculada com a questão da instrução, pois dessa maneira haveria a possibilidade dos trabalhadores terem algum tempo para estudarem. Instrução e organização eram dois lados da mesma moeda na luta pela emancipação dos trabalhadores. Era comum que os sindicatos mantivessem bibliotecas, salas de leitura e escolas para os operários e seus filhos. Logo após fundar seu jornal, *A Voz do Trabalhador*, que também fazia parte de um esforço de educação dos trabalhadores, o SPCDC começou a recolher doações e ajuda financeira com vistas à criação de uma biblioteca e de uma escola no sindicato. Em janeiro de 1921, já com

⁷⁵⁵ Linden, Marcel van der. “Seconds thoughts on revolutionary syndicalism”, In: *Labor History Review*, v. 63, n. 2, 1998, p. 183.

⁷⁵⁶ *A Voz do Trabalhador*, 9 de outubro de 1920.

⁷⁵⁷ Toledo, “A trajetória anarquista”, op. cit., p. 71.

Eustáquio Marinho como secretário geral da entidade, anunciava-se para breve a inauguração Grupo Escolar Carlos Dias, sintomaticamente em homenagem a um militante anarquista muito preocupado com a questão da instrução operária, que, juntamente com Agripino Nazareth e Eustáquio Marinho, participara da sublevação no Rio de Janeiro, em novembro de 1918. No programa apresentado, havia uma matéria denominada Oratória, que continha um tópico chamado “sociologia moderna; sindicalismo e suas bases, vantagens e utilidade”, denotando a maneira que encaravam a instrução para os trabalhadores, que deveria contemplar tanto a educação quanto a doutrinação sindical. As aulas seriam ministradas pelo catedrático Sócrates Marbach d'Oliveira. Além de Oratória, ainda seriam oferecidas as seguintes matérias: Português; Geografia; Aritmética; Álgebra e Geometria. Inclusive Música.⁷⁵⁸

A escola começou a funcionar em 14 de fevereiro de 1921 e o jornal convocava seus filiados a comparecerem “às aulas e as sessões! às aulas para as Luzes, às sessões para a organização”.⁷⁵⁹ De acordo com a comissão executiva do sindicato somente na escola os trabalhadores poderiam “dissipar as trevas” que os mantinham na escravizados moral e materialmente. A instrução, portanto, era primordial para despertar nos operários a percepção do valor que tinham para o desenvolvimento da sociedade, como produtores que eram da riqueza social. Escolas foram fundadas em outros sindicatos de resistência, como no dos têxteis, no dos marceneiros e no dos metalúrgicos, ao menos. Os sindicalistas metalúrgicos, através de um artigo publicado no periódico do SPCDC, pediam: “escolas!, escolas!”. Admitindo que a instrução ainda se encontrava muito aquém do desejado em terras baianas, “pela porcentagem de analfabetos que possui”. Destacava-se o fato de as sociedades operárias colocarem nos seus estatutos a criação de escolas proletárias “para o aperfeiçoamento dos seus associados”. Os metalúrgicos e o sindicato dos pedreiros e carpinteiros estabeleceram um acordo pelo qual os associados em dia dos respectivos sindicatos poderiam frequentar as aulas na escola da associação que fosse mais próxima de seu domicílio. Esse convênio demonstra que havia uma relação de proximidade entre as duas organizações operárias. Um indício que o SPCDC não estava tão isolado assim, após seu rompimento com a FTB, embora não gozasse mais do mesmo prestígio e influência nos meios obreiros de Salvador.

⁷⁵⁸ *A Voz do Trabalhador*, 29 de janeiro de 1921.

⁷⁵⁹ Rodapé constante em alguns números deste jornal.

A biblioteca do sindicato dos operários da construção civil reunia um amplo acervo, que contava com publicações sindicalistas, sociológicas e de assuntos diversos. Era possível encontrar exemplares de vários periódicos operários de muitos lugares do país e do mundo: *A Plebe*, de São Paulo; a revista *Movimento Comunista*, do Rio de Janeiro; *A Voz Operária*, de Sergipe; *A Hora Social*, de Pernambuco; *O Trabalho*, de Alagoas; *El Comunista*, da Itália; *Transporte Internacional*, da Holanda, dentre outros. Esse fato indica que provavelmente o SPCDC mantinha contatos com outros sindicatos em nível nacional e internacional, o que favorecia o sentimento, entre seus ativistas e simpatizantes, de pertencimento a um projeto mundial de combate à exploração capitalista e de luta pela emancipação dos trabalhadores. Além disso, ainda disponibilizavam-se para compra muitos livros sobre assuntos diversos, tais como: *Verdades*, de Emile Zola; *Ideólogo*, de Fábio Luz; *A Lei do Ventre Livre*, de Evaristo de Moraes; *Memórias de um exilado*, de Everardo Dias; *Vulcões*, de Avelino Fóscolo; *Ao trabalhador rural*; exemplares avulsos de *Biblioteca Sexual*, entre muitos outros.⁷⁶⁰

Outro aspecto da ação do SPCDC após sua opção pelo sindicalismo de ação direta foi sua luta contra a exploração patronal, que se realçava com sua insistência em fazer retroceder as conquistas adquiridas desde as jornadas de junho de 1919 e da greve da construção civil de princípios de 1920. Iremos nos ater a um embate que envolveu os operários da construção civil e alguns empreiteiros alemães, que aportaram na Bahia ao final da Grande Guerra e passaram a se responsabilizar por algumas obras em Salvador no período estudado.

A atuação do SPCDC num embate com os patrões

Pelo fato de receber muitas queixas dos operários associados, empregados numa obra no bairro da Vitória, com relação ao desrespeito aos salários mínimos estabelecidos de 7\$000 para os oficiais pedreiros e carpinteiros e de 4\$000 para os ajudantes e serventes, além da inobservância da jornada de trabalho de 8 horas, a comissão executiva do SPCDC resolveu agir, conforme notícia de 30 de outubro de 1920. Convidaram-se, então, os empregados daquela obra para comparecerem numa assembleia do sindicato, para que discutissem a situação. Entretanto, não compareceram

⁷⁶⁰ *A Voz do Trabalhador*, 2 de Dezembro de 1922.

todos os operários, o que fez com que o sindicato enviasse um ofício, solicitando a presença daqueles ausentes na primeira reunião para tratar do assunto em pauta. Porém, começaram a circular boatos que estaria se planejando uma greve para aquela construção. Conta *A Voz do Trabalhador* que resolveu o empreiteiro, ao ouvir esse boato, “requerer a intervenção da polícia para guarnecer a sua obra”, no que foi prontamente atendido. Alguns operários negaram-se a continuar trabalhando, enquanto outros deliberaram permanecer em seu labor, talvez intimidados pela presença de força policial. O sindicato decidiu, no dia 21 de outubro de 1920, boicotar as obras do empreiteiro alemão, chamado Frederico, até que se respeitassem os pontos relativos aos salários e à jornada de trabalho.⁷⁶¹

Aparentemente, as gestões do sindicato não surtiram o efeito almejado, pois, em janeiro de 1921, os contendores voltaram a ter os caminhos cruzados, segundo relato do *A Voz do Trabalhador*. Na mesma obra da Vitória, surgiram novos entreveros entre operários e patrões, que vindos estes “da cidade de Cachoeira” e trazendo alguns operários para a referida construção, “estabeleceram o trabalho a hora”, além de estender a jornada regular para 9 horas diárias, o que foi repellido pelo sindicato. Aqueles operários vindos com seus patrões, insatisfeitos com as condições de trabalho, recorreram ao sindicato, sendo, em seguida, paralisados os serviços naquela construção. Um dos operários, que se recusava a trabalhar 9 horas, ao entrar no local de trabalho para recolher seus instrumentos de trabalho, “foi agredido pelo tal alemão, em presença dos policiais”. Assim, devido ao desentendimento entre o patrão e seus empregados, e em razão da intervenção do sindicato, o primeiro delegado auxiliar, Pedro Gordilho, prendeu o secretário geral do SPCDC, Eustáquio Marinho. Segundo o jornal *A Manhã*, a determinação da polícia era “prender todos os chefes de movimentos ou paredes”.⁷⁶²

Houve um terceiro embate entre o Frederico e os operários filiados ao SPCDC. O empreiteiro, responsável por uma obra numa cervejaria, no bairro de Amaralina, descumpriu os acordos assentados sobre salários e carga horária. A ação do sindicato dos pedreiros e carpinteiros não se fez esperar e todos os operários de construção civil foram retirados da obra, no que foram acompanhados, em sinal de solidariedade, pelos metalúrgicos lá empregados. Conforme notícia publicada na folha *A Manhã*, novamente a polícia foi acionada para garantir a “liberdade de trabalho”, atendendo o chamado dos

⁷⁶¹ *A Voz do Trabalhador*, 30 de outubro de 1921.

⁷⁶² *A Manhã*, 16 de janeiro de 1921.

proprietários da fábrica de cerveja e do empreiteiro alemão. A postura do sindicato, de confrontação com os patrões em prol dos direitos dos trabalhadores ainda incomodava a grande imprensa, que considerou, ao constatar que a fábrica mais parecia um quartel, tamanha a quantidade de policiais, a paralisação uma imposição descabida dos sindicalistas, que estariam transformando “a Bahia numa pequena Rússia”.⁷⁶³ No início de março, o órgão do SPCDC anunciou que a obra estava sendo executada por operários considerados fura-greves.⁷⁶⁴ Enquanto isso, os operários empregados nas obras do Tesouro do Estado, decidiram paralisar suas atividades, boicotando o novo responsável pelos serviços, justamente o germânico Frederico.⁷⁶⁵ No início de fevereiro Eustáquio Marinho, na condição de secretário geral do SPCDC, enviou um ofício ao engenheiro Simas, “encarregado das obras do Tesouro do Estado”, posicionando-se contra os quatro alemães que estavam nas construções, explorando “este ramo de trabalho”. Eram justamente nessas obras em que se encontrava “a grande maioria dos (...) associados” do sindicato. Foi decretado o boicote a esses empregadores, com a conseqüente paralisação da obra, até que fossem removidos os empreiteiros alemães e se efetuassem os pagamentos com pontualidade.⁷⁶⁶

De acordo com o periódico operário, a resposta do engenheiro Simas foi que o sindicato se preocupasse com outros assuntos e não em “fazer greves consecutivas”, o que seria contraproducente, pois apenas acarretaria “a diminuição dos ganhos e o aumento dos gêneros de primeira necessidade mais rapidamente do que os salários”. Em réplica, o SPCDC ratificou a greve como “única arma” na luta por direitos, afinal “nenhum empreiteiro ou proprietário lembrou-se de dar as 8 horas de trabalho enquanto os operários não fizeram se valer pela greve, menos ainda o aumento de salário”, afirmava o seu jornal.⁷⁶⁷

Desses embates com os patrões ressaltam, nesta conjuntura, a íntima colaboração entre Estado e proprietários, em detrimento dos trabalhadores, e a centralidade da greve na estratégia do SPCDC em adquirir melhorias. Essa centralidade da greve como o recurso por excelência nas disputas com o capital, típica do sindicalismo de ação direta, diferenciava a conduta sindical do SPCDC em relação a maior parte das associações

⁷⁶³ *A Manhã*, 20 de janeiro de 1921.

⁷⁶⁴ *A Voz do Trabalhador*, 12 de março de 1921.

⁷⁶⁵ *A Voz do Trabalhador*, 22 de janeiro de 1921.

⁷⁶⁶ *A Voz do Trabalhador*, 5 de fevereiro de 1921.

⁷⁶⁷ *A Voz do Trabalhador*, 19 de fevereiro de 1921.

operárias baianas. Ao longo do período 1920-1922, o sindicato dos pedreiros e carpinteiros fazia uma série de chamamentos às outras sociedades de trabalhadores com o objetivo de formação de uma frente única, para encaminhar com mais legitimidade e coesão as reivindicações operárias, já que a FTB era alvo frequente de críticas, pela postura branda e concessiva, na visão do SPCDC, nas questões entre patrões e empregados. Veremos, agora como foi a relação entre esses dois órgãos proletários, após a opção pelo sindicalismo de ação direta, por parte do sindicato dos pedreiros e carpinteiros, buscando compreender em que termos se dava o diálogo entre as duas práticas sindicais distintas.

O SPCDC e a FTB após a cisão

Como afirmado anteriormente, o SPCDC agiu como uma federação operária desde as jornadas de junho de 1919 até a fundação da FTB, em fevereiro de 1920, formando associações de classe na capital do estado e pelo interior. Depois da ruptura entre o sindicato e a federação, entretanto, a preocupação em organizar categorias sem representação sindical continuou, mas sempre enfatizando que as sociedades operárias deveriam se reunir sobre bases de resistência. As críticas às associações beneficentes e mutualistas eram uma constante. Os sindicatos deveriam se ocupar das conquistas de melhorias da condição operária, porém sem olvidar a perspectiva de superação revolucionária do sistema capitalista. Porém, a hegemonia, na Bahia, era dos sindicatos que defendiam um socialismo reformista. Daí as críticas do SPCDC a essa postura, que aceitava a representação parlamentar operária e conquistas de vantagens encaminhadas pelas vias legais, ou seja, pela intermediação de advogados, políticos e intelectuais, em oposição frontal ao método da ação direta, visto como única forma de pressão válida, tanto para obter o bem-estar mais imediato, quanto a emancipação da exploração capitalista, através da revolução social. Para os reformistas o método não era mais importante que o fim, o objetivo a ser alcançado, ao contrário dos defensores da ação direta, que concebiam o meio, como um fim em si mesmo, pelo seu caráter pedagógico sobre as massas trabalhadoras, em seus embates com os proprietários. Nesse sentido, a relevância da greve como instrumento de pressão dividia as duas práticas sindicais: arma primordial para os defensores da ação direta; último recurso, para os reformistas. De uma lado, o SPCDC; noutro a FTB.

No início de março de 1921, o periódico dos trabalhadores da construção civil, declarando-se “órgão” do SPCDC e dos trabalhadores em geral, lançou um apelo aos estivadores, cuja categoria enfrentava uma crise. A Sociedade União dos Operários Estivadores, entidade sucursal da matriz carioca, teve seu delegado, Alípio Marciano dos Santos, que também era presidente da Sociedade União dos Carregadores, removido do cargo, por determinação da diretoria carioca. Isso levou Alípio a tentar fundar uma nova associação, independente do Rio de Janeiro, como acontecia com a categoria dos carregadores, que contava com três associações sindicais distintas. A tensão atingiu níveis elevados, chegando até a haver uma escaramuça com tiroteio entre carregadores e estivadores, gerando feridos. Alípio Marciano dos Santos não conseguiu realizar seus planos de criação de uma nova entidade sem vinculação com a matriz carioca.⁷⁶⁸ Para o SPCDC, a cisão era fruto da influência deletéria da política partidária no interior da associação dos estivadores. Dessa maneira, conclamava aqueles trabalhadores a adotarem uma nova conduta sindical, numa prédica esclarecedora sobre sua posição em relação ao movimento operário. *A Voz do Trabalhador* verberava com virulência agressiva: “Quem implantou esta divergência no seio da classe dos estivadores?”. Para responder, em seguida: “A política não há contestação”. A orientação era que as associações operárias se livrassem dos os “elementos políticos e das orientações incertas. Aos políticos – expulsá-los das nossas sociedades como se fossem animais leprosos”. E sentenciava: “devemos seguir a ação direta”.⁷⁶⁹

Não por acaso, o número seguinte do *A Voz do Trabalhador*, através das palavras de José Garbay, uma liderança surgida após a cisão no SPCDC, convocava os trabalhadores de Salvador a constituir uma “frente única”, genuinamente operária, distante dos parlamentos e da política, “na qual sejam esquecidas todas as pequenas e grande divergências”.⁷⁷⁰ A proposta era, dessa maneira, criar uma nova federação que não se imiscuisse na política parlamentar nem aceitasse interferências oriundas daquele campo. Isto estava em clara contradição ao que acontecia na FTB, que contava em sua direção com membros filiados ao PSB, como José Domiense da Silva, José dos Santos Gomes, ou o próprio Agripino Nazareth, deportado há poucos meses para a capital

⁷⁶⁸ Castellucci, *Industriais e industriais*, op. cit., p. 257-258.

⁷⁶⁹ *A Voz do Trabalhador*, 5 de março de 1921.

⁷⁷⁰ *A Voz do Trabalhador*, 12 de março de 1921.

federal.⁷⁷¹ Noutra matéria, assinada por Augustus, temos a confirmação contundente desse entendimento. Citando Karl Marx e o manifesto comunista e aproveitando a proximidade do Primeiro de Maio, o articulista considerava que era o momento para unir e reorganizar os trabalhadores baianos em “sindicatos de classe”, como já havia ocorrido antes que “as tendências parlamentares” tivessem embaraçado tal desenvolvimento. Ao lembrar dos apelos lançados aos estivadores e aos trabalhadores de Salvador pela criação de uma “frente única”, Augustus propunha a refundação da FTB ou a criação de uma nova federação, uma vez que, para ele, a atual estava “de fato desmantelada, desmantelou-a a política dentro das organizações”. A derrota “dos partidos socialistas da Bahia e do Brasil” nas eleições seria um sinal para os membros das associações filiadas à FTB para que reconsiderassem e retornassem ao “caminho genuinamente operário: o sindicalista”, maneira pelo qual seria possível construir uma organização suficientemente sólida e coesa para conduzir o movimento operário baiano em seus enfrentamentos por bem-estar e emancipação.⁷⁷²

As dissensões entre as sociedades operárias do estado eram vistas como fator preponderante da fragilidade do movimento operário diante dos patrões e do Estado, justamente num momento em que as duras condições de vida exigiam uma ação resoluta por parte dos trabalhadores. E a FTB era considerada a culpada por essa situação, pois permaneceria indiferente para com os trabalhadores a ela filiados e aos de outras corporações, graças às preocupações com a política “seja socialista parlamentar, ou burguesa propriamente dita”. Como exemplo desse procedimento, era citado o caso dos marítimos, que estavam em greve e não estariam contando com nenhum tipo de apoio da Federação dos Trabalhadores Baianos.⁷⁷³

Na realidade, o tom radical desses apelos era proporcional ao grau de isolamento que o SPCDC enfrentava. A opção pela confrontação direta com o governo e com os patrões, a exigência de uma conduta rígida para além da prática sindical – ou seja, referente ao cotidiano dos operários – e as disputas com correntes que competiam pela adesão dos trabalhadores de Salvador foram fatores que parecem não ter permitido que sua atividade continuasse por mais tempo. Isso sem mencionar a repressão que foi a tônica do segundo governo Seabra. Foi a repressão que deportou Agripino Nazareth –

⁷⁷¹ Com a intensificação da repressão, Nazareth foi deportado na esteira dos desdobramentos de uma greve dos têxteis, em 28 de janeiro de 1921.

⁷⁷² *A Voz do Trabalhador*, 2 de abril de 1921.

⁷⁷³ *A Voz do Trabalhador*, 21 de maio de 1921.

ponto determinante do declínio da pujança do movimento operário baiano para a historiografia – e foi ela que estigmatizou o sindicalismo de ação direta da associação dos pedreiros, além de colaborar para inibir quaisquer ações de confrontação explícita patrocinada pela federação local. Afinal, naquele momento a vaga sindicalista entrava em refluxo em nível nacional e os sindicatos de resistência baianos definharam organizacionalmente ao longo dos anos 1920.⁷⁷⁴ Destarte, o próprio SPCDC, segundo versão do jornal comunista *O Momento*, terminou com 14 membros apenas, que se cotizavam para pagar um quarto, no qual arquivos e móveis eram guardados, talvez num misto de lembrança e esperança, até que tempos melhores lhes sorrissem...

⁷⁷⁴ Rubim, *Movimentos sociais*, op. cit., pp.30-43; Rubim & Rubim, *As lutas operárias*, op. cit., pp.22-34; Fontes, *Manifestações operárias*, op. cit.; Castellucci, *Industriais e*, op. cit.; Fausto, *Trabalho Urbano*, op. cit.

Considerações finais

As experiências de luta por melhores condições de vida e trabalho e o processo de construção das práticas organizativas de mobilização e reivindicação levadas a cabo pelos operários da construção civil de Salvador, entre 1919 e 1922, constituem o principal escopo dessa dissertação. Partindo de um painel sobre como era a configuração sócio-econômica de Salvador na conjuntura em tela, procuramos dar conta de como a crise econômica decorrente da Grande Guerra, o contexto de agitações operárias em nível nacional e internacional, as disputas entre as classes dominantes baianas e a reativação e fundação de associações de classe em moldes sindicais foram determinantes para a eclosão da mais abrangente e importante manifestação operária da capital baiana na I República: a greve geral de junho de 1919.

Procuramos demonstrar a capacidade de ação e luta da classe operária soteropolitana, focalizando práticas e iniciativas sustentadas pelos trabalhadores da construção civil, reunidos em torno de seu sindicato, o SPCDC. Considerando a pluralidade das experiências históricas dos mundos do trabalho no Brasil, tentamos identificar as especificidades e as regularidades presentes no caso baiano em relação a outras experiências. A circulação de ideias e ativistas constituiu-se, assim, num importante fator para clarificar a compreensão das manifestações proletárias do período. Nutrindo-se de estímulos provenientes de outras regiões do país e do mundo, tais como campanhas, greves e reivindicações, mas, principalmente, baseados também em suas próprias experiências de exploração e sobrevivência, os operários baianos conseguiram auferir vantagens materiais, organizativas e políticas. Para tanto, urdiram laços de solidariedade e identidade classista que possibilitaram afirmarem-se como um ator social e político habilitado na sociedade soteropolitana.

Ao lutarem por melhorias e direitos de maneira independente – isto é, por fora dos laços tradicionais de relacionamento com “senhores”, “autoridades”, “chefes” – os trabalhadores mesmo assim foram cortejados pelas classes dominantes, que aceitaram fazer certas concessões, de olho em seu contingente e número, mas desde que não fosse questionado o princípio de autoridade que cabia a patrões, delegados, bacharéis letrados e lideranças políticas. Houve tensão, por parte dos grandes proprietários e governantes do estado, quando os limites para a ação operária pareciam estar se rompendo. Evocou-se, então, um recurso a um dispositivo discursivo que procurava representar o

operariado baiano como naturalmente cordato e produtivo. Para as práticas e ideias que não se coadunasse com tal assertiva, o rótulo de anarquista, subversor e maximalista estava pronto para ser pendurado nos donos dos pescoços erguidos em tamanha afronta. Temia-se a disseminação das “ideias perniciosas do anarquismo”.

Mas houve tensão também entre os próprios trabalhadores, que caminhavam sobre a tênue linha do que era legítimo reivindicar e do que era possível conseguir pelos canais legais. Muitos se decidiram pela consideração interessada das leis – por mais que concebessem que a organização social fosse intrinsecamente injusta. Outros, a minoria por certo, optaram pela confrontação direta contra o Estado e a institucionalidade republicana. A greve pareceu ser o impulso que tinham de empuxar a cada galho rompido. Não era fácil nem um pouco dispor de tal confiança e energia. Não era só uma questão de coragem ou disposição. O galho quebrado talvez não oferecesse a plataforma para o mergulho em mais uma luta grevista.

Acreditamos, ainda, que tenhamos conseguido demonstrar que a opção por determinada conduta política e organizativa não decorreu diretamente do processo de produção e da organização do trabalho. Como foi visto, em Salvador, os trabalhadores da construção civil apoiaram o sindicalismo de ação direta durante um tempo muito curto e de modo controverso, que gerou divisão. A especificidade do SPCDC repousa, a nosso ver, justamente no fato de que foram trabalhadores nacionais, afrodescendentes em sua maioria, que articularam segundo suas aspirações e interesses diferentes modalidades de luta e organização. Eles foram responsáveis pela execução de importantes paralisações do trabalho, como nas jornadas de junho de 1919, na greve dos têxteis em setembro do mesmo ano, ou na greve parcial da construção civil de inícios de 1920. Também participaram diretamente na preparação e consecução de um congresso trabalhista que repercutiu diretamente na organização de algumas associações operárias. Fundaram uma federação operária, que em julho de 1920 congregaria mais de 25 mil trabalhadores do estado. Além de publicarem jornais e colaborarem na criação do Partido Socialista Baiano, em agosto daquele ano. Demonstrando a multiplicidade de estratégias e expressões dos trabalhadores, bem longe – e sem depender – do alvi-rubro mito do imigrante radical, defenderam a ideia da revolução social e de uma nova sociedade gerida por sindicatos em plena Salvador.

Era a plebe das ruas, bairros e locais de trabalho em movimento e suor, a gente da Roma negra – expressão cunhada por Mãe Aninha em 1937 – erguida em seus pés ante receosos tribunos da Salvador Atenas brasileira. Atenas altaneira, de valores aristocráticos, liberal nas atitudes, democrática na política, católica na crença, cordial nos afetos, guerreira em nome da terra lusa de que era berço. Assim se viam ao se olhar no grande espelho do salão do bonito sobrado os patrões e fidalgos a quem esta classe operária servia. A sua auto-imagem podia estar salvaguardada no proscênio – Pedrito era forte –, mas ela dividia o espaço reflexivo com o medo ou a presença de um artificioso vulto negro. Roma negra, Atenas brasileira, obra em construção.

Fontes

Associação Comercial da Bahia (ACB)

Boletins mensais da Associação Comercial da Bahia (jan.-dez. 1919).

Livro de Atas da Associação Comercial da Bahia (1917-1921).

Relatório da Associação Comercial da Bahia (1919).

Arquivo Edgard Leuenroth (AEL – Unicamp)

Germinal (Salvador –BA - Agripino Nazareth) - 19/03/1920 (n 01), 03/04/1920 (n 02) e 01/05/1920 (n 03).

A Voz do Trabalhador (Salvador – BA – Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e dos Trabalhadores em Geral) - 02/10/1920 (n 01), 09/10/1920 (n 02), 30/10/1920 (n 4), 22/01/1921 (n 16), 29/01/1921 (n 17), 05/02/1921 (n 18), 12/02/1921 (n 19), 19/02/1921 (n 20), 26/02/1921 (n 21), 05/03/1921 (n 22), 12/03/1921 (n 23), 19/03/1921 (n 24), 02/04/1921 (n 25), 01/05/1921 (n 26), 14/05/1921 (n 28), 21/05/1921 (n 29), 04/06/1921 (n 30), 18/06/1921 (n 31), 16/09/1922 (n 33), 14/10/1922 (n 35), 02/12/1922 (n 38) e 16/12/1922 (n 39).

A Voz do Trabalhador (Rio de Janeiro – RJ) – 1908-1913.

A Manhã (Rio de Janeiro – RJ) – 17, 18, 19, 21, 23, 25 e 26 de dezembro de 1926.

Spártacus (Rio de Janeiro – RJ) – ago.1919-jan.1920.

Voz do Povo (Rio de Janeiro – RJ) – 1920.

Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário Brasileiro.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

Fundo Casa de Detenção. Livro de matrículas de detentos homens, n. 236, ficha de ocorrência policial n. 41.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

Seção Republicana – Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio

Mensagens e falas governamentais:

Exposição apresentada pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão ao passar, a 29 de março de 1920, o governo da Bahia ao seu sucessor, o Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, empossado nesse dia no cargo de Governador do Estado no quadriênio de 1920 a 1924. In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 30 de março de 1919.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Bahia na abertura da 2ª sessão ordinária da 14ª legislatura pelo Dr. Antônio Ferrão Moniz de Aragão, governador do Estado. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1919.

Relatórios:

Relatório dos Serviços da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920. APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2386, maço 178, doc. 746.

Relatório dos serviços da Secretaria de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas durante o ano de 1920. APEB, Documentação da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, caixa 2386, maço 180, doc. 760.

Biblioteca Nacional (BN) – Hemeroteca digital <http://hemerotecadigital.bn.br/>

A Época, Rio de Janeiro – janeiro de 1919.

A Noite – janeiro de 1919.

Correio da Manhã – dezembro de 1918 e janeiro de 1919.

O País – janeiro de 1919.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BEPB)

Almanaques:

Almanaque Indicador Comercial e Administrativo do Estado da Bahia (1919-1920).
Salvador: Reis e Cia, 1919.

Estatutos:

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente e Defensora dos Eletricistas, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 14 de fevereiro de 1920.

ESTATUTOS do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 19 de outubro de 1919.

ESTATUTOS da Sociedade União Defensora dos Operários de Ferrovia, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 18 de março de 1920.

ESTATUTOS da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 11 de fevereiro de 1920.

Cooperativa Operária. Projeto de estatutos. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 6 de julho de 1919.

Periódicos:

A Hora, Salvador – 1919, 1920.

A Manhã, Salvador – 1920, 1921.

A Ordem, Cachoeira – 1919, 1920.

A Tarde, Salvador – 1919, 1920.

Diário da Bahia, Salvador – 1919, 1920, 1921.

Diário de Notícias, Salvador – 1919, 1920.

Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador – 1919, 1920.

Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, Salvador – Ba, outubro de 1915 a junho de 1922; Edição Especial do Centenário, 2 de julho de 1923.

Jornal de Notícias, Salvador – 1919, 1920, jan.-mar. 1921.

O Democrata, Salvador – 1919, 1920.

O Imparcial, Salvador – 1919, 1920, jan.-mar. 1921.

O Momento, Salvador – 9 de abril de 1945.

O Tempo, Salvador – nov.-dez. 1918, 1919, jan.-mar. 1920.

Relatórios:

Relatório da direção da Companhia Empório Industrial do Norte e parecer do Conselho Fiscal apresentados aos srs. acionistas na Sessão da Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 31 de março de 1920.

Relatório da direção da Companhia Progresso Industrial da Bahia apresentado aos Srs. Acionistas em reunião da Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de abril de 1920.

Relatório da direção da Companhia União Fabril da Bahia apresentado à Assembleia Geral dos Srs. Acionistas, no dia 29 de abril de 1920, In: *Diário Oficial do Estado da Bahia*, 28 de abril de 1920.

Relatório do exercício de julho de 1918 a julho de 1919. Companhia Serraria e Construções. In: *Diário Oficial da Bahia*, Salvador, 30 de outubro de 1919.

Revistas:

Revista Bahia Ilustrada, Rio de Janeiro – nov. 1918-mai. 1920.

REFERÊNCIAS

Addor, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986.

Albuquerque, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Almeida, Rômulo, “Traços da história econômica da Bahia”. In: *Revista de desenvolvimento econômico*, n. 19, 2009 (originalmente publicado em 1952).

Alves, Cristiano Cruz. “*Um espectro ronda a Bahia*”: o anticomunismo da década de 1930. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH – UFBA, Salvador, 2008.

Andrade, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e o seu impacto ecológico e social*. São Paulo, Unesp, 1994.

Aragão, Antônio F. Moniz de. *A Bahia e seus Governadores na República*, Edição fac-similar Comemorativa aos 120 anos da Proclamação da República na Bahia, Salvador, Fundação Pedro Calmon, UEFS Editora, 2010.

Araújo, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850*. Salvador, EDUFBA, 2009.

Arêas, Luciana Barbosa. “As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)”, In: *História Social*, Campinas, nº 4/5, 1997/1998.

BAHIA. *A inserção da Bahia na evolução nacional – 2ª etapa: 1890-1930*, Salvador: CPE, 1980.

Bandeira, Moniz; Melo, Clóvis e Andrdade, A. T. *O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

Barbosa, Rui. *A questão Social e Política no Brasil*. (disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/ruibarbosa/p_a5.pdf).

_____. Barbosa, Rui. *A Colônia Baiana ao Batalhão de Atiradores*. Rio de Janeiro, P. de Mello, 1917.

Barbosa, Rui. *Obras Completas de Rui Barbosa*, v. XLVI, t. III, 1919, p. 27-28 (disponível no endereço eletrônico: http://www.docvirt.no-ip.com/ObrasRui/STF_Biblioteca.htm).

Barickman, B. J. *Um Contraponto Baiano. Açúcar, Fumo Mandioca e Escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

Batalha, Cláudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira; Fortes, Alexandre (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.

Batalha, Cláudio H. M. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”, In: Moraes, Joaquim Quartim de, (org.), *História do Marxismo no Brasil – volume II. Os influxos teóricos*, Campinas, Editora UNICAMP, 1995.

_____. “A geografia associativa: associações operárias, protesto e espaço urbano no Rio de Janeiro da Primeira República”, In: Azevedo, Elciene [et al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências”, In: Freitas, Marcos Cezar de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 145-158.

_____. “As primeiras Manifestações do Socialismo”, In: *Revista História Viva: Grandes Temas Brasileiros*, nº 5, São Paulo, Ed. Duetto, s/d.

_____. “Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República”, In: Silva, Fernando Teixeira da; Fortes, Alexandre; Batalha, Cláudio Henrique Moraes (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.

_____. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 - militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

_____. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 12, n. 23/24, set. 1991/ago. 1992.

_____. “Nós, Filhos da Revolução Francesa: a imagem da revolução no movimento operário brasileiro no início do século XX”, In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, v. 10, nº 20, mar.-ago. 1991.

_____. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar, 2000.

_____. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na primeira república”, In: *Ciências Sociais Hoje, 1990*, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

_____. “Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário”, In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 8, dezembro de 1997.

Bilhão, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL, 2008.

Borges, Dain, *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945*. Stanford, Stanford University Press, 1992.

Brandão, Otávio. *Combates e Batalhas: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

BRASIL. *Sinopse estatística do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1972.

Campos, Cristina Hebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos 1917 a 1921*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

Cardoso, Célia. *Arquitetura e Indústria: a península de Itapagipe como sítio industrial da salvador moderna*. São Paulo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (USP), 2004.

Cardoso, Luiz A. F. *Entre Vilas e Avenidas: Habitação Proletária em Salvador, na Primeira República*. Salvador, mestrado em Desenho Urbano (UFBA), 1991.

_____. “Habitação proletária em Salvador na virada do século: um novo campo de exploração”, In: Padilha, Nino (org.), *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*, Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

Castellucci, Aldrin. “A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930)”, In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 2/4, 2010, p. 40-77.

_____. “Cidadania e política na trajetória de Agripino Nazareth (1886-?): notas de pesquisa”, texto de comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.

_____. “Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930)”, In: *Afro-Asia*, v. 41, 2010, p. 85-131.

_____. “Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, nº 50.

_____. *Industriais e operários numa conjuntura de crise (1914 – 1921)*. Salvador, Fieb, 2004.

_____. “Os socialistas e as comemorações do Primeiro de Maio em Salvador: ritualização e afirmação de uma identidade operária nas duas primeiras décadas republicanas”, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo*, julho 2011, (disponível no endereço eletrônico: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308158209_ARQUIVO_AldrinCastellucci-ComunicacaoXXVISNH2011.pdf).

_____. “Política e trabalho na transição do século XIX para o século XX: estudo de trajetórias de integrantes do Centro Operário da Bahia”. (www.ifch.unicamp.br/mundosdotrabalho/tex/aldricastelucci.pdf)

_____. *Trabalhadores, Máquina Política e Eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado em História) – FFCH, UFBA, Salvador, 2008.

Castirioadis, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Castro, José Guilherme da C. (org.), *Miguel Santana*. Salvador, EDUFBA, 1996.

Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio e Janeiro da belle époque*. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

Coelho, José. *Estado da Bahia - Obra de Propaganda Geral*. Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editora, 1923.

Costa, Ana Alice Alcantara e Conceição, Héliida. “As mulheres na ‘Revolta dos Resignados’: A greve dos professores municipais em 1918”, In: *Orbis Ciência Cultura e Humanidades*, Salvador, v. 4, 2002 (disponível no endereço eletrônico: <http://www.orbis.ufba.br/artigo1.htm>).

Costa, Ana Lourdes R. Da, “Espaços negros em Salvador no século XIX”, In: Padilha, Nino (org.), *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*, Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.

Cruz, Maria Cecília Velasco e. “A morte de João de Adão: realidade e fantasia na memória operária de um crime”, In: Negro, Antônio L., Souza, Evergton Sales e Bellini, Lígia (orgs.). *Tecendo Histórias: espaço, política e identidade*. Salvador, EDUFBA, 2009.

_____. “Solidariedade X rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro”, In: *História Unisinos* (Dossiê Trabalho e Movimento Operário), São Leopoldo, v. 6, n. 6, 2002.

Cunha, Joaci de Souza. *O Fazer Político da Bahia na República Velha*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, 2011.

Decca, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas – Cotidiano operário em São Paulo 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Delson, Roberta Marx. “Brazil: the origin of the textile industry”, In: Lex Heerma van Voss, Els Hiemstra-Kuperus, Elise van Nederveen Meerkerk, *The Ashgate Companion to the History of Textile Workers, 1650–2000*. Farnham, Ashgate, 2010.

Dias, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

Dulles, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. São Paulo, Nova Fronteira, 1977.

Dutra, Eliana de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. Belo Horizonte; São Paulo: Editora da UFMG/Hucitec, 1988.

Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Difel, 1976.

Fernandes, Ana e Gomes, Marco Aurélio A. de Filgueiras, “Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920”, In: Fernandes, Ana e Gomes, Marco Aurélio A. de Filgueiras (orgs.), *Cidade & História*, Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

Fontes, J. R. *Manifestações operárias na Bahia: o movimento grevista, 1888/1930*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – FFCH, UFBA, Salvador, 1988.

Fortes, Alexandre. “Os Direitos, a Lei e a Ordem – greves e mobilizações gerais na Porto Alegre da I República”, In: Lara, Sílvia Hunold; Mendonça, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

French, John. *O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995

Gitahy, Maria Lúcia Caira. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

_____. Gomes, Ângela Castro. *Cidadania e Direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

Hagemeyer, Rafael Rosa. “Entre a trégua e a guerra: dois hinos anarquistas no movimento operário argentino”, In: *MÉTIS: história & cultura* – v. 4, n. 7, jan./jun., 2005.

Hall, Michael M. e Pinheiro, Paulo Sérgio, “O grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho”, In: Prado, Antonio Prado, (org.), *Libertários no Brasil – memória – lutas – cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

Hall, Michael. “Immigration and the Early São Paulo Working Class”, In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, band 12, 1975, p. 393-407.

_____. Hall, Michael. “Trabalhadores imigrantes”, In: *Trabalhadores*, n. 3, 1989.

Hardman, Francisco Foot; Leonardi, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. 2ª ed. rev. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Hobsbawm, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Jancsó, István; Mattoso, Kátia, “Como Estudar A História Quantitativa da Bahia no Século XIX”. In: Frederic Mauro (org.), *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973, p. 361-373.

Jancsó, István, “As Exportações da Bahia Durante A República Velha”. In: Frederic Mauro (org.), *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 a 1930*. Paris, CNRS, 1973, p. 335-359.

Jardim, Jorge Luiz, “Imprensa Operária: comunicação e organização”, In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 22, n.2, dez.1996.

Kess, Baud; Koonings, Michiel, “Germans and Tobacco in Bahia (1870-1940)”. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, 37, 2000.

Landes, Ruth, *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.

Lara, Silvia H. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. In: *Projeto História*, 16, 1998, p. 25-38.

Leal, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia*. Salvador: Fundação Odebrecht, 1996.

Leite Lopes, José S., “A Formação de uma Cultura Operária”, In: *Tempo & Presença*, nº 220, 1987.

Leite, Rinaldo C. Nascimento. *E a Bahia civiliza-se... Ideias de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História), FFCH – UFBA, 1996.

Leuenroth, Edgard e Negro, Hélio. *O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista*, São Paulo, Editora Semente, 1919.

Linden, Marcel van der. “Seconds thoughts on revolutionary sindicalism”, In: *Labor History Review*, v. 63, n. 2, 1998.

Mamigonian, Beatriz. “José Majojo e Francisco Moçambique, marinheiros das rotas atlânticas: notas sobre a reconstituição de trajetórias da era da abolição”. In: *Topoi*, v. 11, n. 20.

Maram, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890/1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Mata, Iacy. “Libertos na mira da polícia: disputas em torno do trabalho na Bahia pós-abolição”, In: *História Social*, n. 14/15, 2008.

Matos, Vanessa Cristina Santos. *Gênero e trabalho: um olhar sobre as greves operárias de junho e setembro de 1919 (Bahia-Salvador)*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - FFCH/UFBA. Salvador, 2008.

Nébias, Wellington Barbosa. *A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

Negro, Antônio Luigi. “Imperfeita ou refeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa”, In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, 1996.

_____. “Paternalismo, Populismo e História Social”. In: *Cadernos AEL*, v. 11, nº 20/21, 2004, p. 9-37.

_____. Negro, A. L. “Rodando a baiana e interrogando um princípio básico do comunismo e da História Social: o sentido marxista tradicional de classe operária”. In: *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador, Edufba, 2007.

Neto, Oscar Farinha. *Atuação Libertária no Brasil. A Federação Anarco – Sindicalista*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

Oliveira, Josivaldo Pires de. *Pelas ruas da Bahia. Criminalidade e poder no universo dos capoeiras na Salvador republicana (1912-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFBA, Salvador, 2004.

Oiticica, José. *Ação Direta - Antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária*. Rio de Janeiro, Editora Germinal, 1970.

Pang, Eul-Soo, *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934). A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

Pearse, Arno S. *Brazilian Cotton. Being the report of the journey of the international cotton mission through the cotton states of São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte*. Manchester, Taylor, Garnett, Evans & co, 1922.

Pechman, Sérgio, e Frtisch, Lilian. “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”, In: *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985.

Pedrão, Fernando, “O Recôncavo Baiano na Origem da Indústria de Transformação no Brasil”. In: Szmrecsányi, Tamás; Lapa, José Roberto do Amaral (org.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec, 2002.

Pereira, Leonardo. *As barricadas da saúde – vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Perrot, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Petersen, Sílvia Regina Ferraz; Lucas, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Tchê!, 1992.

Petersen, Sílvia Regina Ferraz. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”, In: Araújo, A.M.C (org.). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. SP. Ed. Scritta, 1997.

_____. *Que a união operária seja a nossa pátria!: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____. Petersen, Sílvia Regina Ferraz. “Relações interestaduais e internacionais no processo de formação do movimento operário brasileiro”, texto de comunicação

apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.

Pinheiro, Paulo Sérgio; Hall, Michael M. *A classe operária no Brasil – Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, v. 1 (O movimento operário).

_____. *A classe operária no Brasil – Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Brasiliense; Campinas, SP: Funcamp, 1981. v. 2 (Condições de vida e trabalho, relações com os Empresários e o Estado).

Pinheiro, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na I República”, In: Fausto, Boris. *História Geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, tomo III (O Brasil Republicano), v. 2 (Sociedade e Instituições – 1889-1930).

Rago, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Reis, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Revista Afro-Asia*, n.24, 2000.

_____. *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Rodrigues, Edgar. *Nacionalismo & Cultura Social, 1913-1922*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1972.

_____. *Novos rumos – Pesquisa social (1922-1946)*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, s.d.

Rodrigues, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.

Romo, Anadelia, *Brazil's Living Museum: Race, Reform, and Tradition in Bahia*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2010.

Rubim, A. A. C. “Movimentos sociais e meios de comunicação – Bahia, 1917-1921”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 61, mai./jul., 1979.

Rubim, A. A. C. & Rubim, J. L. C. “As lutas operárias na Bahia (1917-1921)”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 80, jul./ago., 1982.

Sampaio, Consuelo Novais. *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política da acomodação*, Salvador, EDUFBA, 1999.

Sampaio, José Luís Pamponet. *A Evolução de uma Empresa no Contexto da Industrialização Brasileira. A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Salvador, J. L. P. Sampaio, 1975.

Santos, Marilécia O. “*O viver na Cidade do Bem*”: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem. Belo Horizonte, doutorado em História (UFMG), 2010.

Santos, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Salvador, s/d.

_____. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador. Edufba, 2001.

_____. Santos, Mário Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. “Crescimento urbano e habitação em Salvador (1890-1940)”, In: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, FAU-UFBA, Salvador, v. 3, nº 1, 1990.

_____. *Sobrevivência e Tensões sociais. Salvador (1890-1930)*, Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 1982.

Santos, Mônica Celestino. *Réus, Analfabetos, Trabalhadores e um Major – a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*, Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, UFBA, Salvador, 2005.

Sarmiento, Sílvia N. *A Raposa e a Águia. J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República*. Salvador, Edufba, 2011.

Savage, Mike. “Classe e história do trabalho”, In: Batalha, Cláudio H. M.; Silva, Fernando Teixeira; Fortes, Alexandre (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2004.

Schmidt, Benito Bisso. “Construindo biografias”, In: *Revista Estudos Históricos*, v. 10, n. 19, 1997, pp. 3-22.

_____. “Os partidos socialistas na nascente República”, In: Ferreira, Jorge; Reis, Daniel Aarão (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Ser socialista em Rio Grande na virada do século XIX: Ciência/Religião e Reforma/Revolução no pensamento de Antonio Guedes Coutinho”, In: *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 22, n.2, dez.1996.

Silva, Fernando T. da, e Gitahy, Maria Lúcia C. “O movimento operário da construção civil de santista durante a Primeira Guerra Mundial, (1914-1918)”, In: *História Social*, Campinas, nº 3, 1996.

Silva, Fernando Teixeira. “‘Artistas’, anarquistas e declínio do sindicalismo de ação direta em Santos”, In: *História*, São Paulo, v. 21, 2002.

_____. *Operários sem patrões: os trabalhadores de santos no entre guerras*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.

Silva, Genilson Ferreira da. “Dimensões ideológicas do Primeiro de Maio: Bahia, 1900 A 1947”, In: ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 07: Diversidade e Desigualdade, Poder e Conflito Social: Leituras Dialéticas da História (Disponível no endereço eletrônico: http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/genilson_ferreira.pdf).

Souza, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de medicina*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Osvaldo Cruz – Fundação Osvaldo Cruz, 2007.

Souza, Robério S. “*Tudo pelo trabalho livre!*”: *trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Fapesp, 2011.

Stein, Stanley. *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*. Cambridge, Harvard University Press, 1957.

Tavares, Luiz Henrique Dias. *História da Bahia*. 11ª ed. rev. e ampl. – Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

_____. *O problema da involução industrial da Bahia*. Salvador: UFBA, 1966.

Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*, v. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. Thompson, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Toledo, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”, In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel Aarão (orgs.). *A Formação das Tradições (1889-1945)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

_____. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

Viscardi, Cláudia, *O Teatro das Oligarquias: Uma Revisão da “Política do Café-com-Leite”*. Belo Horizonte, C/Arte, 2001.

Woodcock, George. *História das ideias e movimentos anarquistas. Vol. II: O movimento*. Porto Alegre, L&PM, 2002.